Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo

Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo

Ricardo Trevisan
Carolina Pescatori Candido da Silva
Paola Caliari Ferrari Martins
Carlos Henrique Magalhães de Lima
Isadora Banducci Amizo
(orgs.)

© 2025 [FAU-UnB].
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é dos autores e da equipe técnica.
[1ª edição]

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências – ICC, Gleba A. CEP: 70910-900, Asa Norte, Brasília-DF, Brasil
Contato: (61) 3107-6630 | Site: https://fau.unb.br/ | E-mail: fau-unb@unb.br

Equipe técnica
Mônica Luce Bohrer (Diagramação)
Mariana Donner da Costa (Revisão)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

A173 Acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo / (orgs.) Ricardo Trevisan … [et al.]. – Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2025.
438 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-87781-06-8.

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Arquivos. 4. Documentos. I. Trevisan, Ricardo (org.).

CDU 72:002

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU/DF

Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo

Ricardo Trevisan
Carolina Pescatori Candido da Silva
Paola Caliari Ferrari Martins
Carlos Henrique Magalhães de Lima
Isadora Banducci Amizo
(orgs.)

Brasília | DF
2025

PREFÁCIO

Acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo são importantes por reunir, preservar e tornar acessível a memória e a trajetória de uma instituição, uma organização, um grupo de indivíduos, uma pessoa, um artefato. Diante da massa documental, dados e informações podem ser encontrados e utilizados por aqueles interessados seja em reconstituir uma história, obliterada pelo passar do tempo, seja para compreender o presente e dele traçar futuros possíveis. Disponibilizam uma gama de elementos que perfazem desde projeções de uma sociedade modelo à adoção de teorias e paradigmas arquitetônicos e urbanísticos; revelam croquis, desenhos, plantas, elevações, mapas, plantas, projetos, planos etc., presentes em memoriais, atas, decretos, relatórios, leis, normas e memorandos; agregam diferentes perfis profissionais; reúnem registros imagéticos em fotografias, pinturas, cartões-postais, filmes, documentários; descrevem um determinado momento a partir de reportagens em jornais, periódicos, magazines e panfletos; personificam suas personagens em cartas, instrumentos de trabalho, documentos oficiais e particulares.

Acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo, portanto, são como receptáculos temporais que permitem aos interessados – investigadores, pesquisadores, gestores, curiosos – acessar vestígios de um passado silenciado pelas camadas temporais. Tal qual lampejos

anamnésicos, os documentos arquivados quando disponibilizados garantem novas interpretações sobre artefatos projetados e/ou construídos, sobre repertórios e trajetórias profissionais, sobre espaços urbanos constituídos e consolidados, sobre paisagens infraestruturadas e planejadas. Na busca por ampliar o repertório neste campo, esta obra coletiva apresenta-se como uma contribuição reflexiva, instrumental e experimental rumo ao fortalecimento e à consolidação premente destes centros documentais no país.

Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo, o livro, tem sua origem na realização do "2º Seminário Topos – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos", coordenado pelos professores Ricardo Trevisan, Carolina Pescatori, Paola Ferrari e Carlos Henrique de Lima, integrantes do grupo de pesquisa Topos: Paisagem, Projeto, Planejamento e do Lupa – Laboratório de Pesquisa em Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo. Contou com a participação de 17 palestrantes do Brasil e do exterior (Portugal), que promoveram debates acerca das diferentes perspectivas, práticas e experiências ligadas a esses acervos, bem como os desafios enfrentados na sua constituição e manutenção. O evento, realizado entre os dias 4 e 5 de abril de 2024, contou com os apoios institucionais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB) e de seu Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU/UnB), da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO) e da Seção de Patrimônio Edificado da Câmara dos Deputados – cada qual com texto complementar a este prefácio.

Além das falas dos convidados, aqui sistematizadas em capítulos, o seminário promoveu a exposição "Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes", organizada pela parceria interinstitucional FAU-UnB e FAU USP. Pela FAU-UnB, o Lupa e o Centro de Documentação e Informação e Artes - Cediarte disponibilizaram documentos originais e informações sobre a atuação e produção da empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. Pela FAU USP, a Seção Técnica de Materiais Iconográficos, o Laboratório

de Planejamento - LabPlan e o Centro de Referência da Cultura Arquitetônica Paulista CRCAP compartilharam planos de cidades novas e projetos de arquitetura (equipamentos públicos e habitação) elaborados pelo arquiteto Joaquim Guedes. Lado a lado, ambas as mostras puderam revelar a riqueza e importância de tal material para a história da cidade e do urbanismo brasileiro do século XX.

O livro objetiva estimular outros pesquisadores, professores, gestores e profissionais a pensar conjuntamente a importância de acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo, além de expandir o debate sobre os procedimentos e modos de operacionalização (acolhimento, triagem, armazenamento e acessibilidade) dos documentos envolvidos. Ao receber trabalhos de pensadores, pesquisadores e técnicos do Brasil e do exterior, almeja-se fomentar a construção de uma cultura nacional de patrimonialização e salvaguarda de documentos históricos. Assim como no seminário, o volume perfaz três partes: 1.) saberes, 2.) manejos e 3.) feitos, compostas por uma totalidade de 17 capítulos.

A primeira parte aborda os *saberes* envoltos em acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo. O acesso à memória das cidades – sua formação, seus agentes, sua materialidade – perfazem nem sempre um caminho tranquilo, fácil de ser realizado ou acessível. Quando alcançado, auxilia a seu investigador utilizar as informações obtidas na construção de uma nova história, uma outra narrativa. Esta parte busca tensionar a partir de problematizações teóricas e saberes acumulados a complexidade de acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo, bem como apontar modos distintos de compreensão, questionamentos, novos direcionamentos de ação e olhares contemporâneos alternativos para tais equipamentos anamnésicos. Nela, estão os instigantes textos de Maria Cristina da Silva Leme (FAU USP): "Acervos de arquitetura e urbanismo: desafios contemporâneos", de Ana Fernandes (FAUFBA): "Acervos: onde as coisas tomam sentido?", de Ricardo Trevisan (FAU-UnB): "Acervos e arquivos de urbanismo, por que não?", de Inês Martina Lersch (FA-UFRGS): "Acervos e arquivos de Urbanismo, para quê e para quem?", de Priscilla Alves Peixoto (FAU-UFRJ): "Salvaguardar vestígios da crítica de Arquitetura: Notas a partir de uma experiência de pesquisa não especializada", e da dupla Eduardo Augusto Costa

(FAU USP) e Junia Cambraia Mortimer (EA-UFMG): "Corpo vivo, arquivo vivo. O arquivo como questão historiográfica na arquitetura e no urbanismo".

A segunda parte traz os *manejos* aplicados em acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo. A constituição de um acervo ou um arquivo requer ações específicas até estar disponível ao acesso público. Da recepção ao armazenamento, do manuseio ao acondicionamento, do descarte, restauro ao arquivamento, da triagem à limpeza, da sistematização à catalogação e à divulgação, estas são algumas de outras etapas que técnicos, especialistas e pesquisadores arquivistas se deparam no processo de montagem de um centro documental. Práticas e cuidados que necessitam de uma atenção pormenorizada por aqueles responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. Assim, os textos desta parte perfazem o *savoir-faire* de pesquisadores e técnicos sobre a operacionalização e instrumentalização de acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo. São eles: "Acervos e arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo: práticas, cuidados, problemas, desafios e oportunidades" de Paulo Batista (CIDEHUS. EU, Portugal), "Tipos de documentos de arquitetura, suas práticas e cuidados" de Victor Valente Medeiros (ACE-UnB), "Cidade universitária, da Universidade do Brasil à Universidade Federal do Rio de Janeiro, a consolidação do acervo de arquitetura e urbanismo" de Maria Cristina Cabral (NPD FAU-UFRJ), "As ações do CAU Brasil e os Acervos de Arquitetura e Urbanismo" da dupla José Daniel Craidy Simões (CAU/RS) e Vanessa Gayego Bello Figueiredo (CAU/SP), e "A exposição *Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes*" da dupla Carolina Pescatori (FAU-UnB) e Virginia Manfrinato (Transborda – arte e projetos).

Por fim, a terceira parte exemplifica acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo mediante *feitos*. Paralelamente a um olhar teórico e prático, há necessidade de conhecimento sobre casos já realizados. Além de nos conectar ao *modus operandi* de triagem, catalogação, organização e arquivamento de documentos relacionados a cada acervo e/ou arquivo específico, tais feitos podem revelar fatos, aprendizados, erros e acertos, dificuldades e atalhos que auxiliem àqueles que estão ou estarão envolvidos neste campo de trabalho, bem como podem evidenciar resultados de pesquisas

proporcionados por eles. Neste sentido, apresentam-se os densos e sensíveis trabalhos de Hugo Segawa (FAU USP): "Acervos como cápsulas do tempo. Elisiário Bahiana, Oswaldo Bratke e Jayme C. Fonseca Rodrigues na Biblioteca da FAU USP", de Carlos Henrique de Lima (FAU-UnB): "Brasília, Eixo Monumental: arquivo, história e patrimônio", de Monica Frandi Ferreira (APHRC): "Documentos de arquivo e as contribuições para a historiografia do urbanismo. Primeiras interpretações sobre a Coleção Argemiro Martins Dias, do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP", de Anamaria Diniz (Anamaria Diniz Arquitetos Associados): "Revisitando o Acervo de Attilio Corrêa Lima", de Antonio Willamys Fernandes da Silva (UFT): "Planos urbanos da Chesf", e de Paola Ferrari (FAU-UnB): "Acervo UnB do Ceplan como lugar da escrita: problemas e potencialidades".

Esperamos que a leitura destes estudos possa, de algum modo, contribuir para a elaboração de novas interpretações e críticas, assim como permita elucidar a compreensão da relevância de acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo para nossa cultura.

Brasília, setembro de 2024.

Ricardo Trevisan & Isadora Banducci Amizo

DEPOIMENTOS

FAU UnB, memória viva

O Seminário Topos – "Acervos e Arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos" representa um marco em nosso compromisso com a preservação e disseminação do conhecimento em arquitetura e urbanismo e suas nuances. Com este evento, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU UnB) destaca a grande importância dos acervos e arquivos como pilares que sustentam a memória nos nossos campos do conhecimento. Este livro, fruto do evento, apresenta a FAU UnB como lugar de memória, e, portanto, protagonista e catalisadora de novas ideias e iniciativas que fortaleçam ainda mais a nossa comunidade e preservem a nossa missão de promover uma arquitetura e urbanismo transformadores, inclusivos e com o olhar voltado para o futuro.

Enquanto diretor da FAU UnB, é com profundo respeito que reconheço nossa herança como casa de importantes nomes da arquitetura brasileira. Nossa instituição foi e continua sendo o lugar de visionários como Edgar Graeff, Miguel Pereira, João Filgueiras Lima – o Lelé e tantos outros que deixaram um legado marcante que precisa ser lembrado, registrado e tornado inesquecível. A FAU UnB também pode ser considerada um *hub* cultural do país, consolidando-se como a maior faculdade de arquitetura e urbanismo do Centro-Oeste e uma das maiores do país.

O curso de arquitetura e urbanismo, enquanto área originária da formação da UnB, sempre foi um farol de inovação e criatividade, inspirando gerações de arquitetos e urbanistas a pensar e repensar a cidade, seus lugares e suas ambiências. Neste sentido, o senso de preservação e o zelo pelos acervos de arquitetura e urbanismo estão profundamente enraizados em nossa cultura institucional, impulsionando-nos a buscar constantemente novas formas de pensar e intervir no ambiente construído.

Com a nova geração de professores, a nossa faculdade consolida-se também como um lugar de memória, preservando o diálogo entre passado e presente, o que nos permite manter viva a chama do ensino, pesquisa, extensão, cercados de criatividade em busca da excelência.

Os acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo desempenham um papel fundamental nesse processo, servindo como fontes inesgotáveis de inspiração, pesquisa e conhecimento. Ao preservar e promover esses recursos, não apenas honramos os legados daqueles que nos precederam, mas também abrimos caminho para novas descobertas e realizações.

Este livro, *Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo*, é mais do que uma simples compilação de textos acadêmicos. Ele é uma celebração da herança cultural da FAU UnB e um testemunho do nosso compromisso contínuo com a inovação e a excelência acadêmica. Ao destacar a importância dos acervos e arquivos como pilares da memória viva de nossa faculdade, esperamos inspirar os arquitetos do futuro.

Brasília, 22 de março de 2024.
Caio Frederico e Silva
Diretor da FAU (2023-2027)

CAU/BR e o comprometimento com o Patrimônio Cultural

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, cujas competências foram definidas pela Lei 12.378/2010, tem a honra de participar ativamente do "2º Seminário Topos – Acervos e Arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos".

O CAU/BR realizou ações em torno do tema do Patrimônio Edificado ao longo dos últimos anos e em 2023 criou a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR, vinculada à Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental (CPUA-CAU/BR), para debater e propor. Foram estabelecidas orientações do CAU/BR para realização de programas, projetos, ações e investimentos na área de Patrimônio Cultural nos 5 eixos: 1. Assistência técnica ao patrimônio cultural; 2. Acervo, memória e documentação; 3. Educação continuada para arquitetos; 4. Educação Patrimonial para a sociedade, 5. Articulação Política.

As iniciativas se viabilizaram por meio da articulação com instituições de ensino, preferencialmente universidades federais, e as prefeituras locais, formalizadas com a assinatura de Termos de Execução Descentralizada – TED e Acordos de Cooperação Técnica – ACT.

O comprometimento do CAU/BR em relação ao Patrimônio Cultural aumentou significativamente na gestão 2024-2026 no sentido de mobilizar e aumentar o envolvimento de profissionais

vinculados ao tema, para viabilizar as ações previstas no acordo de cooperação firmado entre o CAU/BR e o IPHAN, de suma importância para potencializar a atuação conjunta na preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. A atual gestão 2024-2026 ampliou a participação de 20 (em 2023) para 27 CAU/UFs e agregou as entidades de defesa do patrimônio espalhadas pelos 26 Estados e o DF. A Câmara Temática de Patrimônio conta atualmente com 28 membros titulares e está aberta a toda e qualquer contribuição.

Ao considerar as orientações do CAU/BR por meio da Câmara Temática de Patrimônio, expressas nos cinco eixos, destaca-se a necessidade de incluir o tema das Mudanças Climáticas ao patrimônio cultural, crucial aos profissionais de arquitetura e urbanismo na conservação e revitalização de áreas acauteladas.

Os benefícios para a sociedade são evidentes. A expectativa de ações conjuntas, como a definição de estratégias para a atuação profissional, capacitação e pesquisa relacionadas à assistência técnica e preservação do patrimônio edificado, contribuirá para a conservação da identidade cultural do Brasil. Além disso, a promoção de eventos, capacitação da fiscalização e a difusão de boas práticas representam um esforço conjunto para sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação do patrimônio, promovendo um legado duradouro para as gerações futuras.

Brasília, 24 de abril de 2024.

Patrícia Figueiredo Sarquis Herden

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

FAP-DF e a preservação de acervos sobre Brasília

É com grande entusiasmo que contribuo com este prefácio para a valiosa publicação *Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo*, fruto do 2º Seminário Topos. Esta obra representa um marco significativo na valorização e preservação do conhecimento histórico e técnico relacionado ao planejamento urbano da capital do Brasil.

Brasília é um tesouro arquitetônico e urbanístico singular. É um verdadeiro monumento à capacidade humana de conceber e construir cidades a partir de um ideal utópico, traduzindo em formas e espaços concretos os mais altos princípios de modernidade, funcionalidade e humanismo. Preservar Brasília é honrar o legado visionário de seus criadores, mas também perpetuar uma lição de determinação, coragem e excelência para as gerações futuras, inspirando-as a prosseguir nessa jornada de inovação no planejamento urbano.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) tem como missão fomentar a pesquisa científica, tecnológica e a inovação no Distrito Federal, apoiando iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, a preservação e difusão dos acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo assumem um papel fundamental, pois resguardam a memória coletiva e fornecem subsídios

valiosos para a compreensão do passado, a análise crítica do presente e o planejamento visionário do futuro de nossas cidades.

Esses acervos e arquivos não são meros repositórios de informações históricas, são verdadeiras fontes de conhecimento, inspiração e aprendizado para as gerações atuais e futuras de arquitetos, urbanistas, pesquisadores e cidadãos interessados no ambiente construído. Eles representam a materialização de sonhos, desafios e realizações dos profissionais visionários que moldaram o espaço urbano de Brasília ao longo de seus mais de 60 anos de história, deixando-nos um legado único e reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Ao apoiar esta iniciativa, a FAP-DF reafirma seu compromisso com a preservação do patrimônio cultural brasiliense e com a promoção do conhecimento, incentivando a reflexão crítica e o diálogo inter e multidisciplinar. Esperamos que esta obra seja amplamente disseminada e sirva como referência para futuras pesquisas, debates e ações voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável e a valorização da identidade brasiliense, inspirando novos caminhos e soluções criativas para os desafios urbanos contemporâneos.

Parabenizo a Comissão Organizadora do 2º Seminário Topos pelo esforço e dedicação empenhados na realização deste projeto. Espero que todos tenham uma experiência proveitosa com esta leitura, capaz de inspirar a preservação e a continuidade do legado arquitetônico e urbanístico de nossa capital, verdadeira joia da engenhosidade e da capacidade transformadora da mente e das mãos humanas.

Brasília, 22 de abril de 2024.

Renata de Castro Vianna
Superintendente Científica, Tecnológica e de Inovação do Distrito Federal
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

Um passo fundamental na valorização do urbanismo brasileiro

A preservação, patrimonialização e salvaguarda de documentos históricos em urbanismo são pilares para o avanço e aprofundamento da nossa profissão. Estes documentos constituem uma fonte essencial de conhecimento sobre a evolução das cidades e as técnicas de planejamento e desenho urbano na história. A importância desses registros estende-se à educação e formação de novos profissionais e pesquisadores do urbanismo. O acesso a planos e práticas anteriores possibilita uma compreensão mais profunda da teoria urbanística e capacita profissionais para enfrentar os desafios contemporâneos. Além disso, a preservação desses documentos ajuda a manter viva a memória cultural das cidades, assegurando que gerações futuras compreendam sua própria história urbana, especialmente em tempos de rápida transformação.

Acessar um acervo bem mantido de documentos históricos também melhora a tomada de decisão e a formulação de políticas, permitindo a criação de legislações que respeitem o passado enquanto promovem um desenvolvimento sustentável e inovador. Assim, a preservação de acervos não só protege nosso patrimônio, mas também serve como uma ferramenta vital para enriquecer a prática urbanística, inspirando inovação e sustentabilidade no planejamento de nossas cidades.

A necessidade de uma política de incentivo e valorização dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil não pode ser subestimada. Tais acervos são vitais para a pesquisa e compreensão da história da arquitetura brasileira, servindo como fundamentos para estudos acadêmicos e práticas profissionais, pois não apenas documentam nossa trajetória arquitetônica e urbanística, mas também enriquecem o entendimento das dinâmicas sociais, técnicas e artísticas que moldaram nossos espaços urbanos.

O apoio do CAU/DF à realização do Seminário TOPOS demonstra o interesse em promover a discussão sobre as práticas de conservação, catalogação e divulgação dos acervos, também como reação à saída do país de acervos importantes. Enfatizamos nosso compromisso com a valorização e a preservação dos acervos de arquitetura e urbanismo brasileiros como política de Estado, pois urge fortalecer políticas culturais que protejam e promovam nosso patrimônio histórico e documental, especialmente em um momento em que enfrentamos desafios significativos no cenário cultural e político do país.

Iniciativas como esta não apenas buscam salvaguardar nossa herança, mas também inspirar uma nova geração de arquitetos, urbanistas, pesquisadores e o público em geral sobre a importância de nossos acervos documentais. Com o apoio de todos, podemos transformar o desafio da dispersão e da descontinuidade das políticas de arquivamento em uma oportunidade para fortalecer nossas instituições e enriquecer nosso entendimento e apreciação da arquitetura e urbanismo no Brasil.

Brasília, 26 de abril de 2024.

Ricardo Reis Meira

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

A importância de se preservar documentos de arquitetura e urbanismo

A cidade nos traz a presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos. A história de uma cidade se produz através do urbano enquanto lugar de vida cotidiana e de relações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, o desenho de arquitetura e urbanismo não pode ser encarado apenas como um documento técnico de uma obra a ser construída, mas como representação simbólica desse processo de construção das cidades. São registros de um pensamento estruturado por atores públicos e/ou privados que carregam valor simbólico, político e espiritual. São ao mesmo tempo artefatos e documentos que contam histórias e descrevem ações sobre o espaço. São registros de uma sociedade que surgiu, outras que foram projetadas e tantas que não saíram do campo das ideias. Por isso, trata-se de uma matriz de grande valor para desvendar saberes, técnicas e trajetórias.

Sob esse olhar, suscitam-se discussões acerca do valor desses registros e a inércia de entidades públicas e privadas que estabeleçam uma política de acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo no Brasil. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ainda na sua segunda década de existência, apesar de não ter constituído um acervo, possui uma estrutura dedicada exclusivamente ao exercício profissional. Entretanto, não se limita apenas à fiscalização, e vem

nos últimos anos fomentando exposições e publicações importantes acerca da profissão, mesmo que de forma isolada entre suas unidades regionais.

Sem articulação nacional e distante de um diálogo com outras instituições como o IAB, sindicatos, colegiados e representantes da sociedade civil, o desafio se apresenta de diversas formas, seja através de registros técnicos autorais, registros de acervo técnico ou outras modalidades, em sua maioria realizadas de forma digital, que não é capaz de revelar o valor em potencial de um acervo físico. Como Conselho de Arquitetura e Urbanismo, essas questões inquietam não só os profissionais que ainda atuam como também vários historiadores e pesquisadores. O debate parece inevitável para que não ocorram outras grandes perdas, como foi com a saída do acervo do arquiteto Lucio Costa do Brasil para a instituição portuguesa Casa da Arquitectura em outubro de 2021.

Brasília, 14 de abril de 2024.
Simone Buiate Brandão
Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás

A luta por acervos é política

Para além de sua materialidade, ou de sua significância local, as obras de arquitetura e urbanismo do último século são valoradas sobretudo por fazer parte de um complexo sistema de circulação de documentos envolvendo fotos, textos, desenhos, diagramas, maquetes e toda uma miríade de objetos que orbitam o objeto construído.

No entanto, os acervos atinentes às atividades de arquitetos e urbanistas (tenham ou não sido produzidos por estes profissionais), frequentemente são excluídos da lista de bens tombados quando do ato de preservação das obras. Com o exílio dos acervos de Paulo Mendes da Rocha e de Lucio Costa, nos últimos anos nosso campo foi atingido pelo antigo problema da exportação indevida de bens culturais, um século após as primeiras políticas federais que vedavam expressamente tal prática.

Nossos acervos de arquitetura e urbanismo carecem de instrumentos de salvaguarda que impeçam sua exportação, mas carecem também de uma política nacional que promova sua identificação, descrição, preservação, digitalização e difusão. Tal política teria um cadastro nacional amplo; uma rede nacional de produção e troca de conhecimentos; um conjunto sedimentado de práticas de gestão e preservação; vários sistemas de fomento e patrocínio; um Sistema Nacional de Acervos de Arquitetura e Urbanismo que permitisse o

acolhimento de arquivos particulares em instituições públicas regionais e, quem sabe, num centro de memória nacional. Tais elementos vêm sendo discutidos nos últimos anos com diversos colegas, sobretudo no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, criado em 2019.

A ausência de tal política, demandada ao menos desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, é parte de um cenário em que rareia entre nós, no campo da história da arquitetura e do urbanismo, a pesquisa em fontes documentais primárias. Com isso, a compreensão da construção histórica de nossa realidade é preterida em prol da conveniente replicação diluída do intelectual metropolitano da moda no momento – como já advertia Darcy Ribeiro em 1978 no livro *UnB: invenção e descaminho*. Pior ainda: repetem-se os cânones conservadores em que todas nossas conquistas culturais foram obras de poucos aristocratas ilustrados, e mantêm-se na invisibilidade da massa documental não tratada as obras e os produtores que de fato construíram nossas cidades.

A luta por nossos acervos, portanto, é uma luta política e cultural. É parte da mesma trajetória de afirmação que produziu Brasília e nossa Universidade pública e gratuita, onde oportunamente os autores dos textos desta coletânea se reuniram para discutir suas experiências e reflexões. Na Câmara dos Deputados, coube-nos a tarefa de receber os colegas no acervo do Departamento Técnico desta Casa política, compartilhando nossas práticas. Foi um momento de compartilhamento e de aprendizado que esperamos repetir e melhorar, em conjunto com a UnB.

Brasília, 17 de abril de 2024.

Danilo Matoso Macedo
Arquiteto e Urbanista (Câmara dos Deputados)

Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo

SUMÁRIO

SABERES

Capítulo 1. Acervos de arquitetura e urbanismo: desafios contemporâneos
Maria Cristina da Silva Leme **31**

Capítulo 2. Acervos: onde as coisas tomam sentido?
Ana Fernandes **47**

Capítulo 3. Acervos e arquivos de urbanismo, por que não?
Ricardo Trevisan **67**

Capítulo 4. Acervos e Arquivos de Urbanismo, para quê e para quem?
Inês Martina Lersch **101**

Capítulo 5. Salvaguardar vestígios da crítica de arquitetura: notas a partir de uma experiência de pesquisa não especializada
Priscilla Alves Peixoto **123**

Capítulo 6. Corpo vivo, arquivo vivo. O arquivo como questão historiográfica na arquitetura e no urbanismo
Eduardo Augusto Costa e Junia Cambraia Mortimer 145

MANEJOS

Capítulo 7. Acervos e arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo: práticas, cuidados, problemas, desafios e oportunidades
Paulo Batista **171**

Capítulo 8. Tipos de documentos de arquitetura, suas práticas e cuidados
Victor Valente Medeiros **199**

Capítulo 9. Cidade universitária, da Universidade do Brasil à Universidade Federal do Rio de Janeiro, a consolidação do acervo de arquitetura e urbanismo
Maria Cristina Cabral **227**

Capítulo 10. As ações do CAU Brasil e os acervos de Arquitetura e Urbanismo
José Daniel Craidy Simões e Vanessa Gayego Bello Figueiredo **239**

Capítulo 11. A exposição *Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes* – difusão cultural e educativa de acervos de Urbanismo
Carolina Pescatori e Virginia Manfrinato **259**

FEITOS

Capítulo 12. Acervos como cápsulas do tempo: Elisiário Bahiana, Oswaldo Bratke e Jayme C. Fonseca Rodrigues na Biblioteca da FAU USP
Hugo Segawa **285**

Capítulo 13. Brasília, Eixo Monumental: arquivo, história e patrimônio
Carlos Henrique Magalhães de Lima **303**

Capítulo 14. Documentos de arquivo e as contribuições para a historiografia do urbanismo. Primeiras interpretações sobre a Coleção Argemiro Martins Dias, do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira **323**

Capítulo 15. Revisitando o acervo de Attilio Corrêa Lima
Anamaria Diniz **351**

Capítulo 16. Planos urbanos da Chesf
Antonio Willamys Fernandes da Silva **371**

Capítulo 17. Acervo UnB do Ceplan como lugar da escrita: problemas e potencialidades
Paola Caliari Ferrari Martins **403**

AUTORES **431**

SABERES

Capítulo 1

Acervos de arquitetura e urbanismo: desafios contemporâneos

Maria Cristina da Silva Leme

Este artigo[1] propõe uma reflexão sobre o que são e qual o papel dos acervos de arquitetura e urbanismo. Ao abordar inicialmente os desafios da perspectiva operativa e da historiográfica, percorre a formação do campo da arquitetura e do urbanismo a partir do ensino, seguido pelo elo muitas vezes frágil com a pesquisa.

Trata-se incialmente de uma análise a partir das instituições no Brasil, mas estende as necessárias conexões com as experiências de ensino e pesquisa no exterior. Aborda as ocorrências e as circunstâncias da organização dos arquivos nos anos 1980 em diferentes instituições. Descreve os desafios enfrentados pela generalização dos formatos digitais que multiplicam a formação e o acesso às bases documentais e exigem a necessária distinção metodológica entre a pesquisa *in loco* e aquela que se utiliza de documentação imaterial.

1. Cabe ressaltar a importante referência para a elaboração desse artigo do processo de edição do número especial sobre acervos da *Revista Paranoá*. Com Carolina Pescatori na coordenação e as editoras convidadas Daniela Ortiz dos Santos - *Goethe-Universität Frankfurt* e Liz Sandoval – PPG-FAU/UnB desenvolvemos, por alguns meses, reflexões para formular a pauta desta edição especial. A elas devo não apenas a inclusão de temas, como autores que compõem a bibliografia de referência, alargando e atualizando a problematização do tema. Aqui o meu agradecimento por este período de colaboração.

A organização de um acervo nos leva a refletir sobre os critérios que utilizamos para escolher os documentos, classificá-los e finalmente incluí-los no conjunto arquivístico, lembrando que Arquivos não são instituições neutras.

O debate mais recente, que mobiliza pesquisadores sobre o destino e o livre acesso aos acervos, assumiu novos contornos com reações e análises apaixonadas ampliadas além do universo de projetos, envolvendo outros repositórios de experiências artísticas e culturais. Questiona-se a possibilidade de estabelecer limites à liberdade de definir o destino dos acervos.

1. Acervos e arquivos para quê e para quem

Arquivos e bibliotecas estiveram, desde o início, associados à constituição dos campos da arquitetura e do urbanismo. Um exemplo conhecido pode ser observado na associação entre o *Institut d'Urbanisme de Paris* e a *Bibliothèque Historique de la Ville de Paris.*

O historiador francês Marcel Poete ocupou desde 1903 o cargo de *conservateur en chef* da *Bibliothèque* e, durante trinta anos, elaborou um cuidadoso trabalho de recuperação do potencial papel que poderia desempenhar.

Fundada em 1871, a biblioteca está instalada desde 1969 no edifício *Lamoignon*. Suas coleções, apenas para consulta local, são constituídas por revistas, manuscritos, plantas, fotografias, desenhos, cartazes, cartões-postais sobre a história de Paris e da Região *d' Ile de France*. Marcel Poete, recusando o modelo de uma torre de marfim, impulsiona e amplia o papel da biblioteca como local de ensino e pesquisa. Explora diferentes fontes documentais para a história da cidade através de duas iniciativas: a primeira são exposições sobre a história da cidade de Paris, e na segunda, articulada à primeira, Poete desenvolve também na biblioteca cursos sobre a história da cidade, em dois formatos, um dedicado a um público mais amplo e outro a jovens profissionais arquivistas e professores.

Estavam se definindo os primeiros passos para uma formação em história de Paris, institucionalizada em 1914 junto à Sorbonne na *École Pratique des Hautes Études*. Essa experiência se amplia, e cinco anos mais tarde é criada por Marcel Poete e Henri Sellier a

École Pratique d' Études urbaines et d'Administration municipale, que articula campos de conhecimento como direito, economia, história, geografia e sociologia, permitindo uma formação ampliada e o reconhecimento de um novo campo de estudos. Alguns anos mais tarde esta experiência se consolida e se organiza na nova instituição *Institut d'Urbanisme* de Paris.

Pode se afirmar que estão imbricados na origem arquivos, bibliotecas e o ensino da história da cidade e do urbanismo, tendo Marcel Poete um papel entre os fundadores.

Ampliando o papel dos acervos bibliográficos e iconográficos à formação do campo da arquitetura, pode-se afirmar que estes não apenas estão presentes desde os primeiros anos do curso de engenheiro arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo, mas constituem importante referência às mudanças no método de ensino. Sinalizam, como observa Maria Lucia Bressan Pinheiro, o método de ensino baseado no estudo de modelos paradigmáticos da arquitetura clássica, calcado no sistema de ensino da *École des Beaux Arts* de Paris (Pinheiro, 2021, p. 132). Tal método exigia reproduções – desenhos, fotografias e mesmo réplicas em escala das obras –, cujo conhecimento era considerado indispensável à formação do profissional arquiteto. Levaria algum tempo para a mudança e inclusão de novas referências, como às obras arquitetônicas brasileiras.

Bressan Pinheiro discute a possível relação entre este novo referencial e o ciclo de reformas urbanas que redefinem as estruturas coloniais das principais cidades brasileiras. "Sinaliza a mudança de referências o tema abordado pelo engenheiro português Ricardo Severo na conferência 'A Arte Tradicional no Brasil', proferida na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, em 20 de julho de 1914" (Pinheiro, 2021, p. 134). A palestra em defesa da qualidade da arquitetura brasileira do período colonial e sua adequação aos meios e costumes locais era ilustrada por exemplos da arquitetura residencial brasileira, destacando aspectos construtivos.

Essa mudança foi acompanhada pela adoção de outros métodos de ensino aproximando o aluno das obras de arquitetura no Brasil, reconhecidas nas aulas de desenho de Victor Dubugras e viagens de estudo de Alexandre Albuquerque, professor da cadeira de História da Arquitetura, Estética e Estilo. Os levantamentos, desenhos,

registros e peças gráficas produzidos pelo escritório de projetos de Victor Dubugras encontram-se em acervo na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

2. O ensino de arquitetura e urbanismo – progressiva autonomia

O final da década de 1940 constitui-se como um momento de inflexão no ensino de arquitetura e de urbanismo no Brasil. Definem-se duas vertentes: uma em continuidade à que teve origem na engenharia e uma nova que se desenvolve a partir do movimento moderno em arquitetura e urbanismo.

É possível observar as especificidades que adquire o ensino nas diferentes instituições e que podem ser atribuídas ao meio técnico, político e cultural em que se insere. Esta relação apresenta-se de forma diferenciada nas cidades ao longo do século XX.

Para estes processos concorre a crescente consolidação do campo a partir de um forte enraizamento em instituições de ensino, definindo um espaço na graduação e na pós-graduação que se complementa com a regulamentação profissional. Este processo, que incorpora lentamente outros campos de conhecimento aos da engenharia e da arquitetura, adquire novos contornos ao final dos anos 1960 com a criação de cursos de pós-graduação.

A legislação trabalhista proposta e implementada pelo governo de Getúlio Vargas apresentava um movimento de detalhamento e crescente regulação do exercício profissional aos portadores de diploma de nível superior.

Entre as regulamentações, o Decreto Federal nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933[2] definia que o "estudo, projeto, direção e fiscalização e construção de edifícios, projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo", e das obras de arquitetura paisagística eram atribuição exclusiva do engenheiro civil, do engenheiro arquiteto e do arquiteto. Em 1946[3] é regulamentada a profissão de

2. O Artigo 28 do Decreto 23.569, letra i, regulamentava o exercício de projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo aos diplomados em engenharia, e o artigo 30, letra c, aos diplomados em arquitetura e engenharia e arquitetura.

3. O decreto-lei 8.620/1946 regulamentava o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto nº 23.569/1933.

urbanista e definida, a nível federal, uma formação específica em urbanismo.

Observe-se que estava em curso um entendimento sobre a inserção do urbanismo no campo da arquitetura. Algumas evidências aparecem nas recomendações em fóruns internacionais, como nos Congressos Pan-americanos de Arquitetos. O movimento de autonomia da Arquitetura em relação às Escolas de Engenharia e às Escolas de Belas Artes, em defesa da criação de cursos independentes, contou com o apoio dos recém-criados Departamentos regionais do Instituto de Arquitetos do Brasil.[4] A separação efetiva se deu com a criação em 1945 da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, seguida da criação em outras cidades, como São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

3. Aproximação às fontes primárias: os primeiros esforços de levantamento e análise

Cabe indagar o que muda em relação ao papel dos acervos bibliográficos e iconográficos com a formação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo autônomos em relação aos de Engenharia e Belas Artes.

Pode-se atribuir inicialmente um caráter operativo ao papel dos acervos para as mudanças em curso. Lira observa, desde a década de 30, a relação entre o crescente interesse pela preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico e os primeiros esforços de aproximação e consultas a fontes primárias. O levantamento, reconstituição e análise de documentos, como forma de embasar análises e pareceres, baseados "em testemunhos a seu respeito recolhidos em velhos inventários, provisões, relatórios, cartas, publicações e outros papéis acumulados em arquivos eclesiásticos, oficiais ou privados tornaram-se parte fundamental de suas metodologias." (Lira, 2021, p. 151)

Outra atividade que demandava a consulta a arquivos também de forma sistemática foi a gestão de projetos, aprovação de plantas,

4. Este movimento, iniciado na década de 1920, assume um novo formato, em 1936, com a criação do primeiro Instituto Brasileiro do Arquitetos (IAB). Em 1943 foram criados os Departamentos Regionais do IAB de Minas Gerais e de São Paulo.

emissão de licenças para a construção e reformas. A estes arquivos públicos cabia a guarda de documentos, muitas vezes sem a devida condição de armazenamento, classificação e catalogação, sujeitos à possibilidade de mudanças e descartes sumários.

4. O vínculo ensino e pesquisa – uma mudança qualitativa

Recorro ao exemplo do ensino de História da Arquitetura no *Istitutto Universitario Architettura di Venezia IUAV* para refletir sobre a mudança que se opera quanto ao recurso aos arquivos e acervos no campo da arquitetura.

A situação particular do IUAV no sistema de ensino da Itália explicita algumas peculiaridades, como esclarece na entrevista Francesco Dal Co, diretor do Instituto em 1999. "Veneza é uma situação particular e não reflete a situação da Itália. O estudante da escola de Arquitetura de Veneza custa dez vezes mais para o Estado que outros estudantes de arquitetura na Itália. Ele tem mais cursos, mais professores, mais recursos didáticos como bibliotecas abertas até meia-noite. O IUAV é um instituto autônomo e não faz parte de uma universidade." (Dal Co, 1999).

Esta situação explicava, por exemplo, segundo Dal Co, a existência de um Departamento de História da Arquitetura na forma como Manfredo Tafuri o organizou. "A Escola de Veneza introduziu o ensino de história da arquitetura ministrado por arquitetos, com a dupla formação, primeiro em arquitetura e depois em história. Antes e em outras instituições na Itália, ela era ensinada por especialistas em história da arte. Neste sentido a contribuição da Escola de Veneza foi importante. Criou o curso de história da arquitetura como disciplina autônoma, independente de história da arte, significando uma compreensão diferente do objeto, o edifício como objeto construído, produto econômico e social." (Dal Co, 1999)

A relação entre arquitetura e história da arquitetura parece-me ser uma das questões importantes no debate sobre método. A pesquisa e o ensino em história da arquitetura, a partir da direção que Manfredo Tafuri propõe e imprime ao Departamento, define um campo específico de pesquisa e interpretação, diferente da história operativa de Bruno Zevi e Giulio Carlo Argan. Operativa no

sentido de refletir no passado as necessidades do presente, uma história para fazer arquitetura com uma continuidade na mesma pessoa dos ofícios de historiador e arquiteto, o que tornava impossível distinguir entre arquitetura e história da arquitetura.

O amplo trabalho de pesquisa desenvolvido em Veneza por Tafuri, a partir dos anos 70, envolveu professores e alunos em torno de alguns temas como a cidade americana e a cidade soviética. O interessante, como observa Donatella Calabi, é que esse trabalho era, ao mesmo tempo, de equipe, mas cada pesquisador mantinha relativa autonomia.

Conforme observa Calabi, "O que Tafuri questiona nos primeiros passos do seu ensino em Veneza (a partir de 1969) são as características e o significado da profissão de historiador. Como professor, acabava de se mudar para o IUAV e encontrou um grupo de jovens intelectuais, inteligentes e ambiciosos, sobre os quais construiu o seu Instituto de História da Arquitetura (tradução nossa[5])." (Calabi, 1990, p. 112).

Tafuri, em suas pesquisas, depois de um período marcado pela crítica ideológica da arquitetura, passa a dedicar-se cada vez mais a uma pesquisa de caráter filológico, procurando desvendar e interpretar, partindo do documento, com especial atenção para as peças gráficas, o período em que se insere. A frase de Moneo sobre o último trabalho de pesquisa a respeito do renascimento é indicativo desse interesse: "Tafuri segue nos traços dos desenhos o processo mental seguido pelo arquiteto." (Moneo, 1995, p. 135).

O papel do crítico, e aqui não se faz a distinção entre crítica e história, é observar a arquitetura pelos olhos do arquiteto, descobrir e revelar o contexto ideológico atrás de cada construção, de cada obra de arquitetura, entendendo que o contexto ideológico no qual o trabalho foi produzido não é externo ao mesmo. Nesse sentido, a história operativa contra a qual se insurgiu Tafuri parece encontrar um outro sentido quando confere um novo estatuto ao fazer arquitetônico.

5. *Cio che Tafuri mette in discussione nei primi passi del suo insegnamento a Venezia (a partire dal 1969) sono i caratteri e il significato del mestiere di storico. Come professore si era appena trasferito allo IUAV e aveva trovato un gruppo di giovanissimi intellettuali intelligenti e ambiziosi, sui quali costruisce il suo Istituto di Storia dell'architettura.*

A reflexão de Tafuri sobre a arquitetura do século XX opera, no corpo da história da arquitetura contemporânea, uma autêntica quebra epistemológica. Como observa Jean-Louis Cohen: "Uma das maiores contribuições de *Projeto e utopia* – mas também de *A esfera e o labirinto* – é precisamente explodir com os esquemas cronológicos vistos como estáveis pelos historiadores dos 'movimentos' e dos 'invariantes'. No campo da arquitetura, Tafuri consegue a passagem do estudo das conjunturas para aquele das estruturas, uma passagem que revela a relação com a historiografia francesa dos *Annales*. E ele faz este salto sem aderir à longa duração por ela mesma, mas propondo uma espécie de rearticulação diacrônica para revelar os ciclos estruturais nos quais a crise do capitalismo e da arquitetura se refletem e articulam". (Cohen, 1995, p. 53).

5. Quando se organizam arquivos de arquitetura e urbanismo: ocorrências e circunstâncias

No decorrer da década de 1980 ocorre a organização de arquivos em circunstâncias semelhantes em instituições de ensino e pesquisa de arquitetura na Europa e no Brasil.

Conforme depoimento de Donatella Calabi,[6] "O Arquivo de Desenhos e Materiais Arquitetônicos criado em 1987 agora se chama: *Archivio Progetti dell'Università IUAV di Venezia*. Eles guardam os fundos (desenhos, maquetes, se existirem, cartas) de um grande número de arquitetos, especialmente italianos: geralmente uma doação da família. A princípio nasceram, sem nome específico, como 'arquivos' do Departamento de Projetos, vinculado à Galeria de Exposições Angelo Masieri.

Mas atenção, além desse, o arquivo do IUAV (assim como o arquivo da Universidade) sempre existiu, desde a fundação do próprio Instituto Universitário (1926). Trata-se de um Arquivo de documentos relativos aos professores, às suas carreiras, bem como a todas as decisões de política administrativa e cultural e orçamentaria, mas também da instituição da Escola Superior de Urbanismo e de Design". (Calabi, 2024).

6. Depoimento em resposta à consulta em março de 2024.

Destaca-se entretanto como um projeto de maior fôlego e com perspectivas mais promissoras a criação do *Centre d'archives d'architecture du XXe.* Conforme relata David Peyceré[7], também na França, os arquivos de arquitetura e, mais especificamente, os de arquitetos, foram identificados e recolhidos a partir da década de 1980. Ele os relaciona a uma conscientização, na década de 1970, sob o efeito combinado de vários fatores – crise do ensino da arquitetura, institucionalização da investigação sobre o patrimônio e demolições controversas (Peyceré, 2023, p. 90).

Peyceré relaciona o impacto da crise ~~de~~ no ensino após os acontecimentos de Maio de 1968 à descentralização do ensino da arquitetura. Até aquela data era ministrado quase exclusivamente na *École nationale supérieure des beaux-arts de Paris* (ENSBA), que controlava todas as escolas regionais de arquitetura. A partir de 1969, este modelo foi substituído por uma estrutura descentralizada de cerca de vinte unidades de ensino, incluindo oito em Paris, dando origem a uma riqueza de experiências educativas, entre elas a introdução de novas referências bibliográficas e a introdução ao estudo de história da arquitetura moderna (Peyceré, 2023, p. 90).

No Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980, começou a existir uma consciência sobre o valor documental dos arquivos de Arquitetura, com a consolidação dos espaços de pesquisa nas instituições de ensino, da formação dos primeiros programas de doutorado em arquitetura e urbanismo, mas também em função da consolidação dos primeiros grandes acervos históricos no interior das próprias faculdades de arquitetura.

Lira observa esse processo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em relação à crescente importância que adquire a inclusão de coleções de projetos de arquitetos na Biblioteca da Faculdade. "Colaborou para isso a maior independência, no âmbito da própria Instituição, do campo da história da arquitetura em relação à prática profissional e, com isso, a elaboração de uma narrativa historiográfica menos operativa." (Lira, 2021, p. 161).

7. Diretor do *Centre d'archives d'architecture du XXe siècle à la Cité de l'architecture et du patrimoine*, Paris.

À primeira doação, em 1965, do acervo de Carlos Milan, arquiteto, professor da FAUUSP, seguiram-se outras. Considerando sua cronologia, nota-se que a grande maioria delas foi feita entre as décadas de 1980 e 1990. Tal concentração pode ser explicada por dois motivos: um deles, contingente, relativo ao desaparecimento de uma geração de arquitetos, o que se confirma pelo fato de que a maioria das doações foi feita pelas famílias desses profissionais; o outro refere-se à revisão historiográfica que começou a tomar corpo justamente nesse período de consolidação dos programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo.

Gutierrez (2001) observa, no contexto latino-americano, um maior número de instituições públicas e privadas recebendo nos últimos anos acervos que se encontravam dispersos em mãos das famílias dos arquitetos. Esse movimento pode estar relacionado a um processo de conscientização reconhecendo a urgência de ações nacionais para a proteção de suas documentações.

O arquiteto e historiador argentino também destaca o papel pioneiro da FAUUSP e observa um processo semelhante em outras faculdades no Brasil. "Em Belo Horizonte, a Faculdade de Arquitetura, proprietária de uma excelente Biblioteca, tem entre seus arquivos documentais a coleção de fotografias e negativos que durante trinta anos preparara o Arq. Sylvio de Vasconcellos sobre a arquitetura do Brasil. No Chile, a Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Chile recebeu importantes doações, como os acervos do arquiteto Sergio Larraín e do arquiteto Juan Borchers." (Gutierrez, 2001).

Ele observa também algumas gestões concretas, que permitem verificar uma tendência à organização de Arquivos para proteger coleções de documentos procedentes do setor profissional. Menciona a Sociedade Colombiana de Arquitetos, que constituiu um Centro de Documentação com uma importante hemeroteca e biblioteca; em Buenos Aires, cita a Sociedade Central de Arquitetos, no Chile, o Colégio de Arquitetos e, em Montevidéu, a Sociedade de Arquitetos do Uruguai está reorganizando sua biblioteca e arquivo que guarda a documentação da Federação Pan-americana de Arquitetos desde 1920 (Gutierrez, 2001).

6. Arquivos digitais e o fazer historiográfico

Como observou Edgar de Decca (1991) enfrenta-se, de forma cada vez mais urgente, o paradoxo entre a dilatação da memória e a amnésia. Se a ampliação da memória é potencializada pelos formatos digitais que multiplicam a formação e o acesso às bases documentais, aponta-se, ao mesmo tempo, para a gradativa perda da memória do indivíduo e dos grupos sociais. A volatilidade dos acervos digitais contribui para esse paradoxo, desafio para a transmissão do conhecimento.

A realização de pesquisas a partir de acervos on-line tornou-se bastante comum. Por um lado, observa-se uma consciência da potencialidade do campo da história da arquitetura e do urbanismo e, como uma das consequências, o aumento de pesquisas – que não foi, entretanto, acompanhado pelo aumento de recursos financeiros.

Peyceré alerta para as diferenças entre o trabalho no meio digital e o trabalho com papel e lápis e a necessária distinção metodológica entre a pesquisa *in loco* e aquela que se utiliza de documentação imaterial.

Ele propõe "ao menos dois passos que considera importantes para o pesquisador diante do documento em análise. O primeiro seria identificar desde o início a versão da fonte e sua localização: se é original, digitalizada pela própria instituição, impressa em edição contemporânea, fac-símile ou transcrita e atualizada. Quando a pesquisa foi realizada apenas a partir dos bancos de dados on-line fornecidos pelas instituições de guarda, é necessário estabelecer quais palavras foram utilizadas para a busca e quais dos documentos encontrados estavam (ou não) disponíveis *on-line* – dessa forma, estabelece-se o limite da pesquisa a partir do que foi possível ser acessado." (Peyceré, 2023, p. 103).

A gestão dos Arquivos enfrenta ainda um novo desafio face a crescente utilização dos meios digitais na elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo e design que, desde 1990, tem se ampliado, tornando-se hoje a forma dominante na produção de projetos.

A passagem da elaboração do projeto em papel para o meio digital foi lenta, exigiu muitas adaptações e recursos financeiros.[8] Envolveu a compra de equipamentos, como computadores, *plotters,*

8. Depoimento do arquiteto e urbanista Henrique Cambiaghi em junho 2024.

softwares, em um processo de atualização constante com custos significativos. A adaptação às novas tecnologias evidenciou diferenças geracionais e a necessidade de um novo aprendizado. "Quem sabia trabalhar em CAD eram os jovens, mas não sabiam nada de projeto, e os projetistas não entendiam nada de CAD. Era um círculo vicioso. A mudança foi irreversível com a evolução dos *softwares*, dos *hardwares*, dos aplicativos, da internet e das impressoras coloridas. Tudo mudou. Se por um lado os recursos de apresentação se tornaram cada vez mais interessantes, o envio dos projetos ficou mais rápido e facilitou a comunicação entre equipes, por outro reduziram-se as reuniões presenciais, quando se davam as trocas e as discussões sobre conceitos de projeto." (Cambiaghi, 2024).

Os acervos encaminhados para processamento e guarda em Arquivos públicos são ainda na maior parte em papel. Enfrenta-se, portanto, a necessária integração entre os acervos produzidos em formato digital e os acervos em papel digitalizados.

Conforme observa Peyceré, "a gestão deste novo meio coloca um grande número de questões que na França, pelo menos no *Centre d'archives d'architecture du XXe siècle*, só puderam ser colocadas e exploradas até certo ponto. Um processo de integração e classificação dos arquivos digitais dos arquitetos ainda não foi implementado como em outros centros de arquivo (no Centro Canadense de Arquitetura ou no Flemish Architectuurinstituut, por exemplo).

Entre os problemas a serem enfrentados está o tamanho dos arquivos digitais. Assim que o apoio concreto aos arquivos digitais se tornar comum, parece provável que o tamanho dos arquivos – que é medido em *terabytes* nas agências que conhecemos – criará limitações; o seu processamento (classificação, descrição, conversões) exigirá um tempo significativo, e este será adicionado ao tempo de processamento dos arquivos "em papel" (Peyceré, 2023, p. 103).

7. O direito à memória e ao esquecimento

A organização de um acervo nos leva a refletir sobre os critérios que utilizamos para escolher os documentos, classificá-los e finalmente incluí-los como parte de tal arquivo. Arquivos não são instituições neutras, como nos lembram vários autores, dentre eles Ariella Azoulay.

Trabalhar a documentação e com os seus lugares de memória significa questionar um discurso de poder, de quem determina "o que se vê e o que se pode dizer sobre o que é visto," como escreveu Jacques Rancière em "A partilha do sensível" (2005). E isso implica e impacta o direito que se tem (ou não) à memória como bem público, como afirma Giselle Beiguelman.[9] "A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo." (Beiguelman, 2019).

A atual gestão do Centro Universitário Maria Antônia da USP tem procurado tornar visíveis documentos e histórias do período da ditadura. A Exposição "Experiências artísticas de presos políticos na ditadura civil militar" é composta por desenhos, xilogravuras e colagens produzidos por 12 presos políticos[10], a partir dos anos 70 do século passado. A exposição reuniu também uma série de vídeos que tornam visíveis episódios, relatos e testemunhos de um dos períodos mais violentos da ditadura, destes militantes políticos presos, torturados, transferidos de prisão a prisão.

Os trabalhos foram realizados em diferentes presídios de São Paulo: Tiradentes, Carandiru, Penitenciária Feminina, Hipódromo, Presídio Militar Romão Gomes (Barro Branco) e, alguns, dentro do próprio Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Alípio Freire e Rita Sipahi guardaram, organizaram e conservaram o material produzido pelos presos políticos. "Cada expressão artística expressa as marcas da história com uma cor, com uma forma ou palavra produzidas atrás das grades.

Alípio e Rita foram generosos com a memória de toda uma geração, tanto da memória política como da memória amorosa. Conservaram na sua casa um verdadeiro museu dos anos de chumbo.

Não é fácil obter dos autores o material. Os presos políticos deixaram a prisão em dias, meses e anos diferentes. Alípio ficou preso durante cinco anos. O caminho seguido por cada um deles era muito

9. Ana Pato, "Entrevista com Giselle Beiguelman", Acervo 32, nº 3 (27 de agosto de 2019), p.13.

10. Aldo Arantes, Alípio Freire, Angela Rocha, Artur Scavone, Carlos Takaoka, José Wilson, Marcelo Cyrillo, Regis Andrade, Rita Sipahi, Sergio Ferro, Sergio Sister, Yoshyoka Takaoka.

variado. Avaliem o significado de guardar e conservar um acervo com 300 imagens. Custa poeira, espaço e amor." (Silva, 2023).

O Centro Maria Antônia também foi objeto de uma exposição. Realizada a partir do conjunto completo dos diapositivos feitos pelo arquiteto fotógrafo Hiroto Yoshioka,[11] a exposição "A Batalha da Maria Antônia" tem como objeto o confronto que se deu em 1968 na rua Maria Antônia em frente ao edifício Rui Barbosa, onde se localiza o Centro Universitário. Construído em 1930, originalmente como parte do Liceu Nacional Rio Branco, em 1949, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP ocupa o prédio, e outras faculdades da Universidade, como a Faculdade de Economia na rua Dr. Vilanova e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na rua Maranhão, passam a compor uma base efervescente da vida universitária no centro da cidade de São Paulo.

Em plena ditadura, nos dias 2 e 3 de outubro de 1968, aconteceu uma passeata de alunos secundaristas que se transformou em confronto. Protagonizado por alunos da USP e do Mackenzie e por policiais militares, conhecido como a Batalha da Maria Antônia, resultou na morte de um estudante secundarista, dezenas de feridos, além da depredação do edifício Rui Barbosa. Hiroto Yoshioka, arquiteto e fotógrafo, testemunhou e fotografou os conflitos. A exposição foi organizada a partir da sequência de slides e foi acompanhada de um depoimento em *off* do próprio fotógrafo.

Em 1991, os prédios do conjunto começaram a ser devolvidos à USP e, em 1993, o edifício principal, o Rui Barbosa, foi reaberto como Centro Universitário Maria Antônia. Em 1998, o edifício Joaquim Nabuco foi devolvido também. Sem condições de uso, passou por reformas e foi reinaugurado em 2017, integrando o centro cultural, com novos espaços expositivos e auditório.

8. Acervos e arquivos como espaço de disputa

A prática que se iniciou nos anos 1960, mas se ampliou nos anos 1980, da doação por arquitetos ou seus familiares quando da

11. **Hiroto Yoshioka,** arquiteto e fotógrafo, colaborou para a *Ação Popular* fazendo fotografias para passaportes de militantes, microfilmou livros e fez da fotografia sua vida.

ocorrência de sua morte às Bibliotecas e Arquivos das faculdades de arquitetura, tem se interrompido pela aquisição por instituições no exterior de coleções completas de projetos de arquitetos e urbanistas.

Os acervos de arquitetos e urbanistas enquanto objeto de disputa revelam o valor que adquiriram os projetos, em forma de desenhos, croquis e maquetes, para as coleções em instituições públicas e privadas.

Foi o caso dos acervos completos de Paulo Mendes da Rocha e de Lucio Costa adquiridos pela Casa de Arquitetura em Portugal e a venda a Universidades e instituições norte-americanas dos acervos do arquiteto Ferrari Hardoy de Buenos Aires e o de Max Cetto de México.

O debate mais recente, que mobiliza pesquisadores sobre o destino e o livre acesso aos acervos, assumiu novos contornos com reações e análises apaixonadas ampliadas além do universo de projetos, envolvendo outros repositórios de experiências artísticas e culturais. Questiona-se como evitar que os acervos participem da reprodução de práticas colonizadoras e a possibilidade de estabelecer limites à liberdade de definir o destino dos acervos.

Referências Bibliográficas

AZOULAY, A. The Imperial Condition of Photography in Palestine: Archives, Looting, and the Figure of the Infiltrator. **Visual Anthropology Review**, v. 33, Issue 1, 2017. p. 5-17.

BEIGUELMAN, G. Entrevista *in* PATTO, Ana. **Revista Acervos**, v. 32, n. 3, set/dez 2019.

CALABI, D. Ensino de Manfredo Tafuri nos anos 70 e 80. A criação do Departamento de História da Arquitetura da Escola de Veneza. Os últimos escritos, o retorno ao renascimento. **PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/ Universidade de São Paulo.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, v.1. São Paulo: FAU, 1990. p. 110-117.

CASTRO, A. C. V.; CARVALHO E SILVA, J. M., COSTA; E. A. (orgs.). **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo.** São Paulo: FAUUSP - Coleção Caramelo, v. 1, 2021.

COHEN, J.L. Ceci n'est pas une histoire. **Casabella**, a. LIX, Elemond, Milão, 1995. p. 48-55.

DE DECCA, E. O Estatuto da História. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 34, 1991. p.7-10.

LIRA J. T. C.; DELECAVE, J.; PROSPERO, V.; FIAMMENGHI, J. Acervos, histórias e arquiteturas: notas sobre ensino e pesquisa. *In*: CASTRO, A. C. V.; CARVALHO E SILVA J. M.; COSTA, E. A. (orgs.). **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo**, Coleção Caramelo, v. 1, FAUUSP, 2021. p. 150-171.

GUTIERREZ, R. Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano. **Arquitextos**, n. 008.08, a. 01, jan. 2020.

MONEO, J. R. La Ricerca come lascito. **Casabella**, a. LIX, Elemond, Milão, 1995, p.132-143.

PINHEIRO, M. L. O estudo da arquitetura colonial brasileira: sua inserção no curso de arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo. *In*: CASTRO, A. C. V.; CARVALHO E SILVA J. M.; COSTA, E. A. (orgs.). **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: FAUUSP - Coleção Caramelo, v. 1, 2021.

PEYCERÉ, D. Les archives d'architecture en France, un patrimoine récent et fragile. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, Extra 1, 2023. p. 87-106.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível:** estética e política. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXC experimental org.; Ed. 34, 2005.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo, EDUSP, 2000.

SILVA, J. Theodoro. Imagem testemunho. **Jornal da USP**. São Paulo, 27/04/2023.

Entrevista realizada com Francesco Dal Co, diretor do IUAV, em março de 1999 no contexto da pesquisa: Programa de visitas a Programas de Pós-Graduação em Urbanismo e Planejamento urbano em Paris, Londres e Veneza. Período 18 de janeiro a 5 de março de 1999, FAUUSP, Apoio Capes.

Capítulo 2

Acervos: onde as coisas tomam sentido?[1]

Ana Fernandes

A organização institucional da memória e de suas bases está em ebulição. Problematizada desde muito e crescentemente questionada como fonte e consequência de formas de opressão e de aniquilamento social, racial e cognitivo, a memória se torna uma trincheira importante na disputa por legitimação de modos de existência e por reparação frente a processos desiguais e violentos. O direito à memória, entramado ao direito à justiça e ao direito à verdade, pode então ser compreendido como uma prática social, cultural e política que coloca em xeque modos de seleção, de preservação, de organização e de disponibilização de todo tipo de registros – sejam eles escritos, iconográficos, orais, materiais – assim como os lugares nos quais estão depositados.

Nesse sentido, são instigantes as múltiplas iniciativas que pululam mundo afora e que buscam ancorar memórias cotidianas, afetivas, comuns, no amplo universo – ou no pluriverso – das formas de vida no planeta. Da Bahia, de Salvador, o Acervo da Laje, criado em 2011, é exemplar a esse respeito: trata-se de "espaço de memória

1. Esse texto recupera e amplia uma fala que apresentei, em dezembro de 2021, ao "II Seminário Arquivos, Historiografia e Preservação: perspectivas contemporâneas", na mesa "Os acervos e a cidade: Salvador entre planos de urbanismo e práticas de memória", organizado pela FAU-USP, FA-UFBA, FAU-UFRJ e FAU-UnB.

artística, cultural e de pesquisa sobre o Subúrbio Ferroviário de Salvador"[2], espaço que tem mobilizado de modo contundente modos de ser, de fazer, de pensar e de criar, polarizados a partir de um território que adquire expressão e desdobramentos multiescalares. Em outro caminho, mas parte do mesmo processo, tentativas de reversão de práticas e de hierarquias. Na entrada do Museu de Arqueologia e Antropologia de Cambridge, pode-se ler: "Estamos trabalhando continuamente para descolonizar nossa prática e as estórias que contamos, e para compreender as interações complexas e frequentemente traumáticas que trouxeram esses objetos excepcionais para Cambridge. Pesquisando com nossos parceiros e renovando modos de expor, buscamos tornar evidentes essas histórias e explorar preocupações contemporâneas e futuros possíveis."[3]

A memória do urbanismo e do planejamento urbano não foge a essa interessante conjuntura. Por características do próprio campo, suas temporalidades, seus expressivos vínculos com o município, seu modo de produção, suas hierarquias, seu lugar nos caminhos de constituição da memória, são muitos os movimentos que compõem esse processo de ênfase crescente nos arquivos e acervos a ele vinculados, bem como de sua rearticulação e reinvenção.

É de uma das experiências que integram esse vasto conjunto de iniciativas que trata o presente texto. O Acervo do EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (1942-1948), referência para a história do urbanismo na cidade, vai nos guiar nessas reflexões, não sem antes tecermos considerações sobre processos que circunstanciam e problematizam esse campo de reflexão e de atuação.

Acerca de arquivos e de acervos

A relação com o Outro, por afirmação e por negação, é sempre um ponto fundamental na definição de arquivos e acervos, seja qual for sua natureza. É nessa interface que residem escolhas, legitimadas

2. Acervo da Laje. Disponível em https://www.acervodalaje.com.br/. Acesso em 25 fev. 2024.

3. Sinalizador colocado na entrada do Museu de Arqueologia e Antropologia de Cambridge, fotografado em visita realizada em 20 de junho de 2023. Tradução livre.

por condições políticas, institucionais e científicas ou intelectuais que validam um mundo que hipoteticamente valeria a pena ser conhecido e reproduzido. Nesse sentido, a necessidade de uma desnaturalização constante das fontes e marcadores que derivam em processos de conhecimento e deles são derivados.

Nomear algo "é definir suas circunstâncias e sua alma" (Woolf, 2005, p. 77).[4] Ordená-las como instrumento de compreensão também. Na Enciclopédia Chinesa de Borges (2000, p. 75-77), argutamente citada e analisada por Foucault no Prefácio de *As palavras e as coisas* (1988), nomeação e ordem são colocadas em situação limite, causando estranhamento e inquietação sobre o modo como se encadeiam os sentidos do mundo ali representado. Em "uma certa enciclopédia chinesa intitulada Empório Celestial de Conhecimento Benévolos", consta que "os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador; b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um finíssimo pincel de pelo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar o vaso, n) que de longe parecem moscas" (Borges, 2000, p. 75-76).

Desnaturalização, portanto, que carrega os sentidos de adesão a possibilidades carregadas pelo Outro e, ao mesmo tempo, de estranhamento ou impossibilidade de pensar apenas com nossos repertórios positivistas, cartesianos e autossuficientes. Postura que se desdobra ao colocar em questão o próprio modo como pensamos e categorizamos, suas circunstâncias, contextos e sistemas de referência legitimados e progressivamente naturalizados. Como no deslocamento contundente da ordem alfabética por Borges que, mantendo-a em sua aparente normalidade, introduz o Ocidente a um mundo fantástico e estranho. "Notoriamente, não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural", afirma ele (Borges, 2000, p. 77). Portanto, a problematização e compreensão dos arquivos está diretamente atrelada a processos instituídos e instituintes de ordem social, de modos de conhecimento e reconhecimento e de exercício

4. Trata-se de crítica ácida à relação de turistas ingleses em passeio pela Grécia. Para eles, segundo ela, "os alemães são turistas e os franceses são turistas, mas os ingleses são gregos".

de poder. Não por acaso, um levante cultural de acervos populares marca progressivamente o horizonte, com acentuação dos marcadores de gênero e de raça.

Isso nos remete diretamente à questão dos Arquivos públicos, imediatamente vinculados a sistemas estatais e seus modos de operação. Sua natureza tem sido estadocêntrica. Mas, mesmo unitários, eles são também plurais, pois são compostos de variedade enorme de documentos de diferentes tipos. E a pujança da discussão atual sobre direito à memória recoloca questões que abarcam várias de suas dimensões. A relação com a democracia, por exemplo. O que deve ser guardado e o que deve ser descartado? O que deve permanecer em segredo de Estado? Quais os tempos para a disponibilização? Se essas indagações estão relativamente equacionadas no Brasil, embora frequentemente burladas, pela Lei de Acesso à Informação[5], persiste a questão daquilo que falta ser guardado. Ou seja, a democracia não se restringe àquilo que é produzido pelo aparato estatal. Que novas ordens de existência e sentido reclamam outros registros e formulações? O que falta movimentar nos arquivos para lhes dar maior sentido social e cultural? Que outros arranjos documentais podem ser pensados para dar lugar a construções plurais de sentidos? Que outras instituições públicas de memória devem ser estruturadas? Que relações com as correlatas instituições privadas? Com ainda poucos, embora combativos, defensores em nosso país, os arquivos, seu estado e sua dinâmica expressam relações entre modos de cultivar memórias, de fazer história e de construir possibilidades plurais e democráticas de vida.

Alguns caminhos são desoladores, pois indicam um sequenciamento de perdas. A destruição pelo fogo é um deles: para o período recente, lembremos dos desastres do Museu Nacional em 2018, da Cinemateca Brasileira em 2016, do Museu da Língua Portuguesa em 2015. Descaso, falta de prioridade e modos deformados de financiamento devastam nossa memória, ao lado de outros dramas sociais e ambientais, muitos deles também reduzidos a cinzas: florestas, aglomerados populares, até mesmo pessoas.

Por sua vez, o crescimento vertiginoso dos circuitos mercantis dos arquivos e acervos, públicos e privados, cria situações no mínimo

5. Lei n. 12.527/2011.

embaraçosas para o cultivo da memória. Uma delas está ainda em curso em Salvador neste ano de 2024. O Arquivo Público do Estado da Bahia, que abriga coleções significativas para a história e a memória da cidade, do Estado, do país e de variados trânsitos internacionais[6], está sob ameaça recorrente de despejo desde 2005. O imóvel que o abriga, a Quinta do Tanque, ele mesmo um arquivo da nossa história, tombado pelo IPHAN desde 1949, foi penhorado pela Justiça para dar cumprimento a uma ação polêmica contra o Estado[7], já tendo ido a leilão em 2021 e em 2023. Uma situação reversa, na qual a transformação do edifício em carteira imobiliária põe em risco a guarda do acervo. Uma outra diz respeito à "fuga dos acervos"[8], como foi nomeado o processo de imigração definitiva de importantes registros de arquitetura e de urbanismo em direção à metrópole que colonizou o Brasil em 2020 (o de Paulo Mendes da Rocha) e em 2021 (o de Lucio Costa). Uma espécie de rapto consentido – aprofundamento dos mecanismos primevos de troca desigual, legitimados agora por acordo privado com um violento mercado cultural globalizado – com muitas opacidades no ato. Um país que conseguiu imaginar e construir, mas que não consegue manter os registros do que foi concebido. Que compromissos e perspectivas políticas e culturais estão sendo construídas? [9]

6. Particularmente para o período em que Salvador exerceu o papel de capital do Atlântico Sul. Ali estão abrigados cerca de 40 milhões de documentos, dos quais quatro conjuntos documentais já reconhecidos pelo Programa Memória do Mundo da Unesco.

7. "O imóvel vai ser levado a leilão por causa de uma ação ordinária movida pela TGF Arquitetos Ltda, ajuizada em 25 de setembro de 1991, em curso na 3ª Vara Cível da Capital, contra a Bahiatursa, "em que se buscava receber indenização por serviços que teriam sido prestados na elaboração de projetos." Na época, a Bahiatursa teria alegado a inexistência de contratação e que os projetos não haviam sido apresentados de forma espontânea. (Milena Marques, "Arquivo Público da Bahia vai a leilão pela segunda vez para pagar dívidas do governo". Jornal Correio*, 13 de outubro de 2023. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/arquivo-publico-da-bahia-vai-a-leilao--pela-segunda-vez-para-pagar-dividas-do-governo-1023. Acesso em 15/02/2024

8. Betoneira Podcast. "A Fuga dos Acervos", episódio 31, 05 dezembro 2021. Disponível em: https://betoneira.substack.com/p/a-fuga-dos-acervos. Acesso em 16/02/2024.

9. Ainda a considerar que, no mês de março de 2024, após uma medida logo anulada da prefeitura de Santa Cruz do Sul (RS), a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná determinou que fossem retirados das escolas estaduais os exemplares do Livro *O avesso da pele*, de Jefferson Tenório, procedimento repetido pelos estados de Goiás e de Mato Grosso do Sul.

Acervo do EPUCS: organizar, operar, pensar

O EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, desenvolvido entre novembro de 1942 e janeiro de 1948, coordenado pelo engenheiro Mário Leite Leal Ferreira e codirigido pelo arquiteto Diógenes de Almeida Rebouças, teve seu acervo progressivamente abandonado, parte arruinada, na mesma medida em que passava a ocupar lugar secundário no modo de compreender a cidade e sobre ela atuar. De caráter institucional, elaborado em sua maior parte no período da ditadura getulista, com ampla vigência de pensamento autoritário, ele revela também uma série de outras dimensões – seja pela presença, seja pela ausência – na constituição de um campo de ação urbanística em Salvador. Foram três décadas de abandono, descaso ou ausência de prioridade, mesmo frente a apelos recorrentes de zelo para com a memória de uma das mais importantes experiências de plano de urbanismo no país no período.

O trabalho de recuperação e disponibilização do acervo do Escritório, depositado junto ao Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS), que se desenrolou durante 10 anos, entre 2004 e 2014, mobilizou muitas pessoas e instituições[10]. Foram então disponibilizadas para consulta on-line 4.636 fichas de descrição, relativas às coleções de documentos textuais, de impressos e de livros, de fotografias, assim como de aerofotos, mapas e plantas, catalogados de forma transversal aos acervos do AHMS, integrando-os, no que concerne ao EPUCS, numa base única de pesquisa. O acesso físico à documentação iconográfica ganhou sala especial de consulta, sendo que os documentos textuais e os impressos podem ser manuseados nos respectivos setores do Arquivo.

Todo esse processo de trabalho nos possibilita interrogar os sentidos que podem tomar os processos de organização e de operação de um acervo de urbanismo abrigado num Arquivo Público Municipal.

10. Tive a oportunidade de coordenar a recuperação e disponibilização pública da documentação do EPUCS junto ao Arquivo Histórico Municipal de Salvador, que durou 10 anos, período no qual o projeto foi ganhando corpo e apoios diversos. Para uma breve apresentação do projeto, ver http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/epucs.html e http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/ficha-tecnica.html. Para uma abordagem mais detalhada, consultar Fernandes (2014).

Fica claro que essa condição traz uma proximidade com esquemas naturalizados de organização e legitimação do conhecimento, muito mais que possibilidades de redirecionamentos profundos. Mas o próprio acesso a essa documentação e pequenos deslocamentos em sua organização parecem importar para a compreensão crítica das múltiplas camadas de experiências que envolvem planos e projetos realizados para a cidade. A criação de uma Seção Urbanismo no Fundo Prefeitura Municipal, sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de Salvador, deu base para todo o processo e pode ser considerada um avanço para o cultivo da memória institucionalizada do campo. E 10 anos depois de sua disponibilização, o que pode ser dito sobre ela?

Três recortes vão guiar a problematização de todo esse percurso. Eles são tomados para ordenar as ideias, embora atuem simultaneamente, em interação constante e com fronteiras difusas:

- o de **organizar**, com sentido dado pela inserção numa ordem e seus caminhos de seleção e de enquadramento. O que dá sentido é a unidade da atividade – a elaboração de um plano de urbanismo para a cidade do Salvador –, em torno da qual se organizam os documentos.
- o de **operar**, com sentidos múltiplos dados pelo fato de transitar pela materialidade dos documentos e registros, ou seja, por processos de trabalho que envolvem suas próprias lógicas organizativas, além do encontro com os artefatos e técnicas que o tornam possível. Base sempre lacunar, a bibliografia existente e as entrevistas com membros da equipe faziam a transição entre operação e pesquisa e abriam possibilidades de entendimento, ao mesmo tempo em que revelavam novas lacunas.
- o de **pensar**, como atribuição de sentido reflexivo e crítico que parte dos acúmulos e problematizações no campo da história do urbanismo e da cidade, envolvendo distintas escalas. Um conjunto de interfaces entre experiências e interesses, entre plano e cidade, entre instrumentos e diretrizes, entre perfis de profissionais e redes de cooperação e de referência, entre bibliografias, entre presenças e ausências produz inquietação

e curiosidade, assim como construção de inteligibilidades que podem permitir renovar a compreensão dos processos acionados pelo campo.

Organizar

Trata-se de desmembrar um conjunto documental e enquadrá-lo numa ordem considerada adequada do ponto de vista de suas lógicas e institucionalmente legitimada. São operações de seleção e de priorização, negociando possibilidades que escapam a certas rotinas classificatórias. Num sentido projetivo e utilizando os padrões definidos pela arquivologia, refletir sobre os melhores caminhos para a recuperação de informações e sua localização. Assim, normas, tipos de documentos, enquadramento, arco temporal, recursos disponíveis, funcionamento institucional, priorização estão tensionando todo o tempo o processo de trabalho.

Importa afirmar que o valor do acervo já estava pressuposto – embora maltratado e sem qualquer destaque, ele já integrava o acervo do AHMS – e, portanto, expressava, ao mesmo tempo, rotina documental e uma certa legitimação político-social. A unidade do acervo estava dada pela vinculação a uma atividade contratualizada com a Prefeitura Municipal de Salvador. Como já mencionado, o passo institucional importante dado no processo de recuperação do acervo foi a criação de uma seção de urbanismo no Arquivo, pensada, em princípio, para agrupar toda a documentação acerca de planos e projetos para a cidade.

Percorrer ordens preestabelecidas, embora sempre em lento movimento, nos coloca num espaço extremamente normatizado e rígido em termos de regras. São muitas chaves de descrição, hierarquias, sequenciamentos, espaços, formalização da escrita, dentre tantas outras. O acúmulo de normas ativa várias escalas espaço-temporais, que derivam de abrangência nacional e de articulações internacionais. O Arquivo Nacional é de 1838. O de Salvador, enquanto arquivo geral do município, é de 1932, embora com existência anterior, dada sua condição prévia de capital do país.

O acervo do EPUCS é formado por variados tipos de documentos: escritos, que aglutinam textuais, impressos e livros; e

iconográficos, que reúnem fotografias, aerofotos, desenhos, mapas e plantas, constituindo um conjunto importante de dados e informações acerca da cidade e da experiência da elaboração do plano. A perda de muitos deles já era sabida, devido a mudanças constantes de endereço dos organismos de planejamento, mas também a trânsitos de documentos entre membros da equipe, e, muito particularmente, entre Salvador e Rio de Janeiro, local de moradia do engenheiro Mário Leal Ferreira. Infelizmente, nenhuma maquete sobreviveu, embora tenhamos encontrado referências à existência de pelo menos 08 delas. Esse era um recurso essencial no processo de trabalho da equipe, sobretudo para a compreensão da topografia da cidade. Uma delas, a de Salvador, se utilizava de modo original de duas escalas distintas em sua confecção: 1: 10.000 na horizontal e 1:2.000 na vertical, acentuando a percepção de vales e cumeadas e suas transições.

Várias decisões se impuseram no processo de trabalho. A definição de limites temporais para o acervo foi uma questão importante, uma vez que as linhas sugeridas por certa continuidade documental sempre indagam acerca de quais seriam seus marcos definidores. A assinatura do contrato, em novembro de 1942, e a transformação do Escritório autônomo em Comissão vinculada à Prefeitura, em janeiro de 1948, foram escolhidos como momentos definidores de sua vigência principal, embora escapes possam ser observados nas duas direções temporais, em função de processos que operam para além de seu aprisionamento institucional.

De toda forma, a escolha parece descrever bem o período de maior vigência do EPUCS junto à Prefeitura de Salvador enquanto processo de construção de um plano. Em seu início, mostra uma correlação de forças estaduais que também operava a cidade, tendo sido o contrato assinado cerca de um mês antes da demissão de Landulfo Alves, então interventor do estado. Em seu final, em 1948, marcado também pela morte precoce de Mário Leal Ferreira um ano antes, o Escritório é integrado formalmente à administração municipal, passando a se chamar CPUCS (Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador). Simultaneamente, é publicado o decreto-lei 701/48, que institui as diretrizes definidas pelo EPUCS para o zoneamento de Salvador, assim como estabelece critérios

para aprovação de loteamentos junto à Prefeitura. Essa legislação permanece como referência importante até os anos 1980, quando o PLANDURB (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano), elaborado na segunda metade dos anos 1970, será aprovado.

Assim, embora o arco temporal tenha se concentrado no período 1942-1948, foram também tratados conjuntos de documentos referentes ao período imediatamente anterior – nomeado antecedentes do EPUCS[11] – e imediatamente posterior – nomeado CPUCS, comissão que vai existir até 1958, sendo até 1952 coordenada pelo arquiteto Diógenes Rebouças.

O processo de decisão sobre o que deveria e poderia ser recuperado foi delicado. Se, para os documentos escritos – textuais, impressos e livros – e para as fotografias e aerofotos tratava-se sobretudo de higienização, classificação e acondicionamento, além de revelação de negativos, para os desenhos, plantas e mapas, a questão era mais complexa. Dentre eles, uma grande quantidade estava bastante deteriorada, transitando de originais em papel vegetal a cópias heliográficas e esquemas desenhados sobre papel, de tamanhos variados, com plantas chegando a medir cerca de 5 metros. Os recursos disponíveis impuseram um limite para o trabalho e 350 documentos foram priorizados, considerando sua representatividade para o trabalho desenvolvido pelo Escritório, em estreita correlação, portanto, com o restante da documentação.

Romper a unidade do acervo foi outra questão relevante com a qual nos deparamos. Teria mesmo de ser espacialmente dividido? O modo de organização do Arquivo Municipal e sua estrutura institucional, com responsabilidades dela derivadas, impuseram esse desmembramento em 3 andares diferentes: livros para o acervo de impressos e biblioteca; fotos e plantas para o acervo audiovisual, iconográfico e cartográfico; documentos escritos para o acervo textual. Não deixa de ser um certo esquartejamento da produção do EPUCS. Embora todos os documentos tenham sido devidamente

11. Que integra referências desde a criação da Diretoria de Urbanismo e Cadastro (DUCP) junto à Prefeitura de Salvador, até a participação da Bahia no I Congresso de Urbanismo no Brasil, em 1941, ou ainda a visita de Agache e a troca de correspondências entre Jeronymo Coimbra Bueno e o responsável pela DUCP acerca da elaboração de um plano para a cidade.

identificados como fazendo parte de um mesmo conjunto documental, eles deixaram de habitar o mesmo espaço: sua unidade só pode agora ser recomposta pelo sistema abstrato de classificação e de recuperação das informações. Daí, inclusive, sua importância. Por outro lado, ele também pode ganhar outras vidas a partir das bases específicas de sua organização, favorecendo a conexão com outros acervos. De todo modo, se rompe a relação intrínseca entre as diversas formas de registro do plano.

Mesmo assim, alguns acordos foram possíveis. Os volumes de acondicionamento de toda a documentação ganharam identificação específica e, pelas características dos registros iconográficos, uma sala especial foi a eles dedicada, reunindo plantas, desenhos, aerofotos e fotografias. Por sua vez, as pesquisas relativas às chamadas manchas de pobreza, que se assemelhavam a um censo populacional dessas áreas, somadas a plantas que localizavam as diversas moradias, puderam ser guardadas em conjunto, conservando o território como base de agregação dos registros e não o tipo de documento, o que levaria à sua separação. Nesse caso, teve também influência o tamanho da documentação, que pode ser agrupada em caixas-arquivo com tamanho ligeiramente modificado.

Ou seja, organizar remete a sentidos e repertórios ativados a partir de várias camadas – institucionais, disciplinares, conceituais, administrativas, operacionais – que funcionam como regras, com hierarquia de decisões, mas também como campos de negociação.

Operar

Operar os documentos, manuseá-los, transitar entre eles gera encantamento com os processos que envolvem personagens, artefatos e técnicas e trazem a imagem de uma grande oficina de trabalho coletivo. Além de encontrar uma Salvador dos anos 1940 em diversas de suas expressões, sobressaem a da matéria pela qual se constitui o acervo, a das pessoas envolvidas em diversas hierarquias e incumbências, e a das propostas que ali estão sendo construídas. Assim, penetramos num processo turbulento e cheio de vida, sobretudo entre 1943 e 1946, com muitos problemas e demandas, seja na execução do contrato, na liberação de recursos, nas demandas

da Prefeitura, nas ações de setores econômicos que requerem rapidez na aprovação de projetos específicos antes do plano, nas idas e vindas para o levantamento aerofotogramétrico, nas tentativas de discussão sobre o que está sendo proposto.

O processo ressalta ainda a qualidade do material utilizado como suporte. É surpreendente ele ter resistido a tamanho abandono. Os desenhos, as cores, a expressão gráfica – de qualidade insuperável a partir de certo momento –, as referências às maquetes em dupla escala são evidências contundentes da multiplicidade de estratégias para compreensão do território.

Às proposições para os bairros e para o centro de Salvador, muitas delas hoje polêmicas, se somam estratégias para conversas com a sociedade – exposições, álbuns, reuniões com estudantes, inclusive normalistas –, pesquisas abrangentes e a crença, no mais das vezes com ampla base normativa e autoritária, do poder público como detentor privilegiado da racionalidade. Os textos, que trazem reflexões consistentes sobre os processos especulativos e a fragmentação do crescimento urbano, indicam o compromisso com "os supremos interesses da coletividade" na condução do planejamento da cidade. É importante ainda pensar esse coletivo do EPUCS funcionando como uma engrenagem de produção de ideias, reunindo engenheiros, arquiteto, missionário, jesuíta, geógrafo, entre outros. Mario Leal Ferreira trazia, junto com o EPUCS, uma ideia de sociedade. Podemos dizer que ele era um adepto da ideia de Estado Social, responsável pelo bem-estar geral. Estado Social autoritário e com muita simpatia pela eugenia.

Assim, a ambiguidade é latente: no caso dos núcleos proletários pensados para serem distribuídos pelas diversas centralidades da cidade, o que não os confinava a uma única região, se impunha, ao mesmo tempo, a previsão de formas para sua contenção, pelo dever de preservar os valores fundiários. A própria equipe era ambígua. Nos relatórios produzidos por várias cabeças pensantes, ideias mais avançadas ou mais conservadoras e preconceituosas vêm à tona: por exemplo, há os que criminalizam moralmente a pobreza e aqueles que a compreendem como responsabilidade do estado.

A imprecisão de autoria é mais um desafio colocado ao processo de recuperação do acervo. Dezenas de documentos não trazem

identificação direta de quem os produziu. A procura de coerência é permanente e, a cada momento, se constrói o que parece ser adequado, mas passível de ser revisto a qualquer nova descoberta de um documento ou de uma informação. Assim, em casos em que é possível alguma pista[12], busca-se, a partir de questões colocadas, a atribuição/suposição de autoria. O encontro de nexos no processo de trabalho é compensador. Os desenhos que atribuímos a Mario Leal Ferreira, por exemplo, encontrados no meio de um conjunto de textos e que mostram todo o processo de construção do diagrama geométrico do EPUCS, explicitam um desses momentos, que congregam descoberta e alegria.

Mas a operação do processo envolve ainda duas outras dimensões com uma interface direta com o presente: através de entrevistas com pessoas que participaram do plano ou que lutaram por sua guarda; e através dos responsáveis pelo artefato de recuperação da documentação iconográfica.

Na participação direta da execução do plano, os relatos – os profissionais mais longevos estiveram vinculados ao setor de desenho – revelam respeito e admiração pelo trabalho realizado. Sobressai a história da técnica, ressaltando as exigências relativas à precisão dos traços – por exemplo a concordância das curvas a nanquim – e a acurácia do saber topográfico, elemento âncora de competência para a seleção de membros da equipe. Os primeiros passos da cópia heliográfica – revelação feita diretamente com a exposição do papel à luz do sol, dosada por quem manipula o processo – também vêm à tona e, num contraponto com o presente, deixam transparecer o valor dado aos procedimentos manuais. A memória que assim emerge parece derivar dos sentidos que são dados pelo modo como cada sujeito se envolve na atividade realizada. Indica sua posição na divisão do trabalho, o lugar que ocupa na hierarquia e a capacidade de percepção e de atuação no processo, mais restrito, submetido, especializado ou mais ativo e mais geral.

12. A sistematização do trabalho do EPUCS realizada pelo PLANDURB e publicada em 1976, ainda contando com a presença de muitos de seus participantes, dos quais salientamos o arquiteto Diógenes de Almeida Rebouças, vice-coordenador do Escritório, foi fundamental como guia para a compreensão e operação da documentação (Salvador, 1976).

Entre os vários profissionais que batalharam pela guarda da documentação, são nítidas duas posturas concomitantes: a importância acordada ao plano do EPUCS e a percepção da perda progressiva do lugar privilegiado que ele ocupava na definição dos rumos da cidade, numa conjuntura de política urbana que já era bem outra.

Em termos da recuperação dos artefatos, uma enorme cadeia de cooperação se revela porque carrega interfaces com saberes e recursos de diversos tipos a montante e a jusante. Embora anônimos na maior parte da vezes, são elos imprescindíveis e vitais no processo social que envolve esse trabalho, coletivo por natureza. A colaboração com o Setor de Conservação e Restauração de Documentos do Arquivo Nacional foi fundante. Saber recuperar as plantas, ou seja, higienizar, planificar, consolidar rasgos e acondicionar[13] trouxe questões de base, como as relativas ao papel, à cola, à técnica do corte, às fontes de provisão dos materiais, ao espaço necessário para todo esse manuseio, aos impedimentos e aos ritmos do orçamento público. Por sua vez, a situação do papel fragilizado em plantas de até 5 metros trouxe questões como a da digitalização necessária sem exercer tração sobre o documento – o que levou à decisão de fotografar as plantas com correção de ângulo – e a de seu armazenamento, visto que estava colocado o problema do tamanho das mapotecas e da opção por outros suportes para sua guarda em condições adequadas. Além disso, o encontro com servidores profundamente comprometidos estimulou e renovou todo o processo. Embora no mais das vezes invisibilizados, sua primorosa dedicação honra a obra artesanal e o fundamento do funcionalismo público.

Portanto, aqui, operar acervos tem seu sentido dado por intenso processo de trabalho, atenção aguçada e gratas descobertas e surpresas. Também importam seus limites móveis e a provisoriedade dos arranjos.

13. Esses são os termos técnicos utilizados pelo Setor de Conservação e Restauração de Documentos do Arquivo Nacional, que realizou conosco, entre 15 e 19 de junho de 2009, no espaço do Arquivo Público do Estado da Bahia, a "Oficina de Higienização, Planificação, Consolidação de Rasgos e Acondicionamento de Plantas em Papel Vegetal", congregando técnicos também do Arquivo Histórico Municipal de Salvador e pesquisadores da Universidade Federal da Bahia. Cf. Alda Arcoverde e Lucia Peralta. Relatório da referida Oficina. Rio de Janeiro, 2009.

Pensar

Pensar aqui o acervo do EPUCS traz um duplo sentido: como particularidade do tempo histórico e como reflexão no campo da história do urbanismo e da cidade. Enquanto acervo público, embora permanente[14], podemos considerar que ele descola do presente como modo de operação corrente da realidade. Como no caso do patrimônio, sua unidade está dada por essa divergência, pelo valor a ele atribuído e pela necessidade de sua preservação.

Quanto à atribuição de sentido reflexivo em diálogo com o campo da história do urbanismo e da cidade são as preocupações e questões colocadas pelo campo que vão alimentar o processo. Elencando apenas algumas delas como abertura de possibilidades para o aprofundamento dessa construção: como a disponibilização de acervos e o acesso a eles estimula o pensamento sobre o urbanismo no Brasil?[15] E qual seria, nesse universo, a contribuição do acervo do EPUCS? Que questões dariam a ele importância e protagonismo? Que elementos de distinção e de confluência o caracterizam e em que termos? Trata-se de fazer uma história regional, nacional ou ambas? Como ele se espraia no tempo? Em que momento perde a vigência e se transforma em acervo permanente?

Por sua vez, fugir do autorismo e privilegiar a inteligência coletiva é uma questão que me parece particularmente relevante na análise de planos para nossas cidades, por tensionar a ideia do gênio criador soberano e, muitas das vezes, desterritorializado. O processo de trabalho do EPUCS, percebido através de sua documentação, deixa bem evidente as interações e os trânsitos entre vários profissionais, entre experiências diversas, entre distintas concepções da cidade e do urbanismo. A elaboração de biografias coletivas[16] parece

14. Interessante recuperar a transição que foi feita da antiga nomeação de "arquivo morto" para a de "arquivo permanente", indicando a importância que ele guarda para os processos em curso. Segundo a Lei 8.159/91, que "dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências", "consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados". (art. 8º, §3º).

15. A essa pergunta, a fuga de acervos em direção a outros países deixa uma lacuna não apenas documental, mas também reflexiva.

16. Considerando a experiência do EPUCS, explorei preliminarmente esse tema em Ana Fernandes. "Autorismo e Prosopografia em Urbanismo. Reflexões e Empirias" (2021).

poder contribuir para a compreensão desse processo de construção que envolve pluralidade de personagens, de ideias e de posições políticas, estas últimas, aliás, ainda bem pouco frequentes em nossa literatura, com as exceções de sempre.

Importa entender ainda que considerar um plano finalizado é uma decisão tomada por vários motivos. Ele traz assim um sentido de unidade derivado de uma estabilização temporária, mais ou menos longa em função das conjunturas, de um processo em torno de propostas e de normas, que continuarão a ser disputados na vida da cidade. Em termos documentais, portanto, volta a questão do arco temporal a ser definido, uma vez que o caráter inacabado do EPUCS permite que a ele esteja integrado um conjunto de registros que possivelmente não estaria no acervo em outras circunstâncias.[17]

A renovação de questões e de problemáticas acerca do campo da história do urbanismo e da cidade constitui outro desafio. Por um lado, pensar o que está e como está instiga a reflexão sobre o que não está. Particularmente inspirado por formas de tensionamento social, cultural e político, esse pensar desestabiliza repertórios academicamente legitimados e explicita a contundência de vazios interpretativos. A própria lacuna portanto pode ser tratada teoricamente, problematizando tanto o documental quanto o analítico. O modo como a questão da raça comparece no EPUCS manifesta essa conjunção: sua ausência pode ser constatada como regra geral, embora haja discretas referências à eugenia como pano de fundo do Plano. Assim, embora as pesquisas de campo e as fotografias sejam suficientemente eloquentes para dela dar conta, as menções são apenas estatísticas ou, pelos títulos das fotos, se referem ao "elemento humano" presente na cidade. Em sentido inverso, depreende-se respeito pela população pobre que, embora ambíguo, como anteriormente mencionado, percorre vários documentos do plano.

Portanto, confrontar as próprias linguagens presentes no Plano ou os registros de diversas ordens que lhe sejam contemporâneos parece fundamental para a compreensão de novas questões de

17. A considerar também a própria estrutura institucional dos Arquivos em termos de catalogação dos documentos.

pesquisa que se enunciam. Para o EPUCS, por exemplo, colocar em perspectiva suas proposições espaciais e os filmes produzidos na década de 1940[18] gera nitidez sobre o contraste entre o pensamento abstrato do plano e a vida cotidiana da cidade.

Por fim, atentar que novas ordens de sentido reclamam outros registros, formulações e formação de acervos. Daí a necessidade de reconhecer e estimular diversas iniciativas em curso: as populares, as culturais, as raciais, as de gênero, as de territórios populares, as de ofícios e saberes, como possibilidades de renovar a própria história da cidade e do urbanismo. Temos informações em profusão e condições tecnológicas para fazer isso, vencendo a limitação dos acervos regionais ou locais e tornando o Brasil mais brasileiro, menos entrópico. O Arquivo Negro Brasil, arquivo fotográfico do povo negro brasileiro[19], e o Acervo da Laje, em Salvador, voltados para diversas expressões culturais do subúrbio da cidade, vão nesse sentido.

Ou seja, múltiplos acervos e arquivos emergem de modo instituinte, problematizados a partir de questões cruciais e na contracorrente do instituído e do naturalizado. Acervos e arquivos que atuam diretamente sobre realidades e territórios na maior parte das vezes invisibilizados, deslegitimados e plenos de pulsões de vida coletiva.

Dez anos depois da disponibilização para consulta pública

Muita coisa mudou desde o momento do acesso público ao acervo do EPUCS, em 2014. Segundo Adriana Pacheco dos Santos, na época arquivista e coordenadora na Fundação Gregório de Mattos do projeto de organização do acervo do EPUCS, a "finalização do tratamento dos documentos do EPUCS e sua posterior disponibilização em 2014 representaram um marco para o AHMS. Além de se consolidar como um modelo de organização e preservação do patrimônio documental urbanístico da cidade, facilitou o acesso aos documentos. Concomitantemente, sua divulgação nos meios

18. Particularmente o "Bahia Baixa – Itatiaia" e o "Bahia Cidade Baixa", de 1947, ambos de Maynard Araújo.
19. https://www.instagram.com/arquivonegrobrasil/

de comunicação digitais e televisivos aumentou a visibilidade do Arquivo Histórico da Cidade, atraindo pesquisadores com perfis diversos".[20]

Além disso, a Prefeitura Municipal de Salvador, através de projeto aprovado pelo PRODETUR e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, propôs a criação da Casa das Histórias de Salvador (CHS), "um centro de interpretação do patrimônio"[21], e a ela foi vinculado o Arquivo Histórico Municipal de Salvador, ambos incorporados à Secretaria de Cultura do município.[22] O Arquivo ganhou um prédio novo de 12 andares e está acoplado à CHS, abrigada num belo casarão recuperado, localizados em espaço central e privilegiado da Cidade Baixa. As novas instalações estão significativamente qualificadas para abrigar os acervos históricos e as exposições temporárias, dotadas de espaços adequados e de equipamentos essenciais para o exercício de suas funções.

Em função da pandemia, seguida pelas operações de mudança de edifício, o Arquivo, infelizmente, atendeu o público apenas parcialmente até 2021 e está fechado para consultas desde 2022. No momento, aguarda ainda a abertura de concurso para funcionários e de licitações para a manutenção requerida dos equipamentos.

A abertura pública da Casa das Histórias, no final de janeiro de 2024, reconheceu a importância do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, que está presente em uma das exposições.[23] Sua curadoria, no entanto, compreendeu a experiência apenas como conjunto de imagens, completamente desconectadas dos processos que as vinculam às dinâmicas da cidade e da construção de um plano de urbanismo.

20. Desde 2021, Adriana Pacheco é Consultora Especialista em Arquivos Públicos pelo PRODETUR – Salvador / SECULT. Depoimento escrito em 01 de abril de 2024 e enviado à autora.

21. https://almapreta.com.br/sessao/agenda/casa-das-historias-salvador-inaugura-espaco-com-foco-na-historia-de-pessoas-negras-e-indigenas/

22. Esse movimento foi ambíguo. Por um lado, possibilitou a construção de uma nova sede para o AHMS, essencial para sua finalidade. Por outro, gerou bastante inquietação entre arquivistas e bibliotecários, na medida em que o Arquivo fica subordinado a um equipamento bastante vinculado aos circuitos turísticos da cidade.

23. Na sala ao lado à exposição do Acervo da Laje, para nossa alegria.

Persiste toda a expectativa de que, vencidos os trâmites burocráticos e administrativos, o acervo do EPUCS e o Arquivo possam voltar a ser consultados. Trata-se de renovar, de modo geral, as possibilidades de compreensão crítica de processos e ações, inspirando a vontade de ampliar coletivamente as múltiplas bases de registro e de informação que constroem nossa memória e nossa história urbanística, política e social.

Referências Bibliográficas

BORGES, Jorge Luis. O Idioma Analítico de John Wilkins. *In*: **Outras Inquisições**. Obras completas de Jorge Luis Borges, volume 2. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Ana (org.) **Acervo do EPUCS**: percursos, processos, acesso. Salvador: UFBA, 2014.

FERNANDES, Ana. Autorismo e Prosopografia em Urbanismo. Reflexões e Empirias. *In*: CHIQUITO, Elisângela de Almeida; VELLOSO, Rita; FARIA, Rodrigo de (org.). **Urbanismo e Planejamento no Brasil**: formação, práticas e instituições. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2021, p. 115-138.

FOUCAULT, Michel. Prefácio. *In*: **As Palavras e as Coisas**. Uma Arqueologia das Ciências Humanas. Lisboa: Edições 70, 1988.

SALVADOR - PREFEITURA MUNICIPAL. ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO. **EPUCS**: uma experiência de Planejamento Urbano. Salvador: Órgão Central de Planejamento, 1976.

WOOLF, Virginia. Um Diálogo no Monte Pentélico. *In*: **Contos Completos**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

Capítulo 3

Acervos e arquivos de urbanismo, por que não?[1]

Ricardo Trevisan

A existência de acervos e arquivos de arquitetura é notória, com agentes, instituições, corporações e sociedade agindo em prol da salvaguarda de materiais referentes ao patrimônio edificado e não edificado mundo afora. Diante da grande massa documental, dados e informações podem ser encontrados e utilizados por aqueles interessados seja em reconstituir uma história, obliterada pelo passar do tempo, seja em compreender o presente e a partir dele traçar futuros possíveis. O reconhecimento cultural e a importância de preservação da memória edilícia são, inclusive, chancelados pelo *International Council Archives* – ICA (Conselho Internacional de Arquivos), mediante a criação em 2000 da *Section on Architectural Records* – SAR (Sessão de Arquivos de Arquitetura) com o propósito de promover os documentos de Arquitetura em todo o mundo. Somados a este objetivo, a SAR-ICA busca:

1. Este texto é, em parte, resultado do curso de especialização "Arquivos de Arquitetura", realizado entre 2023 e 2024 na *Autónoma Academy* da Universidade Autónoma de Lisboa – UAL, sob a orientação de José Manuel Galego Dias da Fonseca, coordenador do Departamento de Arquivo e Biblioteca da Casa da Arquitectura, Matosinhos, Portugal. Contou com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), mediante o projeto de pesquisa (processo n°. 00193.00000827/2021-08), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de pós-doutoramento no exterior (processo n°. 400380/2022-6).

> Promover a identificação e a conservação dos documentos de Arquitetura nos gabinetes que os produzem, quer sejam detidos por particulares ou por organismos locais ou nacionais, de modo a torná-los acessíveis ao público em geral e aos investigadores. Favorecer o conhecimento e a aplicação das melhores práticas arquivísticas. Favorecer a aplicação dos recursos dos arquivos de arquitetura em certas regiões do mundo onde não existem centros especializados. Ser um fórum para todos os responsáveis pela custódia de arquivos de arquitetura. Representar os pontos de vista e os interesses dos arquivos de arquitetura no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos. Manter relações e desenvolver projetos com a comunidade internacional, também representada pelos museus de arquitetura, nos domínios da formação, das exposições, da investigação e da conservação. (SAR-ICA, 2023)

Portanto, a estruturação do campo arquivístico em arquitetura, embora remeta a ações iniciadas no século XX, consolida-se nos últimos vinte anos e passa a nortear os profissionais (arquivistas, arquitetos, museólogos, biblioteconomistas, cientistas da informação e outros) nas atividades de recebimento, manejo, tratamento, arranjo, armazenamento e divulgação dos materiais de arquitetura (pranchas, desenhos, croquis, referenciais, memoriais, maquetes, registros financeiros, fotografias e outros), tendo por lócus de trabalho os diferentes tipos de instituições arquivísticas (arquivos municipais, estaduais, provinciais, nacionais, câmaras e prefeituras, arquivos corporativos, arquivos privados, arquivos particulares, universidades, centros de documentação, museus, bibliotecas, fundações). Trata-se, pois, de um sistema organizacional composto por agentes, artefatos e sítios de armazenamento e divulgação da arquitetura de modo a garantir a memória patrimonial de uma sociedade, a preservação identitária e cultural e os meios de conhecimento de sua história.

Todavia, neste universo específico dos acervos e arquivos de arquitetura, caberia um destaque às produções urbanísticas? Por que não utilizar a expressão "arquivos de urbanismo"? Sem buscar distinções ou separações entre esses campos, reconhecendo que ambos constituem saberes correlatos, o autor aposta ser possível acrescentar "urbanismo" a acervos e arquivos de arquitetura. Ao debruçar-se sobre a escala espacial mais ampla, pôde-se verificar nela

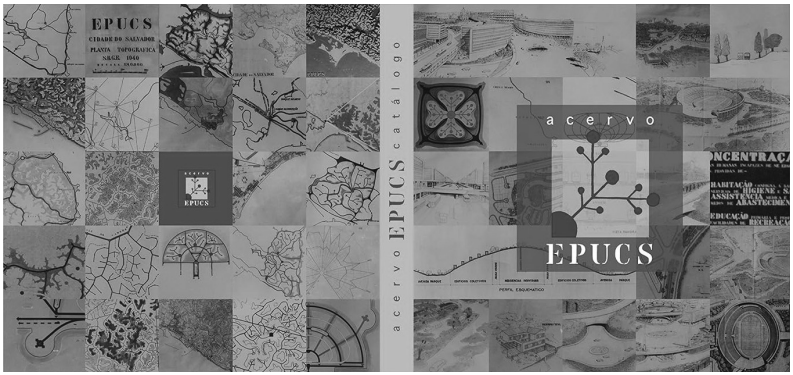


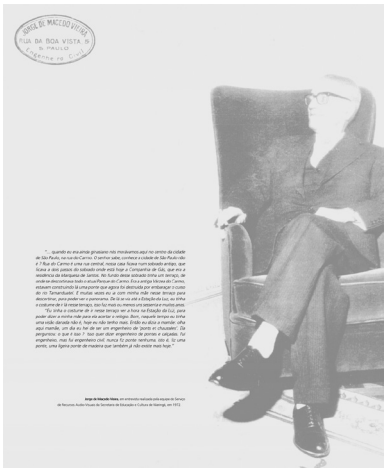
Figura 1. Cartaz Acervo Coimbra Bueno. Acervo constituído por massa documental da empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda., adquirida a partir de doação familiar e confiada aos professores Ricardo Trevisan e Carolina Pescatori da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Fonte: Acervo Coimbra Bueno / FAU-UnB, 2023.

características e elementos que escapam à abrangência da dimensão arquitetônica e demandam uma maior atenção.

Especificamente, acervos e arquivos voltados ao urbanismo, à urbanização, ao planejamento urbano e regional, à história da cidade, a urbanistas e trajetórias profissionais, a ações públicas e privadas e a temas similares podem agregar informações e dados para além daqueles contidos em mapas, plantas e desenhos (Figura 1). Capazes de disponibilizar uma gama diversa de materiais, eles podem perfazer desde projeções de uma sociedade utópica à adoção de teorias e paradigmas urbanísticos; revelar planos, relatórios e legislações mediante atas, decretos, leis, normas e memorandos; agregar diferentes perfis profissionais; reunir registros imagéticos em fotografias, pinturas, cartões-postais, filmes, documentários; descrever um determinado contexto histórico a partir de reportagens e publicações em jornais, periódicos, magazines e panfletos; personificar seus atores em cartas, instrumentos de trabalho, documentos oficiais e particulares. Enfim, um campo exploratório que proporciona a estudiosos, pesquisadores, profissionais, gestores e demais interessados ampliar o entendimento sobre ideias, intenções, processos, ações e feitos urbanizatórios.

Particularmente, como professor de Teoria e História da Cidade e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da





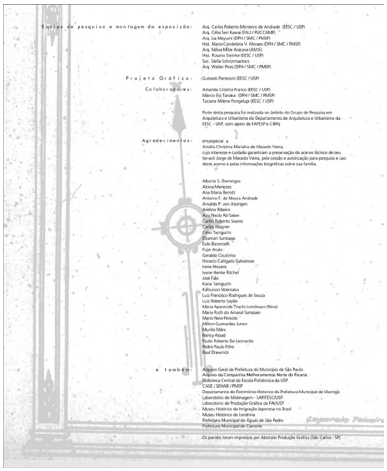


Figura 2. Capa da obra Acervo do EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador: contextos, percursos, acesso. Projeto coordenado pela professora Ana Fernandes (FAUFBA). Fonte: Fernandes, 2014.

Figuras 3 e **4.** Dois dos 44 painéis da exposição sobre a vida e obra do engenheiro civil e urbanista Jorge Macedo Vieira, realizada durante a IV Bienal Internacional de Arquitetura (São Paulo, 1999), coordenada pelo professor Carlos Roberto Monteiro de Andrade (IAU-USP). Fonte: http://www.amjs.org.br/expoini.htm.

Universidade de Brasília (FAU-UnB), compreender a cidade por indícios históricos, sob o ponto de vista urbanístico, permite entender sua configuração atual, criticá-la e projetar seu desenvolvimento. Como já apontado pelo historiador inglês Peter Burke,

> É certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizaram os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas. Como sugeriu o historiador holandês Gustaaf Renier (1892-1962) há meio século, pode ser útil substituir a ideia de fontes pela de indícios do passado no presente. O termo "indícios" refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobiliário, paisagem (como modificada pela exploração humana), bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias. (Burke, 2017, p. 23-24)

Dentre as inúmeras ações que um acervo ou arquivo permite, a pesquisa histórica, na busca por indícios e vestígios em fontes e documentos, é a principal forma de construir o retrato (provisório), que dependerá, ainda, da capacidade do pesquisador em criar costuras e relações, na tentativa sempre incompleta, sempre circunstancial da tessitura historiográfica. É sabido que a cidade se faz no espaço e no tempo pela ação humana e deixa suas marcas na história.

A materialidade citadina – arquitetônica e urbanística – e respectivos registros primários de sua constituição possibilitam ter não somente o panorama no qual a cidade atual se constitui como permitem compreender as transformações espaciais ao longo do tempo. No Brasil, país que se fez urbano ao longo do século XX,[2] a produção urbanística foi ampla e dinâmica, abarcando desde obras de embelezamento e melhoramentos, passando por obras infraestruturais e viárias, pela produção de novos bairros habitacionais burgueses e populares, pela requalificação de áreas decadentes, pela expansão urbana, até a construção de novas cidades, com ao menos

2. O Brasil, segundo levantamento censitário de 1890 (após a Proclamação da República em 1889), tinha uma população urbana de 6,8%, enquanto em 2022 chega a um percentual de 85% (IBGE, Censo 2022).

330 cidades novas planejadas e projetadas no último século.[3] Deste modo, a quantidade de materiais, dados e informações sobre tais produções urbanas é colossal, porém eles encontram-se ainda dispersos, quando muito isolados em acervos institucionais, centros de documentação, bibliotecas e museus ou sistematizados em obras e ações acadêmico-científicas (Figuras 2, 3 e 4). Urge, neste sentido, ações que promovam a captação, o tratamento, a organização, o arranjo, o armazenamento adequado e a difusão das informações, bem como o trabalho conjunto daqueles responsáveis pela salvaguarda dessa massa documental em prol de um panorama mais abrangente e conectado sobre o urbanismo e sobre as cidades brasileiras.

> Documentar as atividades, os processos e os agentes envolvidos com a produção arquitetônica [e urbanística] constitui ação imprescindível para compreender e incorporar o patrimônio cultural multidimensional, além da gestão e da proteção propriamente ditas do mesmo. Para além do valor primário, o uso dos registros estende-se para outros fins, adquirindo valor secundário, científico e cultural, permitindo ampliar a original função administrativa para as atividades relacionadas ao patrimônio cultural, especialmente de preservação do patrimônio edificado e de resgate da memória da comunidade, servindo de base para a ação pública e privada e para planejar suas decisões. (Ferreira, 2023, p. 68, com acréscimo do autor)

Assim, ao debruçar-se sobre o campo do urbanismo, este trabalho tem por objetivo principal estabelecer fundamentos para que este termo ganhe posto na denominação de acervos e arquivos de arquitetura. A despeito de ser contido por esta, ao utilizá-lo de modo explícito – acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo –, garante-se sua importância e relevância diante de um planeta cada vez mais urbanizado.

Tendo por referência as ações promotoras, os agentes envolvidos e os produtos gerados em projetos urbanísticos e planos urbanos e regionais no Brasil do século XX, acredita-se ser possível criar e ampliar nomenclaturas e tipologias documentais voltadas ao universo da

3. Sobre cidades novas ou cidades de raiz no Brasil ver a pesquisa Atlas de Cidades Novas no sítio eletrônico: https://atlascidadesnovas.com.br/, de autoria de Ricardo Trevisan.

arquitetura e do urbanismo. De antemão, salienta-se que não se trata de uma varredura completa e exaustiva por todas as ações, planos, programas e projetos realizados no Brasil do século passado – algo impossível –, mas de uma captura amostral mediante o repertório pessoal obtido em 25 anos de pesquisa na temática de cidades novas. Ainda como método, o trabalho pautou-se por estudos teórico-conceituais e práticos da área de arquivologia, a partir do curso de especialização "Arquivos de Arquitetura", realizado em 2023 na *Autónoma Academy* da Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal), bem como por fontes primárias (teorias, documentos oficiais, legislações e documentários) e secundárias do campo urbanístico.

Estruturalmente, o texto perfaz três partes, além das considerações finais. A primeira aborda o urbanismo enquanto disciplina e prática, evidenciando suas particularidades. A segunda revela um panorama da produção urbanística brasileira no século XX e a importância de sua documentação e seu arquivamento adequado. Por fim, a terceira aponta os conteúdos pertinentes a um arquivo de urbanismo e propõe uma classificação de materiais urbanísticos, visando a sua estruturação e arranjo.

Urbanismo enquanto uma disciplina e uma prática

A arquitetura e o urbanismo são campos relacionados, porém com enfoques e processos, por vezes, distintos. Grosso modo, a arquitetura concentra sua atuação na escala isolada, projetando edifícios e espaços arquitetônicos, e o urbanismo abrange uma escala maior, tratando do planejamento, projeto e reorganização de cidades e regiões. A arquitetura tende a focar a concepção de espaços internos e externos de edificações (residências uni e multifamiliares, escolas, bibliotecas, hospitais, aeroportos, shopping centers e outros), enquanto o urbanismo aborda a organização e a configuração de espaços públicos, ruas, praças e parques, conjuntos edilícios e novos assentamentos (bairros, vilas, cidades), articulando edifícios e dotando o espaço da cidade de habitabilidade e urbanidade. A arquitetura incorpora a questão social a partir dos usuários específicos de um edifício, já o urbanismo lida a partir de um espectro social mais amplo e as necessidades da comunidade

em geral. Os profissionais arquitetos geralmente estão envolvidos na concepção, projeto e construção de edifícios, considerando aspectos estéticos, funcionais, técnicos e sustentáveis, ao passo que os urbanistas se concentram no planejamento do uso do solo, transporte, infraestrutura, sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento urbano. O ofício do arquiteto é geralmente mais focado no projeto detalhado de um edifício, desde a concepção até a construção, ao passo que o trabalho do urbanista envolve mais o planejamento e projeto de espaços públicos e a formulação de políticas urbanas, articulando diferentes partes interessadas e colaboradores, como governos locais e a comunidade. Em suma, a arquitetura e o urbanismo são campos complementares, mas com suas particularidades.

Reconhecer tais especificidades é contribuir para um aprofundamento do conhecimento e das produções relacionadas a cada campo. Sem querer polarizar ou separá-los, pois sabe-se que para o resultado exitoso do projeto deve sempre ocorrer uma confluência de saberes e práticas entre ambos, ter uma maior percepção sobre os atributos que constituem o urbanismo pode auxiliar aqueles interessados em executar um acervo ou um arquivo específico.

Deste modo, o urbanismo é uma disciplina do saber que se dedica ao estudo e à prática do planejamento, projeto e gestão de áreas urbanas. Caracteriza-se por abordar de forma integrada os elementos que compõem o ambiente urbano, incluindo edifícios, espaços públicos, infraestrutura, transporte, saneamento, meio ambiente, seus aspectos sociais e econômicos. O urbanismo se concentra no planejamento de cidades e áreas urbanas visando a organização atual e seu porvir. Envolve a criação e o ordenamento do espaço físico citadino e de sua paisagem, incluindo o desenho de ruas, praças, parques, edifícios e outros elementos arquitetônicos. Lida com questões relacionadas ao transporte e à mobilidade nas cidades, buscando soluções para congestionamentos, melhorias nos sistemas e redes de transporte, e estímulo ao uso de meios de transporte público. Trabalha no enfretamento dos impactos causados pelo homem na ocupação do território a partir de infraestruturas de drenagem, sistemas de abastecimento, gestão de resíduos, criação e preservação de áreas verdes. Trata da gestão eficiente do

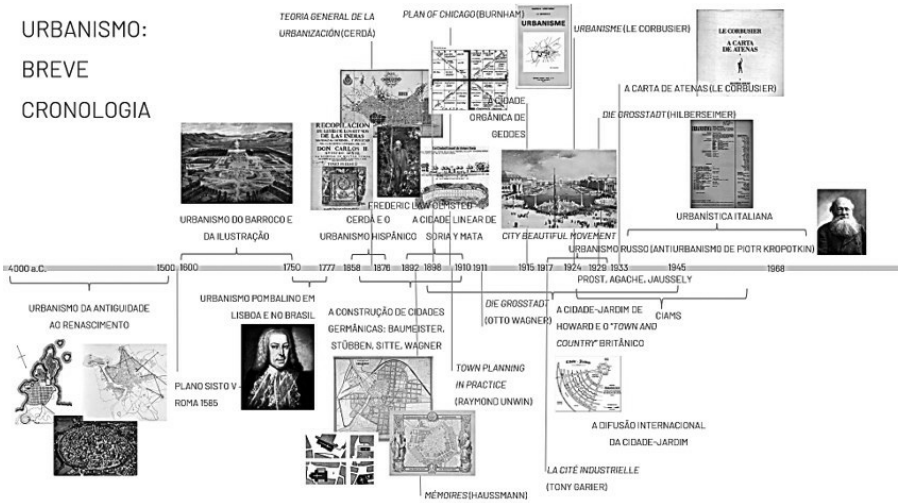


Figura 5. Linha cronológica do urbanismo (saber e fazer cidade). Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

espaço urbano, considerando questões como zoneamento, regulação do uso do solo, modos de crescimento e expansão urbana, preservação do patrimônio histórico e cultural, entre outros. Pode – e deve – considerar a ação participativa da comunidade envolvida no processo de planejamento e tomada de decisões para garantir que as necessidades dos habitantes sejam atendidas. Busca promover o desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável, considerando não apenas a infraestrutura física, mas também questões sociais e econômicas, como acesso à moradia, emprego e serviços. Numa compreensão holística da paisagem, do território, o urbanismo enquanto uma disciplina visa criar cidades mais habitáveis, eficientes, justas e sustentáveis para as comunidades urbanas.

Historicamente, o urbanismo surge tardiamente como uma disciplina apenas no século XIX (Fernandes; Coelho, 2022), embora tenha feito parte da prática humana desde civilizações mais antigas (Figura 5). Com raízes na ideologia positivista, foi o engenheiro-arquiteto espanhol Ildefons Cerdà i Sunyer (1815-1876), idealizador do plano para a *Ensanche* de Barcelona (1855-1875), que se apropriou da palavra *urbs* para designar a ciência de organização espacial das cidades, o *Urbanismo*. Ao tornar público seu tratado *Teoría general de la urbanización* em 1867, Cerdà acreditava, pela primeira

vez na história, ter dado *status* científico à criação e ao planejamento das cidades. Para ele, caberia ao urbanista verificar as regras e leis contidas nas cidades espontâneas, enquadrá-las em teorias gerais e aplicá-las na concepção e organização de novos espaços.

Ao longo da história, não há conhecimento de uma sociedade em que a produção do espaço construído tenha surgido de uma disciplina autônoma, inclusive no Renascimento (Choay; Merlin, 2005). Na Antiguidade e no Medievo, a organização do espaço urbano resultava do funcionamento de algumas práticas sociais, em particular religiosas e políticas, cuja permanência histórica teve por efeito constituí-las em padrões reproduzidos ao fio do tempo. Acrescenta-se, ainda, como possíveis causas: textos de origem sagrada, produzindo na China cidades como expressão do universo; assentamentos-modelo reproduzidos no decorrer de processos colonizadores da Grécia e do Império Romano; ou propostas originais concebidas para fins precisos, como Bagdá pela vontade de um príncipe persa.

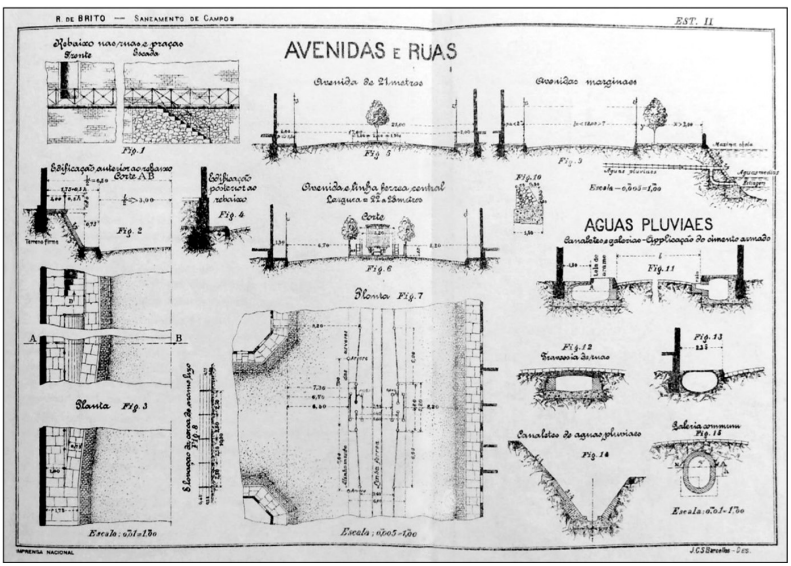
Um sopro de mudança nesse processo foi dado na Itália do século XV, quando Leon Battista Alberti (1404-1472) escreveu *De re Ædificatoria* (1443-52) – um tratado de arquitetura oferecido ao Papa Nicolas V e publicado após sua morte, em 1485. Para Alberti, a arte de edificar era efetivamente uma disciplina teórica e aplicada, uma disciplina autônoma. A partir daí, uma vez em posse das regras e dos princípios estabelecidos pelo genovês, o arquiteto se tornou o grande organizador do espaço. Cabia a ele estruturar e edificar o quadro de vida humana, desde a paisagem rural, as estradas e os portos, até as cidades, seus jardins, seus planos e suas edificações. Portanto, Alberti anteciparia em quatro séculos a ideia cerdaniana de autonomia e de campo de atuação, não fossem considerados os contextos ideológico-temporais diferentes. Alberti constrói sua ideia num período pré-Revolução Industrial, em que a ciência moderna ainda não existia e o modelo de produção industrial ainda não havia transformado a sociedade urbana e seu espaço. Na proposição albertiniana, identificamos apenas uma visão estética de criação e planejamento urbano – a arte de embelezar as cidades que permeará o Renascimento e o Barroco –, que para o conjunto dos teóricos

urbanistas pós-Revolução Industrial – salvo algumas exceções, como o arquiteto e historiador austríaco Camillo Sitte (1843-1903) – não passaria de algo secundário.

O pensamento cerdaniano vem da Revolução Industrial e de seus efeitos imediatos no espaço urbano, de uma tradição utopista e positivista do século XIX. Cerdà testemunhou o progresso de novas disciplinas, em particular da biologia e da história, das quais tomou emprestados paradigmas e dados para postular uma ciência universal de planejamento. Trata-se, portanto, da primeira ocorrência de um gênero textual específico que os estudiosos franceses Françoise Choay e Pierre Merlin (2005, p. 914) nomeiam de "teoria do urbanismo", e que até os anos 1960 foi seguida por uma linha ininterrupta de ensaios similares.

Arturo Soria y Mata e sua *Cidade Linear* (1882), Camillo Sitte e sua *Cidade Artística* (1889), Ebenezer Howard e sua *Cidade-Jardim*

Figura 6. Desenho técnico com perfis viários e redes de captação de água para o plano de urbanização de Santos (1905), de autoria do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito. Fonte: Andrade, 1992, p. 218-219.



(1898), Tony Garnier e sua *Cidade Industrial* (1917), Frank Lloyd Wright e sua *Cidade Evanescente* (1932), Le Corbusier e sua *Cidade Modernista* (1933), entre outros, propunham a organização espacial da cidade sob a forma de teoria, com pretensão científica e apresentada em modulações originais.

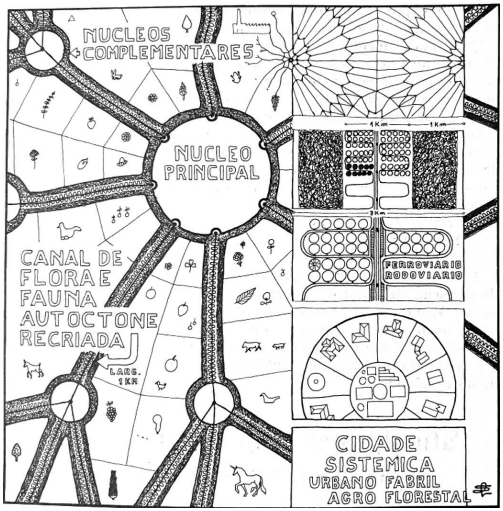
Todavia, durante o século XX, o urbanismo sai do domínio quase exclusivo de engenheiros (civis, sanitaristas, agrônomos), arquitetos, topógrafos, arruadores e agrimensores para se tornar campo de estudo de outras ciências. Se na primeira metade do século XX o urbanismo tinha um viés funcionalista e tecnicista, mediante a busca pela melhoria das condições de vida urbana pelo conhecimento técnico-científico, pela construção de um pensamento globalizante (cidade pensada como organismo, um conjunto) (Figura 6); na segunda metade do século ele irá envolver a contribuição de outras disciplinas e a formação de equipes multidisciplinares, órgãos estatais especializados (aparelhamento estatal) e escritórios privados (p.e. empresas urbanizadoras e colonizadoras). Geógrafos, historiadores, planejadores, economistas, antropólogos, sociólogos, advogados, psicólogos, demógrafos, entre outros, assumem a tarefa de atribuir métodos inéditos de análise e diagnóstico ao espaço urbano; cabendo ao arquiteto-urbanista trabalhar, especificamente, sobre teorias normativas da cidade ou com projetos urbanísticos. A *urbanización* de Cerdà, originalmente singular e coesa, ganha outros sentidos, como "história da urbanização, estudo da ecologia urbana, análise do funcionamento de sistemas urbanos" (Ahtik, 1969, p. 366).

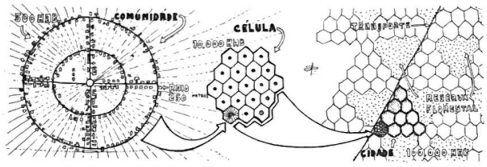
Independente de tal transformação, o urbanismo se consolida e se disciplina no século XX, configurando-se como cátedra em universidades, tornando-se campo de atuação de vários profissionais e metamorfoseando-se em designações variadas.[4]

4. Se em países de língua latina, ou mesmo na Alemanha, o urbanismo recebe apenas um único termo sintetizador: *urbanismo* em espanhol, *urbanismo* ou *urbanistica* em italiano, *urbanisme* em francês, *städtebau* em alemão; nos países anglo-saxônicos foi atrelado a um conjunto de locuções, como *civic design*, *town planning*, *city planning*, *urban planning*, *townscape*, *urban design*, sendo *urbanism* apenas recentemente empregado nos Estados Unidos da América.

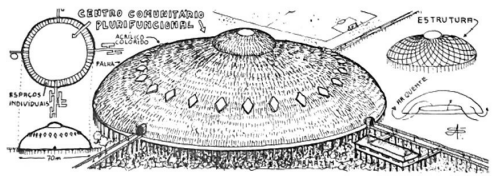
Seja qual for a definição ao fio da história – arte, técnica e/ou ciência da organização espacial dos estabelecimentos urbanos –, a prática do urbanismo perfaz inúmeras dimensões, a saber:

- *Planejamento metropolitano e regional*, com a apreensão mais ampla sobre o território e o conhecimento dos impactos de uma cidade em sua região de influência, recorrendo a um rol de dispositivos e instrumentos necessários para tal ordenamento;
- *Planejamento de cidades e áreas urbanas*, com a definição de metas de desenvolvimento, análise de dados demográficos, estudos de viabilidade econômica e a criação de planos diretores que orientam o crescimento urbano;
- *Projeto urbano*, com o desenho de espaços públicos e coletivos, visando a otimizar o uso do espaço e promover uma melhor qualidade de vida a seus habitantes;
- *Regulamentação e ordenamento espacial*, com a formulação de planos, códigos, leis e normas que orientam o uso do solo, as taxas de ocupação, os gabaritos e recuos, entre outros, e moldam a paisagem construída;
- *Habitacional*, com a provisão de áreas residenciais capacitadas de equipamentos, comércio, serviços e áreas de lazer necessários à vida comunitária;
- *Infraestrutura urbana*, com a programação de rede viária, sistemas de água e esgoto, energia, telecomunicações, infraestruturas verdes e outros serviços públicos necessários para o funcionamento adequado e equilibrado de uma cidade;
- *Mobilidade urbana*, com oferta de soluções eficazes para o transporte público, circulação de pedestres, ciclistas e veículos particulares a partir do planejamento de redes de transporte, desenvolvimento de ciclovias, sistemas de trânsito rápido, entre outras iniciativas; e
- *Gestão de projetos*, com o envolvimento de várias partes interessadas, desde agências governamentais até empresas privadas e organizações da sociedade civil (incluindo a participação comunitária).









células (e unidades) comunitárias

Figuras 7 e **8.** Desenhos da organização territorial e materialidade arquitetônica da Cidade Sistêmica Urbano Fabril Agro Florestal, proposta em 1979 pelo arquiteto Spencer Pupo Nogueira como modo de ocupação sustentável da Amazônia. Fonte: Wolf, 1987, p. 18.

Assim, ao entender o urbanismo como uma disciplina e uma prática profissional institucionalizada a partir do século XIX, os planos, projetos e artefatos dele derivados, juntamente com os atores envolvidos, representam a cultura de determinada época. Ao assumir uma abordagem cada vez mais holística sobre a cidade, o urbanismo torna-se peça-chave para o conhecimento do cotidiano e saída às mazelas do Antropoceno. Em muitos casos, ele assume a aura de Utopia, como a solução ideal para a sociedade do presente.

Ao longo da história, houve tentativas de implementar ideias utópicas no ambiente urbano. Isso pode incluir comunidades planejadas ou experimentos urbanos que buscam criar sociedades ideais com base em princípios específicos. Alguns movimentos utópicos veem a cidade como o local ideal para a realização de uma sociedade utópica. Formulados por tratadistas e visionários, ou mesmo por profissionais sem conhecimento técnico da área, esquemas e projetos urbanos podem ser influenciados por visões utópicas, incorporando elementos que refletem a busca por sociedades perfeitas, espaços públicos inclusivos, arquiteturas inovadoras e abordagens sustentáveis (Figuras 7 e 8).

> Ela [a História] impõe a necessidade de avaliar a materialidade da teia urbana, projetando soluções para uma cidade ideal no espaço utópico (não contaminado) do papel em branco. Trata-se de uma forma de apreender a cidade a partir de dados sensíveis, qualificáveis, que analisados proporcionam base para a descrição literária, a escrita científica e a representação iconográfica [...]. (Bresciani, 2018, p. 50, com acréscimo do autor)

Enquanto o urbanismo, muitas vezes, busca criar ambientes urbanos melhores, a realização prática desses ideais utópicos pode encontrar desafios e limitações. Críticos argumentam que a tentativa de impor uma visão utópica pode levar a consequências não previstas e problemas na implementação. Mas, certamente, a utopia pode servir como uma fonte de inspiração criativa para urbanistas e arquitetos, incentivando a exploração de soluções inovadoras e conceitos que desafiem o *status quo* em busca de melhorias na vida urbana, incluindo questões econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Ao criar acervos e arquivos especializados em urbanismo, sua grande massa documental torna-se campo exploratório para o entendimento das características espaciais de uma cidade; lócus de inspiração e orientação aos profissionais que precisam enfrentar os desafios práticos de criar ambientes urbanos funcionais e sustentáveis; palco para desvendar trajetórias profissionais e o *savoir-faire* envolvido; meio para decifrar políticas e ações públicas e privadas aplicadas sobre o território. Arquivos municipais, estaduais, provinciais, nacionais, de câmaras e prefeituras, arquivos corporativos, arquivos privados, arquivos particulares, de universidades, centros de documentação, fundações, museus e bibliotecas voltados ao urbanismo têm, portanto, imenso valor de pesquisa, assim como valor probatório em caso de processos legais, e possibilitam aos interessados o acesso facilitado – assim se espera – às origens, transformações e apagamentos urbanísticos e arquitetônicos momentâneos de uma cidade.

Urbanismo no Brasil do século XX e a salvaguarda de sua memória

Ao delimitar o Brasil do século XX como base exploratória neste texto, acredita-se que as personagens, as fontes, os dados e os produtos possam justificar a pertinência e as potencialidades à criação de acervos e arquivos direcionados ao campo do urbanismo.[5] Para parte dos pesquisadores da cidade e do urbanismo brasileiro, o século XX começa com a fundação de Belo Horizonte, em 1895, a nova capital de Minas Gerais, desenhada pelo engenheiro civil Aarão Reis (Leme, 1999). E não foi a única capital planejada no Brasil no último século. Além dela, tem-se: Goiânia, capital de Goiás, projetada pelo urbanista Attilio Corrêa Lima em 1933; Boa Vista, capital de Roraima, ampliada no projeto do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson em 1944; Brasília, a nova capital do país, idealizada pelo arquiteto Lucio Costa em 1957; e, por último, Palmas, capital de Tocantins, planejada pelo estúdio GrupoQuatro em 1988 (Trevisan; Ficher; Mattos, 2017). Além dessas cinco novas capitais, dezenas de

5. Esta seleção não descarta, no futuro, englobar o material referente a outros períodos da história brasileira, como as vilas pombalinas do período colonial (1500-1822) ou os processos urbanizatórios do período imperial (1822-1889) após a promulgação da Lei das Terras em 1850, e aqueles presentes em outros países.

novas cidades foram plantadas em nosso território, revelando-se um campo fértil e produtivo dos processos de urbanização em cenário nacional (Andrade, 2005).

Com a Proclamação da República, em 1889, os processos de modernização urbana foram incorporados à agenda política ao abrigo de diferentes paradigmas: ordem, progresso, civilização, sanitarismo, higienismo, melhoramento e embelezamento (Villaça, 1999; Ficher, 2005; Campos *et al.*, 2013; Faria *et al.*, 2014). Esses conceitos buscavam romper com as amarras do passado colonial e imperial, fosse com intervenções no espaço intraurbano, como os planos reformadores para as regiões centrais do Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Salvador, Porto Alegre e outras capitais na virada do século; fosse com processos de expansão de vilas e cidades existentes, garantindo a elas uma nova paisagem; ou ainda com a criação *ex nihilo* de cidades.

A ocupação das cidades existentes e os projetos para cidades novas, direcionados por diretrizes políticas e pela dinâmica econômica em voga, tornaram-se mais frequentes, incentivados pelas mudanças produtivas e por ações de imigração, colonização e ocupação do campo na virada do século XX. Do apoio a novas zonas agrícolas ao impulso para a industrialização, por exemplo, vilas e cidades empresariais foram fundadas para dar suporte a um determinado complexo fabril, contrapondo-se àquelas voltadas ao proveito da vilegiatura (Figura 9).

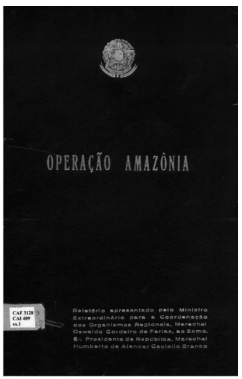
A partir da década de 1930, com Getúlio Vargas na presidência, a penetração no território foi institucionalizada pela campanha federal "Marcha para o Oeste" (1938) (Figura 10). A ocupação de terras virgens até então cobertas pela Mata Atlântica acompanhou o desenvolvimento da lavoura cafeeira, da pecuária e das ferrovias (Monbeig, 1984). Numa perspectiva mais ampla, atendendo aos interesses do Estado, como proteger as fronteiras do país em sua face ocidental e interligar regiões a partir de infraestruturas; perpassando pelas necessidades de uma oligarquia rural, como disponibilizar mão de obra e escoar produção; até resumir-se aos interesses de companhias loteadoras, como atrair os "pioneiros" para a ocupação das terras; essas estradas de ferro constituíram uma franja sobre o território paulista e paranaense, regularmente pontuada por núcleos urbanos (Marx, 1980; Rego, 2009).

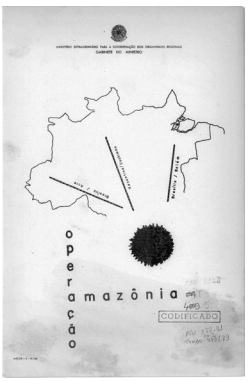
Figura 9. Foto reprodução em blue print da planta urbana do balneário de Guarujá (1892), traçada pelo engenheiro civil Elias Fausto Jordão Pacheco. Fonte: Marino, 2018, p. 149.





Figura 10. Panfleto promocional da política estatal do presidente Getúlio Vargas de ocupar as fronteiras ocidentais do Brasil (1938). Fonte: Acervo particular do Autor, 2019.





Figuras 11 e **12.** Relatório oficial da Operação Amazônia, de 1966, com diretrizes ao desenvolvimento e ocupação da Amazônia. Fonte: Sudam, 1966, capa externa e interna.

Após séculos de tentativas, a urbanização do interior do país passava a ocorrer de modo mais intenso e efetivo, graças às políticas de incentivo à ocupação do território e a ondas migratórias – nacionais e estrangeiras – dirigidas e conduzidas pelo Estado. Este processo perpassa a origem da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang, atual cidade de Ceres), em 1941; a criação de territórios federativos em regiões fronteiriças em 1943 – Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu – ; a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central em 1960, dando origem não somente ao Plano Piloto de Lucio Costa como a inúmeras cidades-satélites; a construção da rodovia Belém-Brasília após 1950 e suas dezenas de cidades rodoviárias (Brasil, 1972); até chegar nas políticas específicas adotadas durante a Ditadura Militar (1964-1985) em resposta às demandas geopolíticas e/ou desenvolvimentistas, como o incremento de infraestrutura por todo o território e a integração, ocupação e urbanização da Amazônia Legal (Figuras 11 e 12).

Nas décadas de 1970 e 1980, com uma política de planejamento urbano centralizada no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e, posteriormente, na Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), tendo auxílio das Superintendências de Desenvolvimento regionais e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), processos urbanizatórios foram incorporados aos propósitos estatais de integração e desenvolvimento territorial. As ações de incremento da infraestrutura nacional – rodovias, hidrelétricas, refinarias, portos etc. – induziram à criação de mais cidades, reformulação das existentes ou à realocação de algumas delas (inundadas por barragens).

Mesmo projetos não executados podem corroborar a cronologia do urbanismo brasileiro no século XX: das 26 propostas de planos pilotos para o concurso de Brasília (Tavares, 2014) até as intenções apenas esboçadas por profissionais, como Monlevade de Lucio Costa (Minas Gerais, 1934), Cidade Marina de Oscar Niemeyer (Minas Gerais, 1955), São Bento da Lagoa de Maria Elisa Costa (Rio de Janeiro, 1975), Cidade do Tietê de Paulo Mendes da Rocha (São Paulo, 1980), Cidade X de Jaime Lerner (Rio de Janeiro - Espírito Santo, 2008).

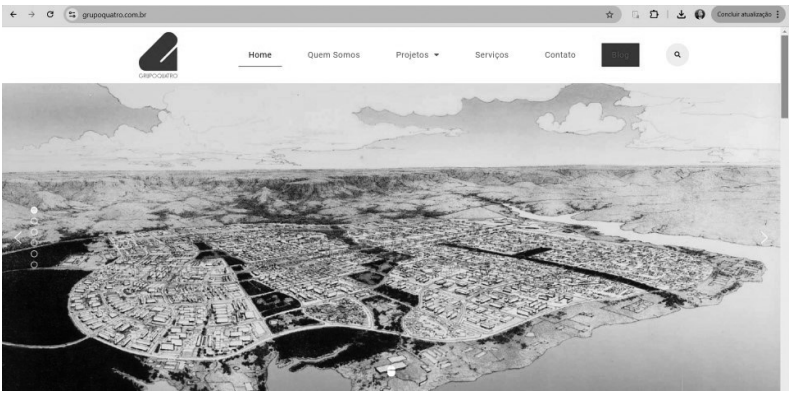


Figura 13. Homepage do escritório GrupoQuatro, com perspectiva aquarelada do plano urbanístico de Palmas, capital do Tocantins. Fonte: https://grupoquatro.com.br/

O breve panorama histórico ora compartilhado, sem esquecer as obras intraurbanas e em regiões metropolitanas e a relevante produção habitacional por todo o país (p.e. vilas operárias do início do século XX, os conjuntos habitacionais efetivados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão - IAPs, pela Fundação Casa Popular - FCP e aqueles financiados pelo Banco Nacional de Habitação - BNH e executados pelas Companhias de Habitação Popular – COHABs), atesta a importância do urbanismo e sua abrangente difusão e execução em território nacional. Das obras de embelezamento e melhoramentos nas grandes cidades do país em fins do século XIX (Segawa, 2000) à promulgação do *Estatuto da Cidade* (Lei n°. 10.257, de 10 de julho de 2001), o leque da diversidade, a quantidade e as realizações certificam a dimensão desse campo na constituição atual do país. É improvável pensar o Brasil sem considerar o fenômeno da urbanização, suas raízes, suas características, suas ressonâncias teóricas, seus idealizadores, seus autores, seus processos e seus impactos. A salvaguarda dessa memória é crucial para prospectar nosso passado, interpretar o presente e projetar o futuro.

Nesse entendimento, esforços pontuais já são vistos pelo país há algumas décadas. Órgãos federais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Arquivo Nacional, o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (p.e. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, de 1957-1964), a Casa de Oswaldo Cruz (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz), a SUDAM e o INCRA; entidades locais, como o Arquivo Público do Distrito Federal – Arpdf e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC; sítios eletrônicos ligados a grupos de pesquisa e centros de documentação em universidades (p.e. Cronologia do Pensamento Urbanístico[6] e o Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ[7]); e *homepages* disponibilizadas por escritórios privados e companhias urbanizadoras (p.e. GrupoQuatro[8] e Grupo SINOP[9]) (Figura 13) ou por organizações culturais privadas (p.e. Instituto Moreira Salles – IMS[10]), são exemplos de autarquias, entidades e agentes preocupados com a preservação da memória das produções urbanísticas e exemplos de iniciativas – isoladas – de arquivar, divulgar e promover planos, projetos, personagens, obras e ações relacionadas ao campo do urbanismo.[11]

Ocasionalmente, parte desta memória encontra-se registrada em livros autorais escritos por personagens folclóricos e entusiastas de cada cidade, com suas narrativas heroicas em detrimento à veracidade dos fatos ocorridos. Também se encontra em sítios eletrônicos do município (prefeitura ou câmara legislativa), na seção de história do município ou nas Secretarias de Urbanismo, Obras, Planejamento Urbano e Territorial etc., restrita à última versão do Plano Diretor local.

Porém, a maior parte dos materiais ainda se encontra disperso, sem os devidos cuidados a sua integralidade física, à mercê da degradação pelas condicionantes ambientais inapropriadas ou pela infestação e

6. Acesso: https://cronologiadourbanismo.ufba.br/

7. Acesso: https://npd.fau.ufrj.br/

8. Acesso: https://grupoquatro.com.br/

9. Acesso: https://gruposinop.com.br/

10. Acesso: https://ims.com.br/

11. Não se tem conhecimento no Brasil de papéis similares àqueles desempenhados por entidades como o *Museum of Modern Art* – MOMA e o *Tenement Museum*, em Nova York; o *Centre Pompidou,* a *Cité de l'Architecture*, o *Pavillon de l'Arsenal* e o Musée *Carnavalet, em* Paris; o *Canadian Centre for Architecture* – CCA, em Montreal; a Casa da Arquitectura, em Matosinhos, e outros mundo afora, responsáveis pelo acolhimento, tratamento, acondicionamento e divulgação de materiais relacionados aos campos da Arquitetura e do Urbanismo.

contaminação por pragas, pelo descaso ou desconhecimento de seus proprietários, no caso, familiares, escritórios, empresas ou instituições públicas (Ferreira, 2023).

Tal silenciamento ou apagamento configura-se como uma perda irreparável de nosso passado, uma subtração cultural irreversível. Por isso a urgência em iniciar uma cultura de salvaguarda destes materiais voltados à temática urbana, que em sua especificidade escalar e complexidade constitutiva pode em muito contribuir para a preservação dos mesmos, bem como propagar conhecimento sobre nossas 5.568 cidades.

Arquivos de Urbanismo: conteúdo e arranjos possíveis

Se diferentes objetos, tempos, métodos e fontes permitem a construção de várias histórias, como a história social, história cultural, história material, história das mentalidades, história econômica, história regional e história urbana, a criação de acervos e arquivos de urbanismo torna-se dispositivo de acesso a tais dados e informações. A história se faz não somente do visível e palpável perante nossos olhares do presente, mas da investigação passada, das origens, por elementos indiciários, sejam eles quais forem, que permitam uma maior precisão dos fenômenos, dos acontecimentos, dos fatos – a história se faz à luz da documentação.

Um arquivo de arquitetura e urbanismo demanda de seus responsáveis ações de arranjo, classificação, descrição, conservação, preservação, acesso e difusão dos documentos armazenados. Ao reunir documentos tanto no formato físico quanto no digital, eles podem estar sediados em diferentes locais. A massa documental ali contida é proveniente de um único indivíduo ou de uma organização pública ou privada. Segue uma ordem original que garante a organicidade, conforme a sequência natural dos documentos elaborados pela entidade produtora.

Contudo, acervos e arquivos de urbanismo apresentam em sua concepção os mesmos desafios, problemas e procedimentos operacionais contidos naqueles de arquitetura? Como definir seu conteúdo? Como gerar uma nomenclatura específica? Como classificar as tipologias documentais? Quanto ao público-alvo, trata-se de um perfil diferenciado? Embora estas e outras questões já tenham sido

há muito tratadas e debatidas pela bibliografia especializada (Lathrop, 1980; SAA, 1996; ICA, 2000; Cook, 2001; Universidade de Coimbra, 2022-2023), alguns apontamentos específicos a acervos e arquivos de urbanismo merecem uma atenção maior neste momento.

A avaliação dos materiais e documentos a constituírem um acervo ou um arquivo de urbanismo pode ser complexa devido a numerosas interpretações do propósito e função do campo disciplinar. Em adição a projeto, construção e processos administrativos, outros aspectos devem ser considerados, tais como fontes referenciais e disseminação de ideias, processos de comissão de obras, competições, crítica de arquitetura e urbanismo, ensino, viagem, formação entre outros.

O texto *El cuadro de clasificación y los documentos de urbanismo* (2003), de Roser Latorre Tafanell, de certo modo aborda tais apontamentos. A classificação dos documentos relacionados à temática foi dividida em três grandes categorias – Documentos de gestão e organização, Gestão de território e Gestão do serviço ao cidadão –, nas quais a autora lista os respectivos documentos. Como ilustração desta organização estrutural, o Ordenamento do Território e Urbanismo é composto por: planejamento e gestão urbanística, obras municipais e obras particulares; já o Planejamento e gestão urbanística contém: planejamento urbanístico, planejamento supramunicipal, plano nacional, plano territorial geral, planos diretores de coordenação, planos diretores urbanísticos, planejamento geral municipal, planos gerais municipais de ordenamento, planos de ordenamento urbanístico municipal, normas de planejamento urbanístico (programas de atuação urbanística, planos parciais e planos especiais), obras municipais de infraestruturas, obras particulares. Embora extremamente detalhado, tal estudo refere-se a um contexto de cidades e municípios espanhóis, alheio portanto a nossa realidade. Uma devida interpretação e adequação à realidade brasileira é necessária.

Inicialmente, deve-se atentar para a legislação brasileira pertinente, desde a Lei de Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, n°. 8.159/1991, à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), n°. 13.709/2018; consultar o Sistema Nacional de Arquivos e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em especial sua Câmara Técnica Consultiva (CTC). Especificamente

sobre arquitetura e ambiente construído, pode-se verificar a Portaria CONARQ n°. 140/2022 e a Resolução n°. 47/2021, a qual permite a qualquer pessoa solicitar processo de constituição de acervo ao CONARQ.[12] Também se tem algumas referências sobre a prática em acervos e arquivos, como aquelas em *Orientações técnicas – manual de tratamento de documentos de arquitetura* (2021), de Monica Ferreira, e na coleção *Como fazer*, da Associação de Arquivistas de São Paulo (1998-2003).

Após conhecimento das normas, segue-se aos critérios de seleção dos documentos: volume, variedade, valor relativo segundo a totalidade da documentação, o que preservar e o que descartar. Para isso, a partir de uma visão conjunta sobre todo o material disponível, deve-se seguir alguns aspectos balizadores, como a melhor evidência (capacidade probatória do documento original), a autenticidade (ligada ao *continuum* da criação), a naturalidade (arquivos não são documentos coletados artificialmente) e a inter-relação (cada documento estar relacionado a tantos outros no interior do grupo). A origem de tais documentos remete à administração pública e outros órgãos públicos, a escritórios de urbanismo ou empresas urbanizadoras, a escritórios de engenharia, a acervos privados de profissionais urbanistas (arquitetos, engenheiros civis, sanitaristas, agrônomos e de transportes, planejadores urbanos e regionais, topógrafos, agrimensores, arruadores e afins). Uma vez de posse da massa documental, deve-se avaliar a espécie, o gênero e o tipo documental.[13]

O acervo ou arquivo de urbanismo pode ser espacialmente organizado em depósito físico, com documentos estáveis (desenho original) e instáveis (cópias), material textual, iconográfico (fotografia,

12. Como curiosidade, o único acervo de arquitetura declarado junto ao CONARQ é o do arquiteto Oscar Niemeyer - Parecer CONARQ n°. 10/2008.

13. *Espécie documental* refere-se à configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas – mesma estrutura semântica. *Gênero documental* trata do agrupamento de espécies documentais (cartográfico, desenhos, multimídia fotográfica, vídeo, som, textual, maquetes etc.) segundo sua constituição: documentos analógicos (suportes físicos, como maquetes, desenhos, fotografias, textos, livros) e documentos digitais ("*digital born*"; suporte informático, como vídeos, imagens, maquetes virtuais). *Tipo documental* é a expressão das diferentes atuações produtivas, refletidas em um determinado suporte e com as mesmas características e interesses específicos (p.e. projeto de urbanismo).

áudio, vídeo) e maquetes, painéis e outros, além do depósito digital. Pode estar separado por acervos pessoais e coleções temáticas. Contudo, deve-se atentar para possíveis problemas próprios a este tipo de documentação: volume (quantidade de materiais), variedade de suportes (p.e. maquetes), dimensão (pranchas, CDs, negativos, croquis, amostras de materiais, papel vegetal, tecidos), acondicionamento (enrolados em tubos, pranchas abertas, mapoteca, estantes deslizantes, quadros emoldurados), conservação (fragilidade do papel, valor primário da documentação, sujeira, ferrugem, fita adesiva, ataques de insetos e fungos, ações corrosivas das tintas no papel, luz direta nos documentos).

O público-alvo de acervos e arquivos de urbanismo pode ser os próprios colaboradores e funcionários destas instituições, como gestores e responsáveis por tomadas de decisão da cidade (políticos, planejadores, técnicos etc.), os próprios cidadãos atraídos pela história da cidade ou na construção de uma cidade mais participativa, e mesmo investigadores e especialistas dedicados a pensar e fazer a cidade. O perfil perfaz igualmente todos os profissionais envolvidos com a transformação do território: arquitetos, engenheiros, planejadores, paisagistas, geólogos, geógrafos, agrimensores, economistas e advogados urbanos, sociólogos, demógrafos, antropólogos, ambientalistas, entre outros.

Um acervo ou arquivo de urbanismo pode conter uma variedade de documentos, materiais e recursos que abrangem diferentes aspectos da disciplina. Esses conteúdos podem incluir:

- *Planos nacionais, regionais e urbanos*: documentos que delineiam as diretrizes e estratégias para o desenvolvimento nacional, regional e local, incluindo metas de longo prazo, macro e micro-ordenamento territorial, limites administrativos, usos do solo, infraestruturação, transporte, habitação e saneamento.
- *Mapas nacionais, regionais e urbanos*: mapas e cartas que representam a geografia e a configuração urbana no local, no regional e no país, incluindo desde macroestruturas regionais a detalhes como ruas, bairros, parques, instalações públicas e outros elementos importantes.
- *Documentos de projeto urbano*: projetos urbanísticos, desenhos e conceitos de projeto para áreas urbanas, edifícios e espaços

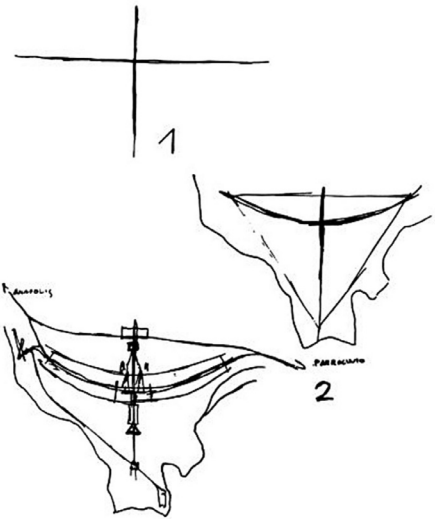


Figura 14. Croquis do Plano Piloto de Brasília, 1957, do arquiteto e urbanista Lucio Costa. Fonte: Acervo particular do Autor, 2009 (reprodução do original).

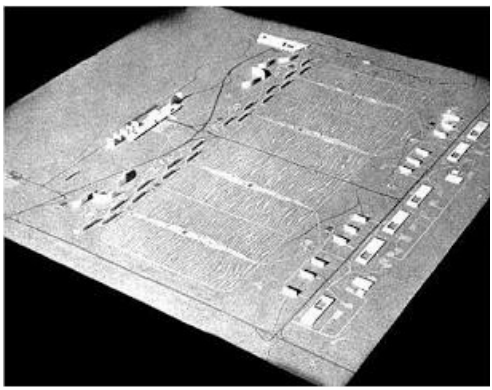


Figura 15. Maquete da Cidade de Marina na Colônia Agropecuária do Menino, 1955, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer. Fonte: https://www.oscarniemeyer.org.br/obra/pro071



Figura 16. Fotografia aérea do Asylo Colonia Santo Angelo, 1918-1928, projetado pelo engenheiro Adelardo S. Caiuby. Fonte: https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/

públicos. Desenhos ou peças gráficas: esquemático (síntese da proposta, croquis) (Figura 14), apresentação ou artístico (perspectivas), técnico (plantas de levantamento topográfico, de implantação, de localização, de contexto, de situação, de piso térreo, cortes e alçados, elevação, vista, perfis longitudinal e transversal, detalhes e acabamento, mobiliário urbano). Há que se averiguar ainda as fases (projeto preliminar, programa base, estudo preliminar, anteprojeto ou projeto base, pedido de licenciamento, projeto executivo, concurso e assistência técnica da obra, programação e coordenação do projeto) e a sobreposição de projetos, como de topografia, paisagismo, zoneamento, densidade e ocupação, perfis edilícios, massa volumétrica, redes e instalações (eletricidade, água, esgoto, gás), fatores e condicionantes externos e preexistentes, viário etc. Por fim, respectivo material textual: memorial descritivo e justificativa, carta, correspondência, fichas administrativas, contratos de empreiteiros.

- *Maquetes físicas e digitais*: reproduções na terceira dimensão em escala reduzida do conjunto projetado ou de parte representativa. Podem ser modelos conceituais ou fidedignas (Figura 15).
- *Regulamentações e legislação urbana*: textos legais e regulamentações que orientam o uso do solo, construção, altura de edifícios, padrões de projeto, entre outros aspectos legais relacionados ao urbanismo (p.e. código de obras, perímetro urbano, código de posturas).
- *Relatórios de pesquisas*: estudos de pesquisa sobre temas urbanos específicos, como mobilidade urbana, habitação, demografia, economia urbana, meio ambiente, entre outros.
- *Fotografias e imagens*: registros visuais que documentam a transformação urbana, mudanças no ambiente construído, arquitetura significativa e aspectos culturais, conferências, eventos, bens pessoais (Figura 16).
- *Entrevistas e histórias orais*: gravações de entrevistas com profissionais do urbanismo, moradores locais e outros envolvidos no desenvolvimento urbano, que oferecem vestígios históricos e perspectivas sobre a cidade e suas mudanças.
- *Arquivos de jornais e revistas*: recortes de jornais e revistas que cobrem eventos, projetos e questões urbanas ao longo do tempo.

- *Documentos históricos*: manuscritos, cartas, mapas antigos e outros documentos que lançam luz sobre a história do desenvolvimento urbano.
- *Vídeos e documentários*: gravações audiovisuais que exploram aspectos diversos do urbanismo, desde o planejamento de cidades até projetos específicos e iniciativas de remodelação, requalificação e reordenamento urbano.
- *Dados demográficos e estatísticos*: conjuntos de dados que fornecem informações sobre a população, renda, emprego e outros fatores relevantes para o planejamento urbano.
- *Documentação de projetos realizados e não realizados*: relatórios e documentos que detalham a implementação de projetos urbanos específicos, desde a concepção até a conclusão, incluindo esquemas utópicos, projetos de concursos e propostas não concretizadas.

Por sua vez, a classificação destes documentos em um acervo ou arquivo de urbanismo é crucial para facilitar o acesso, a pesquisa e a recuperação eficiente das informações. Em relação às especificidades da escala urbana e dos elementos que a diferenciam da escala arquitetônica, propõe-se a seguir uma taxonomia – estruturas possíveis e condizentes ao perfil dos materiais encontrados.

1. *Categorização por temas principais*: realizar arranjo de documentos em categorias amplas que representem os principais temas do urbanismo, como planejamento regional, planejamento urbano, projeto urbano, desenho urbano, paisagismo, mobilidade urbana, habitação, entre outros.
2. *Organização cronológica*: organizar os documentos cronologicamente para permitir uma visão histórica da transformação urbana ao longo do tempo.
3. *Tipo de documento*: classificar os documentos segundo o tipo, como planos diretores, mapas urbanos, regulamentações, relatórios de pesquisa, projetos, fotografias (Figura 17), publicações (jornais, revistas, magazines, encartes, peças promocionais), concursos urbanísticos e paisagísticos e assim por diante.



Figura 17. Conjunto fotográfico da cidade de Goiânia, pertencente ao Acervo Coimbra Bueno. Fonte: Acervo Coimbra Bueno / FAU-UnB, 2022.

4. *Geografia e localização*: se o acervo abranger múltiplas cidades ou regiões, considerar a criação de subcategorias baseadas em localização geográfica para facilitar a pesquisa de documentos relacionados a áreas específicas. Criar coleções territoriais – produções arquitetônicas e urbanísticas de um território num determinado período.
5. *Nível de governo ou instituição*: se os documentos provêm de diferentes níveis de governo ou instituições, classificá-los de acordo. Por exemplo, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Agências de Planejamento Urbano etc.
6. *Profissionais e escritórios*: caso haja material de diferentes trajetórias profissionais ou de distintos escritórios e companhias urbanizadoras, separar por tal parâmetro pode contribuir para a maior compreensão do ofício, bem como favorecer o estabelecimento de redes e intercâmbios entre aqueles envolvidos em obras de urbanização.
7. *Projetos específicos*: se houver documentos relacionados a projetos específicos, criar categorias para esses projetos a fim de facilitar o acesso a informações detalhadas sobre iniciativas urbanas específicas.

8. *Enfoque temático*: se o acervo abordar diferentes aspectos do urbanismo, como filiações teóricas, desenho urbano, transporte, habitação, infraestrutura e saneamento, organizar os documentos de acordo com esses temas específicos.
9. *Classificação alfabética*: ponderar uma classificação alfabética caso os documentos possuam categorias mais abrangentes ou não se encaixem facilmente em uma estrutura temática.
10. *Número de referência ou catalogação*: atribuir números de referência ou códigos de catalogação a cada documento para facilitar a identificação única e o rastreamento.
11. *Metadados descritivos*: criar metadados descritivos para cada documento, incluindo informações como título, autor, data, localização geográfica, assuntos principais, entre outros. Esses metadados ajudam na pesquisa e na recuperação eficaz.

Tendo em vista que a classificação e a estruturação podem ser adaptadas às necessidades e demandas de cada acervo ou arquivo, levando em consideração a natureza e o escopo dos documentos disponíveis, assim como incrementadas a partir de debates futuros, por ora elas visam garantir uma compreensão clara e objetiva e uma utilização adequada por seus usuários.

Considerações Finais: em defesa da inclusão de "Urbanismo"

Em um mundo cada vez mais urbanizado, em que cidades e suas versões dispersas contemporâneas se tornam o habitat humano, incluir "urbanismo" em Acervos e Arquivos de Arquitetura pode ajudar a popularizar o termo junto ao grande público. Definir como denominação corrente Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo, ou em alguns casos Acervos e Arquivos de Urbanismo, possibilitará a difusão de informação e conhecimento a especialistas e à comunidade geral sobre urbanismo, urbanização, planejamento urbano e regional, urbanistas e trajetórias profissionais, projetos urbanos, história urbana, teorias e história da cidade e do urbanismo. Consecutivamente, tal dinâmica implicará numa maior apreensão sobre os espaços da cidade, suas qualidades positivas

e negativas, sua gestão, seu planejamento. Portanto, o propósito deste trabalho não é abrir concorrência aos acervos e arquivos de arquitetura, mas de complementar e aprofundar nosso conhecimento e permitir que as diversas escalas do ambiente construído sejam abarcadas em suas especificidades.

No mais, são conhecidas as especificidades dos campos de arquitetura e urbanismo – desde valor artístico à síntese de todo um pensamento amplo e diverso – que atribuem a seus acervos e arquivos um valor particular e demandam de seus arquivistas e responsáveis a sensibilidade de saber o valor primário de cada documento. Embora as imagens que compõem tais acervos e arquivos sejam sedutoras num primeiro instante, há que se destacar a importância dos demais documentos e sua validação como vestígios para maior compreensão de um plano, de um projeto, de uma obra (construída ou utópica). Os acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo possibilitam documentar o processo criativo através de desenhos prévios e rascunhos; atestam transformações de pensamento e incorporação de ideologias; materializam mudanças e anseios sociais. Por isso, tais acervos e arquivos, ao possuírem um grande valor probatório, informativo e iconográfico, merecem um trabalho colaborativo para que tenham a memória coletiva assegurada e preservada.

No Brasil, acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo apresentam alguns percalços, como a ênfase apenas nos desenhos e peças gráficas (e não no restante da documentação complementar), a inexistência de uma política de aquisição e de avaliação, a ausência de recursos e diálogo dos órgãos públicos, de classe (CAU, IAB, CREA etc.), a falta de políticas nacionais de aquisição, o baixo contato com arquivos privados (herdeiros), a apologia à preservação do espólio de arquitetos de primeira linha.

E para que tal massa documental não se perca ou não saia do país, é preciso reverter esse cenário. Como? Sugere-se: estabelecer cooperações institucionais; definir os responsáveis por assegurar e financiar os arquivos de arquitetura e urbanismo (prefeituras, estados, União, associações de classe, universidades, bibliotecas, museus, agentes privados); valorizar projetos não construídos e promoção do seu potencial; unir acervos e arquivos em Centros de Documentação; criar redes nacionais e internacionais para intercâmbio de

conhecimento; promover a sensibilização social (inclusive daqueles detentores de acervos e espólios); solicitar declaração de acervo junto ao CONARQ; facilitar o acesso às informações arquivadas (digitalização); assegurar a dinamização cultural e educativa dos acervos e arquivos mediante exposições, eventos, sítios eletrônicos, redes sociais, serviços educativos, campanhas promocionais. Estas são algumas das iniciativas a serem consideradas em prol de Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo.

Referências Bibliográficas

AHTIK, Vito. La création des villes nouvelles. **Sociologie du travail**. França, a. 11, n. 4, out./dez. 1969, p. 366-386.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992, p. 206-234.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. A construção historiográfica da cidade e do urbanismo no Brasil: o caso das cidades novas planejadas. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (orgs.). **A cidade como história**: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 73-90.

BELLAMY, Edward. **Daqui a cem anos**. São Paulo: Edições Cultura, 1942.

BRASIL. Ministério do Interior (MINTER) / Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). **Planejamento urbano e local e o desenvolvimento das faixas pioneiras**. Brasília: SERFHAU, 1972.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades (1990). In: CERASOLI, Josianne; NAXARA, Marcia; FARIA, Rodrigo (orgs.). **Da cidade e do urbano**: experiências, sensibilidades, projetos. São Paulo: Alameda, 2018, p. 45-86.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMPOS, Cristina de; ATIQUE, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira (eds.). **Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território**. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

CERDÀ, Idelfonso. **Teoria generale dell'urbanizzazione**. Milão: Jaca Book, 2004.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

COOK, Tery. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, março 2001, p. 3–24.

FARIA, Rodrigo de; CERASOLI, Josiane Francia; LIRA, Flaviana (eds.). **Urbanistas e Urbanismo no Brasil**: Entre trajetórias e biografias. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

FERNANDES, Ana. **Acervo do EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador**: contextos, percursos, acesso. Salvador: EdUFBA, 2014.

FERNANDES, Sérgio Padrão; COELHO, Carlos Dias. *formaurbis* LAB: o atlas morfológico como arquivo da cidade portuguesa. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra - BAUC**, v. XXXV, n. 2, 2022, p. 73-94.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra - BAUC**, v. Extra, n. 1, 2023, p. 53-85.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli**. Ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: FAPESP / EdUSP, 2005.

INTERNATIONAL COUNCIL ARCHIVES (ICA). **A guide to the archival care of Architectural records – 19th -20th Centuries**. Paris: ICA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964.

LATHROP, Alan K. The provenance and preservation of architectural records. **The American Archivist**, v. 43, n. 3, verão 1980, p. 325-335.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil, 1895 – 1965**. Salvador: EDUFBA, 2005.

MARINO, Carlos Eduardo Collet. **Ócio, lazer e distinção**. Vilegiatura marítima e a invenção do Guarujá (1893-1913). Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1980.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas**: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (SAA). Especial Issue on Architectural. **The American Archivist**, v. 59, n. 2, primavera 1996.

SECTION ON ARCHITECTURAL RECORDS - INTERNATIONAL COUNCIL ARCHIVES (SAR-ICA). **Get involved***:* Professional Sections. 2023. Link: https://www.ica.org/es/participe/las-secciones-profesionales-de-ica/secci%C3%B3n-archivos-de-arquitectura-sar. Acesso em: 20 out. 2023.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). **Operação Amazônia – Relatório Ministerial**. Belém: SUDAM / Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), 1966.

TAFANELL, Roser Latorre. El cuadro de clasificación y los documentos de urbanismo. **IV Jornadas de Archivos Municipales de Cantabria** – Obras para los archivos, archivos para las obras. Santander: Asociación para la Defensa del Patrimonio Bibliográfico y Documental de Cantabria / Consejería de Cultura, Turismo y Deporte, abril 2003, p.119-137.

TAFURI, Manfredo. **La esfera y el laberinto** – vanguardias y arquitectura de Piranesi a los años setenta. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

TAVARES, Jeferson Cristiano. **Projetos para Brasília**: 1927-1957. Brasília: Iphan, 2014.

TREVISAN, Ricardo; FICHER, Sylvia; MATTOS, Frederico Maranhão de. Brasil: um século, cinco cidades novas administrativas. In: **Anais do XVII Enanpur**. São Paulo, 2017.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra - BAUC**, v. XXXV, n. 2, 2022.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra - BAUC**, v. Extra, n. 1, 2023.

WOLF, José. Ponto de partida. **Revista AU**, São Paulo, a. 3, n. 10, fev./mar. 1987, p. 13-20.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história;** Foucault revoluciona a história. Brasília: EdUNB, 2014.

Capítulo 4

Acervos e Arquivos de Urbanismo, para quê e para quem?

Inês Martina Lersch

Introdução

Este ensaio busca contribuir para as reflexões do presente evento, em particular com o objetivo da Mesa 1, intitulada "Saberes: Acervos e Arquivos de Urbanismo, para quê e para quem?", que procura, segundo enunciado, fundamentar, a partir de experiências vividas e saberes acumulados, a importância destes para o campo de conhecimento. Para tanto, este artigo se divide em três partes: i) para pensar, a partir de uma breve narrativa; ii) para inspirar, através do compartilhamento de experiências vividas e saberes acumulados; e iii) para propor, com considerações que, espera-se, contribuam para o debate aqui proposto.

O artigo se concentra no esforço coletivo de "estimular outros pesquisadores, professores, gestores e profissionais a pensar conjuntamente a importância de Acervos e Arquivos de Urbanismo" (Topos, 2024), a partir do lugar da pesquisadora, que se utiliza dos acervos e arquivos para compreender a História da Cidade e do Urbanismo, assim como aspectos relacionados ao Patrimônio Cultural Brasileiro. Acredita-se, por fim, poder contribuir para outra das metas deste evento, a saber, "para a construção de uma cultura nacional de patrimonialização e salvaguarda de documentos históricos" (Topos, 2024).

1. Para pensar

"O inferno são os outros."

Esta frase faz parte da peça "Entre quatro paredes", de autoria de Jean-Paul Sartre, escrita em abril de 1944, poucos meses antes da libertação da França da ocupação nazista. Segundo Sarah Bakewell (2017), em sua obra intitulada "No Café Existencialista",

> a peça trata de três pessoas fechadas num quarto: um desertor do exército acusado de covardia, uma lésbica cruel e uma namoradeira ambiciosa e sem escrúpulos. Cada personagem fita criticamente pelo menos um dos demais e cada qual quer escapar aos olhos implacáveis dos outros. Mas não podem, pois estão mortos e no inferno (Bakewell, 2017, p. 210).

O final da peça traz a citadíssima frase "o inferno são os outros", que, segundo Bakewell, costuma ser mal-entendida. Afirma ela, que

> mais tarde, Sartre explicou que não quis dizer que os outros geralmente fossem o inferno, mas que após a morte, ficamos cristalizados na imagem que têm de nós, sem podermos mais alterar a interpretação dos outros. Em vida, ainda podemos fazer algo para controlar a impressão que causamos: na morte, essa liberdade desaparece e ficamos sepultados nas lembranças e percepções dos outros (Bakewell, 2017, p. 210).

Sartre produziu escritos literários, filosóficos, jornalísticos e biográficos. A curiosidade em ver como poderia aplicar o existencialismo às vidas particulares, a pessoas de carne e osso, o levou às biografias. E o fez com uma "sucessão de indivíduos (todos homens)", entre os quais Baudelaire e Flaubert (Bakewell, 2017, p. 214). A pergunta que o leitor deve estar se fazendo é: o que a narrativa acima tem a ver com a preservação de arquivos e acervos de Urbanismo? Bem, este trecho do livro pode nos levar a pensar em como nos apropriamos dos documentos – arquivos, planos e projetos – para contar as histórias dos nossos urbanistas, sem nos tornarmos necessariamente "o inferno" deles?

Retomando um pouco da nossa própria história, cabe lembrar que no Seminário de Urbanistas e Urbanismo no Brasil, em sua 1ª edição,

realizada em Brasília, em 2013, discutíamos o seguinte: escrevemos biografias ou trajetórias profissionais? Fomos, aos poucos, entrando em um acordo de que não trataríamos das questões pessoais ou íntimas de nossos personagens, mas, sim, nos debruçaríamos sobre as suas respectivas contribuições à História da Cidade e do Urbanismo. Logo, não faríamos biografias, mas trajetórias, preocupados com a atuação profissional e com as ideias, planos e projetos.

O campo disciplinar no qual trabalhamos é, entre outros, o da circulação das ideias. Conforme Leme (2009, p. 73), "ao se analisar o papel e o lugar das ideias, estamos refletindo tanto sobre a formação do campo de conhecimento e prática profissional como do difícil processo de modernização das cidades brasileiras". Para a discussão teórico-conceitual, sobre o conceito de dimensão das ideias na formação de arquitetos e urbanistas, Arango (2012), por sua vez, recomenda "observar os projetos não se preocupando tanto com a origem das ideias, mas tentando entender quais as ideias que foram percebidas e utilizadas, e procurando encontrar as ideias-força, ou seja, as ideias centrais, para então calibrar o ideário efetivamente transmitido".

E, ainda, ao tratar da importância da História e da pesquisa no campo da História da Cidade e do Urbanismo, podemos tomar como referência a obra de Marc Bloch intitulada "Apologia à História, ou o Ofício do Historiador".

> Há muito tempo, nossos grandes precursores [...] nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. [...] Ciência dos homens, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: dos homens, no tempo (Bloch [1941], 2002, p. 54-55).

A partir dos marcos referenciais acima apresentados, busca-se arriscar responder o "para quê e para quem" inserido no presente debate:

1. para contar as histórias dos homens e mulheres no tempo, no nosso caso, dos e das urbanistas, a partir de uma postura baseada no rigor e na ética, enquanto pesquisadores;
2. para educar, treinar e inspirar, a partir da relação que construímos com nossos orientandos de IC, mestrado e doutorado, enquanto professores;
3. para honrar os que vieram antes de nós - neste caso, tratando-se dos acervos que recebemos e temos o compromisso de cuidar, sejam eles de planos, projetos, ou ainda iconografias e cartografias, ou, até mesmo, acervos bibliográficos, enquanto detentores, herdeiros ou guardiões, seja qual for a palavra que melhor couber.

Nesta terceira alínea, advoga-se, em particular, em defesa da preservação dos acervos bibliográficos, ou seja, das bibliotecas dos profissionais arquitetos e urbanistas e não apenas de seus planos e projetos. É preciso observar também o que contribuiu para a construção do pensamento destes profissionais, o que eles leram e quais foram as suas referências. Fazemos isso ao estudar as trajetórias profissionais e estabelecemos algumas perguntas, tais como: "Quais livros leram? Em que língua leram? Leram as versões originais?". Enfim, perguntas pertinentes ao estudo da trajetória profissional.

A defesa da conservação de acervos bibliográficos nos remete ao trecho comovente da obra *O irmão alemão*, de Chico Buarque, no qual o personagem, uma criança, que crescera "na companhia de um pai onipresente, mas inacessível, enfurnado na biblioteca da velha casa em que as paredes eram feitas de livros" (SILVA, 2014), ao entrar na casa de um amigo, se vira desnorteado diante da sala de paredes brancas.

> Não sei que casa era aquela, se algum hospital, só me lembro de um vazio incompreensível. E me vejo, ainda mal me equilibrando em pé, paralisado no centro de uma sala de paredes brancas. Eu nunca tinha visto coisa parecida, e soltei um grito ao ver minha mãe se aproximar da parede, achei que ela ia cair num outro vazio ainda mais vazio. Depois não vi mais nada, afundei a cara no seu colo assim que ela me levantou e só voltei a abrir os olhos em casa.

> Até então, para mim, paredes eram feitas de livros, sem o seu suporte desabariam casas como a minha, que até no banheiro e na cozinha tinha estantes do teto ao chão. E era nos livros que eu me escorava, desde muito pequeno, nos momentos de perigo real ou imaginário, como ainda hoje nas alturas grudo as costas na parede ao sentir vertigem. E quando não havia ninguém por perto, eu passava horas a andar de lado rente às estantes, sentia certo prazer em roçar a espinha de livro em livro. Também gostava de esfregar as bochechas nas lombadas de couro de uma coleção que, mais tarde, quando já me batiam no peito, identifiquei como os Sermões do Padre Antônio Vieira. E, numa prateleira acima dos Sermões, li aos quatro anos de idade minha primeira palavra: GOGOL. Até os nove, dez, onze anos, até o nível da quarta ou quinta prateleira, durante toda a minha infância mantive essa ligação sensual com os livros (Buarque, 2014, p. 16).

Pensemos, portanto, também nos desafios da preservação de acervos bibliográficos.

2. Para inspirar: experiências vividas e saberes acumulados

A partir de outro dos enunciados deste evento, a saber,

> a pesquisa em acervos históricos, na busca por documentos, é a principal forma de construir a trama, que dependerá, ainda, da capacidade do pesquisador em criar costuras e relações, na tentativa sempre incompleta, sempre circunstancial da tessitura historiográfica (Topos, 2024),

procura-se, a partir de agora, contribuir por meio de experiências vividas e saberes acumulados.

São inúmeros os arquivos e acervos no Rio Grande do Sul fundamentais para a pesquisa no campo do Urbanismo, entre os quais podem ser citados o Arquivo Público do Estado, o Memorial da Assembleia Legislativa, o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana, Arquivo Histórico do Estado, Instituto Histórico e Geográfico, Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – este último sendo para nós

muito caro, dado que salvaguarda documentos datados desde o século XVIII, que registram a formação e as transformações da cidade.

Passa-se a relatar três experiências, de caráter didático: a) a pesquisa realizada para fins da tese de doutorado, no Acervo Raro da Escola de Engenharia da UFRGS, assim como na Superintendência de Portos e Hidrovias, em Porto Alegre, entre 2010 e 2014; b) a visita técnica realizada na cidade de Rio Grande, em 2017; c) o acolhimento recente do acervo do Arquiteto e Urbanista Antônio Chaves Barcelos, ocorrido em 2021.

2.1. Da pesquisa documental para a tese de doutorado, 2010 a 2014

A pesquisa documental realizada para a tese de doutoramento, desenvolvida entre os 2010 e 2014, no PROPUR/UFRGS tratou-se de um exercício baseado em indícios. O objetivo da tese era compreender e discutir o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre, entre os anos de 1896 e 1930, como um canal para a introdução das ideias sobre a construção de cidades (*Der Städtebau*) segundo o urbanismo difundido na Alemanha a partir de meados do século XIX (Lersch, 2014).

O tema foi sendo definido à luz da história das ideias, em particular, as ideias nascidas na Alemanha sobre "a construção de cidades", em fins do século XIX e início do século XX. A pesquisa iniciou como uma investigação que procurasse preencher esta lacuna: a de haver a presença pura ou híbrida de um ideário germânico, ao longo do processo de construção de um pensamento urbanístico na cidade de Porto Alegre, no período da República Velha. A possibilidade de identificação de personagens, atuantes na academia, no serviço público ou em empresas privadas, que tiveram alguma relação com este ideário, permitiria um estudo sobre esta contribuição. A forte presença teuta na capital, em virtude da imigração, e a predominância de uma *Muttersprache* (língua materna) em muitos grupos sociais, inclusive no meio técnico, tornaram-se fatores importantes que contribuíram para a divulgação da cultura alemã.

A investigação foi sendo conduzida por apontamentos de autores e por indícios, a verificar se as ideias sobre a construção de cidades,



Figura 1. Folha de rosto de um dos exemplares da publicação Städtebauliche Vorträge, adquirida em Berlim pelo engenheiro Roberto Bruno de Escobar, em 1914. Fonte: Acervo do Gabinete de Estudos e Documentação em Urbanismo (GEDURB/UFRGS).



Figura 2. Bibliotheca da Escola de Engenharia, sob a responsabilidade do Major Joaquim Faria, em imagem do Relatório de 1910. Fonte: Relatório da Escola de Engenharia, 1910.

assim como compreendidas na Alemanha, chegaram a Porto Alegre e, se chegaram, por quais canais ou veículos. De fato, verificou-se a existência de publicações, manuais e tratados nas bibliotecas locais, tanto na academia, quanto em acervos particulares. Parte do acervo já havia sido localizada na década de 1970. Alguns livros e revistas, que pertenciam à Biblioteca da Faculdade de Engenharia, na época, estavam sendo retirados da biblioteca, uma vez que "ninguém mais falava alemão" (Souza; Lersch, 1995, p. 1). Estes exemplares foram, pode-se assim dizer, resgatados pelas Profas. Dóris Maria Müller e Celia Ferraz de Souza, e deixados a salvo no Gabinete de Estudos e Documentação em Urbanismo – GEDURB da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. A Figura 1 demonstra a folha de rosto de um desses exemplares.

Em 1994, já tínhamos tido uma primeira oportunidade de nos dedicarmos a essas publicações em um trabalho voltado à tradução e compreensão do seu conteúdo. Faltava, porém, um aprofundamento maior nas discussões teóricas e na verificação da circulação dessas ideias em Porto Alegre. Surgiram, a partir disso, novas questões: quem lia esse material na época? Esses assuntos tinham repercussão? Como estes livros vieram parar aqui? Estas perguntas foram, aos poucos, tornando-se boas razões para se iniciar uma tese.

Muito provavelmente, estas obras fizeram parte do acervo bibliográfico da *Bibliotheca* que se encontrava nas salas do prédio centenário, como se verifica nos relatórios da escola (Figura 2).

À medida que a investigação avançava, tornou-se necessário restringir o foco no estudo da Escola de Engenharia de Porto Alegre como canal para a entrada destas ideias e *locus* para a sua circulação e difusão e, de certa forma, preservação, pois outras publicações importantes foram sendo localizadas no acervo de sua biblioteca ao longo do trabalho. Deste modo, adotou-se o estudo sobre a Escola de Engenharia de Porto Alegre e seus engenheiros, no período da República Velha, como meio de conduzir a narrativa histórica. A significativa presença teuta na capital gaúcha e, por sua vez, também na Escola completou o conjunto de elementos que levaram à definição do objeto de estudo.

A partir da abordagem histórica, procurou-se compreender o objeto de estudo específico, estudando o contexto no qual este se inseria e estabelecendo as relações com seu tempo. Partindo desta abordagem, procurou-se extrair respostas para o objeto de estudo, de forma a estabelecer as relações das ideias com um segmento em particular, a saber, o Urbanismo. O trabalho foi sendo conduzido na perspectiva da História Cultural que, segundo Pesavento (1994, p. 131), abre "um leque de possibilidades temáticas para pesquisa e análise, no qual a cidade se insere como um campo a ser explorado".

Existem vários estudos sobre Porto Alegre e sobre a Escola de Engenharia, mas acredita-se também que sempre há novas questões a serem respondidas. Intrínseca à História Cultural é a procura pelo resgate de temas e objetos de estudo, como afirma Pesavento (1994, p. 136), "sob um outro olhar, voltando muitas vezes às mesmas fontes ou então dirigindo a atenção para documentação até então inaproveitada". E foi com esta postura que nos debruçamos sobre os arquivos e documentos da Escola de Engenharia. Conforme Ginzburg (1989, p. 145), o historiador deve se portar como um detetive que vai descobrindo os fatos ocorridos através dos indícios dos quais dispõe. Seu resultado, porém, atenta o autor, será sempre uma representação do passado, já que não será possível construí-lo ou trazê-lo de volta.

Comentando este método, Pesavento (2004) salienta que

> Carlo Ginzburg, em ensaio já clássico, nos fala de um paradigma indiciário, método este extremamente difundido pela comunidade acadêmica. Nele, o historiador é equiparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo. (...) É preciso não tomar o mundo – ou as suas representações, no caso – na sua literalidade, como se elas fossem o reflexo ou cópia mimética do real. Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é a regra de ação desse historiador detetive, que deve exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam desapercebidos (Pesavento, 2004, p. 63 e 64).

Por sua vez, Veyne (1980, p. 43) propõe a verificação de lacunas e a construção de tramas para a investigação histórica. Segundo o autor, "a palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance". Tomando-se novamente Pesavento (1994) como referência, observa-se que

> a trama do tecer e retecer de alianças do contexto social, as múltiplas práticas e correlações que se estabelecem, são, por assim dizer, o pressuposto das representações do real. (...) as correlações não são "evidentes" ou "necessárias", nem a história se propõe a atingir a "verdade científica". Abre-se o leque de possibilidades e a história se encarrega de oferecer uma leitura entre várias possíveis. Poder-se-ia, neste caso, entender a nova abordagem como fortemente marcada pelo relativismo, onde também a carga de subjetividade se faz maior (Pesavento, 1994, p. 130).

Para o estudo sobre os engenheiros, suas ideias e planos, lançou-se mão de estudar autores como Antoine Picon (2001, p. 65), que trata das cidades capitais do século XIX defendendo a necessidade do estudo das concepções e atuação dos engenheiros para a compreensão das realizações urbanísticas do período, em particular, as ocorridas em Paris. O autor discute sobre a gênese dos modelos urbanos e suas diferenças, evocando a racionalidade técnica dos engenheiros ligada ao ambiente institucional de formação, para em seguida tratar da intervenção destes no espaço citadino e territorial.

Neste texto, Picon afirma que,

> para compreender a Gênese da haussmannização, é preciso, inicialmente, considerar a presença dos engenheiros nas cidades, na virada dos séculos XVIII e XIX. Se antes se limitavam à criação de equipamentos técnicos como as pontes e os portos, os engenheiros assumem agora um papel cada vez mais importante nas decisões e realizações urbanísticas (Picon, 2001, p. 66).

O autor continua afirmando que cada vez mais os engenheiros passaram a ser solicitados para responder aos problemas das obras públicas a fim de serem alcançados os objetivos e intenções de intervenção técnica na cidade. Picon refere-se aos seguidores de uma corrente filosófica criada pelo engenheiro Saint-Simon, a qual enaltecia a ciência, a indústria e o papel social do engenheiro na construção e no progresso da sociedade. Utilizando-se dos mesmos fundamentos, Souza (2010) salienta que

> foram esses engenheiros sansimonistas que deram a sustentação técnica e filosófica para a reforma de Haussmann em Paris, que prosseguiu até o início do século XX. Divulgaram suas ideias pelo mundo através dos movimentos republicanos, chegando ao Brasil pelo pensamento positivista implantado nas academias, em especial nas escolas de engenharia, onde encontrou um campo extremamente fértil ao seu desenvolvimento (Souza, 2010, p. 20).

Neste sentido, o trabalho procurou aliar-se ao esforço de outros pesquisadores na construção de bases de informação sobre os engenheiros em Porto Alegre. Conforme Souza, os engenheiros contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento, não só da cidade, como da região. A autora apresenta a relação entre a atuação dos engenheiros em Porto Alegre e o Positivismo.

> Eles participaram das comissões técnicas e das propostas de novos melhoramentos e reformulações da cidade de uma maneira geral. Tiveram um papel de destaque no surgimento da religião positivista chamada Religião da Humanidade, decorrente da proposta de Auguste Comte, a qual tinha no Rio Grande do Sul um dos mais fortes centros de adoção do pensamento filosófico positivista (Souza, 2010, p. 20).





Figuras 3 e **4**. Folhas de rosto dos livros de Reinhard Baumeister e Camillo Sitte, que pertenceram ao engenheiro Roberto Bruno de Escobar. Fonte: Acervo Raro da Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS.

Compreendendo que as leituras determinam as fronteiras do estudo, o referencial teórico foi sendo definido a partir de grandes áreas, a fim de proporcionar uma compreensão tanto geral quanto particular do tema em estudo e do objeto de pesquisa. A bibliografia consultada concentrou-se nos fundamentos do urbanismo moderno e da história da cidade e do urbanismo, além das questões relacionadas objetivamente com a urbanística germânica. Para tanto, procurou-se estudar as questões relacionadas à construção de um ideário germânico, contendo os tratados e manuais publicados na Alemanha e Áustria, os quais formam um *corpus* teórico desta vertente. Obras de referência relativas ao tema foram sendo localizadas, ao longo da pesquisa, no Setor de Obras Raras da Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS. As Figuras 3 e 4 apresentam as folhas de rosto de dois desses livros.

Foram consultados aspectos sobre a história da cidade e do urbanismo no Brasil, com a preocupação de definir o urbanismo como um campo profícuo de pesquisa no país. Procurou-se abranger aspectos sobre a história da cidade e do urbanismo em Porto Alegre, cujos autores proporcionam o suporte teórico para compreensão do objeto do estudo, de maneira específica. Também se tornou necessário compreender as condições econômicas, políticas e sociais da capital do Estado.

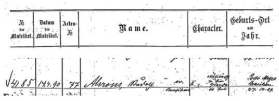




Figuras 5 e **6.** Exemplos de capas da revista Egatea, à esquerda, de 1917; à direita, de 1925. Fonte: Acervo Raro da Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS.

Rodolpho Ahrons (1890-1895)

Auszug Studentenmatrikel Band 3., Seite 349



Erläuterung:

Die ersten drei Spalten stehen für die Matrikelnummer **4185**, das Datum der Immatrikulierung ist der **14.4.90** und die Aktennummer **77** (die Akte ist nicht erhalten).

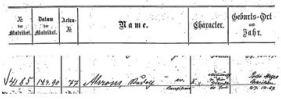
Anschließend folgt der Name **Ahrons, Rudolf**. Das **ev**. steht für evangelisch, darunter anschließend Brasilien. In der nächsten Spalte wird die Studienrichtung [Charakter] angegeben, in diesem Fall **II für Bau-Ingenieur**. Dann folgt die Information „Militärisch zu Rio Grande do Sul". Daran schließt sich der Geburtsort und das Geburtsjahr **Porto Alegre, Brasilien** und **27.12.69**.



In der ersten Spalte befinden sich die eingetragenen Semester. Beginn des Studiums im **Sommersemester 1890** und Ende des Studiums im **Wintersemester 1893/1894**. Dann folgt **S.S. (Sommersemester) 94 v. (von) Zulagen entbunden 2329/97** (diesbezgl. liegen uns keine näheren Informationen vor). In der letzten Spalte steht **Matr. (Matrikel) verl. (verlängert) bis 31.3.95** und **Abg. (Abgang) Besch. (Bescheinigung) v. (vom) 7.9.94**.

Tradução e Interpretação

A matrícula tem anotação em um livro, denominado Tomo 3, página 349, tendo sido enviada em dois trechos. No 1º trecho, estão anotados os dados pessoais do estudante **Rodolpho Ahrons**.

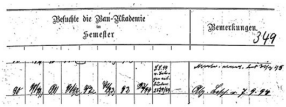


Explicação:

Nas três primeiras colunas constam o número de matrícula **4185**, a data de matrícula **14.4.90** e o ato número **77** (o ato não foi preservado, ou seja, este ato foi registrado em outro livro, mas que infelizmente é contabilizado nas perdas da 2a. Guerra Mundial).

Em seguida, verifica-se primeiro o sobrenome **Ahrons** e, em seguida, o nome **Rudolf**, formato comum ao registro de nomes na Alemanha. A anotação **ev.** corresponde à religião evangélica, seguida pelo registro da nacionalidade, **Brasilien,** ou seja, do Brasil. Nas colunas seguintes registra-se o curso no qual a matrícula foi realizada, neste caso constando a anotação **II** para Bau-ingenieur, que corresponde à Engenharia Civil. Segue então a informação "militar no Rio Grande do Sul" (corresponde à escolaridade ou formação com a qual o estudante chega no momento da matrícula, no caso, formado na Escola Militar de Porto Alegre). Em seguida são registrados o local e a data de nascimento, a saber, **Porto Alegre,** em **27.12.1869**.

No 2º trecho, estão anotados os dados relativos às matrículas efetivadas pelo estudante ao longo dos anos de 1890 e 1895.



Nas primeiras colunas, encontram-se os carimbos relativos a cada um dos semestres nos quais as matrículas foram efetivadas. Segundo estes registros, Rudolf Ahrons iniciou seus estudos no semestre de verão (*Sommersemester*) de 1890 e concluiu no semestre de inverno (*Wintersemester*) de 1893/1894. A próxima coluna contem uma anotação (S.S., ou seja, *Sommersemester*) a respeito do semestre de verão de 1894, sobre o qual não há detalhes disponíveis. Na última coluna consta a prorrogação da matrícula até 31 de março de 1895 e a data de emissão de certificado em 09 de julho de 1894.

Figuras 7. **8**. **9** e **10.** Ficha de matrícula do estudante Rodolpho Ahrons na Universidade Técnica de Berlim. Fonte: Lersch, 2014.

A partir da compreensão teórica e conceitual, a investigação dedicou-se à busca de fontes primárias através do levantamento de dados em arquivos. Procurou-se, de modo particular, analisar o discurso contido nos Relatórios da Escola de Engenharia nos currículos do Instituto de Engenharia e nos artigos publicados na Egatea, revista editada pela escola. Tomar como base documental os relatos da escola para contar a sua história coloca este trabalho em posição de aceitar a versão dos fatos a partir do poder hegemônico, isto é, pelo viés do partido republicano e dos princípios positivistas.

Além desta instituição de ensino ser depositária de um rico acervo de livros raros dos autores alemães e de documentos primários disponíveis, tais como relatórios e a revista *Egatea* (Figuras 5 e 6), a narrativa poderia contribuir para a história da própria Universidade.

O confronto entre o estudo teórico e o levantamento de dados permitiu ao trabalho a realização de um estudo comparado, procurando verificar se o ideário germânico existia nas ideias, no método, na forma ou na imagem, interpretadas a partir dos conceitos de influência e ressonância. Esta proposta seguiu a tendência de outros estudos que vinham sendo desenvolvidos neste campo de pesquisa para verificação desta transferência de conhecimentos no país.

Parte do trabalho dedicou-se a uma discussão teórica sobre o urbanismo na Alemanha em fins do século XIX e início do século XX. Em virtude das relações encontradas entre o ambiente germânico e a Escola de Engenharia, optou-se por delimitar o estudo à capital Berlim e à formação técnica lá oferecida. Por que Berlim? Porque foi para lá que quatro engenheiros que atuaram em Porto Alegre foram estudar, conforme verificado ao longo da pesquisa.

A busca, portanto, foi mais adiante. A consulta virtual aos arquivos da Biblioteca da Universidade Técnica de Berlim permitiu a localização de documentos importantes recebidos por meio de correspondência eletrônica, tais como as matrículas dos estudantes. As Figuras 7, 8, 9 e 10 exemplificam um desses documentos, em sua versão original (à esquerda) e traduzida (direita).

Além dos acervos da Escola de Engenharia, também nos debruçamos sobre o acervo do antigo Departamento de Portos e Canais (DEPREC), instituição depois denominada Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), um importante local de pesquisa que hoje se encontra





Figuras 11 e 12. Exemplares do Acervo de Benno Hofmann, identificados na Biblioteca da SPH. Fonte: Lersch, 2014.

sem acesso, em virtude da Lei número 14.983/2017, que dispõe sobre a sua extinção, cujos documentos passaram a ficar sob a responsabilidade da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG).

Ao longo da pesquisa, também por meio de uma situação completamente indiciária, foi possível localizar neste mesmo acervo livros e documentos que pertenceram ao engenheiro Benno Hofmann, profissional formado também na Universidade Técnica de Berlim, no período entre 1914 e 1918. Por muitas vezes, ao longo da pesquisa, questionamos se este engenheiro, capaz de citar referências tão importantes em seus artigos publicados na Egatea, teria tido ou não um acervo particular. Em meados de 2012, a Profa. Celia Ferraz de Souza, de modo inesperado, conheceu a bibliotecária aposentada do DEPREC, Sra. Maria da Graça Lubisco Leaes, que, na década de 1970, atendia o "Dr. Benno Hofmann, um usuário da Biblioteca, sempre muito respeitado", a quem ela teve "a honra de atender diversas vezes". Segundo seu relato, "ele tinha tanta convicção do valor do seu acervo, que fez questão de preservá-lo". De fato, o Eng. Benno Hofmann entregou pessoalmente o seu acervo, em fins daquela mesma década, para a Biblioteca do DEPREC.

A pesquisa identificou cerca de 25 livros, entre os quais estão aqueles adquiridos ao longo da sua formação na universidade alemã, todos



Figura 13. Visita Técnica à Biblioteca Riograndense, 2017. Fonte: da autora, 2017.



Figura 14. Visita Técnica ao Arquivo do Porto de Rio Grande, 2017. Fonte: da autora, 2017.

datados na folha de rosto segundo o semestre letivo cursado (Figuras 11 e 12) como o de tecnologias construtivas (*Baukonstruktionslehre*), por exemplo. Entre outros, encontram-se temas sobre os quais Hofmann iria escrever mais tarde, como a questão do tratamento de águas para fins de uso urbano (*Die Entwässerung der Städte*).

Um outro exemplo de arquivo importante para os estudos de Urbanismo: no cargo de chefe de Sessão da Diretoria de Viação Fluvial da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, Hofmann apresentou o trabalho intitulado "O Porto de Torres como problema *technico*" na Sociedade de Engenharia, em 1931, contendo, além do texto, também peças gráficas do projeto. Este trabalho foi publicado em 1933 no Boletim da mesma entidade.

O presente artigo não pretende esgotar os achados ou sequer apresentar os resultados da tese. Serve, pelo contrário, para demonstrar algumas das inúmeras possibilidades da pesquisa documental, quando nos dedicamos a ela. Passemos, portanto, às demais experiências anteriormente anunciadas.

2.2. Visita técnica à cidade de Rio Grande, 2017

Com o intuito de buscar novas fontes de pesquisa, tanto de textos e relatórios quanto de cartografias, empreendemos uma saída a campo

à cidade de Rio Grande, em março de 2017, com duas instituições no roteiro: a Biblioteca Riograndense e o Arquivo do Porto de Rio Grande. A viagem ao Sul do Estado tinha também um segundo objetivo: o de incentivar as jovens pesquisadoras que trabalhavam conosco, enquanto bolsistas de Iniciação Científica, proporcionando o exercício da curiosidade e da sensibilidade do olhar para com os arquivos e acervos.

A Biblioteca Rio-Grandense, fundada em 1846, é a mais antiga em seu gênero no contexto do sul. Com um rico acervo de livros, uma hemeroteca abrangente e uma mapoteca sobre a qual nos debruçamos longamente na ocasião (Figura 13), esta instituição – de natureza privada – demonstrou ser um repositório imprescindível aos pesquisadores do campo de estudo da História da Cidade e do Urbanismo.

Por sua vez, o Arquivo da Superintendência do Porto de Rio Grande abriga, entre outros documentos, um inestimável acervo de manuscritos que registra as tratativas para melhorias de acesso à barra ou mesmo para a construção do porto e dos molhes durante o século XIX e início do século XX. Recebidas pela bibliotecária responsável Gladis Rejane Ferreira (Figura 14), tivemos a oportunidade de conhecer o minucioso trabalho de organização e manutenção das coleções e dos documentos ali preservados.

O exercício de ir a campo com jovens pesquisadores responde a uma das provocações iniciais. Para quê? Entendemos que para educar, treinar e inspirar, tratando de conhecimento e métodos, mas, acima de tudo, criando redes e fortalecendo a relação que construímos com nossos orientandos de IC, mestrado e doutorado, futuros pesquisadores.

2.3. Do acervo doado de Antônio Chaves Barcellos, 2021

Por fim, trataremos do acervo do arquiteto e urbanista Antônio Chaves Barcellos, recebido no ano de 2021 pelo GEDURB — UFRGS, Gabinete de Estudos e Documentação em Urbanismo, sediado na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. O GEDURB, de responsabilidade da Profa. Célia Ferraz de Souza por cerca de 40 anos, se caracterizou como um lugar de formação de alunos de graduação e

pós-graduação, espaço de encontro e de trabalho, mas que também foi se transformando em uma espécie de repositório físico.

O gabinete guarda um volume significativo de documentos, livros, relatórios, mapas e planos, acumulados desde a sua criação nos anos de 1980. Observa-se uma tendência em acolher neste espaço acervos de professores e profissionais atuantes no campo do urbanismo, o que aponta para um potencial campo de pesquisa, como o das trajetórias. Diante disso, a pergunta que vem nos provocando a pensar é: "em que medida os acervos profissionais podem contribuir para a compreensão da dimensão das ideias?".

Ao receber em mãos o acervo do arquiteto e urbanista Antônio Chaves Barcellos, no ano de 2021, esta pergunta passou a ser uma constante no cotidiano da pesquisa. Arquiteto formado pela UFRGS, em 1959, e urbanista pelo Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1963, dedicou-se predominantemente às questões do planejamento urbano, tendo atuado como professor do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, bem como no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Nico, como ficou carinhosamente conhecido, buscou também formação complementar, tendo frequentado o Curso de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal do IBAM no Rio de Janeiro, em 1966. Além disso, tratou de se especializar também no exterior, participando de cursos em Londres, Paris, Rotterdam e Washington, entre 1950 e 1970.

O acervo doado pela família no período final da pandemia de COVID-19 foi acolhido tomando-se sempre todas as precauções e cuidados necessários e exigidos por aquela circunstância. Foram necessárias visitas preliminares para seleção do material e, ao fim, cerca de um volume equivalente a 15 malas foram levadas para a Universidade pela equipe de trabalho do GEDURB — UFRGS. As aulas ainda aconteciam em ERE (ensino remoto emergencial) e o Campus Central se encontrava esvaziado. Conseguimos autorização para trabalhar em uma das salas do PROPUR e o acervo passou a ser organizado por grandes temas, tais como História da Cidade e do Urbanismo, Planejamento Urbano, Geografia Urbana, Administração Municipal, entre outros. Foram catalogados 1.030 elementos,



Figura 15. Sistematização preliminar do Acervo de Antônio Chaves Barcellos, na sala de aula do PROPUR/UFRGS. Fonte: da autora, 2021.

dentre eles livros, revistas, jornais, encartes, cadernos, documentos e cartas (Figura 15).

A etapa de sistematização preliminar do acervo foi objeto de Projeto de Iniciação Científica, associado à bolsa BIC UFRGS. Após esta etapa, o acervo foi encaminhado à Biblioteca da FA/UFRGS, e se encontra em processo de catalogação e organização nos setores de Acervo Raro, Coleção Histórica e Estantes Temáticas.

Entre os idiomas estrangeiros, foram identificadas as línguas inglesa, espanhola, francesa, italiana e alemã. Entre os livros foram encontradas obras clássicas, tais como: *Mission de L'Urbanisme*, de Gaston Bardet (Paris, 1950); *La Citá* [Die Stadt, orig. 1921], de Max Weber (Milão,1950); *Manifeste por une Civilisation Solidaire*, de L. J. Lebret (Paris, 1959); *Cities in Evolution*, de Patrick Geddes (Londres, 1949), *Town and Country Planning*, de Patrick Abercrombie (Londres, 1959), entre outros (Figuras 16, 17 e 18).

Do montante deste acervo, a significativa quantidade de livros que versam sobre o tema Economia e Humanismo nos leva à hipótese de que teríamos um expoente também no Sul do Brasil dedicado a esta causa (Betiatto; Lersch, 2022). O seu acervo deve passar a constituir uma importante fonte de pesquisa, dados os títulos e autores encontrados, muitos dos quais em edições originais, que são reconhecidos atualmente como obras expoentes para a compreensão da história







Figuras 16, **17** e **18**. Exemplares do Acervo de Antônio Chaves Barcellos. Fonte: da autora, 2021.

da cidade e do urbanismo, de modo geral. Podemos considerar este acervo uma referência para os estudos da atuação do SERFHAU no Estado do RS. Além de livros, recebemos também fotografias, com registros, por exemplo, do II Seminário sobre Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Rio Grande do Sul, realizado em 1972, em Porto Alegre.

3. Para propor

Procurando, por fim, responder às provocações do evento, seguem algumas considerações, que, espero, ajudem a pensar e apontar caminhos.

Como organizar, tratar, acondicionar e publicizar tantos documentos? Com recursos humanos: equipes bem-preparadas, indivíduos treinados e formados para tratar com a ciência da informação: arquivistas, bibliotecários e museólogos; com recursos financeiros: é preciso viabilizar a construção de políticas públicas relativas a acervos e sua salvaguarda e por fontes de recursos que deem subsídio ao trabalho sério e devido aos acervos e arquivos, à história e à memória.

Para quê e para quem servem acervos e arquivos? Acreditamos já ter respondido ao longo do texto: para contar histórias, tramas e enredos; para formar novas gerações de pesquisadores; e para honrar os que vieram antes de nós.

Quais as especificidades de um acervo ou um arquivo de Urbanismo? Parece-nos necessário dar amplo acesso a planos e projetos, a revistas e discursos, às pesquisas já desenvolvidas e os avanços conquistados nas últimas décadas de pesquisa, por intermédio de acervos acessíveis, formas contemporâneas de apresentação de documentos e exposições itinerantes.

Reforçamos a defesa dos acervos, principalmente os bibliográficos, assim como a defesa de conquistas de espaços físicos nas universidades para os acervos que são doados. Também nos posicionamos na defesa da formação de equipes técnicas que deem suporte para a organização desses acervos e auxiliem os pesquisadores na estrutura das universidades. Professores e pesquisadores estão sobrecarregados e em desvio de função: realizamos desde a gestão da universidade até o trabalho cotidiano de secretaria. Passamos o rodo quando chove e os pavimentos inundam. As equipes de técnicos administrativos estão sendo reduzidas drasticamente. Não há equipes técnicas para tratamento de acervos. Não há espaço físico. Não há recursos. Portanto, como assumir esses acervos?

Na busca dessas metas, a nossa esperança é que sigamos trabalhando; a nossa recomendação é que sejamos rigorosos e éticos, colaborativos, respeitosos e elegantes. E tentemos não ser o inferno dos outros.

Referências Bibliográficas

ARANGO, Silvia. A Arquitetura e o Urbanismo, entre a influência difusa e a influência profunda. *In*: SOUZA, Celia Ferraz de (org.). **Ideias em circulação na construção das cidades**. Porto Alegre: Marcavisual/ PROPUR/PROPAR, 2014. p. 65-77.

BAKEWELL, Sarah. **No Café Existencialista**: o retrato da época em que a filosofia, a sensualidade e a rebeldia andavam juntas. (Orig. At the Existentialist Café: Freedom, Being and Apricot Cocktails, 2016). Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

BETIATTO, Grazieli.; LERSCH, Inês Martina. O que acervos profissionais podem nos ensinar sobre a circulação das ideias: formação e trajetória do arquiteto e urbanista Antônio Chaves Barcellos. **Resumos**... Salão

UFRGS 2022: XXXIV. Salão de Iniciação Científica/UFRGS, nov., 2022. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/261018>. Acesso em: 08. Jan. 2023.

BLOCH, March. **Apologia da História** ou O Ofício de Historiador. (Orig. 1941). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BUARQUE, Chico. **O irmão alemão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais:** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LERSCH, Inês Martina. **A Busca de um ideário urbanístico no início do século XX**: Der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LEME, Maria Cristina da Silva. A circulação de ideias e práticas na formação do urbanismo no Brasil. *In*: **Cidade, território e urbanismo:** um campo conceitual em construção. PONTUAL, Virgínia; LORETTO, Rosane Piccolo (orgs.). Olinda: CECI, 2009. p. 73.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. *In*: **Porto Alegre na virada do século 19**: Cultura e Sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. da Universidade - UFRGS/ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: a Gênese da Haussmannização. *In*: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades Capitais do Século XIX***:* cosmopolitismo, racionalidade e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001.

SILVA, Fernando Barros e. Contracapa. *In*: Buarque, Chico. **O irmão alemão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SOUZA, Celia Ferraz de; LERSCH, Inês Martina. Urbanismo no início do século/ Bibliografia Alemã em Porto Alegre. *In*: Encontro Nacional da ANPUR,1995, Brasília. **Anais...**Brasília: UFB, 1995. p.1.

SOUZA, Celia Ferraz de. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre***:* o plano que orientou a modernização da cidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Cadernos da UnB, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

Capítulo 5

Salvaguardar vestígios da crítica de arquitetura: notas a partir de uma experiência de pesquisa não especializada

Priscilla Alves Peixoto

Este ensaio parte de um percurso de pesquisa que localizou um acervo (bibliográfico, museográfico e documental) de um crítico de arquitetura. Trata-se das coleções de Mário Barata [1921-2007], um intelectual polígrafo que atuou no ensino de história, de história da arte e de museologia, escreveu para jornais de grande circulação como o *Diário de Notícias*, editou revistas especializadas como a *Brasil Arquitetura Contemporânea* e foi importante articulador de entidades do pós-guerra como a Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM), ambas ligadas a UNESCO.

Com o processo de institucionalização e identificação do acervo ainda em curso, procuro trazer para o debate uma discussão sobre a construção de seu valor para um campo específico, a arquitetura, sem invisibilizar suas contribuições para outras áreas. Interrogo-me sobre como trabalhá-lo como parte da memória da crítica da arquitetura, mas não apenas dela (também da história da arte, da crítica de arte, da museologia, do jornalismo). Por conseguinte, tomo por hipótese a necessidade de analisar a maneira como a noção de especialização tem sido operada tanto no âmbito da crítica da arquitetura quanto no âmbito dos arquivos de arquitetura. No entanto, para iniciar este ensaio, trago algumas memórias um

pouco distantes do caso específico que irei tratar aqui. Elas têm a função de, pela construção de uma imagem, dar a ver o problema que os convido a pensar.

Memória de vitrines que promoviam encontros

No segundo andar da Casa Roberto Marinho, no Rio de Janeiro, entre duas exposições – "Maria Leontina: Gesto em suspensão" e "Lélia Coelho Frota: A criação do artista popular" – havia uma pequena sala onde eram apresentados os vestígios de uma amizade entre uma artista e uma poeta, mulheres que dão nome às exposições em cartaz. No trajeto circular que articula os três projetos expositivos, a saleta é uma espécie de nó do circuito que mostra as duas mulheres como mulheres. Vestígios de vidas onde se misturam fotografias, documentos, cadernos de desenho, poemas, livros e, também, projetos, esboços, poses, cenas de ateliê, sorrisos, a migos, parceiros e parcerias. Não falo de nenhum recurso expográfico elaborado. Ao contrário, a solução é até simplista: uma vitrine para Lélia Coelho Frota, outra para Maria Leontina. Um vídeo as conecta. No entanto, percorrer as vitrines e seus documentos nos levam a conhecer o lado humano (vivo e vivido) das duas. Por mais que a saleta seja precedida por duas exposições montadas a partir de relatos memoriais, parece ser ali o lugar onde podemos apreciar as duas mulheres "encarnadas".

Tanto as exposições das obras dedicadas a Maria Leontina quanto àquela dedicada à coleção de Lélia Coelho Frota têm a curadoria dos respectivos filhos (Alexandre Franco Dacosta e João Emanuel Carneiro). Seus textos, que acompanham o correr das exposições, falam de duas mães, relatam o mundo doméstico do qual participavam e trazem também comentários das obras expostas. No entanto, na sala dos documentos escuto a voz de duas mulheres mais complexas, de certo, mães, mas também intelectuais e artistas que se construíram em relações que não se restringiam à domesticidade e à esfera privada. São também mulheres-mundo.

As exposições e a saleta-encontro entre Lélia e Maria Leontina me falam de poéticas distintas, mas complementares, dadas a ver pelo

vestígio de suas existências. Apesar do reconhecimento profissional, Lélia e Maria Leontina são gente, possuem múltiplas facetas e, inclusive, um dentro e um fora. Essas muitas que as habitam não são características exclusivas da poeta ou da pintora, mas de suas existências humanas. Parece ser justamente essa humanidade que transborda o projétil que me atingiu. Mesmo sendo interessada em pintura, ter alguma formação nessa "especialidade", naquela sala fui fisgada, construí empatia, me senti convidada a participar da conversa.

Voltei à exposição mais uma vez para ver se aquela impressão persistia e comecei a pensar sobre ela. Perguntava-me sobre o que incide na construção de uma obra como patrimônio coletivo (para além de um setor ou especialidade). Dei-me conta que pensar sobre essa questão não dizia respeito apenas aos vestígios das vidas de Lélia e Maria Leontina em si, tampouco, era enunciado explícito dos projetos expográficos. Ela parecia ser uma interpretação instigada por problemas de pesquisa que eu vinha enfrentando naqueles dias.

Praticar a história da crítica da arquitetura no Brasil é construir e repensar arquivos

Há algum tempo, venho me dedicando ao estudo de biografias intelectuais de críticos de arquitetura, sobretudo àquelas de autores que produziram críticas destinadas a um público mais amplo (muitas vezes não especializado)[1]: falas públicas, eventos transdisciplinares, artigos para revistas literárias ou de arte e cultura e, sobretudo, escritos para jornais de grande circulação. No entanto, apenas muito recentemente, de 2020 em diante, venho trabalhando mais

1. Desde as minhas pesquisas de formação – "Os escritos de Manoel de Araujo Porto-alegre sobre cidade [1844-1853] - Temporalidades e Sedimentações" (Peixoto, 2011-2013) e "Uma história do urbanismo em construção. As práticas historiográficas de Françoise Choay (1965-1973)" (Peixoto, 2014-2018) – venho me dedicando a escritos de crítica da arquitetura produzidos para jornais literários e de grande circulação. Já como professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvi pesquisa com escopo semelhante, mas destinada especificamente a críticos de arte que se dedicaram ao debate de arquitetura, "Os 60 anos do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte (1959)" (Peixoto, 2019-2020).

especificamente sobre a história da crítica da arquitetura e problematizando seu modo de construção e produção.[2]

Essa espécie de olhar mais acurado para questões da historiografia da crítica se estabeleceu a partir de uma pesquisa específica sobre críticos de arte dedicados a debater arquitetura durante a década de 1950, uma espécie de prosopografia que partiu da rede de envolvidos na organização e na produção do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte realizado em 1959 e que colocou a construção de Brasília no centro de sua pauta. Em relação aos críticos que atuavam no Brasil mapeados por essa pesquisa, um cenário chamou atenção: apesar da farta documentação de textos publicados na imprensa (especializada e não especializada) e da possibilidade de fazer extensos dossiês e inventários a partir deles, era difícil mapear os percursos intelectuais da maioria dos críticos identificados devido à ausência de seus documentos pessoais em instituições arquivísticas, no Brasil.

Contudo, no início de 2023, a localização dos acervos de Mário Barata, um dos críticos envolvidos no Congresso de 1959, estimulou uma outra visada sobre o problema. Ao localizar esse acervo, pude visitar a biblioteca e o arquivo do crítico ainda em sua casa, no subúrbio do Rio de Janeiro. Da sala aos quartos, livros e papéis ocupavam as estantes de praticamente todos os ambientes. Em entrevista com sua filha, Branca Maria Barata[3], constatei que, inicialmente, o escritório do crítico ocupava apenas um dos cômodos da casa e se espraiou pelos outros após sua cassação pelo Ato Institucional nº5. A partir de 1969, destituído de sua posição de professor catedrático na antiga Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, precisou desocupar sua sala na instituição e, com isso, levar os livros para sua residência.

O depoimento da filha de Mário Barata reforçou a impressão que já se evidenciava em documentos localizados anteriormente pela pesquisa. Em outro ensaio (Peixoto, 2024 – no prelo),

2. Trata-se da pesquisa que desenvolvo no âmbito do programa de pós-graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "História da Crítica da Arquitetura" (Peixoto, 2020-atual).

3. Conforme entrevista de Branca Maria Barata a Priscilla Alves Peixoto, realizada em: 27/02/2024.

aprofundei justamente esse assunto, problematizando os desafios de institucionalização da memória da crítica que foi produzida entre dois regimes de exceção no Brasil. Nele, observei que os capitais necessários para se construir acervos, no país, parecem ser diferentes daqueles para se construir livros. A tematização dos livros e mesmo suas condições de produção são mais abertas e flexíveis. Os acervos de críticos acabaram sendo constituídos por esforços dos próprios autores e de seus herdeiros. Nesses casos, quando houve a assimilação por parte de instituições públicas e privadas de salvaguarda e pesquisa, o valor atribuído à doação pouco reconheceu o ofício da crítica como um elemento de distinção. Assim, ponderei como em um período que se seguiu a ditadura militar, marcada também por um processo de anistia, acabou por rebaixar o valor da crítica enquanto prática social e, consequentemente, passou a afetar cada vez menos as políticas de captação de acervos. Como escrevi (Peixoto, 2024 – no prelo), os intelectuais que produziram em um período imediatamente anterior ao golpe de 1964

> (...) não pararam de pensar ou de se posicionar durante a ditadura ou nos anos de abertura política. No entanto, as reflexões que eles produziram não puderam envelhecer. Não puderam ser levadas a público e sofrer, elas próprias, o trabalho de ajuizamento e de contestação. Sem a crítica sobre a crítica, ou seja, com a crítica fora da vida corrente, e sem que o tempo atuasse sobre ela, a própria memória dessa prática não pode ser elaborada socialmente.

No entanto, já no artigo mencionado, eu sinalizava que os impactos da ditadura e da anistia não pareciam ser os únicos vetores da desarticulação institucional (produção de acervos em museus, arquivos e bibliotecas) que levavam ao silêncio a produção de críticos de arte dedicados à arquitetura que haviam atuado na década de 1950. Apontava que, neles, pareciam pesar também as consequências de um desejo de especialização do ofício da crítica da arquitetura. É justamente este segundo aspecto que pretendo explorar neste ensaio.

Ao abrir este texto com a memória da visita às exposições de Lélia e Maria Leontina, eu buscava evidenciar como a documentação que

escapa à especialização dos biografados – no caso, poeta e pintora que dão nomes às exposições – contribui para que se possa ter um olhar mais complexo sobre o campo no qual elas atuaram e que, por conseguinte, ajudaram a construir. Ou seja, sem dúvidas, a produção de Maria Leontina possui um valor estético e já demarca um lugar na historiografia da arte no Brasil. No entanto, a possibilidade de vê-la em diálogo com o colecionismo e as poesias de Lélia, bem como aspectos do seu cotidiano como artista e intelectual, me pareceram abrir possibilidades para se pensar não apenas o valor da obra em si, mas também a própria construção do campo artístico no Brasil.

A produção de Mário Barata talvez não tenha ainda um lugar tão estabelecido na historiografia da crítica da arquitetura. No entanto, andar pela biblioteca, ainda na sua antiga casa, bem como manipular outros vestígios de sua vida, trouxeram uma experiência semelhante àquela das exposições de Lélia e Maria Leontina. Ali, eu também pude observar como uma produção se inscreve na vida, dialoga intelectualmente com suas referências bibliográficas tanto quanto com seus colegas de ofício. Aqueles documentos e livros estavam longe de dar a ver a figura de um especialista. Ao contrário disso, evidenciavam justamente a figura de um polígrafo (que escreveu sobre história, arte, arquitetura e museologia) e, assim, me convidava a pensar como a arquitetura realizada nos anos 1950 participava da produção de cultura em seu sentido mais amplo.

A especialização da crítica de arquitetura

Um olhar atento ao processo que afastou críticos e historiadores de arte do ofício da crítica da arquitetura tem sido desenvolvido nos trabalhos de Hélène Jannière. Seus textos têm apresentado como o movimento de especialização da crítica arquitetônica é historicamente situado e faz parte de reações de arquitetos a um sentimento de crise que marcou editoriais da década de 1970 aos anos 2000, como aqueles de Bernard Huet e Jacques Lucan para a revista *Visiteur* (1995). Segundo Jannière (Jannière, 2019, p. 19-20):

> O "corte" entre críticos e arquitetos toma como responsável tanto a falta de relevância quanto a de interesse da crítica. Da mesma

> forma, os arquitetos praticantes condenavam o jornalismo arquitetônico no qual percebiam uma subespécie de crítica. Por mais corporativista que essa reação fosse julgada, ela tocava, no entanto, um ponto crucial e um argumento recorrente nas controvérsias sobre a crítica: as competências do crítico e as competências críticas. Desde o início do século XX, uma vez que reproduziam opiniões sobre os critérios de crítica, as revistas arquitetônicas muitas vezes estabeleceram uma ligação direta entre sua qualidade (especialmente quando ela era julgada ruim) e os perfis profissionais de seus atores. Por outro lado, lamentaram o fato de que a crítica da arquitetura não fosse tão desenvolvida quanto a de outras disciplinas, como a crítica artística, musical ou teatral.[4]

Um enquadramento que se acentuava desde o posicionamento de Peter Collins que, em 1971, na revista *Architectural Judgement*, defendeu que *"apenas aquele que recebeu formação como arquiteto é verdadeiramente sensível à elegância essencial de uma edificação bem construída e funcional. Leigos, inevitavelmente, julgam a experiência profissional superficialmente, e experimentam dificuldades com as considerações técnicas"*[5] (Collins *apud* Jannière, 2019, p. 20). Uma posição que, a partir dos anos 1980, seria encampada também por Vittorio Gregotti.

No Brasil, sem uma fortuna crítica equivalente àquela empreendida por Jannière sobre história da crítica da arquitetura, encontramos indícios que os debates que reivindicaram uma especialização da crítica recuam ainda mais no tempo e são mesmo contemporâneos

4. Tradução nossa para: « *La « coupure » entre critiques et architectes est tenue pour responsable, tantôt du manque de pertinence et d'intérêt de la critique. De même, les architectes praticiens condamnent le journalisme architectural dans lequel ils perçoivent une sous-espèce de critique. Pour corporatiste qu'elle puisse être jugée, cette réaction touche néanmoins à un point crucial et à un argument récurrent des controverses sur la critique : les compétences du critique et les compétences critiques. Depuis le début du XXe siècle, lorsqu'elles reproduisent des opinions sur les critères de la critique, les revues d'architecture établissent un lien souvent direct entre sa qualité (particulièrement lorsqu'elle est jugée mauvaise) et les profils professionnels de ses acteurs. Inversement, elles déplorent que la critique d'architecture ne soit pas aussi développée que celle d'autre disciplines, comme la critique artistique, musicale ou théâtrale* ».

5. Tradução nossa para: « *seul celui qui a reçu une formation d'architecte est vraiment sensible à l'élégance essentielle d'un bâtiment bien construit et fonctionnel. Les profanes, inévitablement, jugent l'expertise professionnelle de manière superficielle, et éprouvent des difficultés avec les considérations techniques* ».

a críticos como Mário Barata, que atuaram na década de 1950. Pode-se conhecer parte dessas querelas na antologia de Alberto Xavier (2003): ela nos apresenta um debate público que se instaura entre Sylvio Vasconcellos ([1957] 2003, p. 287) e Mário Pedrosa ([1957] 2003, p. 290-291), em 1957. Da parte de Sylvio Vasconcellos, pode-se notar uma demanda por um olhar crítico forjado a partir da arquitetura e conhecedora de seus próprios mecanismos:

> Edgar Graeff, Mário Pedrosa e outros militantes da crítica nacional têm ventilado, ultimamente, a necessidade de serem versados os problemas da arquitetura em conjunto com a escultura, a pintura, o desenho, a música etc. De fato, a arquitetura nacional tem sido bastante divulgada, comentada e descrita, mas lhe tem faltado, incontestavelmente, apreciação crítica que a encarasse com os mesmos métodos aplicados às demais artes. O fenômeno pode ser atribuído a vários fatores, entre os quais alguns permitem focalização imediata. A existência, no Brasil, de uma crítica de arte não especializada, em grande parte baseada no esforço de autodidatas, em sua maioria com grande vocação e sensibilidade para o mister, mas, honestamente, temerosos de abordarem temas que envolvem conhecimentos, inclusive técnicos, mais amplos do que aqueles com os quais estão familiarizados, é um deles. Outro, a natural prudência ante a eclosão súbita da arquitetura contemporânea, nascida de um rompimento brusco com o passado imediatamente anterior, sem um período de adaptação ou evolução mais comedido, que possibilitasse o entendimento paulatino (Vasconcellos, [1957] 2003, p. 287).

No mesmo período, pode-se observar lutas sociais encampadas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para o reconhecimento da especificidade do trabalho dos arquitetos e, por conseguinte, uma regulamentação específica e um conselho próprio (distinto daquele das engenharias). Reivindicações que se delineiam com mais clareza entre 1959 e 1960[6], mas que desde 1956 e 1957, período da

6. Sobre a regulamentação da profissão dos arquitetos ver artigo de Quirino Campofiorito (1959, p.4), notícia veiculada no Boletim do IAB-SP (Regulamentação, 1959, p. 2) e o discurso pronunciado por Ary Garcia Roza (1960, p.2) em outra edição do memo Boletim.

gestão de Ary Garcia Roza no IAB nacional, *"foram marcadas por um franco otimismo com as perspectivas de atuação do arquiteto e com a sua progressiva inserção e reconhecimento social, ampliadas pela possibilidade iminente de aprovação de uma nova legislação profissional, que, afinal, não foi promulgada"* (Dedecca, 2018, p. 161). Ainda em 1956, no âmbito do ensino, parecem ser revolvidas antigas batalhas (então descontextualizadas) entre a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) que, já emancipadas, vêm os estudantes de arquitetura reivindicar uma interdição do intercâmbio na formação de colegas da ENBA que desejavam ingressar também na FNA (Barata, 2003, p. 321-322).

Em resumo, antes de um sintoma de crise da crítica manifestada no cenário internacional a partir de 1970 e relatadas por Hélène Jannière, no Brasil, ainda na década de 1950, os discursos que demandaram especialização (que inclui o ofício da crítica, mas não apenas ele) pareciam parte de lutas por reconhecimento social da figura do arquiteto que, apesar de manifestação legítima, por vezes, construía cenários de polarização e segregação em relação a saberes que, historicamente, contribuíram para a conformação da arquitetura como campo de conhecimento no país.

Já em meados dos anos 1950, figuras como o próprio Mário Barata ([1956] 2003, p. 321-322) apontavam para os reveses que tais posturas poderiam constituir[7]. Trazendo para a contemporaneidade,

7. No texto "A arquitetura como plástica e a síntese das artes" ([1956] 2003), Mário Barata busca alertar um grupo de estudantes "movimento precipitado do antigo diretório acadêmico" (Barata, [1956] 2003, p. 321) da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) que, naquele momento, tentava impedir os estudantes da Escola Nacional de Belas Artes a fazer o vestibular para a faculdade de arquitetura. Ainda segundo Barata ([1956] 2003, p. 322): *"Mesmo nos meios pedagógicos do Brasil, orientados por figuras como Anísio Teixeira, considera-se hoje vício burocrático e formalista brasileiro o excesso de rigidez e pedantismo na seriação e organização de nosso ensino. Mais grave ainda torna-se essa rigidez quando atinge diplomados por escolas superiores. Em países adiantados isso não existe, e entre nós, ao que consta, o vestibular das faculdades de filosofia é-lhes facultado.*
No caso das artes plásticas – pintura, escultura e arquitetura –, essa rigidez é nociva por quebrar a sua unidade. Além do mais, se o portador do certificado de ensino clássico (predominância de latim e literatura) pode ingressar na FNA, por que o diplomado cinco anos por uma escola superior de Belas Artes não pode candidatar-se ao vestibular para mostrar os seus conhecimentos e obter a classificação de merece?".

vozes como as de Hélène Jannière (2019, p. 118) atualizam o alerta ao constatar que tantos anos de reivindicação da arquitetura concebida como disciplina autônoma possui consequências para sua historiografia. Buscando encontrar uma saída para o impasse, ainda Hélène Jannière tem mostrado a importância de se abordar a arquitetura como campo e não apenas como profissão (Jannière, 2019, p. 103). Recorrendo a noções de Bourdieu, convida a pensar a participação de diferentes atores na produção da crítica da arquitetura. Aponta, portanto, para a necessidade de se ampliar a noção de autoria e, por sua vez, estudar redes transdisciplinares que envolvem tanto aqueles que escrevem como também editores, fotógrafos e designers. Dialogando com a obra de François Dosse no que ele trata a "história intelectual", Jannière apresenta um horizonte de pesquisas em "história da crítica da arquitetura":

> Trata-se, portanto, de rejeitar, como escreve o historiador François Dosse sobre a história intelectual, "a alternativa empobrecedora entre uma leitura internalista das obras e uma leitura externalista privilegiando apenas redes de sociabilidade" que "se contentariam com explicações puramente externas e contextualizadas das ideias". Tal história poderia, ao confrontar os discursos específicos da arquitetura com os de outros campos, em particular o campo intelectual, mas também comparando os conteúdos críticos com as trajetórias de seus autores e a história das instituições da crítica, contribuir para uma história intelectual da arquitetura e dos arquitetos[8] (Jannière, 2019, p. 118).

O giro historiográfico proposto por Hélène Jannière parece sugerir, por conseguinte, um olhar mais atento aos acervos de crítica. Seu texto nos lembra que, desde 1958, Pierre Francastel propõe o arquivamento de *matériau vivant* oferecido pela "(...) atividade dos

8. Tradução nossa para: *"Il s'agit ainsi de récuser, comme l'écrit l'historien François Dosse à propos de l'histoire intellectuelle, « l'appauvrisante alternative entre une lecture internaliste des œuvres et une lecture externaliste privilégiant les seuls réseaux de sociabilité » qui « se contenterait d'explications purement externes, contextualisées des idées». Une telle histoire pourrait, en confrontant les discours propres à l'architecture à ceux d'autres champs, notamment le champ intellectuel, mais également en mettant les contenus critiques en regard des trajectoires de leurs auteurs et de l'histoire des institutions de la critique, contribuer à une histoire intelletuelle de l'architecture et des architectes".*

críticos a fim de reunir o corpus e os documentos necessários à escrita da história da arquitetura contemporânea" (Jannière, 2019, p. 113 – tradução nossa). Contudo, esse aspecto não aparece aí de maneira aprofundada, deixando-se ver apenas sutilmente. Conforme buscarei apresentar a seguir, apesar de um diálogo estreito com os desafios sentidos por Hélène Jannière em suas reflexões sobre a historiografia da crítica, no âmbito dos arquivos de arquitetura, o problema da especialização tem se operado de forma diferente.

A especialização dos arquivos de arquitetura

Apesar de uma série de arquitetos como Peter Collins ou Sylvio Vasconcellos, em seu tempo, ter reivindicado um maior protagonismo de produção da crítica de arquitetura profissional, feita por arquitetos, de maneira geral, os documentos relativos à produção de crítica desse campo não parecem ter sido objetos de captação sistemática de acervos de arquitetura. Isso não quer dizer que elas não tenham ocorrido, afinal acervos dos dois críticos citados deram origem a fundos de destaque. No entanto, o que se constata é que eles se conformaram mais como situações excepcionais.[9]

Para aprofundar essa impressão, me dediquei à leitura de alguns números de uma publicação que, desde fins dos anos 1980, vem pautando o debate sobre arquivos de arquitetura e reverberando suas práticas na produção de diretrizes para esse tipo de acervo. Trata-se da revista *Colonnes. Archives d'architecture du XXe siècle*. Apesar de abordar o debate a partir de questões relativas ao cenário arquivístico francês, ela dá indício das situações de sua recepção em outras

9. Uma consulta à *John Bland Canadian Architecture Collection* da *McGill University*, no Canadá, onde está salvaguardado o fundo de Peter Collins, nos dá a dimensão da excepcionalidade. A maior parte dos 122 fundos da coleção é composta por desenhos de arquitetura. Ver: https://archivalcollections.library.mcgill.ca/index.php/informationobject/browse?page=1&view=table&repos=442&sort=alphabetic&sortDir=asc. No caso de Sylvio Vasconcellos, o acervo que leva o seu nome salvaguarda, sobretudo, os vestígios de uma prática de ensino e pesquisa que desenvolveu nos anos 1950 e 1960 junto à Escola de Arquitetura e Urbanismo. Atualmente ligada à Universidade Federal de Minas Gerais, trata-se do Laboratório de Fotodocumentação (LAFODOC). Ver: https://tainacan.eci.ufmg.br/cidadepalimpsestica/sylvio-de-vasconcellos-e-o-lafodoc/

localidades visto que parte de seus colaboradores possuíam destacada atuação na organização de uma sessão de arquitetura (SAR) no Conselho Internacional de Arquivos (ICA). Quatro números da *Colonnes* me interessaram particularmente: nº 8 (1996); nº 12 (1998); nº 23 (2006); e nº 34 (2018). Eles apresentam como a atenção aos arquivos de arquitetura vão se formando a medida em que, no caso francês, o *Institut français d'architecture* (IFA) deu origem a *Cité d'architecture et du Patrimoine*. Junto a essa modificação institucional, observa-se também como certos encaminhamentos da organização de arquivos de arquitetura vão sendo moldados por situações muito específicas e, até mesmo, contingências. Por fim, busco apresentar como a revista tem se aberto ao debate de situações que (ainda) não foram contempladas em manuais.

A primeira notícia que selecionei foi publicada na revista nº 8, de 1996, que faz referência a um guia intitulado "Archives d'architectes. État des fonds, XIXe-XXe siècles" (Gaubert; Cohu; Peyceré; Ragot; Nougaret, 1996). A menção a essa publicação chama atenção, visto que ela praticamente explicita o objeto da crítica estabelecida por Hélène Jannière, uma situação em que a produção de um campo de conhecimento, a arquitetura, se restringe à maneira como ele é praticado enquanto profissão, pelos arquitetos. Da leitura da notícia à introdução do guia propriamente dito, pode-se perceber com mais clareza o que avaliza a aparente "metonímia": uma demanda do âmbito da pesquisa em história da arquitetura contemporânea que, naqueles anos, busca estudá-la não apenas por meio de revistas especializadas, mas a partir também de "fontes primárias" (p. 11). Além disso, é dada a ver também uma sucessão de escolhas específicas que, de partida, definem a necessidade de limitar a empreitada "(...) aos arquivos de origem privada, de agências de arquitetura, de urbanistas, de paisagistas e decoradores, de escritórios de design ou mesmo de empresas de construção"[10] (p. 11). Excluindo, assim, inicialmente, "(...) os fundos de arquivo público relativos à construção ou à administração, cuja identificação, dada a estrutura dos serviços de arquivo na França,

10. Tradução nossa para: *"(...) aux archives d'origine privée, celles des agences d'architectes, urbanistes, paysagistes et décorateurs, des bureaux d'études, voire des entreprises de construction"*.

é relativamente fácil"[11] (p. 11). Por mais que, na conformação final do guia, tenham sido feitas concessões nesse sentido e haja algumas referências a arquivos públicos, eles são limitados àqueles que identificaram fundos – "(...) conjunto de documentos providos de uma coerência interna – mais ou menos completo (...)"[12] (p. 12). A menção a documentos isolados foi feita apenas na medida em que esses "(...) completam um conjunto conhecido por outros"[13] (p. 12).

Uma outra situação específica parece ser o motor de mais um sintoma da metonímia criticada por Hélène Jannière. Trata-se de uma nota na edição nº 12, publicada em 1998, que relata o fechamento do IFA para reforço no trabalho de identificação do acervo e dá notícias do que se constata com essa atividade:

> O ano de 1997, com o fechamento do centro ao público, permitiu dedicar (um pouco) mais de tempo à classificação e à triagem dos arquivos, colocar em ordem observações dispersas sobre os dossiês de arquitetos e de refletir sobre a triagem interna nos fundos. [...] O resultado é um quadro de gestão relativa ao único tipo de dossiês susceptíveis a se tornar objeto de triagens sistemáticas, o dossiê de projeto, que constitui a maior parte dos fundos mais comuns. A adequação dessa triagem só é evidente para os arquivos do pós-guerra.[14]

É curioso notar que são justamente esses encaminhamentos que conformam, em grande parte, as diretrizes do *Manuel de traitement d'archives d'architecture* (2000). Aspectos moldados aparentemente por circunstâncias específicas que passam a dar o tom de projetos

11. Tradução nossa para: *"(…) fonds d'archives publiques concernant la construction ou l'équipement, dont le repérage, vu la structure des services d'archives en France, est relativement aisé"*.

12. Tradução nossa para: *"(…) Ensemble de documents pourvu d'une cohérence interne – plus ou moins complet (…)"*.

13. Tradução nossa para: *"(…) ils complètent un ensemble connu par ailleurs"*.

14. Tradução nossa para: *"L'année 1997, avec la fermeture du centre au publique, a permis de consacrer (un peu) plus de temps au classement et au tri des archives, de mettre en forme des observations éparses sur les dossiers d'architectes et de réflechir au tri interne dans les fonds. [...] Le résultat est un tableau de gestion concernant le seul type de dossiers susceptible de faire l'objet de tris systématiques, le dossier de projet, qui constitue l'essentiel des fonds les plus courants. L'opportunité de ces tris n'es evidente que pour les archives de l'après-guerre"*.

de salvaguarda mais gerais. Elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos – Sessão de Arquivos de Arquitetura (ICA-SAR), ao apresentar o objeto de suas recomendações de salvaguarda, o manual apresenta a amplitude existente nas tipologias de documentos presentes em arquivos de arquitetura. De partida, ele atenta para os vestígios não produzidos diretamente pelos arquitetos e seus escritórios e que, por sua vez, investem de valor sua prática:

> À medida que as entradas e a salvaguarda [...] de fundos avançam, consta-se que o tempo entre a concepção arquitetônica e o discurso sobre a obra do arquiteto se encurta, [...]. Esses arquivos de arquitetos, portanto, entram automaticamente no campo de uma nova maneira, recente, de epistemologia: a que examina os arquivos de cientistas e pesquisadores, que observa movimentos de ideias e correntes de cultura, que se estabelece o mais próximo possível do pensamento de sua fonte [...].[15] (Cardinal *et al*., 2000, p. 17 – tradução nossa)

Contudo, no mesmo manual, conforme as recomendações ganham a forma de diretrizes, a sensibilidade para os vestígios toma a forma das soluções e das ênfases, antes circunstanciais, relatadas na revista *Colonnes*: na organização dos arquivos de arquitetura, percebe-se que o autor-arquiteto e o projeto se tornam os elementos estruturantes para a organização dos fundos (Cardinal *et al*., 2000, p. 25). Certamente, podemos ter uma perspectiva ampliada desta orientação. Afinal, a conformação de um livro ou a defesa de uma tese muitas vezes podem ser reconhecidas como um projeto. Contudo, elas configuram mais exceções do que regras em atividades como as exercidas por críticos (ou outros atores da crítica), cuja maior parte

15. Tradução nossa para: *"Les archives auxquelles s'intéresse le manuel relèvent en majorité de fonds privés, d'abord conservés par les architectes et leurs ayants droit pour preuve et mémoire de leur œuvre personnelle et de leur rôle de maître d'œuvre, en plus, mais aussi en dehors des archives d'architecture que l'Administration (maître d'ouvrage ou responsable du contrôle du bâti) engrange pour ses propres besoins. Au fur et à mesure des entrées et sauvegardes/sauvetages de ce type de fonds, on constate que le délai se raccourcit entre conception architecturale et discours sur l'œuvre de l'architecte, dont le sort normal est d'être immédiatement livrée en pâture aux commentaires et aux jugements de tous. Ces archives d'architectes entrent donc de plein droit dans le champ d'une forme nouvelle, récente, d'ĕpistémologie : celle qui se penche sur les archives des scientifiques et des chercheurs, qui observe mouvements d'idées et courants de la culture, qui s'établit au plus près de la pensée à sa source, en miroir contemporain d'actes de création toujours aussi mystérieux que fascinants"*. (Cardinal *et al*., 2000, p. 17)

da produção é, na verdade, decorrente de uma ação mais reativa, cotidiana e pulverizada em jornais, revistas, encontros e curadorias. Além disso, deve-se lembrar que a versão publicada de um texto crítico é apenas o cume de uma montanha de atividades (e documentos) menos visíveis, tais como suas versões preliminares, os cadernos de anotações, as correspondências trocadas e as leituras realizadas.

Apenas dezoito anos depois da publicação do *Manuel de traitement d'archives d'architecture* (2000), na edição de nº34 (2018) da revista *Colonnes*, um dossiê temático coordenado por Caroline Maniaque, Éléonore Marantz e Jean-Louis Violeau enquadram a especificidade de arquivos do ensino e, com isso, explicitam indiretamente os limites do manual. Apesar da acumulação de fundos de docentes ser observada na revista desde os anos 1990, o acento na temática é dado nessa edição. Nesse cenário, partindo dos arquivos do ensino e, por vezes, se centrando nos arquivos dos professores (mas não apenas neles), vem à tona debates que tangenciam a especificidade, como aquelas também encontradas em acervos da crítica de arquitetura. Caroline Maniaque, Éléonore Marantz e Jean-Louis Violeau escrevem na introdução ao dossiê:

> Se a sua atividade criativa e o seu trabalho de "produção" arquitetônica deixam inevitavelmente vestígios (por vezes incompletos, por vezes indeléveis), o que dizer de suas "obras" como pedagogos quando eram professores? Será o ensino da arquitetura, como tudo o que diz respeito às inter-relações intelectuais, uma "parte dos anjos" que se evapora no contacto com a História? Que vestígios materiais deixam as trocas entre professores e alunos, os momentos de transmissão e aprendizagem, as aulas ministradas, os conselhos e correções oferecidos, os trabalhos apresentados, as discussões mais ou menos informais em torno de um projeto ou de um assunto?[16]

16. Tradução nossa para: « *Si leur activité de création et leur travail de «production» architecturale laissent forcément des traces (parfois lacunaires, parfois indélébiles), qu'en est-il de leur «oeuvre» de pédagogues lorsqu'ils furent enseignants? L'enseignement de l'architecture, comme tout ce qui relève des interrelations intellectuelles, serait-il une «part des anges» qui s'évapore au contact de l'Histoire? Quelles traces matérielles laissent les échanges entre enseignants et étudiants, les moments de transmission et d'apprentissage, les cours professés, les conseils et les corrections proposées, les travaux rendus, les discussions plus ou moins informelles autour d'un projet ou d'un sujet?* »

No desenvolvimento desse dossiê, particularmente, chamou-me atenção o tratamento dado a dois acervos: o de Bernard Huet e o de Jean-Louis Cohen. O primeiro abordado no texto de Julien Correia, "Les archives de l'enseignement de Bernard Huet" (p. 67-71), e o segundo no artigo de Jean-Louis Violeau, "Jean-Louis Cohen, l'historien en ses archives" (p. 77-78).

O artigo de Julien Correia mapeia as diferentes instituições que acolheram documentos de Bernard Huet, na França: a Biblioteca e coleção de diapositivos (slides) da *École d'architecture Paris-Belleville* (doação feita em 2001 e aberta ao público em 2009); o fundo Bernard Huet nos *Archives intermediaires de l'École d'architecture Paris-Belleville* (coletado dos arquivos administrativos da escola, sem data precisa); e o fundo Bernard Huet nos *Archives d'architecture du XXe siècle, Cité de l'architecture et du patrimoine* (doado em 2014). Assim, demonstra como logo após o falecimento do arquiteto houve uma preocupação por parte de sua família em doar a biblioteca e a coleção de diapositivos (slides) de aula para a *École d'architecture Paris-Belleville*. Contudo, os demais esforços ocorrem alguns anos depois e parecem se configurar a partir das políticas de aquisição e de coleção das próprias instituições: a escola que reorganiza seus arquivos administrativos em busca da atuação do professor e do responsável pela constituição daquela unidade de ensino; e o arquivo de arquitetos em busca da atuação de Bernard Huet em sua *Agence ville et architecture*. No entanto, o que salta aos nossos olhos é a constatação que a prática como teórico de Bernard Huet – e poderíamos dizer ainda como crítico de arquitetura – resta sem um extenso lastro documental. Sem a iniciativa do arquiteto, nem de seus herdeiros, nem de instituições de salvaguarda, seus arquivos pouco registram uma das mais significativas partes de sua poética.

O artigo de Julien Correia apresenta ainda algumas considerações oportunas. Diante da fragmentação da memória do fazer do arquiteto em diferentes fundos e instituições, aponta para a necessidade da realização de estudos e instrumentos que permitam o cruzamento de dados entre arquivos e a biblioteca doada. Nesse aspecto, salienta para a relação que pode ser estabelecida entre os diapositivos (*slides*) de aula e a coleção de fotografias de viagens que integram o fundo do escritório de Bernard Huet.

Com relação ao artigo escrito por Jean-Louis Violeau, "Jean--Louis Cohen, l'historien en ses archives", para além de reforçar aspectos trabalhados no texto sobre Bernard Huet – sobretudo a necessária atenção à relação que se estabelece entre a produção e a biblioteca de um intelectual, ao intercâmbio de informações entre os diferentes arquivos que recebem os seus documentos e à salvaguarda de slides de um professor como vestígios de suas aulas (e, possivelmente, também de algumas de suas viagens) – outras questões são dadas à reflexão. O trabalho de Violeau se coloca a pensar sobre as articulações de um arquivo de um intelectual enquanto ele ainda estava em vida e, portanto, de um projeto de construção de memória e, ao mesmo tempo, de sua natureza documental.

A primeira questão apresentada por Violeau reflete, assim, sobre a maneira como foi se estabelecendo os arquivos de um pesquisador sediado em diferentes instituições ao redor do mundo *(chercheur multi-sites)*. Com uma carreira que possui uma escala global, a documentação das atividades de Jean-Louis Cohen, além de em grande parte guardada em sua própria residência, aparece dispersa em três instituições: a *Cité de l'architecture et du patrimoine*; o *Institut of Fine Arts da New York University*; e o *Centre Canadian d'Architecture* (CCA). Esse último provavelmente um projeto não realizado e que, pela súbita morte do arquiteto em 2023, não temos notícias de ter sido concluído.

Aqui, tal como no caso dos arquivos de Bernard Huet, Violeau apresenta a necessidade de se articular a informação dispersa em diferentes arquivos. No entanto, esse autor valoriza os processos de digitalização no que eles permitem aproximar e confrontar diferentes documentos. Pondera, contudo, como isso demanda um investimento específico e que, por conseguinte, acaba levando a documentação a instituições que podem financiar esses procedimentos, no caso relativo ao acervo de Jean-Louis Cohen a digitalização de sua coleção de milhares de slides pelo *Institut of Fine Arts da New York University*. Outro aspecto tratado por Violeau, e que acaba por ser decisivo na escolha dos locais de guarda da documentação de Jean-Louis Cohen, tem a ver com sua atividade curatorial. Violeau apresenta como o material salvaguardado na *Cité d'architecture et du Patrimoine* é relativo às aquisições e ao material preparatório para

pesquisa que Cohen desenvolveu junto com Monique Eleb sobre Casablanca, no Marrocos, e, de maneira semelhante, como a interlocução com o *Centre Canadian d'Architecture* se estabeleceu a partir de experiências curatoriais para as exposições *Scenes de la vie future* (1995) e *Architecture en uniform* (2011).

Por fim, o texto de Violeau chama atenção ainda para a natureza da documentação dos arquivos de Cohen. Apesar de, no caso dele, a salvaguarda se constituir a partir de projetos – projetos de exposições e projetos de ensino – a natureza da documentação é muito diferente daquela tratada até então como prioritária no *Manuel de traitement d'archives d'architecture* (2000). Violeau nos lembra que se trata de milhares de diapositivos (*slides*), de séries de materiais preparatórios (esparsos), de agendas e de correspondências cada vez mais frequentemente produzidas em meio eletrônico. No entanto, naquele momento, a aceitação do material não aparece como questão a ser superada para justificar a recepção por parte das instituições. Não há ali dúvidas quanto ao valor da documentação relativa à prática de Jean-Louis Cohen para o campo da arquitetura, nem tampouco de seu enquadramento no âmbito de um arquivo de arquitetura. Violeau dá mostras que, somado ao notório reconhecimento profissional de Jean-Louis Cohen, com a então recente aquisição do acervo de Kenneth Frampton pelo CCA (2016) e com a explicita intenção de Anthony Vidler de depositar seus documentos no mesmo centro, estavam estabelecidos ali os parâmetros para a salvaguarda de um perfil como o de Jean-Louis Cohen.

Desafios do tempo presente

Olhar essas experiências em perspectiva me instiga a tecer algumas ponderações sobre um elenco de desafios que partiram do caso do acervo de Mário Barata, mas se ampliam também para acervos de críticos de arquitetura, em geral. Boa parte dos limites das diretrizes analisadas aqui se manifesta ao se tomar de maneira instrumental a definição de arquitetura e, quão mais, do ofício dos diferentes intelectuais que têm a arquitetura como objeto de seus estudos. Esses limites parecem denunciar dificuldades de se operar com definições alargadas: de arquitetura enquanto campo intelectual e de biografia enquanto vida.

No percurso estabelecido por esse ensaio, busquei demonstrar como que, na segunda metade do século XX, os arquitetos reivindicaram o monopólio da crítica da arquitetura, mas não a levaram como prioridade para seus arquivos. Por sua vez, os arquivos de arquitetura, na virada dos séculos XX e XXI, pareciam travar outro tipo de busca por especialização: se tornar arquivos de arquitetos. Contudo, há uma presença perene (mesmo que silenciosa) de conformação de acervos de docentes que justamente tem ajudado a reconfigurar o debate.

Ao trazer o exemplo da prática da conformação de arquivos de arquitetura por meio da revista *Colonnes. Archives d'architecture du XXe siècle*, pude observar tanto a maneira como as diretrizes estabelecidas nos manuais e em centros de documentação reagiram a situações específicas, quanto que, no cotidiano dos acervos, o ajuizamento do que se deveria ou não ser salvaguardado operava acomodações em relação a esses encaminhamentos. Nesses processos, algo do fazer especulativo que não conformou efetivamente projetos, mas também participou da produção do campo intelectual da arquitetura, pode ser institucionalizado em arquivos de arquitetura. A constatação, no entanto, é que esses empreendimentos específicos parecem ainda não alcançar e atualizar as diretrizes arquivísticas (apesar de maneira latente denunciar seus limites). Dessa forma, os exemplos se consolidaram como projetos isolados.

Com relação a salvaguarda de vestígios da atividade crítica da arquitetura no Brasil, esse quadro parece indicar algo inquietante: não debater abertamente os limites dos arquivos de arquitetura concebidos apenas como arquivos de arquitetos pode contribuir para um adensamento de silêncios conformados por outras implicações. Conforme busquei apontar, a atividade de críticos desempenhada entre as décadas de 1940 e 1960, no país, quase foi relegada ao esquecimento. Durante regimes autoritários, o ofício da crítica encontrou dificuldades consideráveis para fazer parte de arquivos e de bibliotecas. Durante o processo de abertura política, sobretudo com a anistia, negociação possível para a retomada da vida democrática no país acabou por reforçar um estado de desvalorização da "crítica" enquanto prática social e, sobretudo, enquanto patrimônio.

A questão que se coloca, portanto, é que, se sobre essas pressões por esquecimento derivadas de causas políticas recaem ainda outras, como a predeterminação de quem está ou não habilitado a praticar a crítica da arquitetura, ou mesmo do que é ou não um arquivo de arquitetura, a possibilidade de se encontrar e salvaguardar vestígios da crítica praticada em outros tempos se torna cada vez mais rara. As lutas por profissionalização das disciplinas são legítimas, fazem parte da história de grande parte das profissões. Assim como reconhecer a vocação e os limites de instituições arquivísticas. No entanto, o chamado ao cuidado que se coloca aqui é para que essas lutas não constituam interdições para olhar o passado e, consequentemente, obstáculos intransponíveis para elaborá-lo e problematizá-lo.

Assim, os esforços encampados nos trabalhos recentes de história da crítica da arquitetura, como os de Hélène Jannière apresentados neste ensaio, poderiam ser vistos não apenas como uma das finalidades de arquivos de arquitetura, mas, antes, como um estímulo a um reposicionamento desses acervos e de suas diretrizes. Nesse contexto, localizar coleções como as de Mário Barata convida a escuta dos documentos tomados como fontes, instiga a observar como a arquitetura e seu debate público já foram praticados. Fazendo saltar a diferença da maneira como é praticada hoje, convida a pensar a respeito da construção que se elabora de um ponto a outro, de uma prática da crítica em um tempo já passado e daquela praticada no aqui e agora.

Esse ensaio, por fim, não reclama um "dever de memória". Ao contrário, é um convite à reflexão. Os objetos colecionados por Mário Barata (documentos, livros e obras de arte), em sua maioria, foram destinados a instituições de salvaguarda e pesquisa não especializadas em arquitetura. Trata-se de centro de memória de museografia[17], museu de arte[18], biblioteca de arte[19] e apenas uma parte

17. Parte da documentação de Mário Barata foi doada ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), Escola de Museologia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

18. As peças de arte afro-brasileira foram doadas para o Museu Nacional de Belas Artes.

19. Grande parte dos livros de arte da Biblioteca Mário Barata foi doada à Biblioteca Alfredo Galvão, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

compõe temporariamente um acervo bibliográfico de arquitetura.[20] Ou seja, esse trabalho não reivindica a necessidade de tudo salvaguardar sob a chancela de um "arquivo de arquitetura". Trata-se, ao contrário, de estimular o reconhecimento de diferentes bens de um campo intelectual, de considerar os limites técnicos e vocações de cada instituição de salvaguarda e, ainda assim, contribuir para a memória do debate público de questões arquitetônicas, o fazer crítica da arquitetura. Uma imagem semelhante à unidade heterogênea, repleta de cotidiano e de documentos não especializados, presente na saleta-encontro situada entre as exposições de Maria Leontina e Lélia Coelho Frota na Casa Roberto Marinho.

Referências Bibliográficas

[s.a.] Maria Leontina. **Gesto em suspensão**. Lélia Coelho Frota. A criação do artista popular. Coleção no seu tempo 2018-2023. Rio de Janeiro: Casa Roberto Marinho, 2023. [Folheto de exposição].

BARATA, Mário. Arquitetura como plástica e síntese das artes [1956]. *In*: XAVIER, Alberto. **Depoimento de uma geração**. Arquitetura moderna brasileira [edição revisada e ampliada]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 318-322.

BUENO, Guilherme. **Depoimento por e-mail concedido a AUTORA**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro, 5 set. 2021.

CAMPOFIORITO, Quirino. Arquitetura: ontem e hoje. Terceira seção. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 28/06/1959, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/76529. Acessado em: 28/12/2021.

CARDINAL, Louis *et al*. **Manuel de traitement des archives d'architecture**: XIXe-XXe siècles. Paris: Conseil international des archives, 2000.

DEDECCA, Paula Gorenstein. **Arquitetura e engajamento**: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970) / Paula Gorenstein Dedecca; orientador José Tavares Correia de Lira. São Paulo, 2018.

DISCURSO pronunciado pelo arquiteto Ary Garcia Roza. **Boletim do IAB-SP**, n. 68, p. 2, fev. 1960.

20. Os títulos de arquitetura, mas também aqueles identificados pela família como Ciências Sociais, foram doados à Biblioteca Lucio Costa, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 2023.

GAUBERT, Sonia; COHU, Rosine; PEYCERÉ, David; RAGOT, Gilles; NOUGARET, Christine. **Archives d'architectes**. État des fonds, XI-Xe-XXe siècles. Paris : Archives de France, 1996.

JANNIÈRE, Hélène. **Critique et Architecture**. Un état des lieux contemporains. Paris: Éditions de la Villette, 2019.

PEDROSA, Mário. A crítica de arte na arquitetura [1957]. *In*: XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração - arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p.290-291.

PEIXOTO, Priscilla Alves. Correspondências entre Mário Pedrosa e Simone Gille-Delafon [1958-1959]. Notas sobre a construção de um congresso. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2022, São Carlos. **Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**: refazer restaurar revisar, 07 a 11 de novembro de 2022. São Carlos: ANPARQ, 2022. Disponível em: https://youtu.be/5RDv7N2cB2s?si=GVdZcfrUZ4RpcJ9i. Acessado em: 25/03/2024.

PEIXOTO, Priscilla Alves. Arquivos, crítica e política. Apontamentos para se interpretar silêncios. In: PEIXOTO, P. A. et alli (org.). **Crítica. Mídias. Memória**. Rio de Janeiro: Rio Books – Proarq [no prelo].

PEIXOTO, Priscilla Alves. **Entrevista com Branca Maria Barata**. Rio de Janeiro, 27 fev. 2024.

REGULAMENTAÇÃO Profissional. **Boletim do IAB-SP**, n.68, p.2, out. – nov. 1959.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e; COSTA, Eduardo Augusto (org.). **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: FAUUSP, 2021. Disponível em: Versão pdf do arquivo Coleção Caramelo v. 1 PDF.pdf (usp.br). Acessado em: 28/12/2021.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Crítica de arte e arquitetura [1957]. *In*: XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração - arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 287.

XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração - arquitetura moderna brasileira** [1987]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Periódico consultado:

Colonnes. *Archives d'architecture du XXe siècle*

Capítulo 6

Corpo vivo, arquivo vivo. O arquivo como questão historiográfica na arquitetura e no urbanismo

Eduardo Augusto Costa
Junia Cambraia Mortimer

Em novembro e dezembro de 2021, o grupo de pesquisa "Arquivos, fontes e narrativas: entre cidade, arquitetura e design"[1], do qual somos atualmente líder e vice-líder, realizou em formato online seu segundo seminário. Entre as várias palestras e mesas, o encontro de Ana Fernandes, da FAUFBA, com José Eduardo, do Acervo da Laje, ambos sediados em Salvador, colocou algumas questões que retomamos aqui hoje como disparadores das reflexões que pretendemos fazer avançar com este texto.[2]

Ana Fernandes, arquiteta e urbanista, docente titular da Faculdade de Arquitetura da UFBA, coordenou o projeto de restauração e digitalização do acervo do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, o EPUCS, operante de 1943 a 1947, quando do falecimento de seu fundador, o engenheiro Mario Leal Ferreira. Mesmo com este curto tempo de atuação, os planos elaborados pelo EPUCS foram mobilizados por décadas, sendo inclusive um dos argumentos retóricos utilizados pelo então prefeito de Salvador, e posteriormente governador biônico da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Na década de 2000, quando se iniciam os trabalhos com o

1. https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/624447 [Acesso em 13 de março de 2024]
2. https://www.youtube.com/watch?v=Ve_lO4_7I-8 [Acesso em 13 de março de 2024]

acervo do EPUCS, o acervo ocupava o subsolo da Fundação Mario Leal Ferreira, na condição limite de desfazimento material.

De outro lado, José Eduardo dos Santos, educador e psicólogo, é um dos fundadores, ao lado da educadora Vilma Soares, do Acervo da Laje. Sediado em São João do Cabrito, bairro do subúrbio ferroviário de Salvador, o Acervo nasce do ímpeto memorialista e do impulso colecionista que nutriu o casal diante de um sistemático processo de apagamento e descrédito da vida, na sua amplitude psíquica e material, operado pelas políticas públicas no que tange aos territórios negros, empobrecidos e marginalizados. É no enfrentamento também de uma ausência documental que o Acervo empreende um vigoroso esforço de coletar, cuidar, mostrar, circular, fazendo emergir não somente as atividades criativa, artística e cultural do subúrbio, mas também a historicidade daquele território, e seus desafios diante da necropolítica do Estado.

Tomamos esse encontro do Acervo do EPUCS com o Acervo da Laje, de Ana Fernandes com José Eduardo, pelo que ele instala de experiência-limite da vida dos arquivos: é certo que em ambos os casos estamos diante da fatídica ausência de políticas públicas adequadas, seja para conservação dos documentos oriundos de um escritório estatal da década de 1940, seja para reconhecimento e estímulo da atividade criativa de territórios considerados periféricos. Mas é certo também que, ao recusar o imperativo da falta e da ausência, que tende a monopolizar os debates de arquivos em territórios desprestigiados pela geopolítica das centralidades, ambas experiências anunciam uma insubmissão a esses mesmos enquadramentos narrativos e jogam, seja pelo engajamento universitário, seja pela autonomia dos sujeitos marginalizados, as vidas dos arquivos no centro de nossa discussão: não se trata de corpos inertes, mas de um circuito de vidas, humanas e não humanas, que se imbricam na experiência-limite de continuar a existir. Continuar a existir *apesar de*. Convidamos nossos leitores a habitarem esse texto como *um lugar fora das ideias* estabelecidas em torno do que é um arquivo, mas dentro de suas práticas como instância pulsante: corpo vivo. Arquivo vivo. Para isso, convocamos a desaprendizagem como método e a imaginação como crítica. Antes disso, propomos uma reflexão sobre o estado atual do debate.

Três leituras sobre o arquivo

Pensar os arquivos tornou-se uma agenda política e um compromisso social nesse início de século. Os motivos para tanto vão de interesses preservacionistas a processos de reparação e agendas antirracistas. Mas eles também sucedem pelos questionamentos que nos provocam a imensa massa de dados que produzimos e que estão cada vez mais disponíveis a nós através de plataformas digitais, HDs e nuvens. Numa vida e num mundo conectados e arquiváveis, é inevitável que esta agenda ganhe força e que ela nos atinja. O que não é diferente para nós, arquitetos e urbanistas.

No âmbito disciplinar da arquitetura e do urbanismo, o tema vem sendo debatido há décadas, especialmente pelos historiadores.[3] Mas, no Brasil, ganhou um certo protagonismo nos últimos anos, em função da saída de importantes acervos de arquitetos atuantes em território nacional. Com isso, urbanistas, arquitetos, historiadores, críticos e arquivistas organizaram seminários, levaram o debate para fóruns e instituições públicas e nacionais, além de terem produzido dezenas de textos, artigos, livros e exposições dedicados às questões que permeiam o debate (Mortimer, Costa, 2023; Costa, 2022; Matoso, 2021; Castro, Silva, Costa, 2021; Castriota, 2011). Trata-se de uma verdadeira força-tarefa dedicada ao tema, rodeada por desafios, complexidades e contradições.

Se o engajamento vem sendo capitaneado por profissionais provenientes de disciplinas ou instituições com missões variadas, é legítimo que as leituras, interesses e objetivos sejam também diversos e até mesmo dissonantes. Foi com esse entendimento que a Prof.ª Dr.ª Margareth da Silva Pereira proferiu a conferência de abertura no II Seminário Arquivos, Historiografia e Preservação, organizado por nós e outros colegas de universidades brasileiras no ano de 2021.[4] Naquela oportunidade, Margareth Pereira delineou três pers-

3. Das primeiras iniciativas relacionadas aos arquivos de arquitetura e urbanismo foi a criação do Centro de Arquitetura e Urbanismo - CAU - na cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do então prefeito Luiz Paulo Conde, e a realização do 10º Congresso da Confederação Internacional de Museus de Arquitetura - ICAM, no ano de 2000. Ambas as iniciativas tiveram participação ativa do professor da UFRJ Jorge Paul Czajkowski.

4. https://www.youtube.com/watch?v=T5lAWwq6Ywo&t=2571s < Acesso em: 26/03/2024 >

pectivas sobre o tema dos arquivos, fundamentais para a compreensão do estado da arte, neste início de século.

A primeira destas perspectivas diz respeito à aproximação de profissionais em relação ao tema por um interesse conservador e preservacionista. Prepondera, nesse caso, uma compreensão tradicional sobre o tema, em que os arquivos são tratados como provas jurídicas, lugar de estocagem, guarda e preservação de objetos que documentam determinados processos. No caso dos arquitetos e urbanistas, o que se projeta sobre os arquivos, neste entendimento, é a compreensão de que os documentos cumpririam um papel de prova, que se estende desde as características da obra construída – no sentido de preservação material do bem – às dinâmicas de trabalho de instituições governamentais e de profissionais liberais. Não é estranho, portanto, que haja, neste caso, um forte envolvimento de instituições ligadas à profissão – como o Instituto de Arquitetos do Brasil, o IAB, e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o CAU – assim como instituições capitaneadas por profissionais e professores, interessados na preservação das edificações – como é o caso do DOCOMOMO.[5]

Uma segunda perspectiva apresentada reserva uma compreensão dos arquivos que deriva de debates da história, da filosofia e da psiquiatria (Derrida, 1995; Foucault, 2009; Le Goff, 2003). Neste caso, somam-se os impactos que as teorias freudianas tiveram para as ciências sociais, ainda na primeira metade do século XX, e o trauma provocado pela Segunda Guerra Mundial, com o genocídio de judeus, de armênios e a destruição em massa de documentos, monumentos e expressões culturais. Neste cenário, pensar os arquivos passou a ser um objeto de investigação intrínseco às ciências humanas, uma vez que tais estruturas foram entendidas como manifestações de poder, controle e como lugar de subjetividade, um lugar de experiência do corpo, de experiência social. Esta outra perspectiva é importante para o contexto que nos atinge, uma vez que reenquadra o arquivo como objeto em si, como marca de historicidade das coisas,

5. A Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo é um bom exemplo dessa relação. https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/ <Acesso em: 26/03/2024 >

do tempo e de grupos sociais. Não se trata, portanto, de pensar o arquivo como uma estrutura que detém as provas de um passado, em seu sentido jurídico como no primeiro caso, mas que ele, em si, é uma manifestação de subjetividade, um desejo. O arquivo passa a ser um objeto a priori de interesse social e histórico, já que passa a ser entendido como prova em si, uma prova daqueles que o guardam e o preservam. O arquivo permite observar a historicidade das coisas.

A última perspectiva apresentada por Margareth Pereira refere-se ao conceito de *anarquivamento*, trabalhado pelo professor de teoria literária, o Prof. Dr. Márcio Orlando Seligmann-Silva, referenciado na obra de Walter Benjamin. Neste caso, compreende-se que os eventos traumáticos do século XX anularam os discursos totalizantes e as grandes narrativas, abrindo caminho para que o arquivo – tomado como expressão de poder totalitário destes discursos – fosse também questionado, problematizado. Seria preciso romper com os discursos totalizantes, as histórias canônicas e os grandes manuais. Somado às experiências radicais das vanguardas artísticas do início do século XX, este movimento encontra sua potência na descoberta da estrutura do DNA, formada pelas quatro bases nitrogenadas estruturadas em arranjo em hélice e capitaneada pela lógica computacional. Estrutura-se, a partir de então, uma "consciência de que a vida, como a cultura, é uma história de arquivos, de suas reescrituras e de suas metamorfoses" (Seligmann-Silva, 2023, p. 21).

A noção de rearranjo, reescritura, metamorfose é fundamental para o entendimento desta terceira perspectiva apresentada pela Margareth da Silva Pereira. Aqui, não se trata de buscar uma prova jurídica, buscar por um passado arquivado, ou de pensar na própria estrutura como objeto em si de reflexão crítica e teórica. Ao contrário, a compreensão da experiência do rearranjo e da possibilidade de reorganizar a vida abrem espaço para que outros discursos e sentidos históricos possam ser revelados com o trabalho em diálogo *com* e *nos* arquivos. Observa-se, portanto, a emergência de uma tomada de consciência da própria forma de produção do conhecimento, como também da cultura e da vida. Uma consciência que se dá nos processos de arranjo e rearranjo, abrindo espaço para outros sentidos, outras sensibilidades não arquivadas.

O horizonte que Seligmann-Silva apresenta projeta sua reflexão para o trabalho que artistas passaram a desenvolver, recolecionando, reescrevendo, rearranjando, anarquivando o conhecimento. Neste caso, destaca-se o trabalho de artistas que recolhem fragmentos, cacos e restos da história, para formarem seus próprios arquivos e construir outras histórias, narrativas e subjetividades. Não é por acaso que o seu texto passa pelos trabalhos de Rosangela Rennó, Artur Bispo do Rosário, Marcelo Brodsky, Carrie Mae Weems, artistas que mobilizam arquivos, reeditam os sentidos de documentos ou produzem seus próprios arquivos.

Vale observar que tal dinâmica contaminou positivamente também o campo da arquitetura e do urbanismo. Quando observamos as propostas curatoriais das últimas bienais – como a Bienal de Veneza –, é possível reconhecer que não são mais os projetos de cidades ou de arquitetura que são os protagonistas nestes espaços. Não se apresentam plantas, cortes, fachadas, maquetes e fotografias, documentos que poderiam ser considerados corriqueiros à profissão exercida em empresas públicas ou escritórios de profissionais liberais. Ao contrário: os curadores estão muito mais interessados no que escapa ao âmbito da disciplina, pois é neste exterior que se pode elaborar outras sensibilidades. É neste rearranjo que reside a potência de transformação, ainda que sob protesto de defensores de uma história canônica.

O que a Prof.ª Dr.ª Margareth da Silva Pereira nos apresenta é essa complexidade do cenário que nos atinge, deixando muito claro que são múltiplos os movimentos e entendimentos que implicam num arquivo. Mas ela também nos lembra que é esta última perspectiva – a do anarquivamento – que pode abrir outras fronteiras para o pensamento ligado à arquitetura e ao urbanismo, como também à própria manifestação da vida em seu sentido amplo, na contemporaneidade. É neste pulsar que se encontra a vitalidade de se pensar os arquivos. E é neste sentido que apresentamos dois conceitos fundamentais, que vêm sendo mobilizados pelos historiadores.

Desaprender e fabulação crítica

Em "História Potencial: desaprendendo o imperialismo" (2019), Ariella Azoulay defende a importância da desaprendizagem enquanto parte de uma ontologia política que rejeita, entre outros fatores, a hierarquização dos sujeitos enunciadores e produtores de conhecimento. Ao desdobrar o *desaprender* em várias dimensões teórico-críticas e práticas, Azoulay situa a novidade dos discursos acadêmicos também no bojo da herança colonial e recusa o *novo* enquanto objetivo de sua escrita. Para ela, a base da ontologia política está na cocidadania transgeracional como premissa para qualquer ação e estudo crítico reparatório e combativo à violência que herdamos do imperialismo, como algozes ou vítimas:

> Desaprender é o que este livro propõe e exercita numa série de ensaios *com outros* e também o que dá forma a este livro e à ontologia política que articula. A ontologia política, tal como este livro a recupera, baseia-se na rejeição de taxonomias imperiais que geram seres discretos definidos pela sua ontologia discreta. Esta rejeição é efetuada – só pode ser efetuada – com companheiros que não sejam especialistas em campos de conhecimento delineados e guardiões das suas histórias delineadas. Desaprender com os companheiros implica questionar os nossos hábitos de estudar o mundo partilhado através de conceitos e categorias políticas, percorrendo exclusivamente as prateleiras das bibliotecas dedicadas a certos filósofos preferidos ou procurando os escritos de estadistas redigidos à porta fechada e mais tarde guardados em arquivos imperiais. Desaprender com os companheiros significa deixar de privilegiar os relatos dos agentes imperiais, incluindo os acadêmicos, e, em vez disso, recuperar outras modalidades de partilha do mundo e as muitas recusas inerentes às actuações públicas das pessoas, às reivindicações diversas e às aspirações reprimidas. (Azoulay, 2019, p. 36).

Com especial atenção para a relação entre fotografia e imperialismo, Azoulay se dedica a experimentar alternativas também para a pesquisa e ação com a fotografia, tendo em vista a origem desta técnica no sistema imperialista, que fez do obturador um mecanismo de expropriação e colonização, inclusive epistêmica. Segundo a autora (2019, p. 153):

> A fotografia foi imperial desde o início. Foi moldada e institucionalizada para confirmar e facilitar a reprodução dos direitos imperiais, já adquiridos e mantidos através de tecnologias de extração cujo funcionamento em grande escala tornou o consentimento e a reciprocidade supérfluos para a função de funcionamento das próprias tecnologias. Para que a fotografia se tornasse omnipresente à escala global, era necessário minimizar a interferência das pessoas no seu bom funcionamento – aquelas cuja presença, trabalho e consentimento eram indispensáveis para o seu funcionamento. Esta negação do direito das pessoas a participarem ativamente (e muito menos a darem o seu consentimento) no ato de serem fotografadas não faz parte da ontologia da fotografia, mas é o resultado do princípio extrativo com base no qual a fotografia foi inicialmente institucionalizada. (Aouzlay, 2019, p. 156).

A desaprendizagem assume, em Azoulay, uma condição de suspensão, ainda que temporária, de estruturas consolidadas de produção e reprodução dos sistemas de poder que perpetuam exclusões e injustiças. A proposta de "entrar em greve", que a autora mobiliza como intervalos de imaginação política – para além da prática sindical institucionalizada – reivindica ao *desaprender* uma dimensão ativa e prospectiva. Disso, entendemos a desaprendizagem como ética para uma sociedade, e mais especificamente para uma universidade que se empenha contra as mais variadas formas de injustiça e exclusão, como é especialmente o nosso caso no Brasil.

> (...) proponho que se considere a greve não em termos do direito de protesto contra a opressão, mas antes como uma oportunidade de cuidar do mundo comum, nomeadamente através do questionamento dos privilégios de cada um, retirando-os e utilizando-os. Para esse efeito, o trabalho profissional de cada um em todos os domínios – mesmo em domínios tão variados como a arte, a arquitetura ou a medicina – não pode ser concebido por si próprio e desenrolado como uma história progressiva, nem como uma atividade produtiva distinta a ser avaliada pelos seus resultados, mas sim como uma atividade mundana, um modo de envolvimento com o mundo que procura ter impacto sobre ele, estando ao mesmo tempo pronto para ser impactado em troca.

Arlete Farge, no livro *O sabor do arquivo* (2009), publicado pela primeira vez em 1989, também salientou a importância do desaprender, no âmbito de suas reflexões sobre os bastidores dos trabalhos com arquivos. Farge alerta para a importância desta atitude diante dos arquivos como disposição intelectual e imaginativa para superar o horizonte de expectativa criado pela estrutura do arquivo, suas regras e suas leis, seus enquadramentos e suas rotinas burocráticas, seus defensores, a fim de insuflar aí ares que nos permitam emancipar o olhar, o conhecimento, e propiciar encontros.

Ao mobilizar a desaprendizagem enquanto método ou antes enquanto disposição metodológica, não se pretende refutar o conhecimento prévio que pavimentou o caminho das pesquisas *com* e *nos* arquivos. Mas objetiva-se abrir um caminho de insubmissão diante de enquadramentos teórico-críticos que tendem a condicionar debates e práticas, sobretudo numa escala mais ampla da geopolítica do conhecimento. Nesse sentido, podemos falar de arquivo a partir de experiências ex-cêntricas (Fernandes, 2023), sem que a tônica seja a lacuna, a ausência, a falta. Isso é possível se, de um lado, desaprende-se o horizonte de expectativa do que constitui um arquivo de arquitetura ou de urbanismo, por exemplo, e de outro, lida-se com a ausência, quando ela de fato existe, de outra forma, mais fabulatória.

Para Saidiya Hartman (2019), a *fabulação crítica* é um método de insuflar a vida, na sua potencial dimensão de rebeldia, em sujeitos racializados que foram capturados dentro dos arquivos da branquidade do Estado em registros de pobreza, criminalidade e morte. Não se trata de falsear dados, mas de reaver uma camada de dignidade vital, uma pulsão de vida que faça jus à historicidade dessas trajetórias. A mobilização da expressão *fabulação crítica*, cunhada por Hartman, gera ruídos e debates especialmente entre historiadores. E, quanto a isso, endossamos duas ressalvas que merecem destaque: primeiramente, para Hartman fabular criticamente não significa falsear uma história. Mas, sim, se permitir narrar uma história, recusando o enquadramento da morte, da ausência e da falta, mesmo que haja lacunas documentais, segundo os métodos historiográficos tradicionais, para comprová-la inteiramente. Nesse sentido, fabular é também um gesto de desaprender. E, por que não, de anarquivar.

Segundamente, endossamos a crítica de Josemeire Alves (2020, p. 454), ao tratar das ausências ou lacunas documentais no que tange, especialmente, à presença negra nas cidades como eloquentes silêncios.

> É preciso dizer que, como estudiosa das cidades – e da cidade de Belo Horizonte, mais especificamente –, passei a indagar sobre o argumento implícito na produção historiográfica a respeito da capital de Minas, acerca da ausência de fontes, que resultaria numa lacuna sensível sobre o tema da presença negra. Esta lacuna fazia-se presente quando, ao se descrever os sujeitos da história produzida sobre a capital, quase nada era dito sobre a existência de população não branca.

Segundo a historiadora, muitas vezes a ausência documental é antes uma presença que não reconhecemos pela inabilidade de nosso modo de ver, dada a relação deste enquadramento com a branquidade do Estado e os prejuízos daí decorrentes na nossa capacidade de reconhecimento de sujeitos e fenômenos sociais. Reflexão esta que muito se aproxima dos debates historiográficos no âmbito disciplinar da História, na virada do último século, como proposto, por exemplo, por Paul Ricoeur (2007).

> Revisitando a pergunta que orienta a discussão feita por Gayatri Chakravorty Spivak, nos anos 1980: "Pode o subalterno falar?" (SPIVAK, 2010), tomei a liberdade de apresentar outra indagação à resposta provocativamente negativa da autora sobre a impossibilidade da fala dos assim considerados subalternos, devido à interferência nociva de quem detém o poder de produzir discursos sobre a subalternidade. Em vez de aceitar como definitiva a impossibilidade de fala, não seria o caso de apurarmos a "escuta" e indagarmos, como pesquisadoras/es, sobre as condições em que eventualmente poderiam ser ouvidos e considerados em sua humanidade os sujeitos silenciados/as e invisibilizados/as na história? (...) Dito de outra maneira, talvez fosse necessário *mudar o prisma* por meio do qual se observam e tratam as fontes e as perguntas a elas dirigidas. Nesta medida, o silêncio observado sobre o tema nas pesquisas sobre a história da cidade soa bastante eloquente, remetendo à constatação de

> que o problema não eram as fontes em si. Elas existiam, como foi possível atestar – ainda que por meio de um esforço intenso para sua identificação; o que equivale a dizer que precisei utilizar boa parte do tempo de pesquisa nos arquivos, "garimpando" fontes em acervos diversos (policiais, jurídicos, episcopais, iconográficos, hospitalares, dentre outras), devido à ausência de descritores e outros elementos de estrutura adequada de identificação e acesso a fontes para abordagem do mesmo tema. (Pereira, 2020, p. 455, grifo nosso).

Argumentamos que fabular pode ser também essa mudança de prisma de que fala Josemeire Alves; esse ajustar de nossas lentes, de nossos enquadramentos e de nossos modos de organização institucional dos próprios acervos, a fim de reconhecer nos documentos existentes o racismo enraizado no nosso modo de ver e na naturalização de procedimentos arquivísticos que dão continuidade aos apagamentos de sujeitos não brancos:

> (...) a naturalidade com que se negligencia, naquelas instituições, a descrição adequada de fontes sobre pessoas negras; ou a existência de população negra atuando na produção do espaço urbano, por parte de pesquisadores/as, está em fina sintonia com a irrelevância com que os temas raça e racismo e sua centralidade no pensamento social brasileiro têm sido tratados nos programas de graduação e pós-graduação das áreas de ciências humanas da maioria das universidades brasileiras, até bem recentemente. (Pereira, 2020, p. 456).

Consideradas essas ressalvas críticas, que permitem situar a fabulação crítica em um debate brasileiro de arquivos e fontes, entendemos que é na chave da fabulação que muitas pesquisas recentes no campo da arquitetura e do urbanismo têm sido desenvolvidas, como é o caso de "Herança + O fabuloso inventário das obras do meu avô", das irmãs Gabriela e Mariana Leandro Pereira, que esteve presente na 13ª Bienal de Arquitetura em São Paulo, no ano de 2022. A proposta homenageia os avôs das autoras, João Carlos Pereira e Gumercindo Ruge da Silva (*in memoriam*), um marmorista e um cavouqueiro, e instala por meio de fragmentos materiais e narrativos o debate da anonimização dos trabalhadores

da construção civil, ausentes nas narrativas hegemônicas que historicamente constituem o campo da arquitetura e do urbanismo. Como narra Gabriela Pereira (2022), a propósito da concha acústica cuja construção lhe relatou seu avô:

> É um anfiteatro a céu aberto. Foi meu avô quem me contou, orgulhoso e achando graça, essa história de como resolveu e assentou as peças de granito na concha modernista. Localizada no Parque Moscoso, no centro da cidade de Vitória (ES), ela aparece no livro *Modern Architecture in Brazil*, de Henrique Mindlin, publicado em 1956, como um exemplar significativo da arquitetura moderna brasileira. Com certeza meu avô não conhece o livro de Henrique Mindlin e desconfio que poucas informações tenha sobre o arquiteto Francisco Bolonha, autor do projeto, embora se lembre bem dos encarregados da obra e dos empreiteiros. São informações que ele traz à tona, junto com outros preciosos comentários sobre a dureza do granito, do mármore, as grandes marmorarias fornecedoras de pedras no Rio de Janeiro, os caminhões contratados para levar as pedras para Vitória, a descoberta das pedreiras em Cachoeiro de Itapemirim, a qualidade de cada pedra, as possibilidades dos cortes, os moldes seguidos e os desenhos criados. Tudo isso está inscrito na cidade que meu avô centenário reconhece e reconta.

É importante observar aqui que a *fabulação crítica* elaborada por Gabriela e Mariana Leandro Pereira – aos moldes do que propõe Saidiya Hartman – recupera a dimensão propositiva do fazer artístico como estratégia de elaboração historiográfica e intelectual ativa, junto ao que se denomina *anarquivamento*, aos moldes do que propõe Márcio Orlando Seligmann-Silva. Trata-se de um exemplo concreto de uma ação pulsante e ativa do historiador entre a população e o arquivo, com suas presenças e ausências. Questão que vale ser exemplificada em outros dois casos.

Arquivo Afro-Fotográfico Zumvi: Salvador, uma *cidade fotografada*

Lázaro Roberto dos Santos não teve dúvidas ao defender criticamente sua prática fotográfica nas décadas de 1980 e 1990, quando

tinha pouca ou quase nenhuma possibilidade de circulação de suas imagens nos circuitos culturais tradicionais da cidade de Salvador: "eu fotografava para o futuro".[6] Sabiamente, em 1991, depois de fazer um curso sobre arquivos em Salvador, Lázaro se juntou aos colegas Aldemar Marques, Lázaro Roberto, Maria Araújo, Raimundo Monteiro e Jeremias Mendes para fundar o Zumvi Arquivo Fotográfico. Juntos, publicaram um panfleto cujo texto de apresentação é um manifesto fotográfico (Santos *et al*, 1991):

> Registrando temas sociais, políticos e culturais que constituem o cotidiano da maioria da população de Salvador e seus bairros, o Zumvi pretende ser um aliado na luta por uma sociedade mais justa, mostrando através da fotografia as experiências, movimentos e ações que envolvem a busca do povo por melhores condições de vida, principalmente nas classes de menor renda.

O Zumvi já tinha como objetivo, desde sua fundação, documentar para as gerações presentes e futuras, registrando atividades em diversas comunidades da capital baiana. Continuando, volto a citar: «Pedimos às Associações de Moradores, Sindicatos e outras pessoas ou grupos que desenvolvem trabalho social que entrem em contacto conosco caso queiram documentar eventos ou ocasiões coletivas especiais.» (Santos *et al*, 1991) O excerto chama nossa atenção para o fato de as fotografias do Zumvi terem por base a vontade da comunidade de se tornar visível e presente naquele Arquivo. Esse engajamento coloca o trabalho dos fotógrafos do Zumvi num lugar muito distinto em relação à fotografia documental tradicional, especialmente à chamada fotografia etnográfica, muitas vezes associada à exploração cultural.

Muitos fotógrafos do Brasil e do exterior foram para Salvador ao longo da segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Era a terra prometida para a contracultura. Isso se

6. No âmbito do projeto de pesquisa e extensão "Cidade, imagem, arquivo: práticas urbanas em arquivos soteropolitanos", sediado no PPGAU/FAUFBA, desenvolvemos uma importante aproximação com o Arquivo Afro-Fotográfico Zumvi, nas pessoas de Lázaro Roberto e José Ferreira dos Santos. É de fundamental importância a participação de bolsistas de pesquisa e extensão, desde 2021, especialmente Deise Lima da Silva e Sarah Borges.

tornou mais visível a partir de 1980, quando surgiram muitas exposições e livros de fotografia sobre a cidade, entre eles os de Pierre Verger, Mario Cravo Neto, Miguel Rio Branco e Maureen Bisilliat. A maioria desses trabalhos foi financiada, direta ou indiretamente, por políticas culturais do Estado. Não foi por acaso que, na mesma época, em 1985, a UNESCO nomeou o Centro Histórico de Salvador como Patrimônio da Humanidade. É possível que a construção de uma visualidade fotográfica para a capital baiana, então Patrimônio da Humanidade, contribuísse para melhorar o turismo, alvo de muitas estratégias políticas e econômicas do governo do estado da Bahia. A ideia ia ao encontro das tendências internacionais daquele momento em relação às questões patrimoniais: financiar a restauração e a manutenção de prédios históricos com o dinheiro trazido pelo turismo, mesmo que o processo resultasse em despejos violentos de famílias pobres e negras ali residentes – como de fato aconteceu.[7]

Salvador é a capital da Bahia, o maior estado da Região Nordeste do Brasil. Fica na costa atlântica, na entrada da Baía de Todos os Santos. Foi a primeira capital da colônia, de 1549 a 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro, após o colapso da economia da cana-de-açúcar da Bahia e durante o crescimento da exploração aurífera em Minas Gerais. Nesse período, quatro a cinco milhões de pessoas escravizadas foram transportadas da África para o Brasil, e a maioria delas chegou à cidade de Salvador. Hoje, cerca de 80% da população de Salvador é racializada como negra e, como acontece frequentemente em locais de encontro racial, o fenômeno urbano está intimamente ligado a complexidades e muita violência. É nesta cidade – também chamada de Roma Negra – que os fotógrafos do Zumvi viveram e se movimentaram, ao mesmo tempo que, como defendemos, fotografaram uma outra narrativa urbana e arquitetônica da modernidade; uma narrativa que mostra a cidade não como um conjunto de edifícios exemplares e notáveis, mas antes como uma prática social, voltada à produção e à apropriação do espaço como parte de experiências de conhecimento coletivas e corporizadas.

7. Para saber mais sobre isso, ver Carta de Turismo de 1976. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf

O Zumvi foi instalado pela primeira vez numa sala, no bairro da Ribeira, no subúrbio ferroviário de Salvador. Lázaro, o único que continuou à frente do projeto, operava uma máquina *off-set* em uma gráfica popular, cujos principais clientes eram movimentos sociais e pessoas da região. Depois de passar por outros lugares, dentre eles a sede Movimento Negro Unificado, hoje o Arquivo Zumvi está abrigado na casa de Lázaro, na Fazenda Grande do Retiro, um bairro no "miolo" da cidade, onde estão os bairros populares negros. Ele próprio vem higienizando, catalogando, digitalizando e preparando o material para ser publicado online, com o apoio do Prof. Dr. Elson Rabelo (UNIVASF) e com a ajuda de estagiários de graduação em Arquivologia, Artes e Arquitetura, financiados por editais culturais e também por meio da colaboração entre o Zumvi e a UFBA. O motivo desta apresentação é situar as pessoas que porventura ainda não conheçam o Zumvi quanto às especificidades deste arquivo onde temos pesquisado, ao lado de Lázaro Roberto. Temos conversas frequentes com o fotógrafo, na companhia das imagens, tentando construir um modo de atravessar essas superfícies e chegar nas suas vibrações mais sensíveis, deslocando ou amplificando o visual para conseguir, pensando aqui com Tina Campt (2017), "ouvir as imagens". Ou, talvez como diria a professora Priscila Musa, transver imagens (Musa, 2022).

É importante dizer que as coleções do Zumvi não são de fotógrafos que trabalharam com arquitetos e urbanistas *stricto sensu*, retratando os seus edifícios em formas imaculadas, como um produto de vitrine pronto para ser consumido. Essa já é uma longa tradição inaugurada nos anos 1920 por Bill Hedrich, trabalhando com Frank Lloyd Wright; e que prosseguiu com Julius Shulman e Richard Neutra; e, no Brasil, podemos pensar na parceria entre Marcel Gautherot e Oscar Niemeyer. Foi essa a tradição de fotografia de arquitetura que contribuiu para transformar a arquitetura num dos principais "bens de consumo" da cultura de massas do pós-guerra, como podemos lembrar a partir da fotografia da Kaufman's House, de Shulman, amplamente difundida numa edição de 1949 da revista *Life*. Era o início da era da imagem-ícone. Mas, se não é esse o caso do Zumvi, pode-se argumentar que se trata de um arquivo impossível de arquitetura ou de urbanismo, uma vez que não participa no

círculo de produção imagética e discursiva que constitui a própria disciplina. Ora, se é um arquivo impossível de arquitetura e urbanismo, entendemos esse impossível num sentido positivo, significando potencialidade e virtualidade. Nessa impossibilidade reside uma abertura imaginativa a outras epistemologias espaciais. Trata-se de um arquivo potencial de arquitetura e urbanismo, não *apesar de* mas antes *porque* a arquitetura e o urbanismo, nos seus meios tradicionais de produção e representação, estão ausentes.

Em seu lugar, emerge um tipo de fazer-cidade (Agier 2015), cuja história ou é parcialmente desconhecida, ou está largamente enquadrada na perspectiva restritiva e estadocêntrica da "informalidade", baseada no sistema legal. Essa abordagem não contribui para perceber as complexas infraestruturas físicas e espaciais, mas também sociais (Simone, 2004), que tornam a vida urbana possível; e que foram construídas não exteriores ao domínio da cidade formal, mas nas suas liminaridades (tanto legais como físicas), nas suas margens (Rosa, 2018).

Mantendo-nos ainda nesse jogo de palavras, podemos dizer que este é o arquivo de uma cidade impossível, pois apenas vislumbramos fragmentos de edifícios, ruas, cidades, espaços que não são possíveis analisar, dissecar e criticar como objetos espaciais unitários, unificados, prontos para o exercício interpretativo, nos ditames circunscritos ao que se impõe disciplinarmente. E mais importante: são espaços muito dinâmicos, que mudam rapidamente, seja porque as pessoas foram transferidas para assentamentos de habitação social, como aconteceu com as Casas de Palafitas em Plataforma; seja porque a família cresceu e precisou fazer ampliações; seja porque, mais dramaticamente, houve expulsões durante as lutas de ocupação urbana e as pessoas foram obrigadas a sair. Isso significa evidentemente uma relação bastante distinta dessa arquitetura com a temporalidade.

Para construir esta cidade, como sabemos, as ferramentas fundamentais da arquitetura e do urbanismo, como desenhos e maquetes, simplesmente não existem como tal. O desenho e a construção do espaço aconteceram de forma totalmente diferente, o que, seguindo o argumento de Sergio Ferro, desmonta a hierarquia do canteiro baseada na habilidade de leitura de notações técnicas projetuais. A

necessidade sempre presente para o historiador da arquitetura e do urbanismo de ir e vir entre os documentos e outros arquivos e fontes torna-se particularmente importante quando se trabalha com o arquivo Zumvi para historicizar essas produções no âmbito da história de Salvador. Mas mais importante ainda tem sido experimentar metodologias em que as imagens se tornam mediadoras de encontros, ativando uma cocidadania, nos termos de Azoulay, por meio de conversas que ponham em jogo outras camadas informativas, e estéticas, não somente pela visualidade dos documentos, mas por gestos, por repertórios: o corpo do fotógrafo, o gesto fotográfico, as pessoas fotografadas passam a figurar como partes constitutivas da história dessa cidade que aí vemos ser construída.

Lázaro Roberto parece partilhar com o mundo fotografado uma luz comum, talvez uma vida comum. Essa comunalidade torna possível que ele *veja com*, em vez de *olhar para* o mundo que fotografa. *Ver com*, como propõe Fred Moten, desloca aquilo que ele chama de "brutalidade apocalíptica da observação", ou seja, o pressuposto de dividir o mundo entre sujeitos que olham para os objetos. É tendo em mente um modo específico de ver – *ver com*, e não *olhar para* – que o Zumvi nos apresenta, como estamos propondo, não um conjunto de fotografias de arquitetura e urbanismo, produzidas por um profissional preocupado em vender uma ideia de projeto; mas antes simplesmente *a cidade fotografada*, isto é, a cidade como espaço vivido, como espaço do vivido, que Lázaro *vê com* os sujeitos, em vez de *olhar para*, separando-se do lugar; resulta assim uma cidade pensada e praticada não como um objeto separado do fotógrafo, nem do arquiteto ou do urbanista, no ato de observação (como sugere a categoria da fotografia de arquitetura), mas antes como parte de um repertório de comuns, como queremos enunciar com a expressão *cidade fotografada*. Lázaro partilha com o mundo que fotografa uma atenção semelhante às lutas e necessidades da vida quotidiana, mas também à capacidade de criar *fugitividades* (Moten; Harney, 2013), ou seja, estratégias para super-viver à necropolítica que lhes é dirigida.

Ao ouvir as imagens na companhia de Lázaro, ouvimos um apelo urgente para tentar *ver com*, em vez de *olhar para* Salvador como *cidade fotografada* – mas temos consciência de que essa mudança de atitude não se situa exclusivamente no domínio da tomada

de decisão; ela depende de um movimento coletivo de direção da despossessão, de muitas despossessões. De muitas desaprendizagens e fabulações.

Sardinhas Coqueiro no acervo da FAUUSP

Um segundo caso exemplar, na direção de uma revisão das possibilidades historiográficas *com* e *nos* arquivos, reside na formulação de outras perguntas para novos e velhos documentos. A Seção de Materiais Iconográficos, MATICON, da Biblioteca da FAUUSP é composta, em sua grande maioria, por desenhos e fotografias, que representam projetos executados e não executados por arquitetos e urbanistas.[8] Este conjunto documental constitui uma memória da profissão de arquitetos e urbanistas no Brasil. Neste caso específico, existem também acervos de designers, onde se arquivam projetos de cartazes e livros, identidades visuais, projetos de mobiliário e tantos outros documentos que representam a prática destes profissionais. Em meio aos milhares de documentos ali arquivados, é possível identificar um conjunto de objetos bastante conhecido do público em geral, tanto pela abrangência do seu uso em território nacional, como pela importância da obra em si para o campo disciplinar. Trata-se de um conjunto de quatro latas da Sardinhas Coqueiro – em estágio de projeto –, projetadas pelos designers Alexandre Wollner e Rubens Martins e pelo pintor e fotógrafo Geraldo de Barros, no ano de 1958.

A relevância do projeto das Sardinhas Coqueiro é conhecida dos historiadores do design pela representação geometrizada de uma sardinha em sua identidade, dentro dos parâmetros do que se convencionou chamar de neoconcretismo (Leon; Montore, 2008). Mas a sua identidade visual é também muito celebrada pela estratégia projetual, que se vale de cores – verde, amarelo, vermelho – para representar os diferentes molhos utilizados nas conservas – o limão, o azeite e o tomate. A importância da identidade visual se deve também à correlação que ela estabelece com toda a obra dos designers envolvidos no projeto. Especialmente no caso de Alexandre Wollner, é notória a sua participação na elaboração de um expressivo

8. https://www.acervos.fau.usp.br/page/inicio < Acesso em: 26/03/2024 >

conjunto de marcas e identidades visuais, que passam por empresas e instituições públicas como: o Ministério das Relações Exteriores; a Light; a Petrobras; a Itaipu e tantas outras (Stolarski, 2005).

A Sardinhas Coqueiro é um projeto icônico do design brasileiro e se enquadra perfeitamente no perfil do acervo da FAUUSP. Se tomado do ponto de vista do design e como expressão da história da profissão, a dimensão de prova jurídica estocada e preservada pelo arquivo é clara e eloquente. Mas que outras narrativas e histórias podemos reconhecer nestas latas de sardinhas, *anarquivando, desaprendendo e fabulando* junto e com este arquivo? Seria possível pensar a história da urbanização e da ocupação territorial do nosso país, olhando para estas latas de sardinhas?

O exercício que propomos aqui é que olhemos não para a identidade visual, objeto de celebração e já muito difundida entre os historiadores, mas que olhemos para os materiais que compõem estas latas. Trata-se de deslocar, desaprender, e identificar outras possibilidades de leitura, outras possibilidades de narrativa, outras histórias. Neste caso específico, poderíamos tratar das tintas, provenientes da indústria petroquímica, mas concentramos nossa reflexão no aço utilizado nas latas de sardinhas, lançando um olhar sobre a indústria siderúrgica e seus desdobramentos para se pensar a história da urbanização do país.

A Indústria de Conservas de Peixe Coqueiro[9] foi criada no ano de 1937 e instalada na cidade de São Gonçalo, junto à Baía de Guanabara no Rio de Janeiro. Esta região é conhecida por ter sido o primeiro polo industrial do Brasil, impulsionado pela tarifa Alves Branco (1844), que reordenou o sistema tributário e permitiu ao Barão de Mauá instalar a primeira fundição de ferro do país e estabelecer seus estaleiros. Foi ali também que se instalou a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, no ano de 1925, pela então Hime & Cia, a primeira empresa, ao lado da Cia. Mecânica e Importadora, a produzir aço laminado no Brasil. O fornecimento de laminados associado à indústria pesqueira permitiu que a Indústria de Conservas de Peixe Coqueiro se instalasse na cidade de São Gonçalo, uma vez que o material necessário para a produção das

9. Naquela altura, denominada Tarragó, Martinez e Cia Ltda.

latas de sardinhas – o aço laminado – estava disponível há poucos quilômetros de suas instalações.

O desenvolvimento siderúrgico da cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, especialmente aquele que se organizou em meados do século XX, estava vinculado com a estruturação de uma política de mineração no país. A Hime & Cia, para atender às suas demandas, estabeleceu altos-fornos na cidade de Barão dos Cocais, em Minas Gerais, processando dali o minério extraído da mina Gongo Soco. É certo que a produção de aço laminado nos anos 1950 era ainda baixa, se comparada com a demanda atual, como também era baixa a demanda por minério de ferro. De todo modo, é a partir deste contexto que a política mineradora vai estruturar uma mudança radical naquele território, consolidando uma paisagem extrativista, que passou a ser comum ao nosso imaginário, com os desastres ambientais e sociais que ocorreram neste início de século XXI. A Mina de Gongo Soco – a mesma utilizada para extrair o ferro utilizado na fabricação do aço laminado – foi interditada, em 2019, por determinação da Agência Nacional de Mineração, devido aos riscos de rompimento do talude Norte da cava da mina.

É importante observar que a indústria de laminados de aço não se refere apenas à produção de latas de sardinhas. É certo que estes objetos são uma expressão bastante concreta desta transformação, mas trata-se também de todo um conjunto de bens de consumo imprescindíveis para o modelo desenvolvimentista utilizado para estruturar a economia do país, intrínseca ao modelo de urbanização de nossas cidades. Um laminado de aço é utilizado na indústria de eletrodomésticos, na indústria automotiva, como também na indústria civil no país. Há, portanto, uma relação direta entre a capacidade de produção de laminados de aço, o desenvolvimento industrial do país e a urbanização que ocorreria a partir dos anos 1950.

Esta compreensão projeta uma nova leitura do que vem a ser o conjunto de latas de sardinhas preservado no acervo da FAUUSP. É certo que estas latas não deixam de ser uma prova documental do trabalho delineado por importantes designers brasileiros, representando o discurso que a instituição deseja preservar. No entanto, estas latas de sardinhas, quando *anarquivadas*, projetam outros sentidos para a nossa história urbana, uma vez que evidenciam laços com

políticas econômicas e urbanas, assim como com a transformação radical da nossa sociedade em direção a uma sociedade industrial.

Outras histórias, outras historiografias, outras cidades

É importante observar que o estudo das latas de sardinhas que apresentamos exemplifica, de um lado, a maneira como as instituições vêm estruturando seus acervos, buscando qualificar sentidos e narrativas a partir deles. Uma narrativa muito em consonância com uma historiografia canônica da arquitetura, do urbanismo e do design, que explicita as intenções institucionais e o poder inscrito num arquivo. Por outro lado, reconhecemos que existem possibilidades de revisão historiográfica quando deslocamos e desobedecemos a lógica que nos é apresentada pelos arquivos e suas instituições, uma lógica inscrita em seus metadados e formas de organização.

Nessa direção, ao apresentar as imagens do Zumvi como uma narrativa urbana e arquitetônica de fazer-cidade, não se pretende aqui romantizar nem heroicizar as condições econômicas e sociais precárias condicionantes dessas existências. Mas se cerca de 20% do ambiente construído no Brasil hoje, como em muitos países da América Latina, foi o que comumente se enquadrou na história da arquitetura da modernidade, isso quer dizer que a história desses 80% de ambiente construído, resultante de práticas coletivas não profissionais de produção e apropriação espacial, continua não sendo sistematizada enquanto história da arquitetura e do urbanismo. Se a *espacialidade* é a especificidade da nossa abordagem, enquanto historiadores da arquitetura, do urbanismo e da cidade, como podemos sistematizar um conhecimento histórico, no âmbito da história da arquitetura e do urbanismo, a ser pensado a partir destas experiências, mas deslocando-nos da atitude de *olhar para* elas, e tentando *ver com* elas? Não é mudando "objetos de pesquisa" ou "fontes" somente, mas sobretudo mudando nossas ferramentas, nossos métodos e, principalmente, nossa atitude para com os arquivos que talvez possamos habilitar-nos a fazer algum trabalho de urgente reparação, participando de processos coletivos de historicização em torno da arquitetura e do urbanismo latino-americanos. No caso do Zumvi, a ausência de ferramentas tradicionais, como o desenho ou

as maquetes, tornam essas fotografias ferramentas da arquitetura e do urbanismo que mostram processos; não são uma representação final para vender um produto ou uma ideia a ser consumida; tornam-se antes uma notação arquitetônica e urbanística, um desenho, a partir do qual se pode construir uma historicidade espacial. Mas um desenho muito específico: um desenho com luz. Um reenquadre do enquadramento. Argumentamos que o *anarquivamento*, alicerçado na *desaprendizagem* e na *fabulação crítica*, é um modo de reenquadrar enquadramentos, e fazer emergir outros nexos para povoar o mundo com mais histórias.

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *In*: **MANA**. Estudos de Antropologia Social. Volume 21. Edição 3. 2015. p. 483-498. – DOI http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483. Último acesso em 1/4/2024.

AZOULAY, Ariella Aisha. **Potential History**. Unlearning Imperialism. Verso, 2019.

CAMPT, Tina. **Listening to Images**. Duke University Press Books, 2017.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e; COSTA, Eduardo Augusto (Orgs.). **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo.** São Paulo: FAUUSP, 2021. (Coleção Caramelo). Disponível em: < https://livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/723>. Acesso em: 26/03/2024.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura.** São Paulo: Annablume; IEDS, 2011.

COSTA, E. A. Lucio Costa na Europa: o papel dos acervos e a arquitetura brasileira. **Novos Estudos. CEBRAP**, v.41, p.371-386, 2022. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/nec/a/ssZ7TZmbHvxbLGXRBdXdfPF/abstract/?lang=pt >. Acesso em: 26/03/2024.

DERRIDA, Jacques. **Archive Fever: a freudian impression.** Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. Edusp: 2009.

FERNANDES, A. (*et al*). **Cidades ex-Cêntricas**. Sessão Livre. XX ENANPUR 2023 – BELÉM 23 A 26 DE MAIO. Último acesso em 1/4/2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

HARTMAN, Saidiya. **Wayward Lives, Beautiful Experiments**. Intimate Histories of Social Upheaval. W. W. Norton & Company, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEON, Ethel; MONTORE, Marcello. República Federativa do Brasil. *In*: FERNÁNDEZ, Silvia; BONSIEPE, Gui (orgs.). **Historia del diseño en América Latina y el Caribe: Industrialización y comunicación visual para la autonomía.** São Paulo: Editora Blücher, 2008. p. 62-87.

MATOSO, Danilo. Lucio Costa fora de casa: notas sobre o exílio e seu acervo. **O Partisano**, 23/10/2021. Disponível em: <https://opartisano.org/contracultura/lucio-costa-fora-de-casa-notas-sobre-o-exilio-de-seu-acervo/ >. Acesso em: 26/03/2024.

MORTIMER, Junia Cambraia; COSTA, Eduardo Augusto (orgs.). **Desvios da arquitetura: imagem e cultura contemporânea.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2023.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. **The Undercommons**: Fugitive Planning and Black Study. Autonomedia, 2013.

MUSA, Priscila Mesquita. ***Quem vê cara não vê ancestralidade:* arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte.** (Doutorado). Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, 2022.

ROSA, Thaís. Pensar por Margens. *In*: PEREIRA, M. P.; JACQUES, P. B. **Nebulosas do pensamento urbanístico**. Salvador: Edufba, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, L. R. *et al*. **Zumvi Arquivo Fotográfico.** Folheto de lançamento. 1991.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Walter Benjamin e a guerra de imagens.** São Paulo: Perspectiva, 2023.

SIMONE, Abdoumaliq. People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. *In*: **Public Culture**. Volume 16. Issue 3. Duke University Press, 2004. p. 407-429

STOLARSKI, André. **Alexandre Wollner e a formação do design moderno no Brasil: depoimentos sobre o design visual brasileiro.** São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MANEJOS

Capítulo 7

Acervos e arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo: práticas, cuidados, problemas, desafios e oportunidades

Paulo Batista

Introdução

Os arquivos profissionais e privados (também designados pessoais ou particulares) de arquitetos colocam inúmeros problemas aos serviços de informação – arquivos, bibliotecas, museus, etc. – onde se encontram ou àqueles que se preparam para os receber, por via da sua diversidade cronológica, tipológica, informativa e de suportes, com consequências profundas ao nível da sua organização, classificação, descrição, conservação, preservação, acesso e difusão.

Considerando o extraordinário valor primário e secundário que os documentos de arquitetura e urbanismo possuem, o grande desafio que se coloca às organizações que os têm à sua responsabilidade é como potenciar os mesmos, promovendo e dinamizando ações de difusão cultural e educativa, de extensão à comunidade onde se encontram e, por outro lado, o conhecimento da produção do património edificado, mas também o não construído, e da cultura arquitetónica.

Com o objetivo de permitir que esses problemas sejam ultrapassados, os desafios superados e as oportunidades aproveitadas, apresenta-se a Pós-Graduação em Arquivos de Arquitetura, da Universidade Autónoma de Lisboa, um curso pioneiro neste domínio.

1. Aspetos conceptuais

Criada em 2000, em Sevilha, Espanha, no contexto do Congresso Internacional de Arquivos, a Secção de Arquivos de Arquitetura do Conselho Internacional de Arquivos (SAR-ICA) tem como principais objetivos:

- *to encourage the identification and the preservation of architectural records in offices, in the hands of private individuals, and in local or national agencies, in order to render them accessible to the public and to researchers;*
- *to promote the knowledge and application of best archival practice;*
- *to encourage the allocation of resources to architectural archives in areas of the world where specialized centers do not exist;*
- *to be a forum for all persons responsible for the care of architectural records;*
- *to represent the views and interests of architectural archives within the International Council on Archives;*
- *to maintain links and to develop joint projects with the international community of architectural museums in the field of education, exhibition, research and conservation. (SAR-ICA, 2024).*

Pese o notável esforço da SAR-ICA, para mais num contexto de grande carência de recursos financeiros e humanos, assente no voluntariado dos seus membros, parece inequívoca a existência de alguns equívocos, desde logo terminológicos, que envolvem esta documentação.

Concordamos com Aleixo (2022) na distinção entre "espólio" e "acervo":

> O primeiro refere-se a património, conjunto de bens, deixados por pessoa falecida, sendo por isso uma unidade com determinada proveniência e características próprias inerentes à vida do seu proprietário. Já "acervo" se refere a um conjunto patrimonial que não foi transmitido causa mortis, por falecimento, mas sim por compra, herança ou doação em vida, podendo ter perdido a sua unidade e características impressas pela pessoa que cons-

> tituiu esse conjunto, sendo que um acervo pode conter um ou vários espólios, como é o caso nos arquivos de Arquitectura. (Aleixo, 2022).

Por conseguinte, subscrevemos a opinião desta autora quando assinala que devemos falar em espólios de arquitetura, ao invés de espólios de arquitetos, e que quando referimos "arquivos de arquitetura" tal diz respeito a "arquivos de documentação de arquitectura" (Aleixo, 2022).

Na procura de uma definição sobre o que são documentos de arquitetura destacamos Ferreira (2021) pela sua completude e atualidade, para quem estes são documentos produzidos no âmbito de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas, registando as diversas fases da atividade projetual através de diferentes formas de expressão gráfica, sendo preservados a título de prova ou referência.

2. Origem funcional dos documentos de arquitetura e urbanismo

Segundo Guarda (2022) e o guia da SAR-ICA (2000) podemos considerar as seguintes origens funcionais destes documentos nos arquivos em Portugal:

2.1. Licenciamento de obras particulares

Os processos de obras particulares são constituídos pelo projeto de construção, os projetos de alterações, ampliações, beneficiações com as respetivas memórias descritivas, licenciamentos, autos de vistoria, prorrogações de licença, baixas de responsabilidade, ou seja, toda a documentação produzida, com valor administrativo, relativa a um edifício específico, que se vai avolumando ao longo do tempo, à medida que são incorporados novos documentos, sendo encerrados apenas com o projeto de demolição total, pelo que são indispensáveis para o estudo da evolução urbanística e arquitetónica de qualquer cidade. Estes processos são fundamentais na gestão da informação da Administração Local, já que são a informação mais produzida pelos serviços dos municípios, por causa do licenciamento de obras particulares. E também a mais procurada, sobretudo pelo valor primário, cumprindo as funções de prova administrativa, legal

ou financeira, e muito menos pelo seu valor secundário, isto é, histórico, como testemunho para a preservação da memória coletiva e da entidade produtora.

É também a documentação que origina maior número de pedidos de reprodução pelos utilizadores destes arquivos. Ainda assim, quer em Portugal, quer na generalidade dos países, são quase inexistentes os artigos ou trabalhos académicos sobre esta unidade de informação, o que não deixa de ser surpreendente.

A situação mais habitual verificada na organização dos processos de obras particulares nos municípios é que cada processo de obra comece com um requerimento, que tem a sua tramitação, e se finalize, em caso de deferimento, concedendo a licença de obra/construção, que permite iniciar a construção, abrindo-se um processo que depois origina uma série por procedimento, em cumprimento do Código do Procedimento Administrativo. Naturalmente, o pedido pode ser indeferido ou dar-se o seu arquivamento, neste caso, quando é solicitada alguma informação ao requerente que não é satisfeita, ou este desistir do pedido (Batista, 2019).

2.2. Empreitadas públicas

De acordo com o artigo 343º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (2008), um contrato de empreitada de obra pública é um "contrato administrativo celebrado entre a Administração Pública (dono de obra) e uma empresa privada (empreiteiro), através do qual esta, mediante o pagamento do respetivo preço ou remuneração, procede à execução (ou à conceção e respetiva execução) de uma obra pública."

Assim sendo, trata-se de um contrato administrativo celebrado entre a Administração Pública (que pode ser a Central ou a Local), que é o dono de obra, e uma empresa privada (empreiteiro), através do qual esta, mediante o pagamento do respetivo preço ou remuneração, procede à execução (ou à conceção e respetiva execução) de uma obra pública. O contrato de empreitada de obra pública diferencia-se do contrato de empreitada de obras particulares (artigo 1207º e seguintes do Código Civil, 1966) pelo elenco, o conjunto de poderes conferidos à Administração Pública, enquanto contraente

público/dono de obra, que não existem no contrato de empreitada de obras particulares.

2.3. Arquivos profissionais e privados de arquitetos

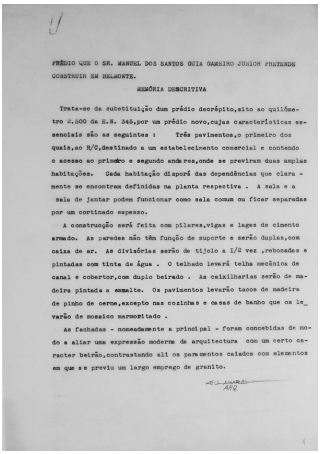
Tal como como os processos de obras particulares, estes arquivos possuem peças escritas e desenhadas, além de outros elementos informativos, nomeadamente a memória descritiva e justificativa (Figura 1), e elementos gráficos, normalmente designados desenhos, como plantas (Figura 2), alçados (Figura 3), cortes (Figura 4), perspetivas (Figura 5), etc.

Todavia, nestes arquivos profissionais e privados de arquitetos, ao contrário dos processos de obras particulares, também existe outra documentação complementar, que está, de alguma forma, relacionada com um determinado projeto, concorrendo para ajudar a compreendê-lo, ou a conhecer o seu impacto na sociedade.

Em síntese, nestes arquivos a riqueza e a variedade da documentação podem ir além da obra construída e mesmo projetada, contendo outra, de natureza privada, que ilustra e ilumina a obra teórica do arquiteto, como correspondência trocada entre o dono da obra e o projetista, e demais agentes da construção (Figura 6), manuscritos, artigos de publicações, por exemplo, na imprensa escrita da época (Figura 7), fotografias (Figura 8) e bilhetes postais (Figura 9), eventual obra artística do autor para além da arquitetura e urbanismo, intervenção cívica ou como profissional em funções públicas, registos de viagens, livros e revistas de arquitetura e urbanismo, recortes de imprensa, mas também pode ter documentos representativos da atividade de terceiros, sob a forma desenhada, escrita e fotográfica, de obras e projetos de outros autores (Agarez, 2021).

Segundo a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, no seu Artigo 3.º - Fases do Projecto, um projeto de obras compreende as seguintes fases: programa base, estudo prévio, anteprojeto, projeto de execução e assistência técnica.

Uma diferença relevante entre os documentos existentes nos arquivos profissionais e privados de arquitetos e nos processos de obras particulares é que nestes últimos apenas se encontra informação com valor administrativo, que formalizam o desenvolvimento



PRÉDIO QUE O SR. MANUEL DOS SANTOS GUIA GAMEIRO JUNIOR PRETENDE CONSTRUIR EM BELMONTE.

MEMÓRIA DESCRITIVA

Trata-se da substituição dum prédio decrépito,sito ao quilômetro 8,000 da E.N. 348,por um prédio novo,cujas características essenciais são as seguintes : Três pavimentos,o primeiro dos quais,ao R/C,destinado a um estabelecimento comercial e contendo o acesso ao primeiro e segundo andares,onde se previram duas amplas habitações. Cada habitação disporá das dependências que claramente se encontram definidas na planta respectiva . A sala e a sala de jantar podem funcionar como sala comum ou ficar separadas por um contínuado espesso.

A construção será feita com pilares,vigas e lages de cimento armado. As paredes não têm função de suporte e serão duplas,com caixa de ar. As divisórias serão de tijolo a 1/2 vez ,rebocadas e pintadas com tinta de água . O telhado levará telha mecânica de canal e cobertor,com duplo beirado . As caixilharias serão de madeira pintada a esmalte. Os pavimentos levarão tacos de madeira de pinho de cerne,excepto nas cozinhas e casas de banho que os levarão de mosaico marmorítado .

As fachadas - nomeadamente a principal - foram concebidas de modo a aliar uma expressão moderna de arquitectura com um certo carácter beirão,contrastando ali os pavimentos caiados com elementos em que se previu um largo emprego de granito.

Figura 1. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Francisco Keil do Amaral, habitação multifamiliar de Manuel dos Santos Guia Gameiro Júnior, Belmonte, [1969]: PT/AMLSB/FKA/06/048; p. 1.

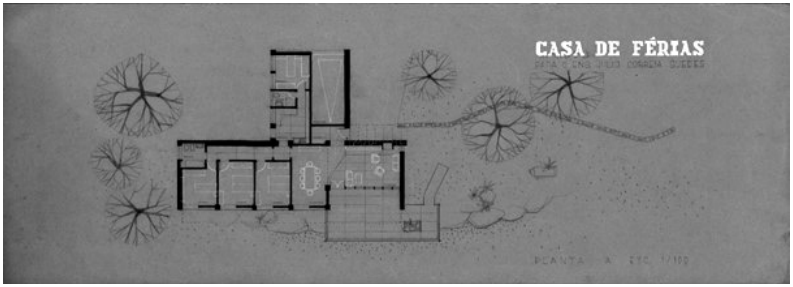
Figura 2. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Francisco Keil do Amaral, habitação unifamiliar de Júlio Correia Guedes, Magoito, Sintra, [195-]: PT/AMLSB/FKA/06/023; p. 1.

Figura 3. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Francisco Keil do Amaral, Instituto Pasteur de Lisboa, rua dos Clérigos, 36, Porto, [1934]: PT/AMLSB/FKA/10/003; p. 1.

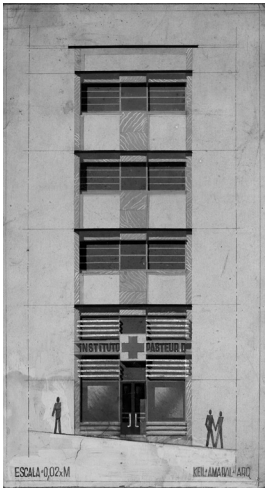
Figura 4. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Cassiano Branco, Coliseu dos Recreios, Lisboa, rua das Portas de Santo Antão, 96, Lisboa, 1929-07-29: PT/AMLSB/CB/06/04/02; p. 1.

Figura 5. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Ruy Jervis d'Athouguia, habitação unifamiliar de João da Silva Capucho, São João do Estoril, 1953: PT/AMLSB/RJA/01/054; p. 54.

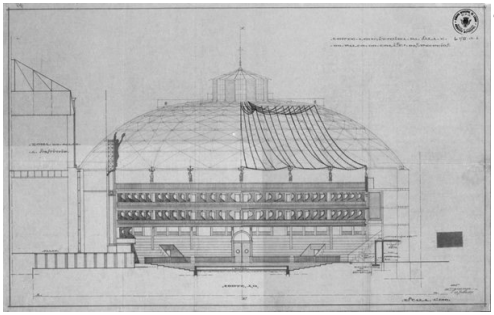
Figura 6. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Francisco Keil do Amaral, Plano urbanístico para a península de Troia, Carvalhal, Grândola, [196-]: PT/AMLSB/FKA/17/004; p. 8.



2.



3.



4.

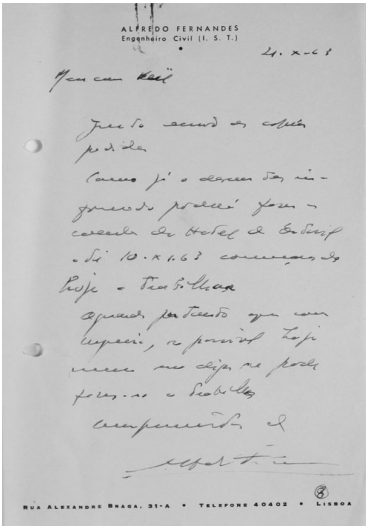
Figura 7. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Cassiano Branco, artigo publicado no Diário de Lisboa, 1935-04-30: PT/AMLSB/CB/03/02/134; p. 1.

Figura 8. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Cassiano Branco, Retrato de Cassiano Branco com um colega, atrás de um estirador, [1926]: PT/AMLSB/CB/12/04/07; p. 1.

Figura 9. Arquivo Municipal de Lisboa – Fundo Cassiano Branco, Portugal dos Pequenitos, Coimbra, [1940-1970]: PT/AMLSB/CB/01/02/14; p. 1.



5.



ALFREDO FERNANDES
Engenheiro Civil (I. S. T.)

RUA ALEXANDRE BRAGA, 31-A • TELEFONE 40402 • LISBOA

6.



ANO 15.º — LISBOA — TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1935 — N.º 4471

Diario de Lisbôa

DIRECTOR: JOAQUIM MANSO

O CONCURSO PARA O MONUMENTO AO INFANTE D. HENRIQUE

no promontorio de Sagres

7.



8.



9.

e controle da atividade de obras e edificações, excluindo, por isso, os desenhos preliminares, como esquemas, esboços, croquis, etc., ou seja, os desenhos à mão livre, por oposição aos desenhos por instrumentos e assistidos por computador, que representam a primeira ideia do projeto de arquitetura, e que, por regra, estão presentes nos arquivos dos arquitetos.

Para a compreensão destes arquivos é indispensável ter em conta a sua correlação com outras fontes à responsabilidade dos arquivos municipais, para além dos processos de obras particulares, que sendo importantes nesse sentido não esgotam os documentos existentes nestes serviços de informação, e que no seu todo acrescentam valor à informação dos arquivos privados que disponibiliza. Referimo-nos aos processos individuais de arquitetos, engenheiros, desenhadores, etc., mas também, por exemplo, à documentação que se encontra na série, normalmente designada, como sucede no Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Estudos e projetos urbanísticos, ou seja, a documentação produzida e acumulada desde o século XIX até à atualidade, composta por estudos e projetos urbanísticos, de âmbito diversificado, nomeadamente, desenho urbano (desde o traçado de arruamentos até à definição de lotes para construção), infraestruturas viárias (alinhamento, alargamento e retificação de ruas), estacionamento, saneamento, aquisição (compra e venda) e expropriação de terrenos.

Outra documentação da maior relevância existente nos arquivos municipais, como ocorre no AML, é a da série Projetos de espaços verdes, constituída por documentação produzida e acumulada desde o século XX até à atualidade, no caso, projetos de espaços verdes (jardins e parques) e áreas florestais, bem como de infraestruturas associadas, tais como arranjos exteriores, ajardinamentos, arruamentos, estacionamentos, iluminação e sinalização, áreas desportivas, miradouros, chafarizes, esplanadas, parque de campismo, casas para guardas florestais, canil e gatil.

Ainda no universo dos municípios, no que respeita ao controle da atividade de obras e edificações, é crucial consultar códigos de posturas, códigos de obras, legislação municipal, legislação sanitária, livros de registo de alinhamento/nivelamento, livros de registo de construções, livros de registo de construtores, livros de registo de lançamento de impostos etc.

Os códigos de posturas dos municípios reúnem um conjunto de normas que regulam o uso do espaço urbano pelos cidadãos. A utilização de passeios, a instalação de mobiliário urbano, o exercício de atividades profissionais ao ar livre, a realização de eventos, o plantio de árvores e até a instalação de faixas e cartazes de publicidade em locais públicos são alguns dos itens que compõem o regulamento municipal.

Ou seja, se quisermos estudar arquitetura e urbanismo não podemos ficar apenas pela análise dos processos de obras particulares, pelas empreitadas públicas e pelos arquivos profissionais e privados de arquitetos, sob risco de ficarmos com uma realidade incompleta.

Envolvendo esta questão, é primordial cotejar a evolução legislativa no que respeita às reformas administrativas verificadas, por exemplo, no caso da tese de doutoramento que desenvolvemos (Batista, 2017), em Portugal, a partir da revolução constitucionalista de 1820, até a presente, que nos permitiu identificar e comentar criticamente as alterações na jurisdição dos municípios no que concerne às suas atribuições, órgãos, titulares, competências e mandatos, em matéria de gestão urbanística a nível nacional, com natural ênfase no concelho de Lisboa. Este facto levou-nos, por sua vez, a complementar o anterior exercício com as fontes do município, como livros de atas das sessões da câmara, editais camarários, livros de acórdãos, códigos de posturas, boletins, anuários, organizações gerais dos serviços municipais, regulamentos municipais e estudos sobre municipalismo.

3. Práticas, cuidados e problemas

3.1. Volume

Um dos grandes problemas que os documentos de arquitetura e urbanismo colocam aos serviços de informação que vão recebê-los deriva da forma, muitas vezes, completamente desorganizada como chegam aos mesmos, tendo-se perdido a respetiva ordem original e proveniência, obrigando a um profundo e moroso trabalho de reorganização de cada projeto, o que implica a afetação de, pelo menos, um técnico, muitas vezes por um período considerável.

Em vista disso, é aconselhável, pelo menos em serviços de informação que têm um grande volume documental à sua responsabilidade, com muitos outros fundos e coleções, como é comum, que seja efetuada uma descrição ao nível do projeto, em vez de tal ser feito descendo ao nível do documento simples. Com efeito, também aqui deverá ser feita a devida ponderação, com o objetivo de compreender até que ponto é que se justifica para o respetivo serviço, que tem arquivos de arquitetos à sua responsabilidade, desenvolver uma descrição ao nível do documento simples, em fundos de grande dimensão e que têm uma procura residual pelo público, como as métricas das suas salas de leitura mostram, com poucos utilizadores por ano que consultam esta documentação.

O público que normalmente deseja consultar arquivos de arquitetos é facilmente identificável, fazendo-o, por regra, devido ao seu valor informativo, no âmbito de dissertações de mestrado, teses de doutoramento, projetos de investigação em geral, em oposição ao que sucede com os processos de obra particulares, onde o seu valor probatório é determinante para o elevado número de pedidos de consulta.

Como o arquiteto português Manuel Graça Dias (1953-2019) afirmou,

> *to say that we architects accumulate a ton of information is true. To say that I am perhaps the last person to hold forth on any efficient method of organising, storing, archiving or even throwing out that information is also true. [...] The ideal would be to have the courage not to store anything, to send everything to a huge waste bin in order to pursue real life and one's new and stimulating brainwaves on each occasion a new process begins*. (Dias, 2009).

Naturalmente, há aqui um grande exagero, mas, mesmo havendo exceções, por regra, para além da vontade de preservação e divulgação da sua obra, uma parte dos arquitetos ou ateliers de arquitetura e urbanismo contactam os arquivos devido à falta de espaço e necessidade de terem mais secretárias, estiradores e colaboradores.

Um elemento que se infere do ponto 2. é o grande volume documental que normalmente os arquivos profissionais e privados de arquitetos possuem, sendo comum atingirem as várias dezenas de

milhares, o que desde logo coloca muitos problemas em termos de gestão do espaço onde se encontra, pela falta deste, mas também de técnicos especializados ou com formação e experiência elementar no tratamento deste tipo de arquivos. Esta é a realidade dos arquivos privados dos arquitetos Cassiano Branco (1897-1970) e Francisco Keil do Amaral (1910-1975), da primeira geração do Modernismo em Portugal, que tivemos oportunidade de tratar no contexto da nossa atividade profissional no AML.

3.2. Suportes

Por regra, os arquivos de arquitetura e urbanismo até à década de 1990 apresentam-se em suporte papel (amocê, cartão, comum, marion, ozalide, reprolar, vegetal, etc.) e, em menor número, em processos fotográficos, tela, acrílico, madeira, metal, CD, DVD, superfície magnética, superfície ótica, etc. Naturalmente, quanto mais contemporâneos estes arquivos são, maior é o peso da documentação em suporte digital.

Ou seja, é comum os documentos gráficos, ou desenhos, existentes nos acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo terem uma grande multiplicidade de suportes, como documentação em papel, documentos digitalizados e documentos, mas também maquetes, painéis, amostras de tecidos, materiais de construção, etc., alguns dos quais em grandes formatos.

Gostaríamos de destacar as maquetes (Figuras 10, 11 e 12), muito comuns em arquivos de arquitetos, que quando concebidas fisicamente, ao invés de tal se verificar em ambiente digital, trazem problemas acrescidos no que respeita ao acondicionamento, tendo em conta a sua grande dimensão e peso, quando comparada com os documentos textuais.

Temos conhecimento de maquetes com mais de cinco metros e peças expositivas que chegam a pesar cerca de 450 kg, contribuindo para a dificuldade de manobrar estes objetos, que se junta ao tradicional, e estrutural, problema da falta de espaço em depósito. Esta situação é o reflexo de uma política de retenção abrangente que leva a que sejam guardados praticamente todos os materiais de estudo de um projeto, sendo o caso das maquetes um dos pontos mais críticos.

Figura 10. Depósito da Direção-Geral do Património Cultural | Forte de Sacavém, Portugal, 2023. Fonte: fotografia do autor.
Figura 11. Depósito da Casa da Arquitectura, Matosinhos, Portugal, 2023. Fonte: fotografia do autor.
Figura 12. Depósito da Casa da Arquitectura, Matosinhos, Portugal, 2023. Fonte: fotografia do autor.



10.



11.



12.

13.



14.



15.



Figura 13. Depósito da Direção-Geral do Património Cultural | Forte de Sacavém, Portugal, 2023. Fonte: fotografia do autor.
Figura 14. Depósito da Direção-Geral do Património Cultural | Forte de Sacavém, Portugal, 2023. Fonte: fotografia do autor.
Figura 15. Depósito da Casa da Arquitectura, Matosinhos, Portugal, 2023. Fonte: fotografia do autor.

Por esta razão, é muito importante desenvolver esforços para tornar a política de retenção mais restrita e seletiva no que arquivar em cada projeto.

3.3. Formatos e acondicionamento

Envolvendo o ponto 3.1, nos arquivos de arquitetos é frequente que os desenhos se apresentem em grandes formatos, chegando a atingir vários metros de comprimento. Esta situação tem enormes reflexos ao nível da preservação, mormente do seu acondicionamento em mobiliário específico (Figura 13), de forma que os documentos de arquitetura e urbanismo se possam apresentar abertos ou enrolados em tubos.

Este armazenamento, em que é aconselhável que os documentos estejam arquivados horizontalmente, mas que também ocorre com os mesmos na posição vertical, pode ser efetuado em mobiliário fixo e em estantes deslizantes (Figura 14), neste caso com a finalidade de aumentar a área do espaço disponível.

Em comum, sobretudo na segunda situação, o elevado custo financeiro – particularmente se as estantes funcionarem eletricamente, ao invés do modo manual – impossibilita a sua aquisição por um número significativo de serviços de informação. No mesmo sentido, não é raro estes arquivos possuírem pinturas e fotografias (Figura 15), por vezes emolduradas, de grande dimensão, com as mesmas implicações quanto ao seu acondicionamento.

Em síntese, ao problema inicial, do grande volume da documentação existente nos arquivos de arquitetos, acresce um outro, decorrente do elevado valor de aquisição do mobiliário apropriado.

3.4. Conservação

Tendo em consideração alguns dos principais problemas que estes arquivos colocam às instituições onde se encontram, salientamos as questões derivadas da sua conservação.

Tendo em conta a fragilidade do papel, o suporte em que maioritariamente os documentos de arquitetura e urbanismo se apresentam, a que acresce a supramencionada dimensão destes arquivos, para além da sua utilização decorrente do valor primário que têm, a

que ainda se junta o natural efeito do tempo, é crucial que estes acervos beneficiem de ações de conservação. Segundo Ferreira (2021), os danos mais comuns nos documentos de arquitetura, tendo em conta os elementos apresentados, são a sujidade, ferrugem, fita adesiva, dobras e vincos, rasgões, margens quebradiças, áreas do suporte perdidas, o franzido e a ondulação do papel, ataques de insetos e fungos, manchas, ação corrosiva das tintas e descoloração.

Por sua vez, estes efeitos nocivos obrigam a medidas de conservação, nomeadamente de preservação e restauro.

3.5. Natureza digital

Nos anos 80 do século passado os arquitetos assistiram a transformações estruturais que alteraram para sempre a forma como se pratica e projeta a arquitetura e o urbanismo com a introdução do computador e dos programas informáticos. A informatização da arquitetura traz para os arquivos a preocupação sobre como preservar esses documentos digitais. O AutoCAD foi lançado em 1982, sendo ainda hoje um dos programas mais utilizados na escolas e ateliers de arquitetura.

Os arquivistas da atualidade, que trabalham com documentos de arquitetura e urbanismo, enfrentam um duplo desafio. Por um lado, a digitalização dos objetos tradicionais em arquivos de arquitetura e urbanismo, e por outro as dificuldades técnicas na preservação dos documentos nado-digitais. Daqui resulta a existência de sistemas de informação híbridos (papel/digital), em que os processos de obras e os arquivos de arquitetos mais antigos foram digitalizados e os mais recentes são já processos com documentos nado-digitais.

A esta realidade acresce o custo elevado dos processos de digitalização, nomeadamente das máquinas e servidores, de forma a poderem armazenar o grande volume de imagens digitalizadas, permitindo a sua descrição e consulta.

Também gostaríamos de destacar as tabelas de taxas e licenças em vigor na maior parte das instituições da Administração Pública que têm esta documentação à sua responsabilidade, respetivamente nos arquivos municipais, mas também em ministérios e institutos, que não prevê o acesso gratuito a cópias físicas e digitais dos processos.

É um facto que, apesar de em muitos destes serviços de informação existirem descontos para estudantes ou maiores de 65 anos,

é rara a disponibilização de imagens em alta resolução (TIFF) no respetivo arquivo digital, obrigando à consulta presencial das cópias digitais e ao seu pagamento. Como referimos, as estatísticas de atendimento das salas de leitura dos serviços de informação demonstram que quem procura os arquivos de arquitetos são, por regra, investigadores, arquitetos ou estudantes, mas em número reduzido, sendo pouco atrativos para o público em geral.

3.6. Inexistência de uma política nacional

Este é, provavelmente, o maior problema dos arquivos de arquitetos em Portugal, já que a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), o organismo coordenador da política arquivística nacional, continua sem definir uma política de aquisições, avaliação e seleção que coloque em diálogo, e a trabalhar em rede, as instituições, públicas e privadas, detentoras destes documentos.

Esta realidade faz com que exista uma grande disparidade entre essas instituições no que concerne ao tratamento, descrição e conservação desses arquivos, em função da menor ou maior afetação de recursos financeiros, tecnológicos e humanos, ao invés do trabalho colaborativo e de partilha de recursos e competências entre as mesmas, realidade assinalada por Lima (2019), que apresenta soluções nesse sentido:

> É essencial tratar os arquivos doados/depositados em tempo útil, publicar descrições em linha através de sistemas interoperáveis; criar um portal único de acesso, com ligações direccionadas para as entidades custodiadoras; produzir eventos de divulgação, com a participação, sempre que possível e pertinente, dos doadores/depositantes ou seus representantes; publicitar nas redes sociais e interagir com os internautas, para criar uma relação de proximidade e de confiança com os produtores e potenciar o número de doadores/depositantes.
>
> Contudo reconhecemos que ainda é necessário desenvolver muito trabalho, para que de forma estruturada seja presente uma resposta satisfatória à preservação deste património. A promoção de campanhas específicas de sensibilização para a doação/depósito de arquivos de arquitetura e urbanismo de campanhas de mecenato; a dinamização de candidaturas a projetos nacionais para

> a salvaguarda destes arquivos e o estabelecimento de parcerias e protocolos com os centros de formação, como universidades, que desenvolvem trabalho de investigação com base nestas fontes documentais e com os organismos do Estado responsáveis pelos arquivos públicos, contribuiriam para a sua concretização. (Lima, 2019).

Como salientado por Batista & André (2023), é indispensável a congregação de esforços para a implementação e desenvolvimento de redes internacionais e projetos cooperativos, apostando na concertação de políticas e definição de normas, compreendendo os produtores de documentos de arquitetura e urbanismo, nomeadamente os arquitetos e os ateliers de arquitetura, as organizações detentoras de arquivos de arquitetura e urbanismo e os profissionais da informação, expressão que destacamos pela abrangência, com a missão de assegurar o tratamento – organização, classificação, descrição, conservação, preservação, acesso e difusão – dos mesmos.

Só desta forma, através da partilha de informação e do debate entre as partes interessadas, será possível, por um lado, mitigar a quase generalizada falta de recursos que afeta as instituições que têm à sua responsabilidade arquivos de arquitetura e urbanismo, permitindo, por outro, revelar, na plenitude do termo, a significância dos mesmos para a história e compreensão da arquitetura e do urbanismo, ao fixar as devidas permanências, ruturas e evolução, justificando o seu reconhecimento público, através da concernente salvaguarda, acessibilidade e disseminação.

Infelizmente, até ao momento, não existe qualquer sinal de que esta situação, no que se refere à assunção de responsabilidades pela DGLAB, se altere, com manifesto prejuízo de muitos destes arquivos, que não são objeto de tratamento ou, pior, cuja existência continua desconhecida.

4. Desafios e oportunidades

Um dos grandes desafios, tantas vezes um problema, com o qual diariamente se depara quem trabalha com esta informação, prende-se com o direito ao acesso à informação, atuando entre a obrigação

de não negar o acesso à informação e a necessidade de disponibilizar os dados anonimamente. A acessibilidade aos documentos deriva dos impedimentos legais de acesso aos documentos administrativos, bem como às limitações resultantes da proteção de dados.

Outro desafio importante, neste caso, envolvendo os arquitetos e os arquivistas diz respeito à importância de trabalharem na normalização da terminologia dos documentos de arquitetura e urbanismo, produzindo um glossário atualizado, de modo que haja uma concordância sobre o que se entende por cada um deles e da sua nomenclatura. Esta questão é imprescindível atendendo que por vezes os documentos de arquitetura e urbanismo não possuem legendas quanto ao tipo de desenho, à sua data, autor(es) ou identificação sobre a localização física do mesmo, colocando imensos problemas aos arquivistas que os tratam.

É necessário investir em software em que a descrição arquivística siga as normas portuguesas e internacionais, idealmente com licenciamento livre e de código aberto, ao invés do proprietário, que é licenciado com direitos exclusivos para o produtor.

Ligado a este aspeto, é essencial assegurar a consulta dos documentos em suporte digital, garantindo a conservação e acesso à informação que está a ser submetida, sob risco de ao fim de alguns anos termos dificuldades em acedermos ao que hoje estamos a desmaterializar, o que remete para a importância do trabalho em equipa, entre arquitetos, arquivistas e informáticos.

Outro desafio importante tem que ver com a definição prévia dos documentos a digitalizar prioritariamente, ou seja, os mais pedidos pelos utilizadores, antecipando futuras solicitações. Em consequência, os pedidos de reprodução seguintes já serão satisfeitos através da documentação que se encontra digitalizada, ou seja, logo que são efetuados. Na transferência de suporte, etapa final do tratamento documental, as imagens obtidas devem ser a cores, para que os técnicos da gestão urbanística, arquitetos, engenheiros, etc., possam distinguir as alterações realizadas nos imóveis, que estão marcadas a encarnado e a amarelo. Da mesma forma, as plantas devem ser digitalizadas à escala, para que os referidos técnicos possam efetuar medições e cálculos, nomeadamente para avaliações e pagamento de escrituras, taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre

Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), entre outras contribuições, ou seja, para atos administrativos, tal como sucede com os processos de obras particulares no AML (Batista, 2019).

Também é da maior importância garantir, de forma sistemática, a recolha de arquivos de arquitetos em risco, espalhados um pouco por todo o país, muitos dos quais sem quaisquer condições, que se deterioram de dia para dia.

Também importa que as direções das instituições que têm arquivos de arquitetos à sua responsabilidade apostem na formação especializada dos seus técnicos nesta área, assumindo os respetivos custos nesse sentido.

Um aspeto a que já aludimos, mas que nunca é de somenos enfatizar, isto é, a importância de tornar a política de retenção mais restrita e seletiva no que arquivar em cada projeto, o que remete para um tema que ainda parece ser "tabu" neste universo documental: a avaliação. É crucial estabelecer critérios claros e rigorosos que conduzam a uma avaliação e selecção muito clara da documentação a integrar nestes arquivos, combatendo a ideia que tudo deve ser conservado, ou que só se preservam os conjuntos documentais de arquitetos de reconhecido mérito.

Apostar, também, no desenvolvimento da "anti história", que valoriza os projetos não construídos, que não passaram do papel, presentes nos arquivos de arquitetos, dando voz e destaque a estes projetos tão ignorados, que a maior parte das pessoas desconhece.

Tendo em conta o notável valor primário e secundário que os arquivos de arquitetos possuem, o grande desafio que se coloca às organizações que os têm à sua responsabilidade é como potenciar os mesmos, promovendo e dinamizando ações de difusão cultural e educativa, de que falaremos a seguir.

Com base nos problemas identificados que os arquivos de arquitetura e urbanismo apresentam, a digitalização constitui uma opção capital, desde logo por causa das suas grandes vantagens, que podemos sintetizar em preservação dos originais, qualidade de resultados, acesso à informação e difusão da mesma.

Dessa forma, o objetivo de documentar a arquitetura e o urbanismo, as suas atividades e agentes, tem um poderoso e imparável aliado nas novas tecnologias da informação e comunicação, em que

a Internet permite a publicação de descrições em linha através de sistemas interoperáveis, possibilitando a consulta remota da documentação e a obtenção de cópias digitais, com ganhos indiscutíveis no que respeita à supradita conservação e difusão da informação. Muito mais do que uma opção, é um destino que tal se verifique, já que os documentos de arquitetura e urbanismo são indispensáveis para o conhecimento, para a construção da memória coletiva e a proteção e garantia dos direitos dos cidadãos e das instituições (Batista; André, 2023).

Quando falamos em promoção e dinamização cultural e educativa referimo-nos à aposta na organização de exposições, com a publicação dos respetivos guias, inventários ou catálogos, entre outras edições, ou seja, criar instrumentos de acesso à informação, associados a todos os materiais existentes nos documentos de arquitetura e urbanismo, seguindo uma estratégia orientada à divulgação e comunicação dos arquivos de arquitetos, adotando uma metodologia que obedece às normas portuguesas e internacionais de descrição de documentos de arquivo. De igual modo, insere-se nesta dinâmica a criação de um serviço educativo, a organização de eventos científicos, como colóquios, ciclos de conferências, etc., colocando em diálogo arquivistas e arquitetos, mas também outras instituições que têm à sua responsabilidade documentos de arquitetura e urbanismo, de que poderão resultar acordos e projetos de colaboração, a criação de um sítio *web* em *software* livre, aposta nas redes sociais, apresentação de candidaturas a programas de financiamento e mecenato, desenvolvimento de um programa de marketing, criação de linhas de *merchandising*, entre outros exemplos.

Em suma, interpretando o universo dos arquivos de arquitetos, podemos resumir o que acabámos de referir em três palavras: pessoas, comunidades e informação, em que as instituições que têm estes documentos à sua responsabilidade devem estar abertas ao público e serem úteis para a sociedade, por oposição a políticas de acesso muito restritivas, como tantas vezes acontece, já que existem serviços de informação que apenas abrem portas a investigadores após justificarem a sua investigação, normalmente de doutoramento, quando devem estar abertos a todos os públicos, do infantil o sénior, do cidadão comum ao académico, passando, naturalmente pelo que

tem qualquer tipo de limitação, do nível motor e/ou cognitivo, mas também invisual. Os documentos de arquitetura e urbanismo não são importantes apenas do ponto de vista arquitetónico e urbanístico, mas também da perspetiva social, cultural e educativa.

Tendo em conta o exposto, em matéria de promoção e dinamização cultural e educativa, finalizamos este ponto destacando o projeto Olhar Cassiano, que tivemos oportunidade de cocoordenar com Marta Gomes, desenvolvido pelo AML, em 2020, no âmbito dos 50 anos da morte do arquiteto Cassiano Branco.

O grande desafio que se colocou ao AML foi não apenas organizar e comunicar o respetivo acervo, mas também desenvolver um conjunto de iniciativas que permitissem difundir este fundo documental. Deste modo, pretendeu-se convidar o público a desviar o olhar para a obra deste arquiteto, verdadeiramente decisivo para a compreensão da arquitetura e urbanismo português do século XX, justificando o nome escolhido para o projeto, que foi preparado durante 2019, mas o inesperado aparecimento da pandemia, no início do ano seguinte, obrigou a que fosse constantemente atualizado e adaptado a essa nova realidade, para conseguir materializar as mesmas iniciativas projetadas num trabalho de grande resiliência, devido ao contexto tão singular e complexo em que foram desenvolvidas.

Este projeto teve os seguintes objetivos:

- divulgar a documentação à responsabilidade do AML;
- revelar a importância do património documental do AML, o seu interesse e contributo para o estudo da história de Lisboa e de Portugal;
- promover parcerias com outras entidades, com a finalidade de incentivar o estudo das fontes, concorrendo para a produção e disseminação de informação e de conhecimento científico;
- divulgar a obra de Cassiano Branco, nas vertentes artística, arquitetónica, urbanística, etc.; e
- promover um olhar crítico sobre a obra deste arquiteto.

Os objetivos elencados foram materializados através de um conjunto de iniciativas, nomeadamente: um colóquio nacional na

Fundação Calouste Gulbenkian, organizado em parceria com o Iscte-IUL, em formato híbrido; um concurso de fotografia, que teve como parceiro a revista *zOOm* e que contou com os apoios do Hotel Britania, do Instituto Português de Fotografia e da NIOBO, uma loja *online* de fotografia e vídeo, em que os participantes foram convidados a captar fachadas e pormenores de edifícios projetados por Cassiano Branco, ou seja, maioritariamente ao ar livre, sem os condicionalismos afetos aos espaços fechados, do qual se publicou um catálogo; uma conversa sobre o filme *A Cidade de Cassiano Branco*, do realizador Edgar Pêra, que participou nesta iniciativa, juntamente com o Professor Paulo Tormenta Pinto, o coordenador científico do mencionado colóquio; uma exposição de fotografia de Daniel Blaufuks, intitulada Eden, a obra mais icónica de Cassiano, da qual foi produzido um catálogo, que foi selecionado para o prémio de melhor livro de fotografia desse ano, da Photo España; visitas pela cidade, por ação das quatro Oficinas Fotografar Cassiano Branco, convidando o público a visitar um circuito guiado, que lhes permitiu ver as fachadas de algumas das mais importantes obras de Cassiano Branco em Lisboa; o lançamento de um livro sobre a vida e obra deste arquiteto, editado pela Caleidoscópio; e a publicação do mencionado Catálogo do Fundo Cassiano Branco e de um Documento do Mês do AML, alusivo ao mesmo arquiteto. Apenas as atividades educativas com escolas e o mural de homenagem a Cassiano Branco, projetado em parceria com o Gabinete de Arte Urbana, não foram concretizados, no primeiro caso porque o Serviço Educativo do AML desloca-se aos estabelecimentos de ensino e com a pandemia esteve impossibilitado de fazê-lo, contudo este Arquivo publicou o número 5 do jornal *arKivo Lisboa*, dirigido ao público mais jovem, com um dossier especial sobre Cassiano Branco, que está disponível gratuitamente em suporte papel e digital; e no segundo, devido a questões logísticas.

O projeto Olhar Cassiano foi difundido na Agenda Cultural de Lisboa e em *sites* de divulgação de eventos como o porto.pt, a Time Out Lisboa, a Artecapital e o Cofeepast.

Destaque, ainda, para a linha de *merchandising* desenvolvida pelo AML, a partir da documentação do arquivo privado de Cassiano Branco, com três coleções, de arquitetura habitacional, de

equipamentos turísticos e de espetáculos, cada qual com cinco postais, para além de um caderno de notas e dois puzzles, um para adultos, com 500 peças, e outro para crianças, com 30.

Por último, destacamos o *spot* publicitário, produzido pela Videoteca do AML, para este projeto, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=NqE2cJe2VMc.

4.1. Pós-Graduação em Arquivos de Arquitetura

Com base, por um lado, no nosso percurso na área de arquivo, em que nos encontramos desde 1993, na altura no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e particularmente no contexto dos arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo, e por outro, nos respetivos problemas, desafios e oportunidades que estes colocam, sentimos necessidade de criar e coordenar um curso que desse resposta aos mesmos.

Deste modo, a Pós-Graduação em Arquivos de Arquitetura, cuja primeira edição se realizou entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, na Autónoma Academy, a Escola de Pós-Graduações da Universidade Autónoma de Lisboa, tem como objetivo desenvolver a investigação e as atividades ligadas à organização, classificação, descrição, conservação, preservação, acesso e difusão, com vista a um conhecimento aprofundado dos respetivos documentos.

Esta pós-graduação apresenta-se como um curso transdisciplinar, procurando abranger as diferentes realidades transversais ao seu objeto de estudo e público-alvo. Para tal, aposta na implementação e desenvolvimento do seu tratamento técnico, dotando os seus profissionais, e todos os que não o sendo procuram trabalhar nesses equipamentos, de conhecimentos indispensáveis para o seu exercício, na prossecução das boas práticas e da excelência.

A Pós-Graduação em Arquivos de Arquitetura destina-se a todos os interessados que tenham como objetivo desenvolver funções no âmbito dos documentos de arquitetura e urbanismo, nomeadamente os processos de licenciamento de obras (particulares e públicas) e os arquivos profissionais e privados de arquitetos, em formato analógico e digital, ou que, já trabalhando com os mesmos, não possuam formação profissional nessa área ou necessitem de atualizar conhecimentos.

Incluem-se neste perfil os profissionais da informação, do património e da cultura, arquitetos, professores, estudantes e investigadores da área e com ela relacionada, entre outros, que desempenhem funções em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, de informação e de interpretação, da Administração Pública (Central e Local), do sector empresarial e associativo, e todos os que desejam ampliar conhecimento e prosseguir os estudos académicos na área, interessados em utilizar os documentos de arquitetura e urbanismo, devido ao seu valor primário e secundário, como recurso cultural e educativo.

O programa, composto por 10 Unidades Curriculares, desenvolvidas num total de 50 horas, em formato integralmente online, com as aulas a serem lecionadas através do Zoom, a plataforma igualmente utilizada para a apresentação dos trabalhos finais, encontra-se organizado tendo em vista a articulação entre as componentes teórica, metodológica e prática. Os conteúdos das diferentes unidades curriculares evidenciam uma abordagem integrada que privilegia a participação em processos de discussão coletivos, com perspetivas transdisciplinares, culminando na apresentação e discussão de trabalhos originais.

Plano Curricular:

1. Arquivos de arquitetura: dimensão conceptual e prática
2. Os arquivos de arquitetura em Portugal e no Brasil
3. Nomenclatura e tipologias documentais
4. As etapas do projeto de arquitetura
5. As fases de representação do projeto de arquitetura
6. A documentação em fase corrente nos arquivos de arquitetura
7. Classificação de arquivos de arquitetura
8. Avaliação de arquivos de arquitetura
9. Conservação de arquivos de arquitetura
10. Acesso e difusão de arquivos de arquitetura

Como se verifica, o programa desta pós-graduação está bastante direcionado para o Brasil, expetativa confirmada na primeira edição que teve a presença de alunos deste país. De igual modo, tal como

se verificou no primeiro curso, também a segunda edição, que começará a 25 de março, e a terceira, a iniciar a 23 de setembro, ambas em 2024, como se observa no respetivo sítio *web* (https://academy.autonoma.pt/cursos/arquivos-de-arquitetura/), contará com vários professores do país irmão, respetivamente: Ricardo Trevisan, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Claudio Muniz Viana, Arquivista do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Monica Frandi Ferreira, Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Os restantes professores deste curso desenvolvem funções no Arquivo Municipal de Lisboa, no Arquivo Técnico de Urbanismo da Câmara Municipal de Cascais, no Arquivo Distrital de Braga, na Direção-Geral do Património Cultural Forte de Sacavém, na Casa da Arquitectura, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Universidade Nova de Lisboa, ou seja, em instituições de referência, públicas e privadas, em Portugal, que têm à sua responsabilidade arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo.

Em comum, a quase totalidade do corpo docente desta pós-graduação desenvolve funções diariamente, como técnicos em serviços de informação que possuem esta documentação, a resolver os problemas, a dar resposta aos desafios e a potenciar as oportunidades que estes arquivos colocam.

Por conseguinte, este curso tem como objetivos específicos:

- refletir sobre as dimensões epistemológica, histórica e prática dos arquivos de arquitetura e urbanismo, que possam contribuir para a identificação e solução dos problemas, desafios e de oportunidades relacionadas às especificidades desses acervos;
- conhecer as principais instituições em Portugal e no Brasil que têm à sua responsabilidade arquivos de arquitetura e urbanismo, apreendendo a sua diversidade documental e material;
- compreender a nomenclatura e as tipologias documentais existentes nestes arquivos, e identificar as etapas de produção, as técnicas de expressão gráfica e as fases de representação dos respetivos documentos;

- analisar e reconhecer a importância da documentação em fase corrente nos arquivos de arquitetura e urbanismo, normalmente pouco estuda, quando comparada com a existente em fase permanente;
- entender como se efetua e quais as principais características, limitações e potencialidades da organização de arquivos de arquitetura e urbanismo, nas suas diferentes realidades, reconhecendo os critérios subjacentes ao desenvolvimento de instrumentos de acesso à informação e utilizar adequadamente as normas para a descrição de arquivos de arquitetura e urbanismo;
- adquirir as competências inerentes à prática da avaliação de arquivos de arquitetura e urbanismo conhecer a legislação que a fundamenta;
- determinar as principais causas de deterioração dos diferentes suportes existentes em arquivos de arquitetura e delinear, eficazmente, a estratégia para dar resposta adequada;
- sistematizar os procedimentos inerentes aos diferentes utilizadores dos arquivos de arquitetura e urbanismo, as razões que estabelecem as respetivas condições de acesso e o objetivo primordial de disponibilização desta documentação ao público; e
- sensibilizar para a importância dos serviços e produtos culturais e educativos relacionados aos arquivos de arquitetura e urbanismo, como forma de aproximar estes acervos do público em geral, garantindo-lhes a necessária dimensão popular e cultural.

Como se observa, e infere do exposto, este é um curso eminentemente prático e menos conceptual, que, em síntese, procura dotar os seus alunos de competências sobre como identificar, descrever, classificar, avaliar, conservar e comunicar documentos de arquitetura e urbanismo.

Esta pós-graduação é o primeiro curso do género, como reconhecido pela SAR-ICA, cuja Comissão Executiva integramos, contribuindo para o reconhecimento da sociedade sobre a importância destes documentos produzidos no âmbito do poder público e pelos profissionais de arquitetura e urbanismo e áreas afins.

Conclusões

Se existem arquitetos e gabinetes de arquitetura e urbanismo que organizam bastante bem a documentação relativa à sua obra edificada, separando mesmo o processo administrativo dos desenhos, muitas vezes tal não acontece, valorizando-se somente a obra construída. Este procedimento faz com que não se considerem importantes os desenhos, e demais documentação, relativa aos projetos que não passaram disso mesmo.

Por esta razão, é decisivo este processo de criação, feito de desenhos, fotografias, maquetes e documentos escritos, em suporte analógico e, cada vez mais, digital, seja evidenciado, ultrapassando os problemas e desafios que isso implica, para que possa ser disponibilizado à sociedade e às gerações futuras, permitindo a sua compreensão, valorização e assimilação (Conde; Vieira, 2009).

De igual modo, é urgente o permanente debate e trabalho colaborativo, e transdisciplinar, entre, por um lado, instituições que têm arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo à sua responsabilidade e, por outro, os arquivistas, os arquitetos e investigadores de arquitetura e urbanismo, porque todos são parte integrante da mesma realidade em que estes arquivos são indispensáveis para o conhecimento, a construção de memória coletiva, a produção cultural e a proteção dos direitos dos cidadãos e das suas organizações (André; Batista, 2022).

Podemos concluir que os arquivos de arquitetos possuem um grande valor probatório, informativo e iconográfico, reunindo um conjunto de caraterísticas que os tornam especialmente indicados para o desenvolvimento de iniciativas de promoção e dinamização cultural e educativa.

Finalizamos com uma proposta académica, a Pós-Graduação em Arquivos de Arquitetura, da Universidade Autónoma de Lisboa, como solução para os problemas, desafios e oportunidades colocados pelos acervos e arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo.

Referências Bibliográficas

AGAREZ, R. C. **Reflexões sobre o Arquivo Manuel Laginha**. Colóquio "Organizar, Preservar e Comunicar a Memória da Arquitetura: os arquitetos e os arquivos de Arquitetura", *online*. 19 de maio de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aUReYBPU7Sk

ANDRÉ, P.; BATISTA, P. Nota de Apresentação. **Boletim da Universidade de Coimbra**. Coimbra, n. 35, v.2, 2022, p. 7-11. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/12377/9045

BATISTA, P. A organização e a descrição dos processos de obras particulares no município de Lisboa [Comunicação]. **Proceedings of the International Congress on Architectural Archives**: "Professional Experiences in a Cultural Diversity". International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives. Braga: Arquivo Distrital de Braga, 25-27 setembro 2019. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577.

BATISTA, P. **La serie documental "Expedientes de obras particulares" por el Municipio de Lisboa**: Análisis de su sistema de Gestión. (Tese de doutoramento) – Universidad de Alcalá, 2017. Disponível em: https://ebuah.uah.es/dspace/handle/10017/19743

BATISTA, P.; ANDRÉ, P. Metageografia dos Arquivos de Arquitetura. Nota de Apresentação. **Boletim da Universidade de Coimbra**. Coimbra, Edição Extra n. 1, 2023. p. 7-12. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/12748/9193

CONDE, M. L.; Vieira, J. Introduction. **COMMA**: International Journal on Archives, n. 1, 2009, p. 5-24.

DIAS, M. G. From the amateur archivist. **COMMA**: International Journal on Archives, n. 1, 2009, p. 45-52.

FERREIRA, M. C. B. F. **Manual de tratamento de documentos de arquitetura**. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro: s/e, 2021.

GUARDA, I. Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios. **Boletim da Universidade de Coimbra**. Coimbra, n. 31, v. 2, 2022, p. 95-113. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/12259/9047

ICA – International Council on Archives. Section on Architectural Records – SAR. **A guide to the archival care of architectural records, 19th-20th centuries**. ICA, 2000. Disponível em: https://www.ica.org/en/guide-archival-care-architectural-records-19th-20th-centuries.

ICA – International Council on Archives. **Section on Architectural Records – SAR**. 2024. https://www.ica.org/ica-network/professional-sections/sar/

LIMA, M. J. Revisitar o Projecto "Uma Cidade em (Re) Evolução: Recuperação do Fundo Documental do SAAL Norte" [Comunicação]. **Proceedings of the International Congress on Architectural Archives**: "Professional Experiences in a Cultural Diversity". International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives. Braga: Arquivo Distrital de Braga, 25-27 setembro 2019. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577

PORTUGAL – Código Civil. **Decreto-Lei n.º 47344**. Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 25-11-1966. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075

PORTUGAL – Código dos Contratos Públicos. **Decreto-Lei n.º 18/2008**. Diário da República n.º 20/2008, Série I de 29-01-2008. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2008-34455475

PORTUGAL – Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. **Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho**. Diário da República n.º 145/2008, 1º Suplemento, Série I de 29-07-2008, p. 37-80. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/701-h-2008-575341

Capítulo 8

Tipos de documentos de arquitetura, suas práticas e cuidados

Victor Valente Medeiros

Introdução

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 73) define "documento" como "unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato", ou seja, independe de seu formato (físico ou digital), todo o registro de informações, em qualquer meio, no exercício de suas atividades, leva à produção e, consequentemente, ao acúmulo de documentos de arquivo. Ainda na obra supracitada, também se encontra nas definições de "arquivo" a seguinte entrada: "instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos".Medeiros, Victor Valente. *Série Entender o Arquivo volume 2: Procedimentos Internos de Higienização de Documentos do Arquivo Central*. Brasília: Arquivo Central da Universidade de Brasília, 2022, p.14.

Valendo-se da premissa de que o arquivo é uma unidade de custódia de documentos, sua generalidade ou especificidade, em termos de diversidade de acervo, se deve à vinculação que este mantém com um determinado ente, seja individual ou coletivo, que produza documentos durante o desempenho de suas atribuições. Nesta perspectiva, a documentação relacionada com o trabalho dos profissionais de arquitetura e urbanismo pode constituir-se de um conjunto de documentos em um fundo arquivístico ou um arquivo

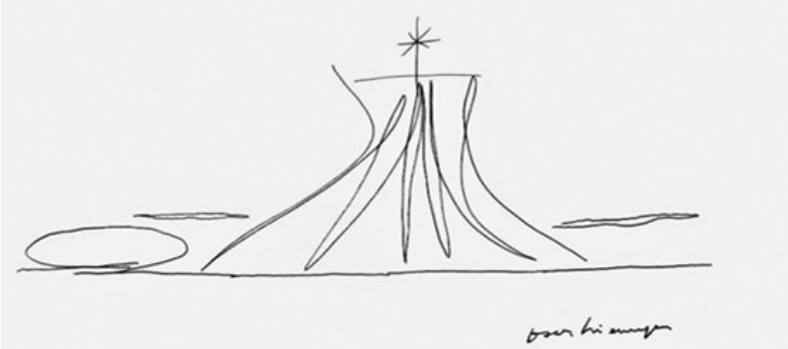


Figura 1. Croqui da Catedral Metropolitana de Brasília, desenhado por Oscar Niemeyer.

especializado, entretanto, tais relações são regidas por normas técnicas e legais que fogem ao escopo desta publicação.

A documentação provinda da atuação laboral do arquiteto e do urbanista tem por função primária a satisfação da demanda que a originou, isto é, a sua razão de ser é de viabilizar a realização de construções de edifícios, moradias, estradas, pontes, no planejamento de vias públicas, dentre outras, e sua razão secundária é o valor histórico que lhe é agregada em virtude da concretização daquilo que se propôs (Figuras 1 e 2).

Na primeira imagem observa-se o croqui da Catedral Metropolitana de Brasília-DF feito por Oscar Niemeyer e, na sequência, registro fotográfico da referida catedral, clicada por Rodrigo Marfan. O que faz do croqui acima exposto um documento de arquivo é o fato de o prédio a que se vincula ter sido construído, do contrário não teria cumprido sua função primária (função administrativa), o que não inviabiliza um valor artístico, por exemplo, ou ser integrado a um fundo de documentos pessoais de Oscar Niemeyer, pois são valorações distintas. Como o referido edifício existe, e mesmo que ele não mais existisse, este cumpriu sua função primária, e portanto é um documento arquivístico. Em virtude da relevância tanto da



Figura 2. Catedral Metropolitana de Brasília em 23 de agosto de 2016, registro de Rodrigo de Almeida Marfan.

construção quanto de seu autor, agrega a si um importante valor secundário (histórico), tornando sua conservação e disponibilização para consultas um dever para a unidade que dispuser da sua custódia.

Ciclo de vida dos documentos

Ao documento, em via de regra, lhe é atribuído dois valores, um chamado primário, que diz respeito ao interesse que este possa ter àquele que o produziu, tendo-se em conta sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. Ou seja, a razão de se produzir um documento é a execução das atividades a que se propõe por aquele que o produziu. Logo, quando se pensa em um documento arquitetônico, que é o alvo deste texto, se está indagando sobre a atividade em si do arquiteto, que materializa seu ofício em documentos das mais variadas maneiras (croquis, plantas-baixas, dentre outros), não pelo intuito de produzi-los para situação diferente daquela que sua atividade laboral lhe demanda, que é a de projetar espaços e edificações adequadas para a vivência e atividades humanas.

Uma vez que o documento, seja ele arquitetônico ou não, cumpre sua função primária, este recebe uma outra avaliação,

desta vez em caráter secundário em virtude do interesse que possa trazer para seu próprio criador e/ou para demais interessados, neste momento se assume aqui uma valoração histórica, cultural, dentre outras, que justificará sua guarda para a posteridade. Aqui também se observa seu valor probatório e que justifica sua guarda permanente, também, em outras palavras, um documento se mantém sob guarda permanente pelo seu valor secundário e/ou seu valor probatório.

Deste modo, consegue-se compreender o chamado ciclo de vida documental, em outras palavras, o percurso que a documentação percorre desde a sua criação até a sua destinação final (eliminação ou guarda permanente). Neste aspecto, Bernardes (1998, p. 13) sintetiza o ciclo de vida documental da seguinte forma:

1ª idade ARQUIVO CORRENTE	documentos vigentes, frequentemente consultados.
2ª idade ARQUIVO INTERMEDIÁRIO e/ ou CENTRAL	final de vigência; documentos que aguardam prazos longos de prescrição ou precaução; raramente consultados; aguardam a destinação final: eliminação ou guarda permanente.
3ª idade ARQUIVO PERMANENTE	documentos que perderam a vigência administrativa, porém são providos de valor secundário ou histórico-cultural.

A maior parte da documentação produzida pelo arquiteto traz consigo tanto a necessidade de consulta pelo seu valor probatório, pois uma construção, qualquer que seja, em algum momento precisará passar por intervenções, seja por necessidade de manutenção e conservação, adaptação para novas necessidades dos usuários, além de outras inúmeras possibilidades; bem como valor histórico-cultural, pois ao atender a necessidade humana por espaço projetando as suas atividades, o referido profissional também oferece uma obra de expressão cultural, ou seja, é também um movimento artístico, pois retrata uma sociedade num dado momento, e pela contemplação de

seus edifícios pode-se compreender todo um processo histórico. A foto da Catedral Metropolitana de Brasília, que ilustra o começo deste capítulo, revela pelos seus traços uma concepção de modernização, ou seja, naquele momento, havia um interesse pelo futuro, e a documentação arquitetônica referente a este projeto se reveste, em valores secundários, não só como uma forma de comprovar o feito, mas permite também uma compreensão histórica do Brasil naquele período.

Obviamente, não cabe aqui uma explanação aprofundada sobre questões histórico-culturais da documentação de arquivo, pois isto foge ao escopo da atuação profissional do arquivista, entretanto lembrar-se disto é importante para se entender o porquê de se preservar documentos arquitetônicos.

Caracterização de documentos arquivísticos

Há várias maneiras de caracterização de um documento de arquivo, usualmente são adotados dois critérios, um funcional e outro formal, ou seja, atribui-se ao documento um aspecto funcional, a partir de dois conceitos-chave: espécie e tipo. Ferreira (2021, p. 8) define "espécie" como a configuração que assume o documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. E define "tipo" como a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a função e a atividade que o gera. A referida autora ainda oferece a seguinte tabulação, para clarear sua explanação:

Espécies	Tipos
Plantas	Planta de localização
Processo	Processo de construção de obras particulares
Projeto	Projeto de instalação predial
Requerimento	Requerimento de construção

Fonte: Ferreira (2021, p. 21).

Ainda sobre a questão do critério formal é preciso destacar:

> Na caracterização funcional dos documentos de arquivo é importante demarcar sua proveniência, princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não se misturando aos de origem diversa. A proveniência de um documento é sinalizada por meio de sua origem funcional.
> Origem funcional: tipo de ação (rotineira ou eventual) imediatamente relacionada com o documento. A menção ao organismo produtor (pessoa física ou jurídica) pode vir acompanhada das divisões de sua estrutura organizacional (método estrutural) ou da sucessão hierárquica das funções a que o documento está relacionado (método funcional).
> Nos organismos públicos, o controle da atividade de obras pode incidir sobre construção, edificação, manutenção, prospecção, reabilitação, reforma, reparação, requalificação, restauração e reutilização. Identificar o contexto de produção dos documentos é primordial para entender seus elementos internos. Para isso é necessário pesquisar documentos correlatos. No caso do controle da atividade de obras e edificações, vale consultar almanaques, códigos de posturas, códigos de obras, legislação edilícia, legislação sanitária, livros de registro de alinhamento/nivelamento, livros de registro de construções, livros de registro de construtores, livros de registro de lançamento de impostos etc. (Ferreira, 2021, p. 8-9).

No que diz respeito ao critério formal são adotadas as seguintes características:

Suporte	Material sobre o qual as informações são registradas ou material utilizado na confecção do documento (papel, papel emulsionado, filme, madeira, isopor, acrílico, metal, pergaminho, superfície magnética, superfície ótica etc.).

Forma	Estágio de preparação e/ou de transmissão de documentos (cópia, croqui, esboço, esquema, minuta, original, arte-final, rascunho, negativo, positivo etc.).
Formato	Configuração física de um suporte (caderno, cartão, cartaz, folha, livro, fita, disco, placa, diapositivo etc.).
Gênero documental	Configuração que assume o documento, de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do seu conteúdo (audiovisual, em multimeios, fonográfico, cinematográfico, iconográfico e textual).
Técnica	Mecanismo utilizado no registro das informações sobre um suporte (datilografia, desenho, impressão, manuscritura, gravação, fotografia, filmagem etc.).
Língua	Idioma com que se expressa o documento escrito ou falado (espanhol, francês, inglês, italiano, português etc.).

Fonte das informações da tabela: Ferreira (2021, p. 10).

Ainda sobre a questão formal, Ferreira (2021, p. 10) destaca:

> Os documentos de arquitetura geralmente são concebidos em suporte papel, encontram-se nos arquivos tanto no estágio de preparação (desenhos preliminares) quanto na sua configuração formal final (desenhos de concepção e desenhos de execução), em distintos formatos (folha, caderno etc.). Quanto ao gênero, utilizam como linguagem básica a palavra escrita (requerimentos, relatórios, memoriais etc.) e a imagem (mapas, plantas, reportagens visuais etc.). Apresentam-se sob diversas técnicas de registro (datilografia, impressão, desenho, manuscritura etc.) e em diferentes línguas (português, espanhol, francês, inglês, italiano etc.).

Uma vez familiarizado com alguns conceitos e termos arquivísticos, pode-se então tratar do tema central em questão que é a documentação de arquitetura em si, a partir da ótica do profissional

arquivista, que é o responsável pela gestão dos centros de guarda de documentos, bem como o agente designado para a realização dos procedimentos de manuseio, guarda, conservação, disponibilização para consultas, dentre outros. Ainda é importante frisar que, em termos arquivísticos, "documento" é definido como "informação mais suporte" e que o arquivista se ocupa com o suporte para que o usuário do arquivo possa acessar a informação, e para isso é preciso de toda uma metodologia de ação para garantir tal acesso. A isto se deve a estranheza que pessoas de outras áreas do saber têm ao terem contato inicial com a disciplina supracitada e toda sua forma de atuação.

Tipos de documentos de arquitetura

Antes de iniciar a apresentação dos tipos de documentos de arquitetura, é importante saber quem produz tais documentos. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 73) define "produtor" como "Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivo". Logo, entende-se que o arquivo de arquitetura pode ser tanto produzido individualmente, isto é, pelo próprio profissional arquiteto, quanto conjuntamente, enquanto trabalhador de uma entidade, seja ela pública ou privada, tendo ou não por finalidade a realização de projetos arquitetônicos. É importante ter isto em mente, sobretudo porque o Poder Público, dada toda sua caracterização especial de atuação, costuma ser composto por órgãos e entidades com as mais variadas funções. Em geral, mesmo que determinado órgão ou entidade não tenha uma vinculação direta com a atuação do profissional arquiteto, isto é, não lhe foi atribuído atuar na criação e/ou execução de projetos de arquitetura e urbanismo, este ainda assim precisará gerir seus próprios espaços e, com isto, acumulará ao longo da sua existência documentos de arquitetura.

Os arquivos de arquitetura são provenientes das seguintes fontes produtoras:

Organismos públicos	Para controle da atividade de obras e edificações.
Conselhos de classe	Para acompanhamento do exercício profissional.
Escritórios de profissionais	Para atividades projetuais, gerenciamento de obras e serviços e gestão da empresa.
Escolas de arquitetura	Para o desempenho de atividades acadêmicas.
Documentos de arquitetura	Documentos que registram as diversas etapas da atividade projetual (planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço). São produzidos nas distintas fases da representação do processo criativo (desenhos preliminares, desenhos de concepção e desenhos de execução), em diferentes meios de expressão gráfica (desenhos esquemáticos, desenhos à mão livre, desenhos por instrumentos e desenhos assistidos por computador). Estão relacionados aos estágios do processo de concepção do espaço (estudos, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo), em variadas escalas (regional, urbano, edifício e objeto).
Projeto de arquitetura/Projeto arquitetônico	Conjunto de documentos textuais e iconográficos que, relacionados à representação do processo de organização do espaço, que correspondem à etapa intermediária entre a ideia e o espaço construído. Por meio dele, o profissional objetiva conceber espaço adequado às necessidades do usuário, considerando o conjunto normativo, os recursos materiais e financeiros e as diversas alternativas funcionais e estéticas que conduzem à viabilidade da decisão. É a parte central do projeto completo ou projeto executivo, que constitui o conjunto de projetos das diversas especialidades necessárias para a materialização do espaço. Sua representação acontece por meio do desenho, que é a linguagem utilizada pelo profissional para expor suas ideias.

Fonte das informações da tabela: Ferreira (2021, p. 11).

Com as informações supracitadas, já é possível tratar da documentação de arquitetura, ressalvando que não serão abordadas

etapas de atuação do profissional de arquitetura e nem feita uma correlação entre sua atuação e a produção de espécies documentais[1], pois o enfoque é tão somente a documentação em si e seu manejo.

A documentação de arquitetura é constituída em sua maior parte por desenhos, sejam feitos à mão livre, com auxílio de instrumentos próprios para desenho, ou por meio de *softwares* específicos. São geralmente elaborados em folhas de papel, os mais variados tipos, desde papel sulfurize/manteiga (geralmente empregado em croquis) a folhas tamanho A3, A2 (muito usado para plantas baixas) e os traços sendo feitos com grafite desde o cinza (mais comum em termos de cor) aos coloridos ou tinta. Quando feito em computador, dada a dimensão do desenho, a impressão é feita numa impressora especial de nome *plotter*, capaz de imprimir em altíssima resolução e em folhas tamanho A1 e A0.

O suporte (meio no qual a informação é gravada), como já mencionado acima, mais utilizado é o papel, com as mais diversas gramaturas e nos mais diversos tamanhos. Trata-se de material de origem orgânica, composto por fibras de celulose entrelaçadas e distribuídas na forma de folhas ou rolos, geralmente extraída de madeira de árvores, plantas do gênero *Eucalyptus* e lignina. Sua empregabilidade se deve à facilidade que o produto possui, sendo amplamente fabricado, tornando-o de fácil aquisição nas suas mais variadas formas, além de ser prático para manuseio e transporte, pois mesmo os de grandes dimensões, como as folhas tamanho A0 e A1, podem ser transportadas enroladas e inseridas em tubos, por exemplo.

Segundo Ferreira (2021, p. 20 e seg.), a documentação de arquitetura é composta por:

Esquema (ou infográfico): Fase inicial do desenho preliminar, confeccionado à mão livre, que relaciona elementos e objetos e suas funções. Não representa o espaço propriamente dito, mas esquema gráfico simplificado, usualmente formado por palavras-chave, textos sumários, imagens, ilustrações ou ícones, representando conceitos

1. Espécie documental: Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais: ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, memorando, ofício, planta, relatório. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 85).

que são ligados por linhas e setas que definem o raciocínio a ser seguido para que seja possível conceber o projeto. Geralmente elaborado em conjunto com o esboço, serve de base ao croqui e a outros estágios mais avançados de desenho.

Esboço: Fase inicial do desenho preliminar, confeccionado à mão livre, sem escala, em proporções definidas. Permite ao arquiteto explorar as intenções plásticas e estéticas do partido arquitetônico. Geralmente é concebido em conjunto com o esquema (infográfico), serve de base ao croqui e a outros estágios mais avançados de desenho.

Croqui: Fase intermediária do desenho preliminar, confeccionado à mão livre, sem escala, em proporções definidas. Permite ao arquiteto explorar as intenções plásticas e estéticas do partido arquitetônico e as questões formais e funcionais relacionadas ao programa de necessidades. Contém as informações que se pretende aplicar em estágios avançados de desenho.

Desenho de apresentação: Fase final do desenho preliminar, em escala, confeccionado com a ajuda de instrumentos ou assistido por computador. Elaborado com base em normas técnicas de desenho arquitetônico, apesar de pouco detalhado, permite ao arquiteto apresentar ao usuário a representação gráfica preliminar das diversas soluções propostas.

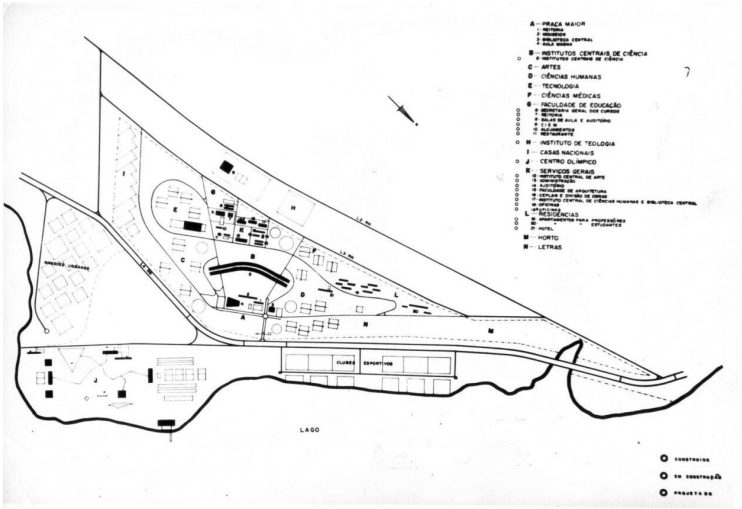
Planta: Desenho de concepção necessário que representa, no geral, o conjunto de documentos gráficos produzidos pelo arquiteto na representação do projeto básico e, no específico, a projeção horizontal do espaço. Permite a compreensão da organização do ambiente: posicionamento do terreno, localização no lote, recuos e afastamentos, área construída, área livre, organização dos pavimentos, disposição e dimensionamento dos cômodos, aberturas etc. Deve conter a marcação do posicionamento dos cortes, perfis e elevações.

Planta topográfica: Representa a projeção horizontal do relevo da área, com curvas de nível indicando as variações de altitudes.

Planta planimétrica: Planta topográfica representada por meio de coordenadas planas.

Planta planialtimétrica: Planta topográfica representada por meio de coordenadas planas e curvas de nível.

Planta de situação: Representa a projeção horizontal dos elementos necessários para situar a área em que o espaço será construído e seu



entorno, com indicação de vias de acesso, arruamento e logradouros adjacentes.

Planta de localização (ou locação ou implantação): Representa a projeção horizontal dos elementos necessários para situar o espaço a ser construído na área que lhe é destinada, com indicação de perímetro, alinhamento, recuos, afastamentos e circulação.

Planta baixa (ou do pavimento térreo): Representa a projeção horizontal do espaço, em corte a cerca de 1,50m do piso em referência e disposto acima do plano dos peitoris das janelas, onde se identificam o posicionamento, o nome e o dimensionamento das peças que compõem o programa de necessidades, com as respectivas aberturas (portas e janelas). Deve conter a marcação de referência de cortes e elevações (Figura 3).

Planta do pavimento superior: Representa a projeção horizontal do espaço, em corte a cerca de 1,50m do piso do pavimento superior (acima do pavimento térreo ou segundo pavimento nas edificações sobradadas) e disposto acima do plano dos peitoris das janelas, onde se identificam o posicionamento, o nome e o dimensionamento das peças que compõem o programa de necessidades, com as respectivas aberturas (portas e janelas). Deve conter a marcação de referência de cortes e elevações.

Figura 3. Planta da Universidade de Brasília (UnB). Reprodução da planta baixa original do Campus da UnB, as principais vias de acesso e os principais prédios, ao centro o Instituto Central de Ciências (ICC). Fonte: Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB (https://atom.unb.br/index.php/00730).

Planta do pavimento tipo: Representa a projeção horizontal do espaço, em corte a cerca de 1,50m do pavimento tipo (pavimentos idênticos) das construções verticais e disposto acima do plano dos peitoris das janelas, onde se identificam o posicionamento, o nome e o dimensionamento das peças que compõem o programa de necessidades, com as respectivas aberturas (portas e janelas). Deve conter a marcação de referência de cortes e elevações.

Planta da cobertura: Representa a projeção horizontal da visão superior da edificação, planificada, contendo a inclinação do plano dos telhados (águas) ou lajes.

Corte (ou seção): Desenho de concepção necessário que representa o espaço de acordo com um plano secante vertical, dividindo-o em duas partes. Permite a compreensão das alturas (pavimentos, pé-direito, forros, portas e janelas, peitoril, espelhos dos degraus da escada etc.), em todos os pavimentos. Deve estar representado nas plantas e deve ser feito ao menos em dois sentidos. Trata-se de espécie documental que admite dois tipos, de acordo com seu modo de representação.

Corte (ou seção) longitudinal: Representa o plano secante vertical relacionado ao sentido mais longo dos pavimentos.

Corte (ou seção) transversal: Representa o plano secante vertical relacionado ao sentido mais estreito dos pavimentos.

Perfil: Desenho de concepção necessário que representa o espaço segundo um plano secante vertical, dividindo-o em duas partes. Permite a compreensão do relevo. Deve estar representado na planta topográfica, na planta de situação e, preferencialmente, na planta de localização e deve ser feito ao menos em dois sentidos. Trata-se de espécie documental que admite dois tipos, de acordo com seu modo de representação.

Perfil longitudinal: Representa o plano secante vertical relacionado ao sentido mais longo do relevo.

Perfil transversal: Representa o plano secante vertical relacionado ao sentido mais estreito do relevo.

Elevação (ou vista): Desenho de concepção necessário que representa as faces externas de um espaço, configurando plano em projeção geométrica e vertical, sem a deformação da visão em perspectiva. Deve estar representado nas plantas de todos os pavimentos e ser feito ao menos em duas posições. Trata-se de espécie documental que admite três tipos, de acordo com seu modo de representação.

Elevação (ou vista) frontal (ou fachada ou testada): Representa as faces externas e se refere à posição frontal do espaço em relação à rua ou ao seu acesso principal.

Elevação (ou vista) lateral: Representa as faces externas e se refere à posição lateral (direita ou esquerda) do espaço em relação à rua ou ao seu acesso principal.

Elevação (ou vista) posterior (ou de fundos): Representa as faces externas e se refere à posição oposta à frente (fundos) do espaço em relação à rua ou ao seu acesso principal.

Detalhe construtivo: Desenho de concepção opcional que representa, quando necessário, determinados elementos do projeto, tomados em separado e em maior escala, visando a compreensão dos detalhes da construção e dos materiais de acabamento. Geralmente apresenta-se como desenho individualizado, mas pode estar relacionado a outros elementos da representação (plantas, cortes e elevações).

Perspectiva: Representação tridimensional opcional que, geralmente relacionada aos desenhos de concepção, permite a visualização simultânea de mais de uma face do espaço, favorecendo a compreensão do projeto. Utiliza técnica de desenho que faz convergir linhas



Figura 4. Maquete da Capela Ecumênica – vista lateral – fachada. Maquete da Capela Ecumênica vista lateralmente. Fonte: Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB (https://atom.unb.br/index.php/00922-02).

paralelas para um ou dois pontos de fuga, e gera imagem fixa que representa o volume do espaço. Trata-se de espécie documental que admite diferentes tipos, de acordo com a técnica de representação: frontal, cavaleira, cônica e axonométrica.

Maquete: Representação tridimensional opcional que, geralmente relacionada aos desenhos de concepção, permite a visualização simultânea de todas as faces do espaço, em volume, favorecendo a compreensão do projeto. Trata-se de espécie documental que admite o uso de duas técnicas de registro distintas.

Maquete física: Concebida em meio físico, confeccionada em escala reduzida do espaço, utilizando materiais diversos (papel, papelão, madeira, gesso, materiais plásticos). Pode representar formas simplificadas para estudo volumétrico, ou formas mais elaboradas, caracterizando o projeto final (Figura 4).

Maquete eletrônica: Concebida em ambiente digital, por meio de desenhos assistidos por computador, utiliza *softwares* gráficos específicos que permitem a visualização do projeto de maneira muito próxima ao real, inclusive em realidade aumentada.

Quadro de áreas: Esquema gráfico necessário que, presente nos desenhos de concepção, contém as informações sobre o dimensionamento geral (área total) e parcial (área líquida urbanizável, área livre,

área institucional, área permeável, área construída, área das unidades etc.) do projeto.

Memorial descritivo do projeto: Tipo documental que acompanha o projeto nas fases de concepção (mais geral e simplificado) e de execução (mais específico e elaborado). Discrimina atividades técnicas, especificações e métodos construtivos a serem empregados na execução de obra e/ou serviço técnico, em conformidade com o projeto, podendo abranger a obra como um todo ou seus elementos, instalações prediais, componentes construtivos e materiais de construção.

Registro ou Anotação de responsabilidade técnica: Tipo documental que acompanha o projeto nas fases de concepção e de execução e que certifica, para efeitos legais, os responsáveis pelo projeto, pela execução de obras e/ou prestação de serviços e pelo desempenho de cargo e/ou função, para os quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos. No campo das engenharias, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e as credenciais técnicas do profissional ficam registradas na Certidão de Acervo Técnico (CAT). No âmbito da arquitetura e do urbanismo, o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) é feito no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e as Certidões de Acervo Técnico dos profissionais ficam gravadas no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU).

Reportagem audiovisual: Tipo documental opcional que, relacionado aos desenhos de concepção, permite ao profissional utilizar-se das tecnologias da informação e da comunicação para a aplicação simultânea do som e da imagem em movimento na apresentação do projeto. Pode ser desenvolvido por meio dos desenhos assistidos por computador, que dispõem de ferramentas que resultam em imagens animadas e sonorizadas que facilitam a compreensão do projeto.

Projeto executivo: Representação da etapa destinada à execução do projeto, com todas as informações necessárias e suficientes à sua contratação. Além do detalhamento do projeto básico, deve conter os diversos projetos complementares temáticos que se integram ao projeto arquitetônico detalhado, com dimensionamentos, características dos materiais de construção e especificações técnicas dos serviços correspondentes.

Projeto arquitetônico detalhado: Representação detalhada do projeto básico, fazendo referência aos demais projetos que lhe são complementares.
Projeto de estruturas: Representação detalhada do sistema estrutural da edificação, com todos os seus componentes (terraplenagem, muros de arrimo, fundações, lajes, pilares e vigas, impermeabilização, estruturas, coberturas etc.).
Projeto de instalações prediais elétricas e mecânicas: Representação detalhada das instalações prediais elétricas e mecânicas, com todos os seus componentes (energia, iluminação e luminotécnica, telefonia, sinalização, sonorização, alarmes, proteção contra descargas atmosféricas, automação predial etc.), especificando controles e pontos de utilização.
Projeto de instalações prediais hidrossanitárias: representação detalhada das instalações prediais hidrossanitárias, com todos os seus componentes (água fria, água quente, captação e escoamento de águas pluviais, prevenção e combate a incêndio, louças, metais, filtros de pressão e bebedouros etc.), especificando controles, pontos de consumo e de águas pluviais e servidas e aparelhos de utilização.
Projeto de instalações prediais de gás: Representação detalhada das instalações prediais de gás, com todos os seus componentes (tubulações, tanques de armazenamento, reguladores de pressão, ventiladores etc.), especificando controles e pontos de utilização.
Projeto de acústica: Representação detalhada do sistema de distribuição dos sons no ambiente, para garantir o desempenho acústico da edificação, eliminando os efeitos indesejados do ruído, especificando controles e materiais de utilização.
Projeto de paisagismo: Representação detalhada da arquitetura paisagística e do paisagismo das áreas externas e internas, com todos os seus componentes (estruturas construídas, instalações hidráulicas e elétricas, mobiliário, vegetação, manejo, manutenção etc.).
Projeto de acessibilidade: Representação detalhada das condições de acessibilidade do espaço, para que ele possa ser utilizado por pessoas com qualquer necessidade especial (deficiência, mobilidade reduzida, gestantes, idosos etc.), de acordo com parâmetros normativos para sua adaptação e instalação de equipamentos (barreiras arquitetônicas, sinalização vertical e horizontal, rampas de acesso,

características do piso, mobiliário etc.), atendendo aos preceitos do desenho universal.

Projeto de climatização: Representação detalhada do sistema de refrigeração e de outros equipamentos para garantir o conforto térmico da edificação, especificando controles e pontos de utilização.

Projeto de interior (ou leiaute): Representação detalhada da arquitetura de interiores, com todos os seus componentes (mobiliário acessório ou incorporado, marcenaria, paginação de pisos, revestimentos e forros etc.).

Auto (ou laudo) de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB): Documento emitido pelo Corpo de Bombeiros que atesta que o local (edificação, área de risco ou evento temporário) possui condições e equipamentos de segurança necessários ao combate de incêndio e ao controle de situação de pânico, previstos na legislação, dimensionados no projeto técnico de combate a incêndio, elaborado de acordo com as normas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Caderno de encargos: Documento que acompanha o projeto executivo e estabelece os requisitos, as condições e as diretrizes técnicas e administrativas para a execução da obra ou serviço. Instrui o Caderno de especificações técnicas.

Caderno de especificações técnicas: Documento que acompanha o projeto executivo e contém as especificações técnicas dos componentes construtivos e dos materiais de construção e de acabamento utilizados na obra, indicando os locais para o seu emprego ou aplicação, de acordo com a legislação. Pode ser parte do Caderno de encargos.

Diário de obras: Documento que permanece no canteiro de obras para que sejam registradas as principais ocorrências de cada jornada de trabalho.

Ensaio (visual): Recurso opcional que consiste em imagem ou conjunto de imagens obtida(s) por meio de fotografias, com pretensão estética. Substitui ensaio fotográfico.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA): Documento produzido para o licenciamento de atividades que, direta ou indiretamente, afetam o meio ambiente, podendo incorrer em danos. Deve conter, minimamente: diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, análise dos impactos ambientais previstos, definição de medidas mi-

tigadoras e elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento desses impactos. Instrui o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Em geral, está ilustrado com mapas e fotografias.

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV): Documento produzido para a identificação dos efeitos positivos e negativos de um empreendimento e/ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e nas suas proximidades. Instrui o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV). Em geral, está ilustrado com mapas e fotografias.

Ficha técnica de obra: Documento que acompanha o projeto executivo e registra a relação dos fornecedores envolvidos direta ou indiretamente na obra, com os respectivos serviços prestados. Complementa o Memorial quantitativo de materiais.

Laudo de inspeção predial (ou vistoria de *check-up*): Documento que, elaborado segundo normas técnicas, resulta da análise do estado geral da edificação e de suas partes constituintes, para orientar as atividades de manutenção preventiva e corretiva. Decorrente de vistoria, verifica seu estado atual, observando os aspectos de desempenho, funcionalidade, vida útil, segurança, estado de conservação, manutenção, utilização e operação, considerando as expectativas do usuário. Com visão sistêmica, classifica as deficiências constatadas na edificação e aponta o grau de risco observado para cada uma delas, gerando lista de prioridades técnicas com orientações ou recomendações para sua correção ou para embasar planos de manutenção preventiva. Em geral, está ilustrado com fotografias.

Laudo pericial: Documento que, elaborado segundo normas técnicas, resulta da análise de determinado componente do espaço, levando em consideração seus aspectos gerais. Consiste na apuração das causas de determinado evento, no qual o profissional efetua trabalho técnico visando a emissão de conclusão fundamentada. Em geral, está ilustrado com fotografias.

Memória/memorial de cálculo: Documento que, complementar aos desenhos do projeto completo, consiste na discriminação detalhada dos cálculos efetuados até que se chegue ao resultado da obra ou edificação.

Memorial descritivo de serviços técnicos: Documento que, complementar aos desenhos do projeto completo, consiste na discriminação

das atividades técnicas, das especificações de material e dos métodos construtivos a serem empregados na execução de determinado serviço técnico, em conformidade com o projeto.

Memorial quantitativo de materiais: Documento que acompanha o projeto executivo e contém informações quantitativas referentes aos componentes construtivos e materiais de construção utilizados na obra, com informações detalhadas para a sua aquisição. Instrui a Ficha técnica de obra.

Orçamento de obras: Documento que acompanha o projeto executivo, dimensiona os custos parciais dos componentes construtivos e materiais de construção, relacionando-os aos valores referentes aos serviços prestados e aos impostos e taxas de obra. Apresenta como resultado o custo total da obra. Em geral, pode vir no formato de planilha.

Parecer técnico: Documento que, elaborado segundo normas técnicas, expressa opinião fundamentada sobre determinado assunto, emitida por especialista. Em geral, está ilustrado com mapas e fotografias.

Relatório de impacto ambiental: Documento que resulta do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Em geral, está ilustrado com mapas e fotografias.

Relatório de impacto de vizinhança: Documento que resulta do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Em geral, está ilustrado com mapas e fotografias.

Relatório de vistoria de obras: Documento que resulta do exame circunstanciado da situação da obra em relação ao projeto aprovado. Em geral, está ilustrado com fotografias.

Práticas e cuidados com documentos de arquitetura

Via de regra, como mencionado anteriormente, o suporte mais utilizado é o papel. Este, dada a sua composição, possui suas particularidades que precisam ser observadas no que diz respeito a sua conservação e consulta, pois o objetivo de todo arquivo é permitir que a documentação seja demandada pelo usuário/consulente para consultas, do contrário, não há como justificar a sua razão de ser. O primeiro aspecto a se ter em mente diz respeito à manipulação do

documento. O papel, por tratar-se de matéria orgânica, está sujeito a desgaste que o passar do tempo lhe impõe, contudo este processo pode ser acelerado ou retardado, mas é contínuo e em algum momento deixará de existir, e por esta razão se faz necessário uma série de rotinas e cuidados para postergar seu fim o máximo possível.

O primeiro aspecto é em relação à manipulação do documento em si. Documentos de grandes dimensões (confeccionados em folhas de papel A0 ou A1, por exemplo), são armazenados em móveis chamados mapotecas, estas devem ser de metal e pintadas para evitar ferrugem, podendo ser também armazenados enrolados, em tubos, geralmente feitos de PVC. Devem ser evitados armazenamento em móveis de madeira, pela potencialização de risco de ataques de agentes biológicos (insetos). Quando suas dimensões são maiores que das gavetas do referido móvel, costuma-se armazená-lo dobrado. Quando o papel é dobrado, suas fibras se rompem e, com o tempo, sobretudo quando dobrado e desdobrado, as fibras se separam e a folha se divide em dois ou mais pedaços. Obviamente o fato de o documento ser armazenado desta forma não inviabiliza sua consulta, entretanto é preciso que se tome cuidado com sua integridade física, pois no momento que fatalmente ocorrer a separação do documento, é possível minimizar a perda de informação, até que se faça as intervenções reparadoras necessárias. Já os documentos confeccionados em folhas de papel tamanho A4 ou aproximado, devem ser armazenados em estantes de aço pintadas (pelas mesmas razões apresentadas acima) em caixas-arquivo (dimensões 18x39x30 cm), envelopadas em papel neutro, isto é, papel especial que não tem interação química com o documento. Documentos nestas dimensões não são armazenados dobrados, de modo que não costumam sofrer com problemas decorrentes do rompimento de suas fibras, garantindo maior integridade do papel. Documentos armazenados enrolados também devem ser manipulados com cuidado, pois o enrolar e o desenrolar torcem as fibras do papel, fazendo com que o documento, mesmo fora do tubo, tenda a permanecer enrolado, e ao utilizar força excessiva, pode-se rasgá-lo.

Fotografias e negativos devem ser guardados um a um, entre folhados com papel neutro, e sua manipulação deve ocorrer somente utilizando luvas de algodão (que devem ser lavadas após cada uso). São

mais sensíveis às variações de umidade e temperatura e à exposição à luz direta, necessitando de mais rigor no controle ambiental. Podem ser guardadas em pastas suspensas ou dentro de caixas-arquivo, em ambos os casos não devem ter contato direto com a superfície, seja da caixa ou da pasta, devendo estar devidamente envolvida em papel neutro.

O consulente também é parte fundamental no processo de conservação documental. Durante a consulta é importante que este esteja trajando luvas e máscara descartáveis. As luvas têm dupla função no processo de conservação documental, pois protegem o usuário de eventual contágio por algum agente presente no papel, tal como uma contaminação por fungo, bem como protege o documento de eventual contato com suor ou alguma gordura expelida pela pele humana por exemplo, pois os fluidos humanos são nocivos ao papel, acelerando sua deterioração. A utilização de máscara é em virtude da necessidade de proteger o usuário de se contaminar (pela respiração) com algum agente nocivo a sua saúde.

O ambiente de consulta deve ser limpo, ventilado e iluminado, para permitir que a consulta transcorra de maneira cômoda e tranquila. A limpeza é importante para que não se contamine o documento consultado com nenhum agente que coloque sua integridade física em risco. A ventilação é importante para evitar eventual contaminação do consulente e também permite que o documento tenha contato com ar, contribuindo para sua conservação por mais tempo. A exposição à luz em si a longo prazo costuma ser maléfica para o papel, em virtude de interação física que há entre as moléculas do papel e dos fótons, tornando-o quebradiço e apagando suas informações, entretanto, quando armazenada corretamente, a documentação passa a maior parte do tempo no escuro, de modo que a exposição à luz durante uma consulta, por exemplo, não costuma representar perigo ao papel, em virtude do curto tempo de exposição à luz em oposição ao longo período de guarda no escuro. Não deve ser permitido a presença e o consumo de alimento e água por parte dos consulentes, para evitar eventuais acidentes.

Além de manter a documentação armazenada em móveis apropriados, deve se observar condições ambientais específicas para garantir o prolongamento do acervo pelo maior tempo possível, sendo observado e controlado:

Temperatura: O local de guarda (depósito) deve ter temperatura interna entre 18°C a 22°C, pois a oscilação da temperatura coloca a integridade documental em risco, afetando as fibras do papel, que podem tornar-se quebradiças, além de favorecer a proliferação de fungos e insetos como cupins e traças. Seu controle pode ser feito com aparelhos de ar-condicionado e termômetros para controle da temperatura.
Umidade: A umidade alta aliada à alta temperatura gera condições ideais para o desenvolvimento de fungos, que são nocivos ao papel, além de insetos. Esta deve estar entre 45% e 55%, pois acima de 60% o ambiente se torna favorável a fungos, e abaixo de 20% as fibras ressecam e podem quebrar com a manipulação. Seu controle se dá com a utilização de higrômetros para aferir seu valor e aparelhos de ar-condicionado (pois estes retiram umidade do ambiente para refrigeração), desumidificadores e aparelhos de circulação de ar. Os depósitos não devem ser lavados com água, pois a água evapora e contribui para a elevação da umidade, devendo a poeira e demais sujidades serem removidas com aspirador de pó e vassouras, por exemplo.
Luz e radiação ultravioleta (UV): A incidência de luz, seja natural ou artificial, em cima do acervo, contribui para o amarelamento do papel, além de ressecar e deformar suas fibras. A luz natural deve ser bloqueada, com a vedação das janelas e demais pontos de entrada de luz; pode-se usar cortinas apropriadas ou outras soluções para bloqueá-la completamente. A iluminação dentro do depósito deve ser fornecida apenas por luz artificial, por ser menos nociva, sobretudo as lâmpadas de LED ou fluorescentes com filtros. Os móveis de guarda não devem ser posicionados embaixo das lâmpadas, sendo ideal que estas iluminem corredores e os espaços entre as estantes, por exemplo, devendo permanecer apagadas quando não houver ninguém dentro dos locais de guarda.
Poluentes: Problema que costuma afetar em maior grau as grandes cidades, sua composição é a mais variada possível, pois trata-se de partículas e gases das mais diversas fontes, como, por exemplo, da queima de combustível pelos automóveis que circulam nas redondezas, poluentes emanados de alguma indústria próxima, partículas oriundas de obras na região, dentre inúmeras outras possibilidades. Por essa razão, as janelas devem ser vedadas,

evitando a entrada de ar exterior com o uso de circuladores de ar e aparelhos de ar-condicionado.

Agentes biológicos: A vedação de janelas contribui também para evitar a entrada de insetos no depósito. Os fungos, por sua vez, se espalham pelo ambiente por meio de esporos, estes se encontram em toda parte e são dificílimos de serem destruídos, de modo que é preciso evitar a sua proliferação a partir do controle da temperatura e da umidade. Insetos e roedores são atraídos por restos de alimentos, logo é imprescindível a proibição do consumo de alimentos dentro dos depósitos e em suas proximidades, bem como não permitir o descarte de restos de alimentos em lixeiras e locais muito próximos, além da realização periódica de dedetizações. Ralos, canos e vasos sanitários devem ser vedados, para evitar que insetos acessem o ambiente provenientes da tubulação de esgoto. Insetos como brocas e cupins, por exemplo, têm a celulose como alimento, fazendo com que ataquem documentos. A presença de animais silvestres configura um problema adicional, em virtude da proibição da sua manipulação por lei. Nestes casos deve-se acionar os órgãos especializados como a Zoonose e a Polícia Ambiental para que façam a captura e solta em local apropriado (longe do acervo). Uma vez removido o animal, é preciso investigar o ambiente em busca de frestas que permitiram seu ingresso e agir para bloqueá-las. Alguns animais como morcegos, gatos, saruês, pássaros, por exemplo, não se alimentam da celulose contida no papel, entretanto, ao habitarem os depósitos (fazendo ninhos) trarão sujidades que podem comprometer a integridade do acervo, como fezes, urina, restos de alimentos, dentre outros, além de rasgarem caixas e documentos. É preciso constantemente monitorar o ambiente em busca de sinais da presença de insetos e animais no depósito, pois suas presenças costumam deixar rastros, como fezes, urina, pedaços de papel, pó, penas...

Humanos: O mau comportamento de consulentes coloca em risco a integridade dos documentos, pois pode-se manipulá-los sem os devidos cuidados, fazendo com que estes se rasguem, sejam perfurados, dentre outros. Também podem ocorrer eventuais furtos e mistura de documentos de séries diferentes (dissociação), além de se derramar água e alimentos nos documentos. Para evitar isso é necessário que toda a pesquisa seja acompanhada por

um profissional capacitado, que além de disponibilizar o(s) documento(s), deve permanecer no ambiente de consulta durante a sua duração para evitar problemas. Via de regra, não se deve permitir a presença de estranhos nos locais de guarda, devendo o consulente aguardar em sala específica para consulta.

Além das práticas descritas, há outras tarefas que devem ser executadas periodicamente que contribuem para a conservação do documento e que costumam ocorrer quase que simultaneamente: a higienização e realização de pequenos reparos. A higienização consiste na retirada do documento do seu local de guarda, para que o documento primeiro tenha contato com ar, pois faz com que algum eventual agente poluente que esteja em contato saia, além de permitir a observação da presença de eventuais insetos e fungos e o contato da fibra do papel com ar, que costuma ser benéfico. O processo de higienização consiste em passar no documento uma trincha ou pincel, geralmente feito com cerdas de pelo de animais (boi, cavalo) ou sintéticas. O documento é colocado num equipamento especial, chamado capela, pois este promove a sucção da sujeira, além de isolar o ambiente para que a poeira no documento não contamine o ambiente. O técnico responsável deve portar óculos de proteção, jaleco, luvas e máscara. Passa-se o pincel ou a trincha com delicadeza (para não estragar o documento) em sentido único, de uma borda a outra do documento, e repete-se o procedimento para garantir que seja feita em toda a extensão do documento. É preciso também remover agentes externos que tenham sido colocados (clipes metálicos, grampos metálicos, ligas de borracha...), havendo necessidade pode-se optar por substituir o clipe metálico por um de plástico, pois este não enferruja. Havendo necessidade de remover alguma mancha, marca de lápis (grafite), usa-se o pó de borracha, que pode ser comprado pronto ou feito no próprio local, bastando ralar um pedaço de borracha para apagar papel num ralador. Coloca-se a quantidade de pó suficiente para cobrir o documento e se aperta para que o pó remova a mancha, podendo o procedimento ser repetido, e ao fim remove-se o pó com a trincha. Em hipótese alguma deve-se usar borracha para apagar a mancha, pois a fricção gerada ao esfregá-la contra o papel poderá resultar em rasgos. Higieniza-se também a folha que serve de cápsula para o documento e caixa-arquivo e/ou

pasta com o pincel ou trincha, além da gaveta e da estante. Não se deve utilizar água para higienizar os móveis, apenas pano seco.

O serviço de pequenos reparos deve ser acionado para trabalhos de restaurações pontuais, para evitar que danos menores tomem proporções maiores e comprometam a integridade do documento. As atividades mais comuns são o uso de bisturis para remover manchas e outros corpos estranhos ao papel que não foi possível retirar com o pó de borracha, a remoção de ferrugem cortando a área afetada (quando não compromete a informação) e preenchimento de eventuais buracos e rasgos (para evitar que eles cresçam com a manipulação) e o remendo de partes que se soltam. O bisturi é usado com bastante cuidado e cautela, para que não resulte no surgimento de um buraco no documento, e com o entendimento que entre deixar um furo no documento e a sujidade, é preferível deixá-la que fazer o eventual rasgo. Usa-se a ponta da lâmina, que é esfregada com cuidado para que a sujidade seja removida. A ferrugem geralmente é retirada cortando o pedaço enferrujado, pois no papel não há como revertê-la e esta tende a se expandir, contudo, caso o pedaço do documento enferrujado contenha uma informação qualquer, não será feita sua remoção. A retirada da ferrugem costuma deixar um buraco no papel que deverá ser preenchido, neste e em outros pontos que haja buracos no papel. Procura-se uma folha de material neutro (no mesmo tom de cor do papel; não havendo é possível tingi-la), coloca-se o pedaço de papel no local a ser tapado ou completado, e a união com o documento é feita geralmente com a utilização de papel japonês (colocado no mesmo sentido da fibra que passa pela intervenção) e cola de fácil reversão e que não agride o documento como a cola metil celulose, cola de amido, por exemplo, por cima para grudá-los, havendo também a possibilidade de se utilizar fita colante específica para restauração. O procedimento é feito no verso do documento e, após a secagem, se for preciso pode-se cortar as bordas do papel colado para que este fique uniforme. Em casos de rasgos, no encontro das duas partes cola-se papel japonês (com a fibra no mesmo sentido da folha a ser restaurada) com cola metil celulose, no mesmo processo para enxertos.

Conclusão

Tratar de arquivos de arquitetura é, acima de tudo, trazer ao debate um tipo de acervo especializado com inestimável valor histórico-cultural e contribui para o entendimento da história da humanidade, pois a própria arquitetura em si é uma manifestação cultural importante de uma sociedade, já que ao intervir no espaço para permitir a ocupação do homem, ali também há a expressão de uma cultura e seus valores. Obviamente o presente texto não se prestou a esgotar o assunto, haja vista que ainda há inúmeras outras tarefas típicas de arquivos e que também se fazem presentes em arquivos especializados (como os de arquitetura), como a digitalização, descrição, difusão, classificação, dentre outros, sob o risco de alongar demais a abordagem e acabar por caracterizar uma evasão ao tema proposto.

Espera-se que a leitura tenha auxiliado no entendimento da documentação de arquitetura e da importância da sua preservação e conservação, bem como da interface que se pode fazer com a arquivologia, uma vez que cabe ao profissional arquiteto a produção de tais documentos e ao profissional arquivista sua preservação e difusão. Pois somente assim é possível preservar o maior patrimônio que um povo dispõe: sua memória. Estando tanto registrada nas cidades e em suas inúmeras intervenções humanas, quanto nos arquivos e nos mais diversos locais, é preciso preservar o passado para não o esquecer, pois como bem pontou o filósofo, poeta e ensaísta espanhol George Santayana em seu livro *A vida da razão*: "Aqueles que não podem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo", portanto, preservar o passado é assegurar um futuro melhor.

Referências Bibliográficas

BECK, Ingrid (coord.). **Manual de Preservação de Documentos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como Avaliar Documentos de Arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 230 p.

DICIONÁRIO CALDAS AULETE. **Arquitetura**. Dicionário Caldas Aulete. Lexikon Editora Digital. Disponível em: < https://aulete.com.br/arquitetura>. Acesso em: 01/04/2024.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Fradi. **Orientações Técnicas: Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura.** Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2021.

MEDEIROS, Victor Valente. **Série Entender o Arquivo volume 2**: Procedimentos Internos de Higienização de Documentos do Arquivo Central. Brasília: Arquivo Central da Universidade de Brasília, 2022.

TORRE, Michelle Marcia Cobra. O Acervo de Projetos Arquitetônicos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *In*: **Anais do 6º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**. Anais... Belo Horizonte (MG) UFMG, 2020. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/seminarioarqedoc2019/217536-O-ACERVO--DE-PROJETOS-ARQUITETONICOS-DO-ARQUIVO-PUBLICO-DA-CIDADE-DE-BELO-HORIZONTE. Acesso em: 21/02/2024

Capítulo 9

Cidade universitária, da Universidade do Brasil à Universidade Federal do Rio de Janeiro, a consolidação do acervo de arquitetura e urbanismo

Maria Cristina Cabral

Apresentação[1]

A discussão sobre os acervos de arquitetura e urbanismo teve um grande aprofundamento a partir dos anos 1980, em resposta aos problemas comuns de muitos acervos e museus de arquitetura que foram criados internacionalmente na segunda metade do século XX. A *International Confederation of Architectural Museums* (ICAM) foi criada em 1979, constituindo-se um fórum internacional de troca para profissionais de museus, centros, bibliotecas e arquivos.[2] Nesta perspectiva de preocupação patrimonial, o **Núcleo de Pesquisa e Documentação** (**NPD**) foi criado em 1982 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), e teve como primeiro coordenador o professor Jorge Czajkowski (1948-2010), arquiteto, atuando como historiador e teórico da arquitetura.[3] Esta criação foi um esforço pioneiro no Brasil no que se refere à coleta, sistematização e análise de documentos da arquitetura, constituindo hoje um dos maiores acervos nacionais da área dentro de uma universidade, com um montante em torno de 500 mil documentos com

1. Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro do CNPq e da FAPERJ.
2. https://icam-web.org/about/
3. https://npd.fau.ufrj.br/npd_historico.php

as últimas aquisições.[4] Inicialmente, o projeto do NPD foi pensado pelo prof. Czajkowski como um tripé constituído pela conservação, pesquisa e divulgação através de exposições e publicações, sobretudo de cunho monográfico, como as de Affonso Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão entre as principais empreendidas pelo próprio. Na medida em que o acervo se expandiu com a captação/doação de novos fundos, projetos urbanos também foram incorporados, como é o caso do Fundo Sergio Bernardes e dos MMM Roberto[5]. Atualmente, o NPD também está em vias de receber em comodato o acervo dos primeiros concursos do Favela Bairro.[6]

No início deste século, o NPD recebeu, na gestão da então coordenadora profa. Elizabete Martins e do diretor Pablo Benetti, o acervo do atual Escritório Técnico da Universidade (ETU), antigo ETUB (Escritório Técnico da Universidade do Brasil), composto de documentos diversos sobre a constituição da Cidade Universitária, datados desde a década de 1930, com os primeiros esforços para a criação dela. Trata-se da maior e mais consultada coleção do NPD, contendo projetos de arquitetura, paisagismo e urbanismo. O material foi inventariado pelo próprio doador, o ETU, e encontra-se ainda em fase de classificação, com algumas etapas já finalizadas, como será exposto adiante.[7]

Embora este artigo destine-se à discussão dos manejos, abordando as práticas e cuidados dos diversos tipos de documentos de acervos de

4. Entre as últimas aquisições estão os acervos de Archimedes Memoria, Luiz Paulo Conde, Marcos Konder Netto, Musa Arquitetos, Luiz Mário Xavier, Celso Brando e Roberto Segre, entre os principais.

5. O termo Fundo significa um "conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica reuniu automática e organicamente em razão de suas funções ou de suas atividades" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

6. O popularmente conhecido como Favela-Bairro é um programa de urbanização da Secretaria Municipal de Urbanismo, implantado a partir de 1994 na primeira gestão do Prefeito Cesar Maia pelo secretário de urbanismo Luiz Paulo Conde. O programa sofreu constantes alterações e nomeações.

7. A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi criada em 1920, passou pela Reforma do Ensino Superior de Francisco Campos (1931), que a reorganizou e instituiu-a como Universidade do Brasil (UB) em 5 de julho de 1937 por Getúlio Vargas, estendendo-se até 1965, quando recebe a denominação atual: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

urbanismo e de arquitetura, o enfoque dado não é o do conservador e do arquivista, mas da pesquisadora e historiadora. Outra perspectiva a ser considerada é que o acervo abordado também não está sob a guarda de uma instituição municipal, embora seja relacionado à Prefeitura da Cidade Universitária, mas sob o Departamento de Projeto de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Estas condições direcionam em grande parte o viés aqui apresentado, focado no estudo para o tratamento da coleção ETU.

A compreensão do acervo

A constituição de um acervo de arquitetura ou de urbanismo é, para além da realidade da documentação a ser preservada, uma invenção historiográfica, cuja historicidade implica em uma visão contextual do mundo e à determinadas mentalidades de época e sociedade.

Para Pierre Frey (*apud* Oppetit, 2000, p. 32), na constituição de um acervo de arquitetura é importante ultrapassar a divisão social do trabalho entre arquivistas, conservadores, arquitetos e historiadores e empreender um verdadeiro projeto de pesquisa referente à cada fundo específico. Logo, trata-se de sobrepor as características específicas de cada fundo com outra camada de complexidade, para além do atendimento às normas internacionais e nacionais de tratamento patrimonial. No caso específico do NPD, cada fundo é potencialmente um novo projeto de pesquisa, considerando suas diferentes características e materialidades. A coleção ETU é muito diferenciada da de qualquer fundo de um único arquiteto, não pela materialidade dos documentos, a maioria em papel, ainda que alguns itens em maior formato, mas pela natureza do conteúdo dos documentos.

Um centro arquivístico não contém apenas a documentação ou os instrumentos que utilizamos para a pesquisa, ou seja, ele não é apenas ferramental, mas constitui em si um dispositivo de pesquisa, tanto como objeto de conservação como pelas possibilidades de compreensão de seu conteúdo. Para a compreensão do acervo como um todo, como construção historiográfica, é necessário o mapeamento geral, através da constituição de seus fundos, no sentido de atualizar constantemente sua missão e objetivos. Sob essa ótica, o acervo do NPD confunde-se com a própria história da formação em arquitetura e

urbanismo no Rio de Janeiro, por se tratar do acervo da mais antiga instituição de ensino no país; mas também da constituição urbana, pois contém fundos dos principais escritórios de arquitetura do início ao fim do século XX, a maioria de profissionais formados pela instituição, e muitos deles também docentes, ampliando as possibilidades para a constituição de um acervo de ensino.

Cada centro arquivístico deve partir da natureza dos seus documentos (tanto da materialidade quanto do seu conteúdo), como das reais condições orçamentárias e recursos humanos, sendo no nosso caso ambos bem escassos para o empreendimento dessa tarefa de tratamento e compreensão do acervo.

Acomodações das materialidades

Segundo suas materialidades, documentos do acervo são basicamente distinguidos por suas características de conservação. Na coleção do ETU, há fotografias (impressas em papel fotográfico e negativos de formatos diversos); e papel (documentos A4; cópias diversas e heliográficas; originais em papel manteiga e em vegetal, além de brochuras diversas, recortes de jornal, painéis de exposição etc.). No caso do NPD, temos os seguintes recipientes para guarda:

1. mapotecas para os documentos já planificados. As mapotecas têm as melhores condições para a conservação de papel, mas são, no entanto, as mais custosas;
2. caixas para rolos para documentos de grande formato, como mapas e desenhos de arquitetura e de urbanismo, tanto originais como cópias heliográficas, não planificados;
3. caixas box de papelão para documentos diversos em A4 como contratos, correspondências etc.; para fotografias impressas; para brochuras diversas em grande maioria publicadas pela própria universidade acerca de seus próprios resultados e configurações; e cópias heliográficas dobradas etc.
4. pastas suspensas em arquivos metálicos;
5. caixas para diapositivos emoldurados.

Estes recipientes são armazenados nas seguintes condições: mapotecas sobrepostas quando possível; caixas de rolos e caixa box em estantes; diapositivos e folhas de polipropileno para negativos planos em armários de metal em uma sala própria, a reserva fotográfica.

Em termos quantitativos, a coleção ETU conta com: 25.000 desenhos, 20.000 cópias heliográficas, 10.000 fotografias, entre diapositivos, negativos e impressões, e 200 caixas box com documentos diversos.

A equipe

Em termos de recursos humanos, atualmente o NPD conta com dois arquivistas do quadro permanente e duas conservadoras com contrato temporário, 8 bolsistas de Iniciação científica e alguns voluntários, sendo 1 pesquisadora doutora, 3 mestrandos e 3 doutorandos que trabalham auxiliando na classificação dos fundos. Trata-se de uma equipe bastante flutuante, exceto pelos dois arquivistas permanentes especialistas na prática de acervos de arquitetura.

As práticas de tratamento dos documentos promovidas pelos conservadores e arquivistas do NPD foram pioneiras no país, considerando-se os escassos recursos orçamentários.[8] Além disso, especialmente o arquivista Claudio Muniz vem há muito se destacando como referência na área, contribuindo em outras instituições, como o CONARQ.

Durante os anos de 2022 e 2023 excepcionalmente, o NPD contou com uma equipe de mais de 30 profissionais entre conservadores de papel e de fotografia, arquivistas e bolsistas de iniciação científica financiados pela *Getty Foundation* para a recuperação pós-incêndio.[9] A coleção ETU não foi atingida pelo sinistro e, portanto, *não foi contemplada por essa força-tarefa emergencial*. Em março de 2024, foi

8. Conservador João Cláudio Parucher da Silva (1972-2021), arquivistas Claudio Muniz e Maurício Matos.

9. Em 20 abril de 2021, as instalações do NPD foram atingidas por um incêndio na sala da Procuradoria contígua ao salão principal do NPD. O material que lá se encontrava, incluindo originais de vários fundos em classificação ou consulta foram impactados. As instalações do NPD foram praticamente destruídas pelo fogo. A reserva técnica não foi atingida.

realizada uma nova força-tarefa com uma equipe de 20 pessoas para dar início à realocação dos desenhos em rolos da coleção ETU.

Abstrações

Nos anos 1980, quando da fundação do NPD, a discussão sobre os sistemas de classificação específicos para arquitetura e urbanismo ainda iniciavam. Durante os quarenta e dois anos de existência, o NPD adotou diferentes sistemas de classificação, com atualizações adaptadas ao debate em curso das instituições de guarda.

Na organização original do NPD os fundos eram chamados de Arquivos (quando reuniam um único autor) ou Coleções, quando se tratava de conjuntos heteróclitos, provindos de fontes diferenciadas.[10] Por exemplo, o atual fundo de Affonso E. Reidy foi nomeado Arquivo Affonso E. Reidy, e o material da disciplina "Plástica" uma Coleção. Atualmente adotamos a nomenclatura Fundo para os antigos Arquivos.

O material do ETU foi então organizado como uma coleção, com documentação muito diversa, tanto iconográfica (mapas, desenhos e fotografias), quanto textual (contratos, cartas, publicações etc.). A *única parte* finalizada e disponível online é a dos projetos realizados durante o Governo Vargas nos anos 1930 para a instalação da Universidade do Brasil, com a seguinte organização: Esboços e referências; Evaristo de Sá; Le Corbusier; Lucio Costa e equipe; Piacentini e Morpurgo. Trata-se das pranchas dos originais dos projetos encomendados a esses arquitetos, portanto, de inestimável valor histórico e patrimonial. Por finalizada, entenda-se documentos já inventariados, catalogados, planificados (quando for o caso), digitalizados e acomodados em recipientes adequados para seu tipo de conservação, neste caso em mapotecas.

De modo geral, a cotação adotada (id_npd) era, por exemplo: ETU_UFRJ_0057, lê-se documento 057 da ordem de inventário da Coleção ETU da UFRJ (Figura 1).

É evidente que a classificação realizada à época atualmente não é suficiente para atender às normas de descrições arquivísticas e não

10. Ver a organização no Portal do NPD: https://npd.fau.ufrj.br/

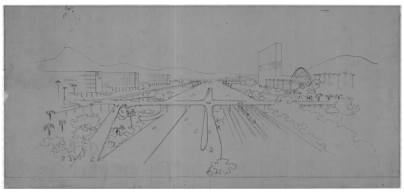
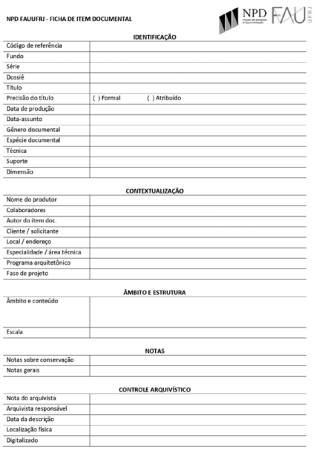


Figura 1. título: Quinta da Boa Vista - Le Corbusier
autoria: Le Corbusier
descrição: Anteprojeto - Le Corbusier - Quinta da Boa Vista
conteúdo: perspectiva
id_npd: ETU_UFRJ_0057



NPD FAU/UFRJ - FICHA DE ITEM DOCUMENTAL

IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	
Fundo	
Série	
Dossiê	
Título	
Precisão do título	( ) Formal ( ) Atribuído
Data de produção	
Data-assunto	
Gênero documental	
Espécie documental	
Técnica	
Suporte	
Dimensão	

CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome do produtor	
Colaboradores	
Autor do item doc.	
Cliente / solicitante	
Local / endereço	
Especialidade / área técnica	
Programa arquitetônico	
Fase do projeto	

ÂMBITO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	
Escala	

NOTAS	
Notas sobre conservação	
Notas gerais	

CONTROLE ARQUIVÍSTICO	
Nota do arquivista	
Arquivista responsável	
Data da descrição	
Localização física	
Digitalizado	

FAU.UFRJ_Núcleo de Pesquisa e Documentação. Ficha técnica de item documental_12JUN/2023_R01

Figura 2. Ficha do item documental. Fonte: FAUUFRJ - NPD.

equivalem tampouco à compreensão que temos desta coleção e do acervo do NPD atualmente. A Nobrade (Brasil, 2006) vem sendo adaptada por nós, mas adotada apenas para os novos fundos em classificação.

A atual coordenação do NPD, ocupada pelo prof. Andrés Passaro desde 2018, iniciou o Portal NPD em 2020, para divulgação pública online e gratuita dos documentos já digitalizados. Desde 2022, vimos desenvolvendo com uma empresa especializada uma nova base de dados digital para o NPD, que, diferentemente da base atual, possa absorver buscas de consultas internas e externas, além de auxiliar na estrutura administrativa interna, como por exemplo os empréstimos e concessões de uso de imagens.

Para classificação do acervo e alimentação do Banco de Dados digital foram desenvolvidos três tipos de Fichas de classificação, com base na adaptação da Nobrade: a do Fundo ou coleção; a da seção/série/dossiê; e a do item documental. (Figura 2). Este último é a unidade material, ocupando o último nível da estrutura arquivística, mas o que nos permite estabelecer as principais buscas. O fundo ocupa o primeiro nível da estrutura arquivística, e a parte intermediária *é definida pela ficha de seção/série/dossiê.* A nova classificação segue então a seguinte estrutura arquivística: Nome do fundo ou coleção/seção_Série_Dossiê_/item documental.

No caso de um acervo de arquitetura, o nome do fundo são as iniciais do arquiteto (exemplo: Affonso Eduardo Reidy, AER), a série é o projeto de arquitetura (Ex: Albergue da Boa Vontade) e o dossiê, os subprojetos, como por exemplo, anteprojeto, ou projeto de instalações elétricas, ou projeto executivo. O número de dossiês varia de acordo com a quantidade de itens documentais e a necessidade de separação entre eles, para a melhor organização, mas também para melhor compreensão das partes.

Conteúdos

Na definição das sessões, séries e dossiês é que se realiza a interpretação de um fundo ou coleção, uma vez que as definições de Fundo e de Item documental são mais definidas pela norma. No caso específico da Cidade Universitária, apesar de o acervo vir acompanhado de um inventário geral de documentos e eles estarem relativamente bem-organizados, segundo sua estrutura de arquivamento original do escritório técnico, ainda há muito a ser estudado no âmbito da compreensão destes documentos para a definição da estrutura arquivística. Muitas teses, dissertações, monografias e artigos científicos já foram escritos sobre a cidade universitária, no entanto, ainda insuficientes para a construção historiográfica dessa coleção. Vimos trabalhando nas definições dessa estrutura arquivística, cujo estudo será apresentado a seguir.

Grande parte da coleção é constituída por itens documentais referentes aos edifícios construídos, que são os itens mais consultados, seja para pesquisa acadêmica, seja para a manutenção das edificações. Desta forma, seguindo a organização tradicional dos acervos de arquitetura, cada edificação constitui uma série, podendo ser subdivida em partes, em função do número de documentos.

Na organização inicial do ETU, as edificações foram organizadas pelos Centros e Decanias da Universidade: Centro de Letras e Artes (CLA), Centro de Tecnologia (CT), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), ao qual pertencem. Para manter a estrutura original do ETU e atender à classificação da NOBRADE, os centros universitários constituirão sessões, e as edificações, as séries, podendo ser subdivididas em Blocos, como é o caso do CT, do bloco A ao H.

Classificados como Urbanismo pelo ETUB, estão a Ponte Oswaldo Cruz e todos os estudos de arruamento, planos e esgotos pluviais para a cidade universitária, totalizando 625 itens documentais que incluem detalhes de infraestrutura. Este conjunto ainda não foi objeto de estudo para a classificação.

No entanto, um dos principais conjuntos documentais relativos ao urbanismo da cidade universitária é o conjunto de Ilhas cujo aterramento deu origem à atual configuração territorial da Cidade Universitária. Esse conjunto é formado por fotografias, mapas, documentos, com o levantamento de todos os bens e pessoas existentes nas ilhas com detalhes de cada morador e edificação, para proceder à avaliação e desapropriação para o aterramento (Figuras 3 e 4).

A maioria desses documentos são confidenciais em virtude dos dados privados neles encontrados. O processo de organização dos documentos foi descrito no trabalho apresentado pelos bolsistas de iniciação científica em 2021, e está sendo atualizado, na medida em que o acervo vem sendo remanejado.[11] O conjunto das Ilhas constituirá uma sessão da coleção Cidade Universitária, e a classificação por séries ainda está em processo.

A partir da abertura deste conjunto vislumbram-se muitas abordagens diferentes para pesquisa, que podem contribuir para o sistema de classificação, na medida em que esses documentos são lidos e interpretados. Como afirmado, o conjunto possui informações detalhadas acerca dos habitantes da ilha, dos terrenos e das edificações, bem como das atividades econômicas ali existentes. A partir de uma breve análise desse material, é possível afirmar que o historiador pode reconstituir formas de habitar a cidade, seja a partir de perspectivas da micro-história, centrada na presença e modos de vida de uma população mais vulnerável; seja por uma perspectiva mais macroeconômica de distribuição de terras.

Os documentos dos projetos das edificações construídas na Cidade Universitária vêm sendo dispostos para a classificação dentro de sua série como projeto arquitetônico a partir do item documental. No entanto, estudos e práticas recentes no NPD fazem emergir outra possibilidade de organização de conjunto, como a atuação de

11. https://www.youtube.com/watch?v=-xUUPXgWkWw

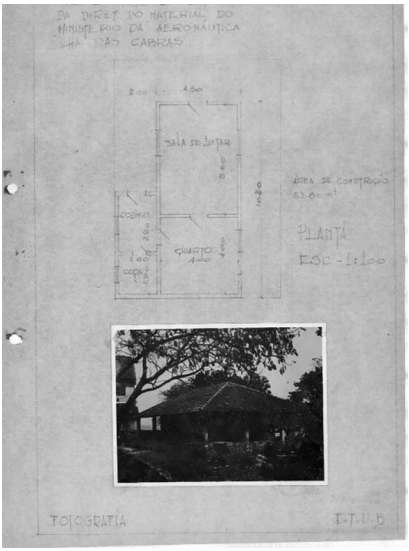
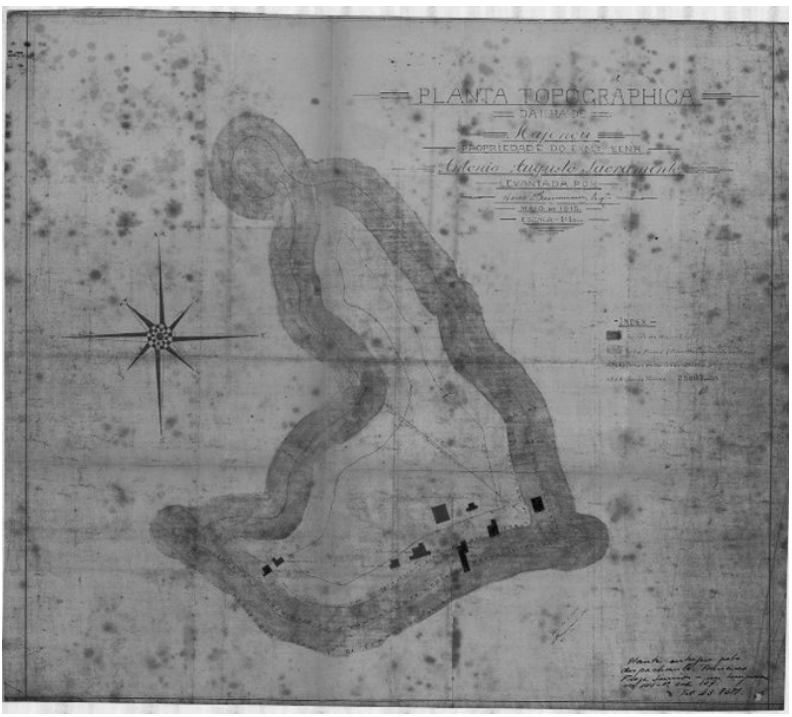


Figura 3. Levantamento residência Ilha das Cabras. Fonte: FAUUFRJ - NPD.

Figura 4. Planta Topográfica. Fonte: FAUUFRJ - NPD.



Roberto Burle Marx na Cidade Universitária.[12] Burle Marx foi contratado pela UFRJ para o Projeto paisagístico dos edifícios IPPMG (Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, 1952) e FNA (Faculdade Nacional de Arquitetura, 1960), chegando mesmo a realizar estudos para outros setores, ainda que não tenha sido encontrado o respectivo contrato. Parte desses projetos foi implementada, mas a maior parte ficou inacabada e é totalmente desconhecida pela universidade e pela sociedade. A partir da documentação do NPD e da do Instituto Burle Marx, a pesquisa da profa. Lucia Costa vem revelando a diversidade e o apuro das propostas de Burle Marx para a construção da paisagem universitária, que poderá orientar futuras decisões projetuais. O cotejamento da documentação das duas instituições envolvidas vem ensejando uma permuta da documentação para a complementação das coleções. No entanto, como reunir a documentação relativa ao projeto paisagístico, uma vez que os itens documentais estão agrupados nas séries relativas à cada edificação?

A solução não será apenas arquivística, pois, para efeitos de tratamento arquivístico, a documentação do projeto paisagístico encontra-se dentro das respectivas séries, podendo-se constituir como um dossiê (projeto paisagístico) dentro de cada uma delas. Nesta encruzilhada, confrontam-se as definições arquivísticas com as da construção historiográfica e interpretativa, ou seja, da contribuição de Roberto Burle Marx para a Cidade Universitária. Logo, há que se encontrar soluções para que os esforços de pesquisa e estruturação do acervo não sejam perdidos. Já existe no acervo do NPD uma coleção Burle Marx. Nela constam apenas 4 guaches dos estudos para o Painel da escola do Pedregulho, de grande valor estético e patrimonial. Para efeitos de divulgação, disporemos de uma entrada no novo banco de dados, que vai além da organização arquivística do item documental, procurando disponibilizar todo o esforço de reunir essa documentação das duas instituições envolvidas para a construção da paisagem universitária. Nesse sentido, reside a dupla função do acervo dentro de uma universidade pública, cumprindo as missões do acervo, e do ensino e pesquisa.

12. Esses estudos vêm sendo coordenados pela profa. Lucia Costa (PROURB-UFRJ) e almejam como resultados uma exposição e uma publicação.

Referências Bibliográficas

BLANCO, Manuel (ed.). **Archivos de Arquitectura. Documents para el Debate**. Madri: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

MELLO JR., Donato. Um campus universitário para a cidade. (Do histórico campus da Praia Vermelha à ilha universitária da UFRJ: a busca de um corpo para alojar a alma da universidade-mater brasileira). **Arquitetura Revista FAU/UFRJ**, v. 2, 1º semestre, 1985.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Das ilhas à cidade. A universidade invisível – A construção da Cidade Universitária do Brasil (1935-1950)**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Departamento de História, 2005.

OPPETIT, Christian (org.). **Des archives de l'architecture aux archives de la ville**. **Table ronde tenue aux archives les 18 et 19 juin 1998**. Paris: Directions des Archives de France, 2000.

PORTAL NPD. Youtube. **Preservação, organização e divulgação do acervo do conjunto de ilhas da Cidade Universitária**. SIAC 2021, Pesquisadoras: Anna Santana (PIBIC-UFRJ) e Luiza Lemos (FAPERJ). Orientadores: Andrés Passaro, Jonas Delecave e Maria Cristina Cabral. https://www.youtube.com/watch?v=-xUUPXgWkWw, acesso em 15/02/2024.

RODRIGUES, Ana Célia; VIANA, Claudio Muniz. Documento de arquitetura: Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, Extra 1, 2023. p. 107-138.

SEGAWA, Hugo. Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936-1962. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, n. 7, 1999, p. 38-47.

Capítulo 10

As ações do CAU Brasil e os acervos de Arquitetura e Urbanismo

José Daniel Craidy Simões
Vanessa Gayego Bello Figueiredo

Durante o Seminário de Patrimônio de Ouro Preto (MG), promovido pelo CAU Brasil em 2022 e que teve como tema "Os caminhos para a valorização da arquitetura e urbanismo", foi publicada a Carta de Intenções de Ouro Preto (MG). Este documento manifesta a preocupação de especialistas do campo sobre a situação do patrimônio cultural brasileiro. Foi por meio da Carta de Ouro Preto que se encaminhou a criação da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR, iniciativa que levou à formação de um grupo de representantes dos CAUs estaduais voltados para a elaboração de ações sobre temas relacionados ao Patrimônio Cultural no Brasil, entre os quais os acervos de arquitetura e urbanismo.

Ao ratificar a Carta de Ouro Preto, o CAU Brasil pretendeu consolidar uma rede de defesa que promovesse debates e ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural do país. Estas intenções foram declaradas sob um contexto em que o país não contava com um ministério da cultura, extinto durante aquele período. A Carta de Ouro Preto declarou o reconhecimento dos arquitetos sobre a atribuição e o protagonismo dos órgãos e institutos específicos de gestão, manifestando a intenção de reforçar as ações deste campo junto à sociedade brasileira. No II Seminário Nacional de Patrimônio do CAU/BR realizado em São Luís do Maranhão,

onde ocorreu a 137ª Reunião Plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil no dia 15 de junho de 2023, foi formalmente criada a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR.

Por abordar diferentes temas contidos no campo do patrimônio cultural, a criação da Câmara Temática do CAU Brasil representou um avanço no cumprimento do art.2º da Lei 12.378/2010 que, ao regulamentar o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país, definiu como atribuição de profissionais de arquitetura e urbanismo o exercício de ações sobre o "patrimônio histórico cultural e artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico". Estas atribuições, inicialmente atendidas a partir da realização de trabalhos de restauração, reabilitação e reconstrução, acolhem também outras ações que levarão à preservação e valorização de edificações, conjuntos, cidades e paisagens.

A Câmara de Patrimônio estabeleceu como objetivo central a valorização e o desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico brasileiro relacionados ao exercício profissional do arquiteto e urbanista, além de "estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado". A busca deste objetivo constituiu-se como elemento norteador para a elaboração da estrutura organizacional da Câmara. Um desafio que teve como etapa inicial o reconhecimento sobre as possibilidades de colaboração do CAU Brasil com as políticas nacionais de patrimônio e a inserção, formação e valorização do arquiteto urbanista. A partir de um levantamento das ações voltadas ao patrimônio cultural já em curso nos CAU/UF dos estados, a Câmara Temática Nacional organizou e priorizou cinco eixos de atuação. Esta contextualização resultou na intenção de se realizar, de forma coordenada nacionalmente, uma série de programas e ações de promoção e valorização da profissão. A Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR também assumiu como meta fundamental a realização de ações voltadas para a salvaguarda dos bens patrimoniais dos povos originários e quilombolas, apoiando a inclusão, segurança, resiliência e sustentabilidade destes grupos nas cidades, em consonância com os objetivos definidos na Agenda 2030 da ONU para as cidades e assentamentos humanos.

As diretrizes definidas pela Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR envolvem desde ações sobre conjuntos urbanos, edificações e sítios até o reconhecimento e fruição de acervos de valor arquitetônico, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, visto que se trata de materiais que reúnem conhecimentos fundamentais à sociedade e que contribuem de forma importante para a concretização de todas as intenções manifestadas.

Para o cumprimento destas diretrizes foram estabelecidos acordos de cooperação entre o CAU/BR e órgãos administrativos do campo como o Arquivo Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) durante a segunda metade de 2023. Estes acordos visam capacitações técnicas, formação de profissionais e fomento, tanto no âmbito do CAU Brasil como no âmbito dos CAU/UF.

Por não dispor do status de uma Comissão do CAU Brasil, esta Câmara Temática, no âmbito da estrutura organizacional do CAU/BR, está ligada à CPUA – Comissão de Política Urbana e Ambiental e tem uma delimitação temporal previamente estabelecida, tendo sido inicialmente determinada para atuar até dezembro de 2023, prazo estendido até junho de 2024.

Eixos definidos para a atuação da Câmara Temática de Patrimônio Cultural do CAU/BR

A primeira reunião da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR foi realizada durante o III Encontro sobre Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural do CAU/SP, em 10 de agosto de 2023. O primeiro grupo de integrantes da Câmara foi composto por especialistas do patrimônio cultural de 16 estados de todas as regiões do país. Os trabalhos da Câmara iniciaram a partir dos 5 eixos de trabalho priorizados que geraram cinco subcomissões, envolvendo diferentes objetivos específicos do patrimônio cultural: 1. A Assistência Técnica ao Patrimônio Cultural; 2. Os Acervos de arquitetura e urbanismo; 3. A Formação Continuada (para arquitetos e urbanistas) que envolve a Residência em Patrimônio Cultural (especialização); 4. A Educação Patrimonial (para a sociedade); e 5. A Articulação

Política (entre o CAU Brasil e instituições públicas e privadas da área). Esta reunião da Câmara apontou para a necessidade de se elaborar uma metodologia que atendesse a composição de uma série de projetos nacionais que atendam as intenções manifestadas para a aplicação de ações sobre os temas definidos.

Ao longo das reuniões realizadas no segundo semestre de 2023, os grupos de trabalho desenvolveram propostas relacionadas à definição de objetivos e diretrizes específicas elaboradas a partir de experiências de projetos realizados no âmbito dos CAU estaduais, aproveitando a colaboração e expertise de todos os integrantes. Ademais, a Câmara entendeu imprescindível e oportuna a definição de recursos carimbados a serem destinados à implementação dos programas e ações do CAU na valorização do exercício profissional no campo do patrimônio cultural. Desta forma, o plenário do CAU/BR aprovou em 2023 uma recomendação para que sejam empregados o mínimo de 2% do orçamento, prioritariamente nestes cinco eixos temáticos, cujas diretrizes específicas foram detalhadas na Câmara Temática de Patrimônio e aprovadas pela CPUA – Comissão de Política Urbana e Ambiental CAU/BR (DELIBERAÇÃO Nº 030/2023).

Sobre a temática de acervos de arquitetura e urbanismo, buscou-se inicialmente reconhecer a experiência do CAU/SP sobre acervos, como o conjunto documental de Miguel Alves Pereira. Outra referência que contribuiu de forma importante para as iniciativas pretendidas partiu da experiência do CAU/RS relacionada à formação do seu Centro de Memória, estrutura que reúne acervos importantes relacionados à atividade de Arquitetura e Urbanismo no estado do Rio Grande do Sul.

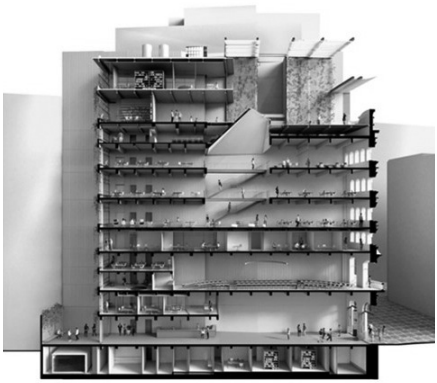
Os trabalhos resultaram em um plano de ação nacional para o CAU Brasil, que apontou para a necessidade de elaboração de centros de acervos de arquitetura e urbanismo em cada CAU dos estados brasileiros. Uma intenção que justificou a reivindicação sobre aplicação de recursos destinados ao atendimento das iniciativas relacionadas à formação destes centros. Os recursos necessários para esta elaboração deveriam ser reunidos a partir de um recorte específico no orçamento anual do CAU Brasil e também pelo orçamento dos CAU/UF.

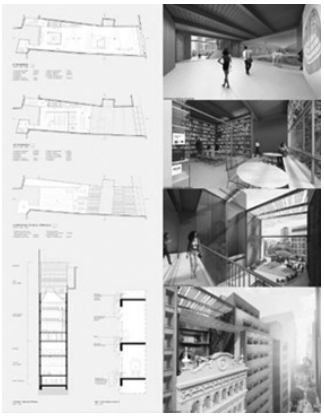
O Centro de Memória e Acervo do CAU/SP: um futuro necessário para um acervo crescente

A instituição da primeira Comissão Especial de Patrimônio Cultural do CAU no Brasil aconteceu em São Paulo em 2018. A partir desse novo espaço institucional, foram sendo estruturadas ações e programas diversos, como o PAT Cultural – Programa de Assistência Técnica ao Patrimônio Cultural e o programa de formação e capacitação, que resultou na elaboração de manuais técnicos de orientação às políticas municipais de patrimônio (Figueiredo, 2022) e ao projeto de restauro e conservação (Magaldi, 2023).

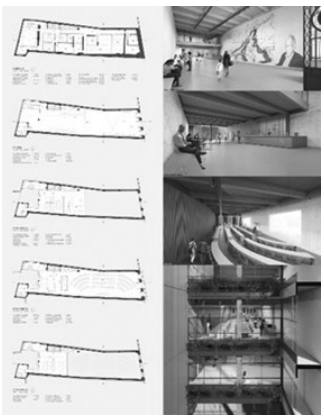
A partir da tarefa de zelar pela documentação e memória do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo e dispor de uma biblioteca, prevista no Regimento Interno do CAU/SP, implementou-se a Comissão Temporária do Centro de Memória e Acervo do CAU/SP em 2023, ligada também à Comissão de Comunicação. Os debates iniciais giraram em torno da preocupação de qual seria o papel do CAU nesta questão.

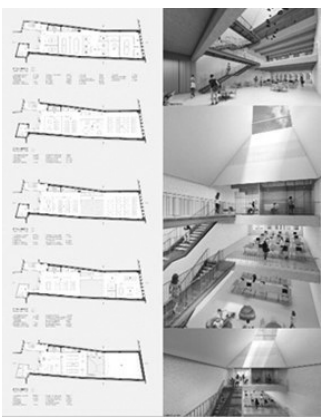
Foi se consolidando a compreensão de que essa ação deveria ir além da implementação e gestão de um banco de dados e imagens. Tornava-se necessário tratar adequadamente a documentação herdada do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA/SP) e do acervo do Arquiteto Miguel Pereira, um dos mais atuantes membros do Instituto de Arquitetos do Brasil, com cerca de 13 mil documentos acondicionados em uma sala no 6º andar do CAU/SP e 3 mil no CAU/BR. Somam-se a esse acervo o conjunto de publicações e projetos fomentados ou desenvolvidos pelo CAU/SP desde 2012. Além disso, o CAU São Paulo recebeu o acervo da ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, que integra o CEAU – Colegiado das Entidades de Arquitetura e Urbanismo ligado ao CAU, em função do fechamento de sua sede. Igualmente a FENEA – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil solicitou a guarda do seu acervo por não possuir local adequado. Logo, a necessidade de uma biblioteca de referência e um centro de documentação que pudesse receber, armazenar, catalogar, preservar adequadamente, dar acesso e difusão a todo esse acervo existente se tornava cada vez mais evidente e urgente.











Figuras 1 a 5. Imagens do projeto vencedor do concurso da sede CAU/SP (Hereñú + Ferroni Arquitetos Ltda.) que recebeu 29 propostas. Fonte: CAU/SP, 2023.

Por outro lado, o CAU adquiriu em 2019 sua nova e definitiva sede, um edifício de 7 pavimentos de Ramos de Azevedo, no coração do Centro Velho da capital paulista – o "triângulo Histórico Sé". Em 2023 foi finalizado o concurso de projeto e restauro para abrigar as diversas atividades do conselho, dentre elas, o espaço para a futura biblioteca, o centro de documentação e exposições, com 330m^2, mais 80 m^2 de reserva técnica (Figuras 1, 2, 3, 4 e 5).

Entre as normativas do universo da documentação e do arquivo que serão norteadoras dos trabalhos do CAU e seus futuros centros de acervo e memória merecem destaque a Lei federal 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos, e a Portaria CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos nº 140, de 2022, que instituiu a Câmara Técnica Consultiva, com a finalidade de elaborar diretrizes para o tratamento técnico de acervos relacionados à arquitetura e ao ambiente construído. Atender a estes dispositivos legais é, portanto, uma obrigação do CAU, que na condição de autarquia federal deve seguir as normas e recomendações federais para o tema. Implantar uma política de gestão de documentos é um dever dos órgãos da administração pública, servindo como instrumento de apoio à administração, à informação, à transparência, ao planejamento governamental, ao desenvolvimento científico e à preservação cultural.

Para tanto, a gestão documental lança mão de três instrumentos fundamentais denominados Planos de Classificação (PC), Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD) e Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). Estes instrumentos são importantes tanto para a gestão quanto para o ciclo de vida dos documentos. A gestão envolve um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, classificação, avaliação, tramitação, uso, arquivamento e reprodução. O ciclo de vida é a principal teoria da arquivologia e consiste na administração do armazenamento e conservação adequadas dos documentos. São consideradas três fases ou idades: corrente ou ativa (1ª idade), intermediária ou semiativa (2ª idade) e permanente ou inativa (3ª idade).

Com base nestas balizas, o futuro Centro Memória e Acervo do CAU/SP deverá se organizar em quatro principais ações:

> (i) o arquivamento, tratamento e a gestão documental da massa de documentos administrativos que são gerados pelo próprio CAU; (ii) a estruturação e manutenção de uma biblioteca conforme previsto no regimento interno; (iii) a consolidação do banco de imagens, dando tratamento e propondo difusão, para além de um catálogo de imagens, mas como um acervo iconográfico do CAU/SP; e (iv) o tratamento técnico de acervos relacionados à arquitetura e ao ambiente construído que por ventura venham a ser depositados no CAU/SP (CAU/SP, 2023).

Os serviços de gestão documental para organização, digitalização, transporte, catalogação, gerenciamento e custódia do acervo do CAU/SP foram realizados por empresa terceirizada, a ACESS GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA (Contrato n. 004/2020-CAU/SP). Apesar do CAU/SP seguir a Tabela de Temporalidade de Documento do Governo Federal, não há triagem (todos os documentos são encaminhados à empresa terceirizada) e os documentos históricos ou de guarda permanente não têm nenhum tratamento específico (CAU/SP, 2023). Em razão disto, foi criada em outubro de 2023 a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD (Portaria presidencial CAU/SP Nº 569), incumbida da definição de critérios de avaliação para o tratamento e triagem de documentos. O sistema SEI de gestão de documentos digitais, recém-implantado no CAU/SP, deverá auxiliar neste trabalho, incorporando o tratamento arquivístico do material produzido por meio de editais de patrocínio e fomento e campanhas (projetos, relatórios, audiovisuais, fotografias, publicações).

Também foi realizada uma longa pesquisa sobre os softwares utilizados atualmente por instituições com características semelhantes, identificando o Tainacan, o SAGUI, o AtoM, BaseArch (usado pela FUNARTE – Fundação Nacional de Artes e Museu do Índio), ReDiSAP (Repositório Digital de Documentos Arquivísticos Permanentes e Sistema Informatizado de Acervos Permanentes da Unicamp) e DSpace. O AtoM é utilizado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e mais 250 instituições nacionais e internacionais e visa prover a comunidade arquivística internacional de um software gratuito e de código-fonte aberto, para gerenciamento em conformidade às normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA). O DSpace, software

livre de código aberto mais utilizado no mundo para criação de repositórios acadêmicos, no Brasil é muito utilizado por órgãos governamentais para a criação de bibliotecas digitais.

Tendo em vista que o CAU dispõe de uma rede com 27 CAU/UF estaduais, a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR indicou o Tainacan, já implantado pelo CAU/RS, como o software de gerenciamento geral do futuro sistema CAU de acervos e documentação. Trata-se de uma ferramenta de curadoria digital, que se configura como software livre para WordPress, desenvolvida a partir do programa Acervo em Rede, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2016. Permite catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações e possui recursos customizáveis para criação de coleções, metadados, itens, filtros, taxonomias, entre outros. Algumas instituições utilizam esta plataforma, como o Acervo Online do Museu Paulista; Rede Humaniza SUS; Inventário Nacional de Referências Culturais; Polos culturais cobertos pelo Ibram.

Neste Centro deverão ser arquivados os produtos dos projetos fomentados pelo CAU/SP. Para isso, o CMA deverá orientar os formatos do material a ser entregue como resultado final para posterior acondicionamento e inserção padronizada no sistema digital de acervo, visando dar ampla publicidade e transparência. Já existe no CAU/SP uma linha de fomento específica para Difusão, Acervos e Publicações, além de outros editais para preservação do patrimônio cultural, educação urbanística, capacitação e ATHIS.

Vislumbra-se que o CAU/SP possa ampliar os recursos para editais de fomento voltados à organização, restauro, conservação, curadoria, modernização de acervos, catalogação, digitalização, recuperação de projetos arquitetônicos, preservação de documentos (textuais, gráficos, imagéticos, orais), produção de novos acervos fotográficos, desenvolvimento de repositórios digitais, criação de plataformas online para divulgação, registro de obras e autores e projetos audiovisuais e expositivos. Os novos fomentos devem garantir acesso, diversidade e equidade, contemplando as 11 sedes regionais do CAU no Estado de São Paulo (São Paulo – Capital, Bauru, Campinas, Mogi das Cruzes, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, ABC, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba). Portanto, a política de acervos de arquitetura e urbanismo que está sendo estruturada deve

organizar e difundir o acervo institucional já existente e contar com uma rede colaborativa regional agenciada pelo próprio CAU por meio desses editais de fomento.

Sobre a política de aquisição de acervos, entende-se que o CAU/SP deve considerar o recebimento prioritário de acervos em risco, desde que seja adequado ao espaço físico, ao sistema de gestão, ao orçamento e à equipe disponível. Na proposta desenhada pela Comissão Temporária, o Centro de Memória e Acervo (CMA) seria implantado com recursos correntes e de capital do CAU/SP e teria uma equipe prevendo 05 colaboradores: 01 supervisor; 01 assistente administrativo; 01 documentalista (técnico especializado em arquivística); e 02 estagiários.

Devido à ausência de uma política nacional para a preservação dos acervos de arquitetura e urbanismo, o CAU/SP tem buscado se unir a outras iniciativas e parceiros institucionais como o Arquivo Nacional, o IPHAN, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o CONDEPHAAT, os arquivos universitários e a Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, iniciada em 2018.

Por fim, a política de preservação da memória institucional permite registrar e entender as conquistas, os desafios e as lições no campo da Arquitetura e Urbanismo ao longo do tempo. Fortalece o diálogo com a universidade, a pesquisa, a formação e a sociedade, sendo uma forma de gerar conhecimento e consequentemente valorização profissional, impactando tanto a construção de releituras da história da profissão quanto o seu futuro.

O Centro de Documentação e Memória do CAU/RS: formação e ascensão

A memória reunida em documentos relacionados à elaboração de obras de arquitetura e urbanismo no Brasil remete às técnicas, expressões e soluções elaboradas em cada contexto histórico, sendo significativas aos interesses de qualquer geração. A articulação essencial para uma instituição voltada à disponibilização de acervos de arquitetura e urbanismo à sociedade apresenta uma narrativa intrínseca, a qual contempla a reflexão acerca das informações agregadas e da relevância desses acervos, bem como aborda os diversos obstáculos que permeiam os contextos sociais e políticos nacionais.

Situação consoante com a reflexão apresentada por Ricoeur (1994, p. 15) ao afirmar que "o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços de experiência temporal". A intenção de organizar e disponibilizar acervos no Brasil encontra uma correspondência nas dificuldades presentes em uma série de demandas sociais acumuladas ao longo de décadas.

Para as iniciativas que visam trabalhar sobre os acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil, é importante a existência de arranjos institucionais, sociais e educacionais que propiciem uma convergência entre interesses individuais e coletivos sobre estes documentos. Bellotto descreve que estes conjuntos não se restringem a uma utilização dada a partir de sua frequência ou tipo de utilização, visto que oferecem informações importantes para diversos campos além do histórico ou científico, sendo significativo também para setores políticos e administrativos.

> Um documento é histórico quando, passada a fase de ligação à razão pela qual foi criado, atinge a sua utilização pela pesquisa histórica. É útil para a administração e historiografia, no sentido mais crítico e científico, e não no de "deleite cultural". (Bellotto, 2004, p. 115).

Os acervos de arquitetura e urbanismo correspondem a referenciais estruturantes para o desenvolvimento de pesquisas, projetos, levantamentos, execuções e decisões sobre objetos de arquitetura e urbanismo. Apesar da importância reconhecida, as ações sobre estes documentos encontram obstáculos nos processos que envolvem a recepção, aquisição, organização, reconhecimento, conservação, exposição, disponibilização e guarda. As recentes saídas de importantes acervos brasileiros podem ser apontadas como um dos efeitos decorrentes destas dificuldades.

Entre a identificação, a aplicação de metodologias para a organização, as necessidades para a conservação e a possibilidade de guarda adequada de acervos, estão reunidas situações que se revelam constantemente como condições determinantes para o acesso daquilo que lhes tornam importantes: o conhecimento agregado a eles. O acesso aos acervos de arquitetura e urbanismo do Brasil ainda

encontra obstáculos de difícil superação para a sua necessária utilização e fruição.

A partir da vigência da lei, o CAU determinou o recebimento de uma herança documental relacionada à atividade de arquitetura e urbanismo proveniente de décadas de prontuários, dados profissionais, registros e acervo de ART(s) emitidas no âmbito Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA. Muitos destes acervos correspondem à atuação de profissionais responsáveis por obras icônicas ainda presentes em muitas cidades brasileiras. Com este ato, o CAU/BR assumiu não apenas uma responsabilidade sobre um conjunto de acervos relacionados à classe de arquitetos e urbanistas mas, também, sobre a responsabilidade de enfrentar o desafio de elaborar um sistema de gestão sobre eles.

Assim, em meados de 2015, foram repassados pelo CREA/RS ao CAU/RS duas mil e duzentas caixas de arquivos, onde estavam reunidos um número expressivo de documentos de arquitetos e urbanistas que atuaram dentro do sistema do CREA, ao longo de quase 80 anos. Diante da urgência de atendimento sobre esta demanda, em dezembro do mesmo ano, os conselheiros do CAU/RS deliberaram pela criação de um Memorial de Acervos no CAU/RS.

As atividades do Memorial do CAU/RS tiveram início com os trabalhos de reconhecimento de acervos técnicos correspondentes ao período de 1890 e 1950, que inclui o período político marcado pelo positivismo no Rio Grande do Sul, durante a primeira república brasileira, além de acervos referentes a duas décadas de um profundo processo de urbanização ocorridos nas cidades do estado. Este conjunto refere-se a processos de comprovação de aptidão profissional exigida para atuar como arquiteto nas cidades durante o período, como também a documentos associados a atividades de engenheiros e construtores, ampliando significativamente o intervalo temporal dos documentos reunidos nos acervos, uma vez que são anteriores à própria existência do CREA, criado em 1946.

O Memorial do CAU/RS corresponde ao embrião do que veio a ser tornar o atual Centro de Memória do CAU/RS. Durante esta transformação, foram estruturados espaços que permitissem o desenvolvimento de trabalhos sobre os acervos recebidos, algo que se desenvolveu gradualmente até o ano de 2019, quando foi firmado

um termo de cooperação entre o CAU/RS e a Comissão de Graduação de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O convênio com a UFRGS foi um diferencial no andamento e na qualidade dos trabalhos, orientando todas as etapas realizadas sobre os acervos e configurando um resultado de excelência.

Em novembro de 2021, foi aprovado em outra deliberação plenária do CAU/RS um Regimento Interno para o Centro de Memória. Este regimento estabeleceu "as diretrizes para tomadas de decisão sobre a aquisição e o descarte dos acervos bibliográfico, arquivístico e museológico, de acordo com a missão da instituição". O regimento do Centro de Memória do CAU/RS instituiu uma estrutura administrativa para o Centro de Memória gerida por uma comissão de acervos e um Conselho Consultivo, além de uma diretoria. A partir desta formação, iniciaram-se os trabalhos que definiram as políticas de aquisição e descarte de acervos. Esta estrutura resultou na adesão do Memorial do CAU/RS à Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo.

Em 16 de novembro de 2022 o CAU/RS inaugurou o seu Centro de Memória em um setor da sede administrativa do CAU/RS. Nele foram inicialmente reunidos arquivos, uma biblioteca e espaços adequados para a gestão dos acervos, envolvendo desde o processo inicial de reconhecimento e triagem até a digitalização e guarda de documentos em ambientes aptos a esta função. Hoje o Centro de Memória está organizado a partir de três temas: o museológico, que corresponde à documentação com maior importância reunida para a comunicação do Centro de Memória, onde estão documentos referentes a projetos de obras e profissionais importantes que atuaram no estado do Rio Grande Sul; o arquivístico, relacionado à atuação de toda a categoria de profissionais, com acervos importantes para as atividades de pesquisa e ensino e documentação administrativa; e o bibliográfica, com obras, publicações e títulos disponibilizados para a consulta dentro dos espaços da instituição.

A decisão sobre a classificação referente às três modalidades de acervos do CAU/RS foi definida a partir das estratégias estabelecidas por especialidades do campo da biblioteconomia. O Centro de Memória do CAU/RS se define como um "local de acervo,

pesquisa e promoção da Arquitetura e Urbanismo, de caráter histórico, científico, artístico e cultural, construído por acervos museológico, arquivístico e bibliográfico".

Após a conclusão dos levantamentos referentes aos documentos[1] da coleção recebida do CREA/RS, iniciaram-se os trabalhos sobre os acervos da Coleção de Armando Boni, a Coleção de Clóvis Ilgenfritz e a Coleção do Centro Estadual de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS).

- **Coleção do arquiteto Armando Boni –** O arquiteto, engenheiro e professor de origem italiana Armando Boni naturalizou-se brasileiro durante a década de 1910. Autor de projetos arquitetônicos como residências e edifícios na cidade de Porto Alegre e projetos em outras cidades do estado do Rio Grande do Sul, este profissional atuou em diversos campos da construção, tendo elaborado projetos e cálculos estruturais de barragens, estradas, hidrelétricas e grandes reservatórios de tratamento de água. Armando Boni assinou os projetos da Livraria do Globo, do Cemitério da Irmandade de São Miguel e Almas e da Antiga Concha Acústica Araújo Vianna, demolida para dar lugar à Assembleia Legislativa do Estado do RS.
- **Coleção do arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva –** Arquiteto formado pela Faculdade de arquitetura da UFRGS e autor da Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro em 2008, Clóvis Ilgenfritz se destacou pelo enfrentamento de questões sociais históricas no Brasil, como a busca da população brasileira pelo acesso à habitação e o reconhecimento da importância de se pensar a arquitetura e o urbanismo no cenário social e político brasileiro. O acervo de Clóvis Ilgenfritz da Silva reúne diversos projetos relacionados à administração pública e cooperativas.

1. Documentos relativos a profissionais da arquitetura produzidos pelo CREA/RS a partir de 1933, disponíveis em https://acervocm.caurs.gov.br/acervo-arquitetura-e-urbanismo

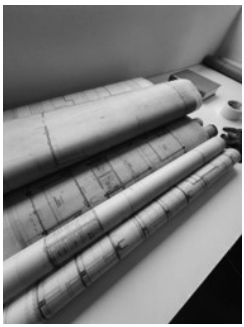
- **Coleção da CEASA/RS –** Outro acervo que documenta um projeto nacional de estruturação dos sistemas de abastecimento estaduais na década de 1960, o conjunto documental da CEASA/RS concentra informações sobre a distribuição de produtos do e para o estado do Rio Grande do Sul, que se desenvolve em pavilhões cujas coberturas correspondem a abóbadas de alvenaria armada leves e curvas, assinadas por Eladio Dieste e distribuídas nos 45 metros dos vãos livres dos pavilhões do conjunto. Uma tecnologia construtiva importante desenvolvida em países da América do Sul, mas que atualmente é pouco empregada.

As coleções recebidas pelo Centro de Memória do CAU/RS têm início como um processo administrativo desencadeado a partir do recebimento de proposta de doação ou comodato ajustadas entre o CAU/RS e o doador ou comodante, passando por uma avaliação institucional que analisa a viabilidade da aquisição do acervo, o estado de conservação, o desenvolvimento de documentação relativa à doação, passando pelos processos de higienização, digitalização, catalogação, acondicionamento, revisão de dados, até chegar a disponibilização em plataforma digital por meio do *software* Tainacan[2]. Ainda no primeiro semestre de 2024 será disponibilizado um conjunto de 750 novos itens no repositório do centro de memória.

O Centro de Memória do CAU/RS é reconhecido pela atual gestão como um setor estratégico para o desenvolvimento do conhecimento da arquitetura e urbanismo do estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com a transição entre duas gestões do CAU/RS (2020-2023 e 2024-2027), em janeiro de 2024, o Centro de Memória foi recentemente equipado com novos scanners dedicados e de grande formato, mesas de higienização, mapotecas e equipamentos destinados ao acondicionamento específico para conservação de documentos. O desenvolvimento dos trabalhos é realizado por uma

2. Tainacan é a uma plataforma de repositório digital de código aberto. Oferece ferramentas de gerenciamento sobre coleções digitais, com todas as ferramentas de uma plataforma de repositório de acervos. O Tainacan foi desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás.

Figuras 6 a 8. Imagens da estrutura do Centro de Memória do CAU/RS. Fonte: CAU/RS, 2024.


equipe ainda pequena de profissionais de museologia e estagiários, considerando a demanda reunida. A partir de 2024 o Centro de Memória passou a contar com uma estrutura administrativa composta por um Conselho Consultivo, Núcleo de Apoio Técnico, Conselho Diretor e diretoria.

O Centro de Memória do CAU/RS reúne ainda documentos referentes a atividades de profissionais como Theo Wiederspahn, João Monteiro Netto, João Gerardo Soeiro, Luiz Bertola, Ticiano Bettanin e Silvio Toigo. No âmbito dos projetos, estão musealizados os desenhos técnicos da Casa de Cultura Mario Quintana de Porto Alegre (originalmente Hotel Majestic), do Edifício Ely e do prédio da Livraria do Globo, localizado na rua da Praia de Porto Alegre, bem como exemplares da arquitetura protomoderna e moderna da cidade de Porto Alegre e de outras cidades do Rio Grande do Sul.

A gestão do CAU/RS iniciada em 2024 reestruturou um novo organograma administrativo de todo o conselho, desvinculando o controle do Centro e Memória da secretaria geral do CAU/RS, que passou a ser monitorado pelos conselhos consultivos e diretivos do centro junto à presidência da autarquia estadual. A partir deste reposicionamento dentro da estrutura do CAU/RS pretende-se ampliar o número de colaboradores e estagiários do Centro de Me-

mória, fortalecendo sua estrutura e viabilizando um crescimento de sua escala de atuação.

A documentação do Centro de Memória tem sido utilizada como suporte de informações para a elaboração e divulgação de diversos eventos do CAU/RS. O Centro de Acervos oferece um suporte documental para a promoção de debates sobre obras de diversas cidades, fornecendo desde materiais orientativos para a realização de caminhadas em percursos que reúnem bens do patrimônio cultural edificado no estado, como também uma fonte de documentos utilizados na divulgação da política institucional do CAU/RS.

A estratégia de atuação da câmera Temática Nacional de Patrimônio Cultural do CAU/BR sobre os acervos de arquitetura e urbanismo

Durante a segunda metade de 2023 a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR iniciou um ciclo mensal de reuniões em que os diferentes grupos de trabalho desenvolveram diretrizes e objetivos que orientaram a atuação da instituição no campo do patrimônio cultural. Estes grupos de trabalho se dividiram sobre os temas de assistência técnica em patrimônio cultural, acervos e centros de documentação e memória; formação continuada para os arquitetos, educação patrimonial para a sociedade e articulação política.

A Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR definiu como objetivos a serem atingidos nos trabalhos sobre os acervos:

1. Contribuir para preservar a história da produção da arquitetura e urbanismo no Brasil;
2. Promover a elaboração de acervos de arquitetura e urbanismo nos CAU/UF;
3. Sistematizar a interligação dos acervos dos CAU/UF de forma coordenada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);
4. Contribuir para a criação de uma política nacional de salvaguarda da memória da arquitetura e do urbanismo brasileiros presente nos acervos de campo.

Os objetivos e diretrizes desenvolvidos indicaram parâmetros para a constituição de centrais de acervos nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo das unidades federativas (CAU/UF). Para a execução desta intenção, reconheceu-se algumas necessidades que deveriam ser atendidas para uma organização administrativa e física desses espaços.

O ambiente idealizado como um padrão desejado a cada um dos Centros de Acervos de Arquitetura e Urbanismo dos estados deve permitir uma estruturação de ambientes que atendam as atividades de: recepção e triagem de acervos, higienização técnica, recuperação, restauração de documentos, digitalização, guarda, disponibilização à pesquisa e exposições. Cada centro de memória deve contar também com equipes qualificadas para cada uma das etapas a serem desenvolvidas. A formação dos centros de acervos de cada CAU/UF deverá ser composta por equipes técnicas capacitadas em arquivologia, museologia, história, restauração de documentos e arquitetura.

A partir de um impulsionamento do CAU/BR sobre cada CAU/UF oportunizou-se a formação de um sistema de gestão único, no qual todos os centros funcionarão de forma interligada, a partir da utilização do software livre Tainacan, ferramenta capaz de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações de forma adaptável às necessidades de cada CAU/UF. O Tainacan oferece um sistema de comunicação da produção cultural utilizada pelas redes da Internet, auxiliando de forma importante na gestão e compartilhamento de acervos localizados em diferentes locais. Além de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações, o Tainacan permite a personalização de coleções e oferece uma série de recursos customizáveis, como a criação de coleções, metadados, itens, filtros e outros.

Como diretrizes administrativas para a gestão dos futuros espaços de acervos, indicou-se a necessidade de integração entre o CAU/BR, a Rede Nacional de Acervos, o Sistema Nacional de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, a Rede Latino-americana de Acervos de Arquitetura (RELARQ), a implementação de políticas de cooperação técnica entre o CAU/BR e o Arquivo Nacional, o desenvolvimento de normativas relacionadas à gestão de acervos, além de

parceria entre a Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural do CAU/BR, a COA – Comissão de Organização e Administração do CAU/BR e os CAU/UF.

Reconhece-se sobre os acervos de Arquitetura e Urbanismo de cada CAU/UF uma oportunidade de geração de suportes técnicos e administrativos de um conjunto de materiais que podem fomentar o desenvolvimento dos outros quatro temas trabalhados pelos grupos da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural do CAU/BR, bem como iniciativas de sensibilização, pesquisa, valorização e difusão do conhecimento sobre a arquitetura e urbanismo brasileiros.

Entende-se que há um percurso a ser cumprido entre um centro de acervos e memória ideal e aquele possível de ser realizado em um curto espaço de tempo nos CAUs dos estados. Perante os desafios para se atingir as condições ideais para a desejada fruição e guarda de acervos de arquitetura e urbanismo, tem-se como condição básica a composição de equipes interdisciplinares e a aquisição de equipamentos que permitam um reconhecimento preliminar que leve a digitalização e consequente integração a um repositório digital acessível. A oferta de acervos em formato digital, além de garantir um atendimento a todas as necessidades destes conjuntos, permite um acesso às informações reunidas sobre eles, alterando a condição de acervos acumulados para acervos acessíveis.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL, **lei nº 12.378**, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. DOU. Brasília, 2010. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm, acessado em 09/03/2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, CAU/BR. **Carta de Ouro Preto**. CAU/BR, 2022. Disponível em: https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Carta-de-Ouro-Preto.pdf. Acessado em 09/03/2024.

COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (CPC-CAU/SP). **Relatório de Gestão** - Deliberação no. 067/2023-CPC-CAU/SP. CPC-CAU/SP, 2023. Disponível em: https://transparencia.causp.gov.br/deliberacoes-da-comissao-de-patrimonio-cultural-do-cau-sp-cpc-cau-sp/ . Acessado em 09/03/2024.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA (CPUA – CAU/BR). **DELIBERAÇÃO Nº 030/2023.** Disponível em: https://transparencia.caubr.gov.br/wp-content/uploads/deliberacaocpua0302023.pdf

COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CENTRO DE MEMÓRIA E ACERVO DO CAU/SP (CTCMA-CAU/SP) - **Relatório Conclusivo das Atividades.** CAU/SP, 2023. Disponível em: https://transparencia.causp.gov.br/relatorio-comissoes-cau-sp-2021-2023/

FIGUEIREDO, V.G.B.; PERETO, F.; SHENKMAN, R.; BARROS, M. **Manual de orientações às políticas municipais de patrimônio cultural:** comissão de patrimônio cultural: CPC-CAU/SP. São Paulo: CAU/SP, 2022. v. 1. Disponível em: https://causp.gov.br/publicacoes/

MAGALDI, C.; GASPAR, T. AMORIN, L. **Manual de orientação profissional:** o arquiteto e urbanista e o patrimônio cultural: comissão de patrimônio cultural: CPC-CAU/SP. São Paulo: CAU/SP, 2023. v. 1. Disponível em: https://causp.gov.br/publicacoes/

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BRASIL). **A Agenda 2030**. ONU BRASIL, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acessado em 09/03/2024.

RICOEUR, Paul. **O Tempo e a Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

Capítulo 11

A exposição *Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes* – difusão cultural e educativa de acervos de Urbanismo

Carolina Pescatori
Virginia Manfrinato

Introdução

O campo da história da cidade e do urbanismo não é um campo isolado. Mesmo que por ele circulem majoritariamente pesquisadores arquitetos e urbanistas, ele é construído por saberes diversos e complementares de historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas, conformando um espaço de pensamento crítico tão múltiplo quanto desafiador. Este campo é devedor dos métodos, práticas, processos, teorias e dinâmicas do próprio campo da História, no qual a narrativa é construída a partir das fontes históricas e, por conseguinte, do campo da Arquivologia. Assim, este trabalho parte da interdisciplinaridade inerente e incontornável do fazer histórico, da cidade enquanto objeto de pesquisa e produção de pensamento crítico e dos arquivos enquanto um importante espaço sociocultural de salvaguarda da memória coletiva, cujo acervo precisa ser publicamente difundido para que a sociedade reconheça seu valor coletivo.

O trabalho parte da doação do acervo pessoal de Abelardo Coimbra Bueno à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB) em 2020. Abelardo e seu irmão Jerônimo Coimbra Bueno, ambos engenheiros formados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro no começo do século XX, constituíram, na década de 1930, a empresa urbanizadora Coimbra e Bueno Cia. Ltda. Esta

empresa tem enorme relevância para a história da cidade e do urbanismo do Brasil Central, pois foi responsável pela construção de Goiânia, a nova capital do estado de Goiás, em 1933; participou ativamente do movimento mudancista que apoiou a transferência da capital nacional do Rio de Janeiro para Brasília; e atuou em diversos planos e projetos urbanísticos em mais de 20 cidades brasileiras, contratando urbanistas importantes do século XX.

Depois da doação do acervo, deu-se um longo processo de pesquisa e incursões nas práticas arquivísticas visando a organização, descrição, acesso e difusão do valioso e diversificado material documental deste acervo, processo ainda não finalizado. Este exigiu, ainda, a organização institucional de um laboratório voltado à preservação de acervos ligados tanto à história da FAU-UnB, quanto de interesse de pesquisa em história da arquitetura, da cidade e do urbanismo, como é o caso do Acervo Coimbra Bueno (ACB). Posteriormente, como parte das estratégias de reconhecimento institucional e coletivo da importância de tal laboratório e das práticas que a manutenção de arquivos enseja, vislumbrou-se a realização de atividades voltadas à difusão cultural e educativa de documentos do arquivo, incluindo um seminário sobre o tema e uma exposição.

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar o processo de organização da exposição *Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes*, realizada de abril a junho de 2024, na FAU-UnB, em parceria com a FAU-USP, como parte do *II Seminário Topos - Acervos e Arquivos de Urbanismo: Saberes, Manejos e Feitos.* Como objetivos secundários, pretendemos discutir a importância da difusão cultural e educativa em arquivos; debater questões institucionais ligadas à manutenção de acervos para pesquisa dentro de universidades, bem como as estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica sobre a relevância histórica, científica e social desses arquivos; apresentar a história da empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. (CB), seus campos de atuação e suas práticas urbanísticas e culturais; e apresentar o processo de organização, curadoria e expografia da exposição.

Difusão cultural e educativa de arquivos: teoria e práticas para informar as ações no ACB

A difusão cultural e educativa em arquivos busca promover a utilização dos documentos enquanto também opera para ampliar o reconhecimento social do valor cultural e histórico dos arquivos (Lopes & Silva, 2020). Assim, a difusão é uma ação fundamental para a sobrevivência dos mesmos, pois é somente a partir do reconhecimento do valor cultural e educativo dos acervos pela sociedade que ela apoiará sua permanência e os investimentos necessários para isso (Bellotto, 2004; Ferreira, 2023; Freire, 2009; Lopes & Silva, 2020). Segundo Heloísa Bellotto (2006, p. 227), os arquivos públicos precisam desenvolver atividades editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa para prover a sua "projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural". Para Lopes e Silva (2020, p. 75), "a difusão dos arquivos representa uma estratégia vital para a sua projeção ante a sociedade, a partir do desenvolvimento de atividades que encurtem o distanciamento entre as instituições arquivísticas e seu público em geral".

Apesar da relevância das ações de difusão, foi apenas no século XX que atividades sistemáticas de divulgação e extensão em arquivos tornaram-se mais frequentes e popularizadas, pois foi nesse período que "desenvolveu-se a percepção do arquivo público como órgão responsável não apenas pela gestão informacional da administração pública, mas também como espaço cultural" (Santos & Borges, 2014, p. 311-312). Essa noção do arquivo como espaço de cultura com compromissos sociais e educativos é fundamental para este trabalho.

Além disso, a difusão também é importante para aumentar a visibilidade e a visitação dos arquivos, para a integração do arquivo à sociedade, para a diversificação das práticas pedagógicas em História, para a ampliação dos usos dos acervos e seus documentos pela sociedade, colaborando para revisões históricas ou mesmo para a maior precisão de informações repassadas pela mídia (Bellotto, 2006). A autora afirma, ainda, que a repercussão das exposições na imprensa escrita e falada tem grande potencial de atrair novos usuários, mas também permite que o arquivo seja reconhecido pela comunidade em geral, independentemente da quantidade de pessoas

que realmente visitem a exposição (Bellotto, 2006). Assim, o fato de a notícia da existência do arquivo e das suas ações circular na mídia reforça a importância dos acervos para a comunidade ampliada, somando-se às outras potencialidades de exposições enquanto ações de difusão cultural e educativa em arquivos.

No entanto, o arquivo objeto deste trabalho tem uma particularidade: está sob guarda de uma Universidade, uma instituição que, em princípio, não tem como missão principal a salvaguarda de documentos e a manutenção de arquivos, mas que pode desenvolver diversas atividades de pesquisa, difusão cultural e ações de extensão e pesquisa a partir de arquivos (Bellotto, 2017). A Universidade pode ser um agente importante para a memória cultural coletiva, com a conservação de documentos relacionados à história da própria universidade e de sua comunidade científica, bem como apoiar a constituição de arquivos culturais de origem privada que sejam de interesse para a história da região, como é o caso do Acervo Coimbra Bueno.

O acervo da Coimbra Bueno e Cia. Ltda.

Os irmãos engenheiros Jeronymo Coimbra Bueno (1909-1996) e Abelardo Coimbra Bueno (1911-2003) formaram a incorporadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. logo após a diplomação de ambos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1933. Sobrinhos do interventor Pedro Ludovico Teixeira – responsável pela mudança da capital de Goiás –, foram por ele designados em 1934 para a direção-geral das obras de construção da nova capital do estado de Goiás, Goiânia, cidade planejada por Attilio Corrêa Lima e, posteriormente, por Armando Augusto de Godoy, segundo os princípios urbanísticos da cidade-jardim. Mais empreiteiros que projetistas, foram responsáveis, inicialmente, pela construção de várias edificações importantes da cidade, como a sede dos Correios, o Palácio do Estado, o Grande Hotel, a Secretaria-Geral e mais dez casas funcionais. No mesmo ano, o projeto da nova capital passou para os cuidados da Coimbra Bueno, com os irmãos encarregados tanto da construção do núcleo urbano original como também de novos bairros externos a ele. Descontente com os propósitos especulativos e por divergências pessoais, o autor do projeto urbanístico Attilio

Corrêa Lima retirou-se do processo em 1935, abrindo espaço para o engenheiro Armando Augusto de Godoy – indicação direta de Jerônimo Coimbra Bueno – para revisão e continuidade do projeto.

A construção de Goiânia foi a maior realização dos irmãos e, sem dúvida, posicionou a Coimbra Bueno como uma das mais importantes empresas urbanizadoras do Brasil do período. No entanto, segundo poucas informações disponibilizadas pela literatura especializada, sabe-se que a atuação desta incorporadora foi mais ampla e diversificada, incluindo a execução de planos e projetos para outras cidades nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Bahia e Mato Grosso, identificando oportunidades, adquirindo terrenos e viabilizando projetos de expansão urbana por novos loteamentos e de novas cidades, em direta associação com políticas de Estado.

O material do acervo reafirma a abrangência nacional da empresa, enquanto abre espaços para novas pesquisas. Durante a organização preliminar, encontramos documentos sobre o desenvolvimento de projetos e planos pela Coimbra Bueno em vários estados brasileiros, com destaque para Goiás, Rio de Janeiro e Mato Grosso, com a participação de profissionais de destaque à época.

Além da construção de Goiânia e do planejamento e execução de outros planos urbanos, a Coimbra Bueno também desenvolveu grandes ações de incentivo à transferência da capital federal para o interior do país nas décadas de 1940 e 1950 (Manso, 2001). Para consolidar suas ações mudancistas, criaram a "Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil" em 1939, por meio da qual desenvolveram diversas atividades políticas e de propaganda em prol da transferência.

Apesar de todas essas informações sobre a Coimbra Bueno, a historiografia do urbanismo no Brasil ainda carece de pesquisas com maiores aprofundamentos e detalhamento sobre a atuação da empresa e seus desdobramentos, o que apenas o acesso a fontes documentais mais robustas pode permitir.

O Acervo Coimbra Bueno: recepção e processo de organização

O acervo da empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. contém diversos tipos de documentos, incluindo mapas, plantas,

fotografias, levantamentos aerofotogramétricos de áreas de projeto, planos urbanísticos, atas, correspondências, relatórios, transcrições de palestras, processos judiciais, livros, apostilas, jornais, fichas de funcionários, registros de patentes, entre outros. Desde sua chegada, o arquivo vem sendo organizado com apoio de uma grande equipe com alunos de graduação e pós-graduação, além da colaboração da bibliotecária residente na FAU, apoio dos técnicos arquivistas do Arquivo Central – UnB e da Faculdade de Ciências da Informação – UnB.

Depois de um longo e cuidadoso processo de organização preliminar, com a indexação de documentos, o acervo foi organizado em grandes temas que correspondem aos principais campos de atuação da Empresa Coimbra Bueno: escritório, pessoal, Goiânia, cidades no Brasil, Fundação Coimbra Bueno, fazendas, projetos de habitação social, Prainha e AgroBrasil Industrial (incorporadoras do ramo agroindustrial). O material já foi completamente acondicionado em novas caixas-arquivo, mapotecas e estantes adequadas, dispostas em sala localizada nas dependências do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nacional de Brasília (PPG-FAU/UnB).

A organização do acervo foi acompanhada do desenvolvimento de pesquisas preliminares sobre seu conteúdo, incluindo mestrados e pesquisas de iniciação científica. Se, por um lado, aprofundamos as relações com o campo da arquivologia, procurando compreender as demandas e premissas da organização de um arquivo particular, por outro, a equipe não isolou esse processo da problematização de seu conteúdo. Esta estratégia/metodologia dupla e simultânea – organizar e pesquisar – foi fundamental para o desenvolvimento do arranjo do arquivo por grandes temas, conforme já explicitado. Essa prática difere daquela mais frequente, que é a classificação dos documentos por tipo e por suporte (ex.: correspondência, documento, projeto; papel, papel fotográfico), mas está funcionando bem para a organização do ACB, além de facilitar as pesquisas em andamento.

Não por acaso, alguns dos grandes temas definidos para o arranjo do ACB guiaram a organização da exposição que, por sua vez, acelerou imensamente as interpretações sobre a atuação da Coimbra Bueno, pois demandou sínteses e buscas por documentos específicos

para viabilizar a construção da narrativa expográfica e acadêmica da exposição. Essa aceleração foi bastante benéfica para o processo de organização do arquivo, consolidando o arranjo e sua usabilidade, mas também para as pesquisas iniciais, permitindo a organização cronológica dos eventos importantes da trajetória profissional dos Coimbra Bueno (sejam eles projetos, planos, documentos ou outros) como uma estratégia metodológica básica para estruturar leituras mais amplas e aprofundadas no futuro.

A exposição *Acervos de Urbanismo*

A exposição *Acervos de Urbanismo* teve como objetivo principal divulgar um panorama do Acervo Coimbra Bueno e do Acervo Joaquim Guedes para a comunidade especializada e para o público em geral, funcionando como uma ação de extensão universitária. Além disso, a exposição pretendeu mostrar o processo de organização do acervo e o longo trabalho da equipe de pesquisadores; ser um veículo de conscientização não apenas sobre a importância dos arquivos históricos de Urbanismo, mas também da necessidade de financiamento e apoio institucional para a recepção, organização e manutenção de acervos na FAU e na UnB; oferecer acesso a material de grande valor histórico e cultural; e estimular a curiosidade sobre a pesquisa em história da cidade e do urbanismo em fontes primárias salvaguardadas em arquivos históricos.

A partir dessas definições dos objetivos da exposição, entendemos que se tratava, prioritariamente, de uma exposição temática, voltada para a difusão dos documentos do ACB. No entanto, ela também deveria cumprir uma função secundária de exposição funcional, mostrando os enormes esforços de pesquisa e organização de arquivos empreendidos pelo Lupa - Laboratório de Pesquisa em Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB) e assim contribuindo para que a comunidade interna e externa da FAU conheça e valorize o laboratório e seus arquivos.

A exposição foi pensada a partir de algumas premissas fundamentais. Primeiro, os documentos foram exibidos priorizando dados contextuais e a relação temporal de cada documento com a trajetória da empresa Coimbra Bueno, incluindo interpretações sintéticas

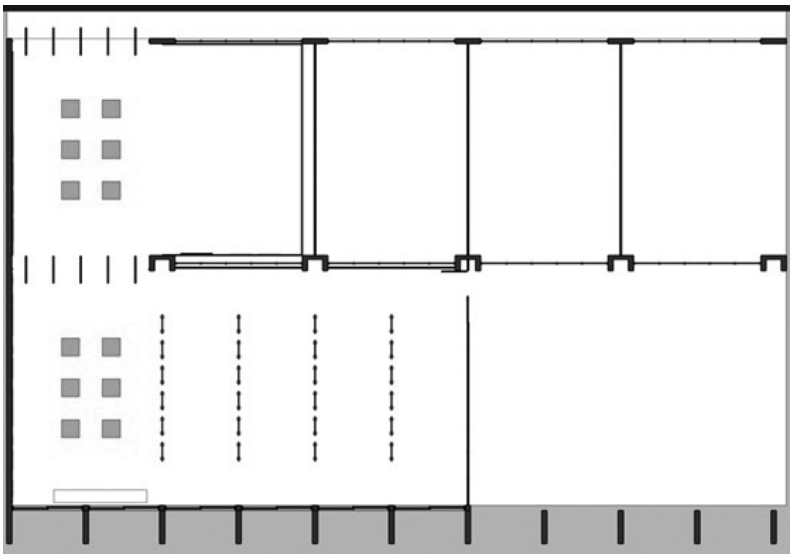


Figura 1. Planta baixa da Galeria Christina Jucá – acessos. Sem escala. Fonte: Gustavo Santos, 2024.



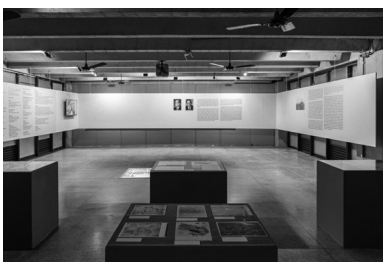
2



3



4



5

Figura 2. Acesso principal da Galeria pelo ICC Norte. Fonte: foto por Joana França, 2024.
Figura 3. Acesso alternativo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Fonte: foto por Joana França, 2024.
Figura 4. Painel de textos à direita da entrada (a). Fonte: foto por Joana França, 2024.
Figura 5. Painéis de textos b, c, d. Fonte: foto por Joana França, 2024.

conforme necessário, abrindo espaço para as interpretações dos visitantes (Allyn *et al*, 1987; Gordon, 1994). Em segundo lugar, devido aos poucos recursos disponíveis, a exposição priorizou dispositivos e suportes expositivos de baixo custo, aproveitando o mobiliário existente na FAU-UnB e na Galeria Christina Jucá. Terceiro, a curadoria priorizou documentos iconográficos, que são mais atrativos para o público-alvo. Por fim, a exposição considerou, dentro do possível, a possibilidade de itinerância, com materiais, painéis e elementos expositivos que possam ser reutilizados e facilmente transportados.

Espaço físico: a Galeria profa. Christina Jucá no Instituto Central de Ciências (ICC) e elementos expositivos

A exposição foi realizada na Galeria Christina Jucá, dentro da FAU-UnB. A galeria é composta por duas salas e tem localização privilegiada, na entrada da faculdade, muito próxima à entrada do Instituto Central de Ciências (ICC), edifício icônico da UnB, projetado por Oscar Niemeyer com colaboração de Lelé, e frequentado por milhares de pessoas todos os dias. A galeria é bastante visível e acessível, o que contribui substancialmente para sua atratividade. O espaço que recebeu a exposição é o que chamamos "arquitetura residente", onde a "arquitetura visitante", ou expografia, vai se abrigar (Manfrinato, 2022, p. 33).

A galeria conta com dois acessos distintos, sendo o de maior fluxo de visitantes pela entrada do ICC, para onde se abre a sala 1. Da sala 1 acessa-se a sala 2, que é conectada à parte interna da FAU-UnB (Figura 1). O acesso pela Faculdade não prejudicou o fluxo expositivo, sendo uma opção para fruição alternativa dos espaços. Via ICC e sala 1, ao adentrar o espaço o visitante contava com painéis fixos, permanentemente instalados como parte da arquitetura residente. Os painéis receberam diferentes tons de cinza setorizando discretamente os temas tratados em cada um. O primeiro bloco de textos estava instalado logo na entrada, à direita, com título e textos curatoriais (a). Os demais painéis fixos apresentavam a ficha técnica e o histórico do trabalho de curadoria e preservação do acervo em questão (b); biografia dos irmãos Bueno (c); e biografia de Joaquim Guedes (d) (Figuras 2, 3, 4 e 5).



Figura 6. Suportes para vídeo: TV e painel sobre o piso. Fonte: foto por Joana França, 2024.



Figura 7. Cubos de madeira dispostos em sequência conectando as salas. Fonte: foto por Joana França, 2024.



Figura 8. Fichas dos empregados FCB como textura. Fonte: foto por Joana França, 2024.

Apresentamos duas áreas de vídeo, separadas conforme as seções da exposição. Uma TV fixada numa das paredes expositivas exibiu continuamente *slides* com fotos do processo de organização do acervo, em ordem cronológica e com explicações curtas sobre as atividades e fases representadas, além de um vídeo elaborado pela Biblioteca da FAUUSP apresentando os processos de conservação de documentos dos acervos da FAUUSP. Esta apresentação teve como objetivo principal sensibilizar o público sobre a complexidade do processo de organização de um acervo, bem como a importância do apoio e dos fomentos para a conservação de arquivos.

No piso, na área central de uma das salas, havia a exibição de outro vídeo a partir de um projetor fixo no teto, apresentando uma curadoria de fotografias do ACB priorizando imagens ligadas ao fazer e ao construir de cidades, edifícios e projetos. As fotos registram trabalhadores nas obras de Goiânia, visitas ao território da nova capital, a exposição de Goiânia, dentre outras imagens raras e potentes. A escolha dessa exibição dinâmica usando diferentes suportes e posições partiu do desejo da expografia de promover diferentes movimentos nos corpos dos visitantes que ora viam o conteúdo na parede, ora no piso (Figura 6).

Como a Faculdade contava com diversos cubos de madeira de diferentes tamanhos, selecionamos aqueles que estavam disponíveis em maior número, com dimensões semelhantes, e alinhamos um grupo de seis na sala 1 e seis na sala 2, conectando as salas visualmente e dando ritmo ao que transformamos em vitrines justapondo placas de vidro temperado sobre documentos que, protegidos, prestavam-se à exibição. Os cubos, como tijolos ou montes de terra vermelha, receberam pintura nesse tom (Figura 7).

Seguindo o fluxo do maior número de visitantes, conduzido pelo ritmo das vitrines e favorecido pelas portas pivotantes de madeira sempre abertas, o visitante chegava à sala 2. Logo à direita, a expografia tomou partido de um painel de grade metálica. Suporte perfeito para algumas centenas de fichas cadastrais dos trabalhadores da Coimbra Bueno (Figura 8). O painel tornou-se uma textura que inspirou a paleta de cores da mostra.

Pelo percurso, abria-se o grande espaço da sala 2, onde a maior parte do acervo foi disposta em painéis rígidos para apresentar os



Figura 9. Painéis rígidos instalados na sala 2. Fonte: foto por Joana França, 2024.

documentos do acervo nas seções FCB, Goiânia e Cidades, apoiados por textos curtos de contextualização e informações sobre cada item (Figura 9). Os painéis, maior parte da arquitetura visitante proposta, medem 0,75 x 1,50 cm, com impressão em adesivo colado em MDF 3mm), pendurados por fios de *nylon* transparentes em suportes fixados na laje da galeria. Esse formato já é utilizado há bastante tempo em exposições na galeria, com bom efeito expositivo.

Alternativamente, o acesso pela sala 2, ligada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, previa uma linha do tempo do histórico de atuação da FCB (Figura 10). Nela foram incluídas informações biográficas relevantes para o contexto profissional, projetos mais relevantes, início e fim da FCB, datas de documentos importantes (decretos, correspondência, palestras, dentre outros). Caso o visitante iniciasse o percurso por esta sala, a linha do tempo seria a primeira informação em texto fixado em painéis residentes da galeria. Caso seguisse o fluxo prioritário, a linha do tempo seria o encerramento da exposição.

Curadoria: princípios, temas e amostras dos documentos selecionados

A curadoria dos documentos para a exposição priorizou documentos iconográficos, que são de maior interesse para o público não



Figura 10. Linha do tempo. Fonte: foto por Joana França, 2024.

especializado e de mais rápida compreensão. Também foram considerados documentos textuais, mas em menor número.

No sentido de atender ao princípio de expor os documentos dentro de seus arranjos documentais, a organização da exposição refletiu quatro partes do acervo que são de maior interesse educativo para o público-alvo: 1) escritório; 2) Fundação Coimbra Bueno; 3) Goiânia; e 4) cidades novas, projetos urbanísticos e arquitetônicos. Desta forma, buscamos transpor as seções do acervo e do próprio arranjo deste para a exposição, valorizando as relações interdocumentais e contextuais. Para atender a função institucional da exposição, também houve uma quinta seção: 5) o processo de organização do ACB.

1. Escritório

Após diplomados em 1933, os irmãos iniciaram imediatamente suas carreiras com a empresa Coimbra Bueno & Penna Chaves Ltda., ao lado do colega Roberto Penna Chaves (1911-1975). Mas a sociedade logo foi desfeita por divergências de Roberto com a empreitada de Goiânia. Desse fato nasce a Coimbra Bueno e Cia. Ltda., na qual Jeronymo ficaria responsável por todas as obras, pela fiscalização das construções, pela padronização dos materiais e pela garantia de qualidade das edificações; enquanto Abelardo ficaria responsável pela

Figura 11. Foto do escritório de projetos da Coimbra Bueno no Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Coimbra Bueno (FAU-UnB).

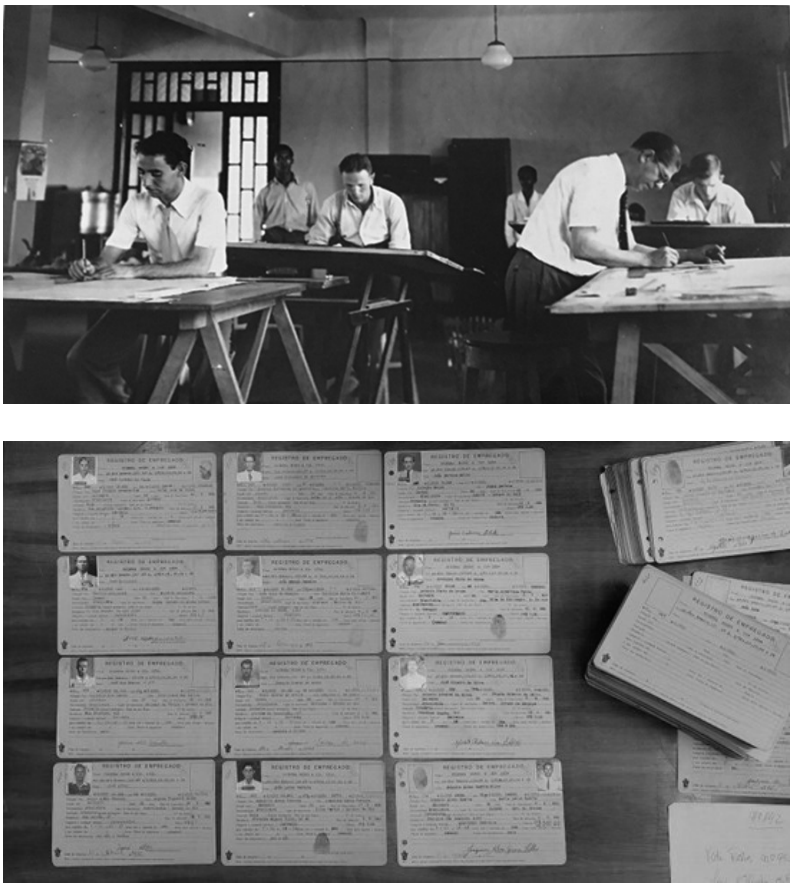


Figura 12. Registros de empregados da empresa. Fonte: Acervo Coimbra Bueno (FAU-UnB), foto por Carolina Pescatori, 2024.

comunicação Goiânia-Rio-São Paulo para a compra de materiais e por serviços burocráticos.

No Rio de Janeiro, a sede da empresa chegou a contar com 22 profissionais e arquitetos estrangeiros para o desenvolvimento de planos urbanos de cidades em diversos estados (Figura 11). Ademais foram identificados no acervo dados sobre a existência de outras empresas ligadas ao setor imobiliário, como a Companhia Imobiliária Bangú e a Firma Anchieta Participações Ltda.

O material triado foi separado nos seguintes subgrupos: Pessoal, com documentos pessoais dos irmãos e familiares; Equipe de trabalho e Funcionários, contendo, dentre outros, as fichas funcionais de todos os trabalhadores que passaram pelas empresas dos Coimbra Bueno; Referências, com reportagens, livros, álbuns, dentre outros, que deram repertório aos irmãos; Documentos Gerais, com contratos, fotos, escrituras, registros; e Ação Política e Moral, com materiais direcionados a questões acerca da "Civilização Sertaneja" e a interlocuções com políticos importantes, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Fernando Collor de Mello.

Nesta seção, destaca-se a enorme quantidade de fichas de registro dos funcionários da empresa (Figura 12), que incluem desde pessoal técnico e de secretariado, até os trabalhadores das obras realizadas pela empresa. São centenas de fichas em que aparecem dados básicos, uma fotografia, a função desempenhada, o ordenado e o período de trabalho.

Considerando as questões já elencadas, a exposição buscou se afastar de uma possível heroicização dos Coimbra Bueno, tão comum em processos de consolidação de acervos. Em vez de reforçar ideias e narrativas que idealizem a atuação da Coimbra Bueno, a exposição procurou trazer à luz outros atores relevantes, porém desconhecidos, que participaram das ações da empresa. Para tanto, construímos um painel com os registros de empregados e disponibilizamos uma lista com os nomes das trabalhadoras e trabalhadores para possibilitar, ainda que de forma precária, a superação da condição de anonimato imposta a essas pessoas.

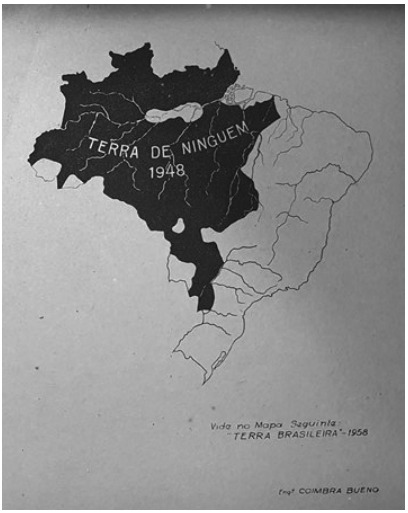


Figura 13. Mapa "Terra de Ninguém". Fonte: Acervo Coimbra Bueno (FAU-UnB).

2. A Fundação Coimbra Bueno

A Fundação Coimbra Bueno pela Transferência da Capital (posteriormente chamada apenas de Fundação Coimbra Bueno) foi criada em 1939 e existiu até a década de 2001, tendo perdurado no tempo desenvolvendo uma grande diversidade de ações políticas, educacionais, sociais e institucionais de escopo e alcances bastante diversos. Inicialmente, como denota o nome da fundação, ela operou como uma organização política de apoio explícito dos Coimbra Bueno à transferência da capital nacional para o Planalto Central. Apoio que teve início quando escreveram uma carta a Getúlio Vargas em 1939, na qual se colocavam à disposição para consulta a respeito da nova Capital da República. A fundação era financiada por toda a família Coimbra Bueno, na qual as irmãs Elisa Coimbra Bueno Lynch e Lysia Coimbra Bueno Pereira eram responsáveis pela "Organização das Voluntárias", uma das entidades não governamentais de assistência social do Brasil naquele período (Departamento de Imprensa Nacional, 1961).

Fato é que a trajetória profissional de ambos os irmãos está atrelada à história de Brasília, porém ainda desconhecida (ou inexplorada) pela historiografia especializada sobre a fundação da Nova Capital. Apenas como exemplo, destacamos um dos conjuntos de

documentos do acervo relacionados a Brasília com grande potencial de interesse para o público geral e para a exposição: um grupo de mapas de diferentes escalas, com a mesma diagramação e, portanto, provavelmente produzidos como parte de um mesmo relatório ou livro, que especulam possibilidades de localização da nova capital, como na Chapada dos Veadeiros. Ao mesmo tempo, os mapas representam graficamente a necessidade de ocupação do Brasil Central, identificado como "Terra de ninguém" (Figura 13), desconsiderando completamente as populações indígenas remanescentes nesse território, discurso comum à época da "Marcha para o Oeste".

As primeiras incursões no Acervo Coimbra Bueno permitiram perceber uma intensa atuação da FCB na imprensa em geral. Primeiro, com propagandas e programas veiculados pela Rádio Brasil Central (criada e administrada pelos Coimbra Bueno em Goiânia em 1945), e em jornais pelo Brasil inteiro, a partir de propagandas e matérias jornalísticas na Revista SINGRA, um encarte que circulava uma vez por semana pelo Brasil em vários jornais relevantes, como o *Correio da Manhã*, onde a FCB comprava espaços e produzia reportagens e textos que tratavam de temas como a urbanização do Brasil Central, a "Marcha para o Oeste", o "sucesso" de Brasília, além de vários textos e charges que criticavam e denunciavam o avanço do pensamento comunista na América Latina e no Brasil.

Para além das ações de apoio mudancista, a FCB exerceu diversas outras atividades políticas e culturais, sempre dentro de uma linha ideológica de liberalismo econômico e conservadorismo social, aliado à religiosidade católica e forte anticomunismo. No acervo identificamos registros da participação da FCB em congressos e eventos anticomunistas, refletindo a importância da guerra fria ideológica na segunda metade do século XX, particularmente depois do golpe civil-militar de 1964. É importante destacar que os empresários Coimbra Bueno tinham forte relação com as lideranças do regime militar, o que pode ser constatado em diversas fotos e documentos, também com bom potencial para a exposição.

Também chama muita atenção uma série de documentos (relatórios, palestras, textos para jornais, cartas, organização de capítulos para um livro, aparentemente não publicado) sobre a proposta de uma "Civilização sertaneja", por vezes referida nos

Figura 14. Foto aérea de Goiânia. Fonte: Acervo Coimbra Bueno (FAU-UnB).



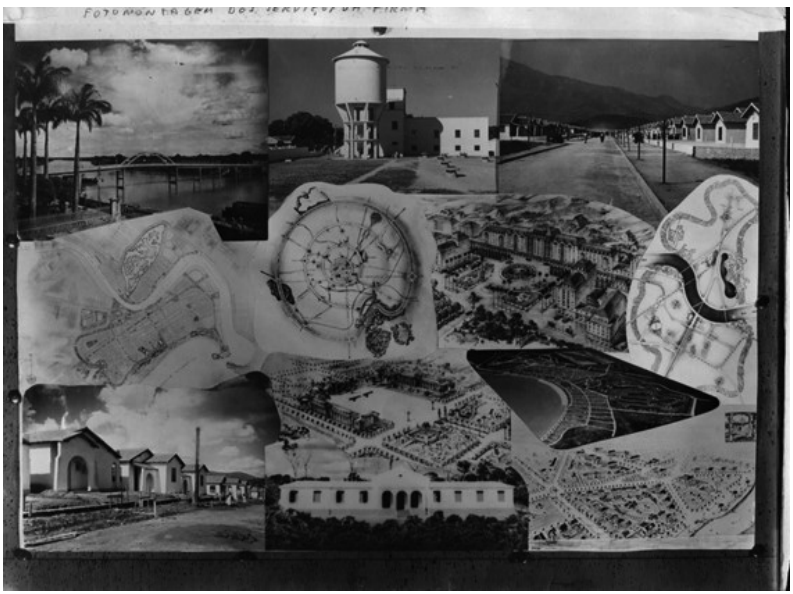


Figura 15. Folder promocional com fotomontagem das obras da firma. Fonte: Acervo Coimbra Bueno (FAU-UnB).

documentos da FCB como "civilização brasileira". Essa ideia-conceito desenvolvida pelos irmãos Coimbra Bueno foi objeto de diálogos e debates com alguns pensadores importantes do período, com destaque para o antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre, de quem encontramos diversos registros de correspondências e trocas de ideias no acervo.

3. Goiânia

Goiânia apresenta-se como tema de destaque no acervo. Constituído de um conjunto de imagens (fotos, mapas, cartões-postais) sobre a construção da cidade e de seus edifícios, bem como os primeiros anos da capital goiana, foram encontrados materiais sobre a proposta original do Centro Cívico e da praça da Matriz no Setor Sul, da Colônia Leprosária Santa Marta, do Setor Aeroporto, da Usina hidrelétrica, e do Monumento aos Bandeirantes, não construído, dentre outros (Figura 14).

Fotos que também retratam os primeiros anos da capital, da construção das edificações públicas e daquelas mais corriqueiras (p. ex. habitações) também conformam a coleção. Algumas imagens revelam o cotidiano da nova cidade, com a vivência dos moradores nos espaços modernos da época. Percebe-se também o interesse por trás das lentes em promover a nova capital, seu urbanismo e sua arquitetura, a fim de atrair público para nela se estabelecer.

4. Cidades novas, projetos urbanísticos e arquitetônicos

Se Goiânia foi o marco na história da Coimbra Bueno e Cia. Ltda., o acervo descortinou diversos planos e projetos de urbanismo e de arquitetura em distintas regiões do país, incluindo as cidades de Paraty, Cachoeiras de Macacu, Caxambu, Senador Camará, São Gonçalo, Magé, Araruama, Itaboraí, Maricá, Cabo Frio, Atafona, Campos dos Goytacazes, Macaé e Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro; Rio Verde, Jataí, Anicuns, Caldas Novas e Rubiataba, em Goiás; um plano para Cuiabá, capital do Mato Grosso; e a cidade de Luiziânia, em São Paulo. Também é relevante notar que os projetos desenvolvidos no escritório da Coimbra Bueno no Rio de Janeiro receberam contribuições de vários profissionais, incluindo estrangeiros ilustres à época, como o arquiteto francês Donat

Figura 16 e **17.** Equipe de professores e alunos trabalhando na triagem dos documentos. Fonte: Acervo Coimbra Bueno (FAU-UnB).





Alfred Agache, o arquiteto grego Constantinos Apóstolos Doxiádis e o arquiteto greco-francês Georges Candilis, bem como o arquiteto e urbanista brasileiro Jorge Wilheim. Com eles, a companhia participou do planejamento urbano de Campos dos Goytacazes (RJ), São João da Barra (RJ), Curitiba (PR) e do planejamento regional costeiro entre Santos e Rio de Janeiro, onde, segundo Abelardo, tinham total autonomia para condução dos planos e projetos.

Infelizmente, a presença de documentos e registros dos projetos não é equânime entre as cidades, sendo que algumas contam com muitos e outras com pouquíssimos. Assim, fez parte da curadoria a apresentação de um mapa do Brasil com todas as cidades e a lista de projetos e planos desenvolvidos, mas apenas as experiências mais documentadas e relevantes foram apresentadas em maior detalhe. Além da vastíssima produção urbanística, o acervo também apresenta documentação de projetos arquitetônicos, muitos de caráter residencial, incluindo habitações populares como a Casa Jirau - Protótipo para Habitação Popular.

5. Registros do processo de organização do acervo

Foi realizada uma seleção de fotos e vídeos de registro do processo de organização do ACB em ordem cronológica, desde o início, em

2020, até o momento atual, 2024, quando foi finalizada a etapa de classificação e arquivamento dos documentos (Figuras 16 e 17). As imagens incluem registros de todos os processos, como triagem inicial, organização conforme arranjo do arquivo, reuniões de trabalho e técnicas de higienização de documentos.

Conclusões

Esta breve incursão nas dimensões teóricas e práticas das ações de difusão cultural e educativa em arquivos, particularmente voltada às exposições, descortinou importantes relações entre a pesquisa em acervos de Urbanismo e a Arquivologia. A complexidade das práticas arquivísticas voltadas para acervos especiais, como são os de arquitetura e urbanismo, exige abordagens interdisciplinares e constante diálogo entre os profissionais envolvidos. Esse diálogo se amplia ainda mais quando tratamos de exposições de acervos, pois as etapas de planejamento da exposição; formação de equipes; definição do tipo de exposição, seus objetivos e público-alvo; curadoria; design de suportes, painéis e demais elementos da exposição; o planejamento de processos educativos envolvidos; a execução e montagem da exposição; acompanhamento e registro da exposição e avaliação posterior exigem equipes com saberes diversos.

Sem dúvida os saberes adquiridos durante essa pós-graduação tão bem estruturada foram e serão extremamente úteis não apenas para o desenvolvimento da exposição em curso, mas para todos os trabalhos que serão desenvolvidos no Lupa - Laboratório de Pesquisa em Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB) e, particularmente, no Acervo Coimbra Bueno.

Vivemos um momento em que a comunidade de pesquisadores brasileiros da Arquitetura e do Urbanismo vem fortalecendo o debate sobre a relevância da permanência dos arquivos em nosso país e sobre a urgência de construir políticas que viabilizem a conservação e o acesso coletivo do nosso patrimônio cultural. Sem dúvida, as discussões e experiências de difusão cultural e educativa em arquivos são contribuições extremamente positivas para esse debate e precisam ser incorporadas nessas políticas. Os arquivos de arquitetura e urbanismo brasileiros podem se beneficiar muito com a realização

de ações de difusão, especialmente de exposições, que auxiliem na conscientização coletiva sobre a importância dos arquivos e, claro, sobre o papel relevante que as universidades podem desenvolver nesse processo.

Agradecimentos

As autoras agradecem a Monica Ferreira e a Ricardo Trevisan pelas trocas generosas durante a escrita, e a Maria Cristina Leme e Monica Junqueira pela parceria na organização da exposição com o acervo de Joaquim Guedes. Agradecimento às alunas e aos alunos de graduação e pós-graduação da FAU-UnB pelo empenho nas atividades desenvolvidas junto ao ACB e pelo envolvimento na montagem da exposição – sem eles, esta exposição não seria possível. Agradecemos também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal que financiou a pesquisa "Acervo Coimbra Bueno & Brasília: Documentação e Promoção", e ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa no projeto "Fundação Coimbra Bueno e o Brasil Central: histórias potenciais a partir de um acervo".

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. M. da C. **Exposições virtuais como estratégia de difusão de arquivos: O caso do Arquivo Nacional**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: http://app.uff.br/riuff/handle/1/25284

AUBITZ, S.; STERN, G. F. Developing archival exhibitions. **Mid-Atlantic Regional Archives Conference**. Technical Leaflets Series n. 5, 1990. Disponível em: https://www.marac.info/assets/documents/marac_technical_leaflet_5.pdf

BELLOTTO, H. L. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. *In*: **Arquivos Permanentes**: Tratamento Documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 227-248.

BELLOTTO, H. L. Universidade e Arquivos: Perfil, história e convergência. *In*: **Arquivo**: Estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 64-79.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, v. 25, n. 1, 2013. Artigo 1.

COEN, L. H.; WRIGHT, A. G. The Interpretive Function in Museum Work. **Curator: The Museum Journal**, v. 18, n. 4, 1975. p. 281-286. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.2151-6952.1975.tb00475.x

FERREIRA, M. C. B. F. A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, extra 1, 2023. Artigo extra 1. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2023_1_3

FREIRE, L. G. L. Difusão educativa em arquivos. **HISTÓRICA - Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, n. 34, janeiro 2009. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia06/

GORDON, H. M. **Archival exhibitions:** Purposes and principles. Dissertação de Mestrado (Mestrado) – University of British Columbia, 1994.

LOPES, B. da C. M.; SILVA, E. P. da. A divulgação de acervos arquivísticos na web: Potencialidades da perspectiva de User Experience aplicada ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional. **Ciência da Informação em Revista**, 2020. p. 70-90. Disponível em: https://doi.org/10.28998/cirev.2020v7nespe

LUSENET, Y. de; LUNN, S.; MICHAŚ, A. (eds.). **Guidelines on Exhibiting Archival Materials**. ICA Committee on Preservation of Archives in Temperate Climates, 2006. Disponível em: www.ica.org/sites/default/files/CPTE_2006_guideline_exhibition_EN.pdf

MANFRINATO, V. **Transborda Brasília**: expografia e arquitetura. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

MENEZES, P. L. **O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3010

NOGUEIRA, M. M. G. B. F. **A difusão cultural no arquivo nacional e arquivos distritais portugueses**: Exposições documentais (1990-2009). Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora, 2012. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11882

PESCATORI, C.; TREVISAN, R. Coimbra Bueno e Cia. Ltda.: nebulosas de um acervo em construção. **Redobra**, v. 17, 2023. p. 163-183.

VAISMAN, P. S. **Difusão em arquivos**: Uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa], 2021. Disponível em: http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/17042

FEITOS

Capítulo 12

Acervos como cápsulas do tempo: Elisiário Bahiana, Oswaldo Bratke e Jayme C. Fonseca Rodrigues na Biblioteca da FAU USP

Hugo Segawa

> ...Mil testemunhos não conseguem substituir um contato direto. Todo o biógrafo, é certo, pagaria muito dinheiro para ter *"um quarto de hora com..."* o seu modelo. Eu próprio tenho sonhado com um encontro desses. Deslumbrante, sem dúvida. Mas... um quarto de hora com Talleyrand poderia fazer desaparecer, ou sequer alterar, quatro anos de pesquisas, de descobertas sobre o meu herói, surpreendido em situações muito diversas e infinitamente mais reveladoras do que uma fugaz entrevista? Conheço bem o Senhor de Talleyrand. Ele aproveitaria o nosso encontro para enredar completamente os meus fios, para me deslumbrar e me deixar perplexo.
>
> Jean Orieux, *A arte do biógrafo,* 1989, p. 36-37

Por impulso de pesquisador, registrei, no ano 2000, as palavras da epígrafe e as guardei até revivê-las aqui. Decerto como efeito da experiência de ter lidado com biografias que, no contexto deste 2º Seminário TOPOS de "Acervos e Arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos", permitem rememorar as origens e os desdobramentos de três acervos de arquitetos, hoje disponíveis na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: Elisiário Antônio da Cunha Bahiana (1891-1980), Oswaldo Arthur Bratke (1907-1997) e Jayme Campello Fonseca Rodrigues (1905-1946).

O portal *Acervos*, sob responsabilidade da Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,[1] é a entrada para a extensa coleção de documentos que interessam nesta discussão promovida pelo seminário.

Um setor do portal *Acervos* tem um ponto de partida em 1988, quando se publicou o *Catálogo de desenhos de arquitetura da Biblioteca da FAUUSP*,[2] com apoio da Fundação VITAE. Era a pioneira sistematização de um conjunto de desenhos de Arquitetura e Urbanismo que nasceu e cresceu a partir do esforço voluntário de docentes e pesquisadores preocupados com o acolhimento e disponibilização de tais documentos, tão peculiares à prática profissional, mas então pouco reconhecidos para a pesquisa e os rumos da nascente pós-graduação na escola.

Junto à necessária técnica dos procedimentos e modos de salvaguarda dos documentos – acolhimento, higienização, triagem, conservação e acessibilidade –, a constituição e valorização social de acervos deve ser uma ação contínua e prolongada com o exame dos artefatos e memórias que conformam os propósitos e práticas mais amplos que envolvem o reconhecimento e, sobretudo, a busca de interpretações. Muitas vezes em terrenos nunca dantes explorados, sobre os quais nada foi escrito. Em meu caso, com o olhar da História da Arquitetura.

Esta é uma narrativa de ciclos quase completos no manejo de acervos, iniciados há mais de quarenta anos. Não havia, e talvez ainda não haja, um corpo de procedimentos para dele se servir na prática de investigar e interrogar os acervos. Há, sobretudo, inquietações.

1. ACERVOS da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.acervos.fau.usp.br/page/inicio>. Acesso em: 24 mar. 2024.

2. CATÁLOGO de desenhos de arquitetura da Biblioteca da FAUUSP. São Paulo: FAU USP; VITAE, 1988. Neste momento, o acervo catalogado era composto pela documentação dos escritórios de Ramos de Azevedo/Severo Villares, Victor Dubugras, Samuel e Christiano das Neves, Elisiário Bahiana, Carlos Millan, Rino Levi, Jacques Pillon, Gregori Warchavchik, Abelardo de Souza e Roger Zmekhol.

Marcos na arquitetura do Rio de Janeiro e São Paulo: Elisiário Antônio da Cunha Bahiana

Na cadenciada incorporação dos desenhos de Elisiário Bahiana entre 1981 e 1984 à Biblioteca da FAU USP,[3] aconteceu a circunstância de eu segurar uma grande aquarela de Bahiana no patamar da Biblioteca, e passava naquele instante um cortejo em torno de Vilanova Artigas, que estava reassumindo a posição de professor na escola. Mostrei-lhe o desenho e Artigas apenas comentou: "ele era um homem erudito". Modernos como Fábio Penteado, ex-alunos de Bahiana, na Faculdade de Arquitetura Mackenzie, respeitavam o mestre, não obstante o caráter tradicionalista que o então diretor, Christiano Stockler das Neves, imprimia ao ensino nos anos 1950.

Certa ocasião, por volta de 1988, conversando com Lucio Costa, não me recordo o motivo, mencionei Elisiário Bahiana. Despertou a curiosidade dele: "Ele está vivo?". Com a minha negativa, comentou: "Ele era um pouco mais velho, mas quando eu fazia a Belas Artes ele também estava lá". Isto é, foram contemporâneos acadêmicos.

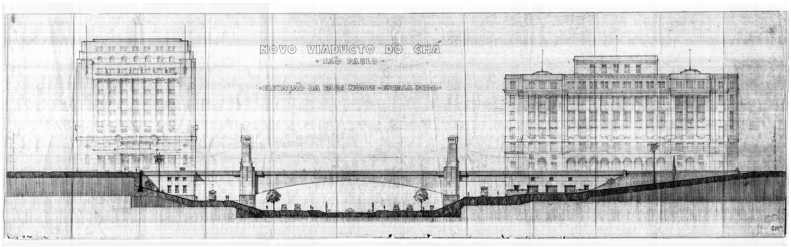
Eu tive que iniciar o primeiro texto publicado em 1984 sobre o arquiteto da seguinte maneira: "Em São Paulo, poucos saberão quem foi Elisiário Bahiana. Mas com certeza todos conhecerão seu principal projeto: o Viaduto do Chá" (Segawa, 1984, p. 14-20) (Figuras 1 e 2). Bahiana estava completamente esquecido, para não dizer desprezado, pela historiografia de viés canônico-modernista.

Para um recém-formado, fortuna e sorte a oportunidade de ter conversado com Bahiana. A arquiteta Ilda Helena Diniz Castelo Branco o havia localizado. Acertamos uma visita ao veterano arquiteto, então com 88 anos de idade (Figuras 3 e 4).

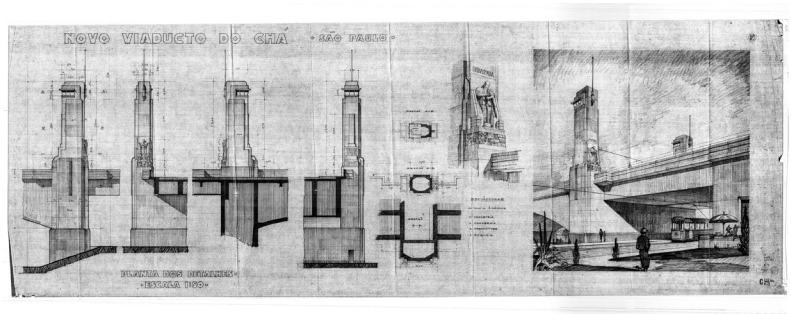
Recentemente, passei defronte do edifício Carmen Lopes, na Praça Marechal Deodoro nº 236, projetado em 1928 pelo arquiteto e onde ele morou desde 1930, vindo do Rio de Janeiro. Em 1979,

3. Com o falecimento de Elisiário Bahiana em agosto de 1980, telefonei ao filho, arquiteto Carlos Henrique Bahiana (a partir de indicação do Prof. Carlos A. C. Lemos, contemporâneo de Carlos Henrique na Faculdade de Arquitetura Mackenzie e empenhado na ocasião em enriquecer o acervo da Biblioteca da FAU USP), solicitando a doação de desenhos, que prontamente atendeu ao pedido, efetivado após a realização do inventário.

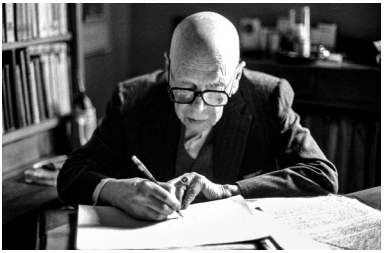
Figura 1. Elevação da face norte do Viaduto do Chá, São Paulo. Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Figura 2. Pormenores dos pilones não construídos do Viaduto do Chá, São Paulo. Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Figura 3. Retrato de Elisiário Antônio da Cunha Bahiana (1891-1981), em 1979. Fonte: foto por Hugo Segawa, 1979.
Figura 4. Retrato de Elisiário Bahiana em seu escritório doméstico, em 1979. Fonte: foto por Hugo Segawa, 1979.
Figura 5. Perspectiva do edifício João Brícola, São Paulo. Assinado Elisiário Bahiana, 1936. Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Figura 6. Edifício João Brícola, imagem de julho de 2021. Fonte: foto por Hugo Segawa, 2021.

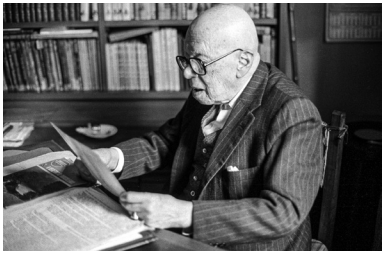


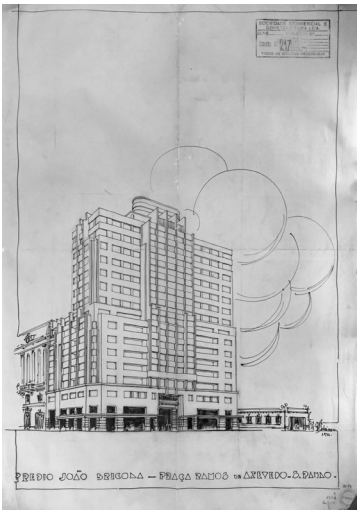
1



2


3


4





não me apercebera como um arquiteto responsável por obras tão marcantes na paisagem paulistana morava em um edifício relativamente modesto, hoje carcomido e quase centenário.

Não cabe aqui repetir ou reparar o que registrei sobre Elisiário Bahiana no artigo publicado em 1984 na revista *Projeto*,[4] mas aproveito para incluir um adendo quarenta anos depois.

No diálogo que tivemos em 1979, perguntei ao arquiteto: "Como o senhor teve contato com a arquitetura *Art Déco*?" Ele não compreendeu a pergunta, e após uma curta explicação minha, ele objetou, com leve irritação: "Eu não sei do que o senhor está falando. Eu fazia *arquitetura moderna*. Nada disso que o senhor está dizendo" [ênfase dele]. Minha questão era impertinente: Bahiana e sua geração não poderiam entender o que é *Art Déco*, expressão cunhada a partir da exposição *Les Anées 25* organizada no *Musée des Arts Décoratifs de Paris* em 1966[5] e que delineou a historiografia de uma arquitetura da qual Bahiana foi um protagonista no Brasil (Figuras 5 e 6). Trata-se de uma modernidade que autores categorizam diversamente, como "tardo-ecletismo", "pré-moderno", "protomoderno" ou "pseudomo-

4. *Idem*.

5. A minha referência, por ocasião da conversa com Bahiana, era: MAENZ, Paul. **Art Déco: 1920-1940. Formas entre dos guerras**. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

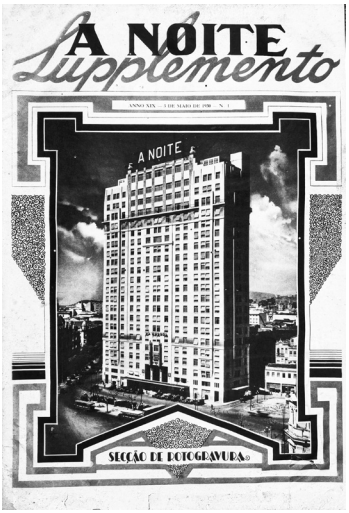


Figura 7. Capa do suplemento de fotogravura do jornal A Noite de 3 de maio de 1930. Arquivo Hugo Segawa.

derno"; na história da arquitetura hispano-americana, é referida como "primeira modernidade" ou "outras modernidades". O diálogo com Bahiana foi a origem da sistemática que adotei em meu livro *Arquiteturas no Brasil 1900-1990* (Segawa, 1998), com os capítulos "Modernismo Programático 1917-1932", "Modernidade Pragmática 1922-1943" e "Modernidade Corrente 1929-1945". Dessa conversa também deriva minha resistência em chamar *Art Déco* todas as expressões geometrizantes das décadas de 1930 e 1940 que não se enquadram no chamado Movimento Moderno.[6]

Outra temeridade que assumi em 1984 foi atribuir a autoria do projeto do mais alto arranha-céu do Rio de Janeiro, o edifício A Noite (Figura 7), conjuntamente a Joseph Gire (1872-1933) e Elisiário Bahiana, confiando no currículo do arquiteto (Segawa, 1984, p. 22) e na sua palavra no diálogo travado. O livro monográfico dedicado a Gire (Cabot, 2014) não estabelece esta coautoria, mas o *Guia de Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*, organizado por Luiz Paulo Conde e Mauro Almada (Conde & Almada, 1996, p. 29), e *Presença*

6. Em especial, as partes "Limites do Art Déco" e "O Art Déco como 'estilo'" em SEGAWA, 1998, p. 60-61. Todavia, não há como tapar o sol com a peneira com a publicação de estudos como HILLIER, Bevis; ESCRITT, Stephen. **Art Deco Style**. Londres: Phaidon 1997 e BENTON, Charlotte; BENTON, Tim; WOOD, Ghislaine (Ed.). **Art Deco 1910-1939**. Londres: V&A Publications, 2003

Estrangeira, de Maria Cristina Cabral e Rodrigo Cury Paraizo (Cabral & Paraizo, 2018, p. 158-161), acreditaram na minha atribuição. Felizmente, na busca de matérias em periódicos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (um recurso indisponível na década de 1980), pude constatar que Joseph Gire e Elisiário Bahiana eram profissionais associados no final da década de 1920, logrando o 2º lugar no concurso para a nova biblioteca do Itamaraty em 1928.[7]

Oswaldo Arthur Bratke: do nada à cabeceira

Evitarei ser redundante neste escrito com aquilo que está bastante pormenorizado no livro *Oswaldo Arthur Bratke* (Segawa & Dourado, 1997, p. 7-11), principalmente acerca da origem, pesquisa e produção da publicação. Recopilando alguns trechos, explicava que nos bancos escolares aprendera sobre figuras fundamentais, como os cariocas Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Irmãos Roberto, Affonso Eduardo Reidy entre outros, e paulistas como Gregori Warchavchik, Rino Levi, e vários que chegaram (ou quase) a ser nossos professores. E apontei, como memória de um recém-formado: "em algumas oportunidades, comentava-se sobre um outro veterano paulista dessa geração, de nome Bratke, do qual muitos tinham a certeza de que era uma confusão com Carlos Bratke. Os mais informados retificavam: tratava-se de Oswaldo, o pai de Carlos" (*idem*, p.7).

Conheci pessoalmente Oswaldo Bratke (Figura 8) em setembro de 1981, quando ele tinha 74 anos. Guardo as datas porque fui vê-lo com o propósito de gravar nossa conversação, que resultou em duas fitas cassete de 90 minutos cada, em cujos estojos anotei os dias dos encontros. Estas gravações foram aproveitadas seis anos depois, editadas e transformadas em entrevista publicada na edição da revista *Projeto* de dezembro de 1987/janeiro de 1988, com o título "A arte de bem projetar e construir" (Segawa, 1987-1988, p. 156-161).

Na abertura dessa entrevista, escrevi: "é quase inevitável a comparação. Antes, Chico era o filho do grande historiador Sérgio Bu-

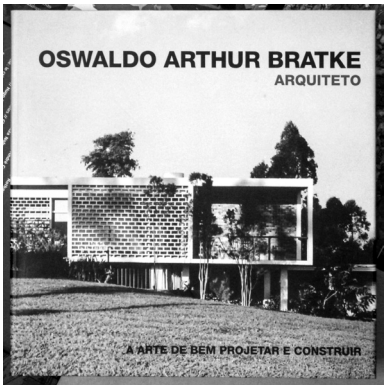
7. NOVO edifício da biblioteca do Itamaraty. Encerrou-se a concorrência aberta para sua construção. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 07 nov. 1928, p. 2: "realizado o concurso, e premiados os anteprojetos nº 1, dos arquitetos Prentice & Floderer, e nº 2, dos arquitetos Gire & Bahiana" [...].

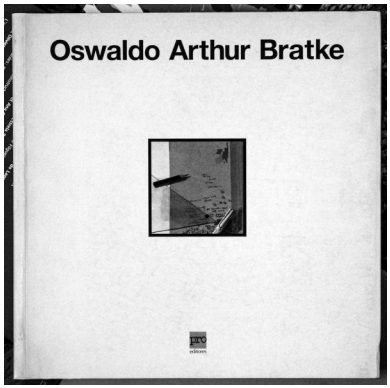


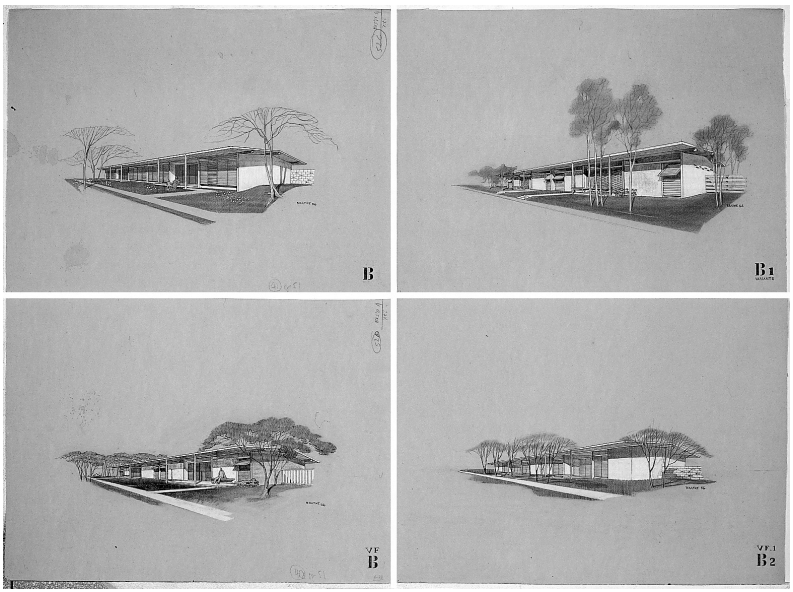
Figura 8. Oswaldo Bratke no pátio defronte de sua casa no Morumbi em 1987. Fonte: foto por Hugo Segawa, 1987.

Figura 9 e 10. Capas da primeira edição (1997, à esquerda) e segunda edição (2012) do livro sobre Oswaldo Bratke. Fonte: Segawa, 1997 e 2012, capas.

Figura 11. Apresentação das diferentes modalidades de casas para mineradores para Vila Serra do Navio, Amapá. Grafite e giz de cera sobre papel heliográfico queimado, assinado Bratke 1956. Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.







arque de Holanda. Depois, Sérgio se tornou o pai do compositor Chico Buarque. Mais ou menos o mesmo aconteceu com os Bratke: Carlos era o filho do grande arquiteto Oswaldo Bratke. Depois Oswaldo Bratke se tornou o pai do arquiteto Carlos Bratke. Mas, como Sérgio Buarque de Holanda nas ciências humanas, Oswaldo Bratke é uma estrela de primeira grandeza na arquitetura paulista" (*ibidem*, p. 156). Em 1987, ainda *era preciso afirmar* a posição de Oswaldo Bratke na História da Arquitetura. A publicação da entrevista rompeu um silêncio sobre Oswaldo Bratke no meio da arquitetura brasileira e tornou-se um instante perturbador na rotina do introspectivo arquiteto, repentinamente alçado a protagonista, no sossego de um autoafastamento da profissão desde final da década de 1960.

A realização do livro ensejou desde o início da pesquisa a concordância de Bratke em doar o seu arquivo à Biblioteca da FAU USP. Ainda em vida, todo o conjunto de cópias heliográficas do *as built* de Vila Serra do Navio e Vila Amazonas, as duas cidades que seu escritório projetou na segunda metade dos anos 1950 no Amapá, foi encaminhado à FAU. Significativa parte dos desenhos e documentos foi doada após seu falecimento, mas não a íntegra do acervo, tendo a família reservado para si muitos desenhos. Algumas das imagens publicadas no livro não constam do acervo da Biblioteca.

As 304 páginas do livro (Figuras 9 e 10) foram construídas quase que exclusivamente com o material guardado pelo arquiteto, em boa medida inédito – com alguma cautela mediante uso de fontes múltiplas, convergentes e independentes. Não obstante certa assiduidade das obras de Oswaldo Bratke nos principais periódicos de arquitetura nas décadas de 1950 e 1960, proporcionalmente pouco foi publicado no seu período de apogeu criativo e profissional frente ao volume de realizações. E de forma ligeira, nos limites das pautas das revistas da época. Mas suficiente para criar um imaginário de respeito ao seu trabalho. Vale assinalar que não havia redes sociais eletrônicas, e o boca a boca era a forma de se construir reputações.

Ao longo de muitos meses, a partir de 1995, eu e Guilherme Mazza Dourado (recém-graduado e iniciando o mestrado) nos dedicamos, com assiduidade de quase todo sábado de manhã, a conversar com Oswaldo Bratke para desvendar conteúdos que apenas

os desenhos e fotos por si não dizem. Nossa tarefa foi organizar e adensar o que já era conhecido, e revelar o desconhecido. Foi uma das pesquisas em que menos dependemos de bibliografia, e sim da elucidação da esfinge pelo questionamento direto ao autor. Parodiando o escritor da epígrafe, Bratke "aproveitaria o nosso encontro para enredar completamente os meus fios, para me deslumbrar e me deixar perplexo".

Vicente Wissenbach, como editor, preparou uma boneca do livro, produzida a partir dos nossos textos e seleção de imagens (Figura 11), com o esplêndido projeto gráfico de Vivaldo Tsukumo, e a deixou com Bratke no início de 1997, com o propósito de lançar o livro no mês de agosto, quando completaria 90 anos. A certa altura, já ansiosos, o interpelamos sobre sua opinião a respeito. Resumindo: o arquiteto se sentia constrangido, em sua modéstia, de ver reunida daquela forma a sua trajetória profissional. A insegurança o dificultava a aceitar o que via, e que "estava pensando" em modificações. No entanto, diante do agravamento da saúde do arquiteto, Wissenbach, em decisão arriscada, autorizou a produção e impressão do livro à sua revelia. Bratke não chegou a ver o livro pronto. Em agosto de 1997, houve um lançamento no Museu da Casa Brasileira, no qual precisos 499 exemplares foram vendidos.

Inúmeros foram os desdobramentos desse livro. O capítulo sobre Vila Serra do Navio fundamentou Luiz Phelipe Andrès, membro do Conselho Consultivo do IPHAN, a recomendar o tombamento do núcleo urbano no Amapá. Vários estudos, teses e dissertações sobre arquitetura e urbanismo na Amazônia apontam Bratke como "pioneiro" amazônico, o alcunham de "arquiteto amazônico", coisa que ele jamais ouviu em vida. Nenhuma história da arquitetura o classificava nesta categoria, mas amazônicos como Severiano Porto (1930-2020) e Milton Monte (1928-2012) desde há muito o cultuavam pelos ensinamentos exarados das vilas do Amapá. Luiz Antônio Vallandro Keating, responsável pela concepção editorial do livro *Fábio Penteado: Ensaios de Arquitetura* (Penteado, 1998), publicado pouco depois do de Bratke, confabulou-me que o livro foi importante para pensar o de Penteado. Abílio Guerra comentou-me sobre as referências para a concepção de monografias de arquitetos quando da elaboração de *Rino Levi:*

Arquitetura e Cidade (Anelli, Guerra & Kon, 2001). Vários arquitetos de novas gerações confidenciam-me que o livro de Bratke é um "livro de cabeceira".

Jayme Campello Fonseca Rodrigues: mais do que nome de uma rua

Ouvira falar de Jayme Fonseca Rodrigues nas conversações com Oswaldo Bratke: foram contemporâneos no curso de engenheiros-arquitetos da Escola de Engenharia Mackenzie, turma de 1930, com boas lembranças e tristeza, pela prematura partida do colega. No mais, é o nome de uma rua no bairro de Alto de Pinheiros, cruzando com a Avenida Professor Fonseca Rodrigues, engenheiro e docente da Escola Politécnica, pai do arquiteto e uma das vias mais congestionadas da região.

Vou reproduzir algumas partes do que já consta na introdução do livro *Jayme Campello Fonseca Rodrigues – Arquiteto* (Segawa, 2016). O título dessa introdução é o espelho da experiência de lidar com o acervo de Jayme C. Fonseca Rodrigues: "uma cápsula do tempo".

Conforme a Wikipedia, "uma cápsula do tempo é um recipiente especialmente preparado para armazenar objetos ou informações comuns a uma sociedade numa determinada época, para que seu conteúdo seja preservado e acessado por gerações futuras".[8] Foi a sensação que tive ao me deparar com o conjunto do material remanescente do escritório do arquiteto, fechado em 1946, com seu falecimento aos 41 anos de idade, e zelosamente guardado pela viúva, Maria Helena Milliet Fonseca Rodrigues (1910-1989), e pela filha. Seus familiares me chamaram em 2014 para tentar organizar um livro a partir de um material intacto, preservado por quase setenta anos.

Justiça deve ser feita ao Professor Carlos A. C. Lemos, que em seu subestimado livro de 1979, *Arquitetura Brasileira*, testemunhou:

> Por essa época [anos 1940], eram raros, mas com atuação bem definida, os arquitetos com escritórios próprios e projetando para clientela particular, independentemente dos construtores. Talvez os principais tenham sido Rino Levi e Oswaldo Bratke, e foi pena

8. CÁPSULA do tempo. **Wikipedia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1psula_do_tempo>. Acesso em: 24 mar. 2024.

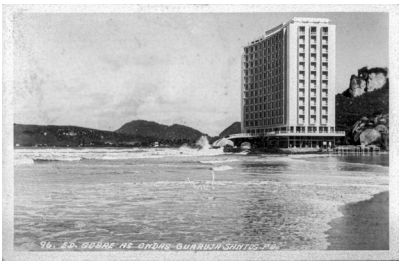






Figura 12. Cartão postal do edifício Sobre as Ondas no Guarujá, então distrito do município de Santos. Foto da década de 1950. Arquivo Hugo Segawa.

Figura 13. Retrato de Jayme C. Fonseca Rodrigues em 1931. Foto Studio Zanella, São Paulo. Arquivo Vera Maria Milliet Fonseca Rodrigues.

Figura 14. Silhueta de Jayme C. Fonseca Rodrigues em técnica conhecida como black out. Autoria não identificada, provavelmente do início da década de 1930. Arquivo Vera Maria Milliet Fonseca Rodrigues.

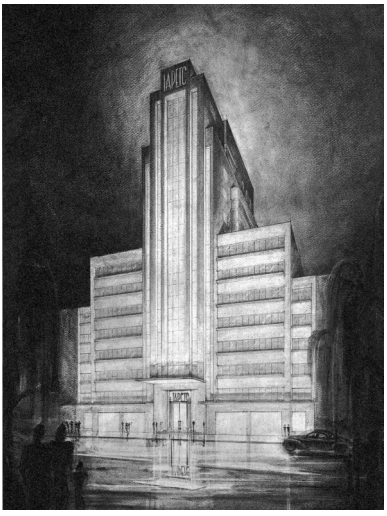
Figura 15. Edifício-sede da Delegacia do IAPETC de São Paulo (1939). Desenho de Jayme C. Fonseca Rodrigues. Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Figura 16. Edifício-sede do IAPC de São Paulo (1939). Desenho de Jayme C. Fonseca Rodrigues. Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

> falecer por esse tempo Jayme Fonseca Rodrigues, que poderia ter sido profissional importante, mercê de seu real talento mal demonstrado em poucas obras, ainda vinculadas, de um modo ou outro, ao "art déco", embora em um dos seus últimos trabalhos, o Edifício Sobre as Ondas, no Guarujá [Figura 12], em que colaborou Oswaldo Corrêa Gonçalves, já se percebia uma atenção muito grande à arquitetura carioca. (Lemos, 1979, p. 154).

Era a única menção até então feita por um historiador da Arquitetura. A partir desta dica de Lemos, confirmamos que, ao lado de Levi e antes de Bratke, Fonseca Rodrigues estava entre os primeiros (e maiores) escritórios de arquitetura paulistanos exclusivamente dedicados a elaborar projetos (Figuras 13 e 14). Seu prestígio o fez parte da diretoria fundadora do Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento São Paulo, em 1945, mas omitido do registro histórico do IAB/SP.

Anteriormente ao meu contato com os familiares de Fonseca Rodrigues, a colega do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU USP, Profª Maria Lúcia Caira Gitahy, havia logrado a doação de vários desenhos para a Biblioteca (Figuras 15 e 16).





Boa parte da documentação, desordenada em função das mudanças de local da guarda do material ao longo de quase sete décadas – centenas de desenhos em vegetal, cópias, croquis, fotos, recortes de jornal, páginas soltas de revistas e outros *memorabilia* –, foi pacientemente revisada e organizada, dentro do possível, com a ajuda de um grupo de estudantes de graduação da FAU USP (Figura 17). Foi uma iniciação científica extraordinária, não obstante em 2014 essa não fosse prática corrente. Ao final, todo o material foi encaminhado para a Biblioteca. Todo esse esforço transformamos em um livro, com a colaboração da Profª Nilce Aravecchia Botas, da FAU USP, com um capítulo, e a participação interinstitucional da Profª Juliana H. Suzuki, da Universidade Federal do Paraná, com outro capítulo.

Não entrevistei Jayme ou seus contemporâneos. Quem nos ajudou a construir uma biografia foi sua filha, Vera Maria Milliet Fonseca Rodrigues (1935-2015). Ela não poderia falar do arquiteto, posto que ele morreu quando ela tinha onze anos. Mas recordava-se do pai, e da mãe, em sua epopeia por preservar todo o material do marido na garagem da casa onde moravam. Tarefa que Dona Vera herdou e se dedicou incansavelmente até o fim.

Entre janeiro de 2014 e agosto de 2015, Dona Vera foi uma surpreendente caixinha de surpresas. A cada encontro, ela nos contava



Figura 17. Estudantes da FAU USP durante identificação e organização dos desenhos do acervo Fonseca Rodrigues, em julho de 2014. Fonte: foto por Hugo Segawa, 2014.

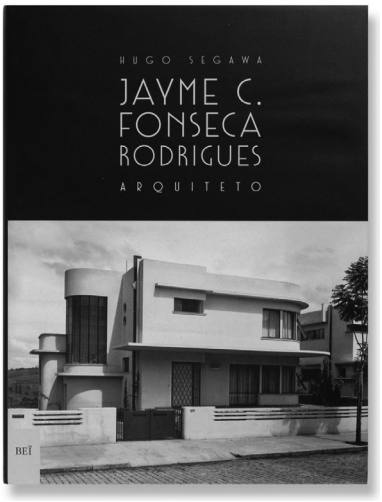


Figura 18. Capa do livro sobre Jayme C. Fonseca Rodrigues. Fonte: Segawa, 2016.

um fato a partir de documentos (muitas vezes xerografias das quais nunca localizamos os originais), que só faziam sentido mediante a narrativa dela. Um desses documentos que "um dia apareceu" foi o diário manuscrito de uma viagem de Jayme C. Fonseca Rodrigues sobre sua primeira ida para a Europa, em 1928, como um Grand Tour. Materiais como este, associados com fotografias do próprio arquiteto, permitiram montar um fascinante retrato das décadas de 1930 e 1940.

Dona Vera não chegou a ver o livro pronto (Figura 18), lançado em 2016. Ganhou o prêmio maior na categoria Trabalhos Escritos, na 32ª Premiação de Design do Museu da Casa Brasileira em 2018. Acredito que seu esforço foi coroado postumamente.

Uma pesquisa só se encerra se o pesquisador se desligar de seu objeto. Novas camadas se agregam ao realizado se a atenção não se dissipa. Posteriormente à edição do livro, reforçamos o elo de Fonseca Rodrigues com os Estados Unidos através da sua formação no *Mackenzie College*, em artigo em coautoria com Fernando Atique, da UNIFESP, apresentado no 5º Seminário DOCOMOMO São Paulo, "A turma de 1930 do Mackenzie: Bratke, Capua e Fonseca Rodrigues: ensino e arquitetura em São Paulo nos anos 1920-1930" (Segawa & Atique, 2017).

Recortando perfis

Um documento que surgiu nas conversas com Dona Vera foi um cartão formato postal com uma silhueta de Fonseca Rodrigues (Figura 14), reproduzida na capa dura do livro. Foi identificada erroneamente (devo reconhecer) como "autorretrato feito em *kiriê*." Em 2018 a *National Portrait Gallery* da *Smithsonian Institution*, de Washington, D.C., organizou a exposição *Black out: silhouettes then and now*. Ali se revela que essas silhuetas eram uma prática estadunidense popular ao longo do século XIX:

> Durante esse período, centenas de milhares de americanos penduravam silhuetas nas paredes de suas salas ou colavam-nas em álbuns de recortes como lembranças de família. Claro, porque eram muito mais acessíveis do que as pinturas a óleo e eram feitas rapidamente e em múltiplos, as silhuetas estavam fadadas a ser extremamente populares e certamente democratizaram o retrato muito antes do advento da fotografia em 1839. Mas, para além destas razões práticas, permanece a questão de saber por que razão a arte das silhuetas capturou a imaginação de amplos setores do povo norte-americano quando questões – tantas questões sobre a identidade nacional, a individualidade e a igualdade – estavam em jogo. (Nacem, 2018, p. viii; tradução do autor).

No catálogo da exposição, demonstra-se que a aparente singeleza das silhuetas acondicionava uma elaboração complexa de feitura e significados. A questão remete também à delicadeza da silhueta de Fonseca Rodrigues encontrada entre seus guardados. Como o *black out* nas mãos de Dona Vera, desenhar o perfil de um arquiteto é um desafio tal como o controverso "grau zero da escrita" que Roland Barthes polemizou em 1953.[9] Os acervos constituem um fundamento para a elaboração dessa escrita. Mas como realizá-la?

Deixar uma cápsula do tempo aos pósteros, até a sua descoberta em alguma incerta época futura, pode garantir sua eventual

9. BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004: "uma escrita cuja função não mais consiste em meramente comunicar ou exprimir, mas em impor um para além da linguagem que é, ao mesmo tempo, a História e o partido que nela se toma".

sobrevivência material, mas não sua transcendência histórica e cultural. Acervos, como cápsulas do tempo, sugerem fetiches. Muitos acervos continuam como cápsulas do tempo, isto é, coleções de artefatos, aparentemente inarticulados, à espera de revelações, até que se atribuam significações mais precisas. Bahiana, Bratke e Fonseca Rodrigues eram insignificantes. Setenta anos separam a morte de Fonseca Rodrigues do livro que o trouxe à tona. Como evidenciar notoriedades para justificar a constituição de acervos de Arquitetura e Urbanismo? Arquitetos e urbanistas podem ser reconhecidos, ainda vivos, para legitimarem espaços para salvaguarda de seus documentos? Precisam morrer para merecer atenção? Por que a pesquisa lida melhor com os mortos que com os vivos? As evidências e reminiscências orais ainda assustam os historiadores?

Cada etapa da formação e identidade de um acervo tem sua velocidade de constituição, assentamento e reconhecimento. Cada etapa desses procedimentos se sujeita a tempos próprios de realização, impermanências, imponderabilidades, precariedades, indecisões. No Brasil, até acervos óbvios carecem de atenção, como as exportações de coleções importantíssimas para o exterior, como *commodities* culturais (Segawa, 2020).

Parafraseando Jorge Luis Borges, no seu conto "A Biblioteca de Babel", troquemos a palavra "biblioteca" por "acervo". Vejamos a descrição desse espaço fantástico:

> O universo (que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por balaustradas baixíssimas. De qualquer hexágono, veem-se os andares inferiores e superiores: interminavelmente. [...]. No vestíbulo, há um espelho, que fielmente duplica as aparências. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca não é infinita (se o fosse realmente, para que essa duplicação ilusória?): prefiro sonhar que as superfícies polidas representam e prometem o infinito... (Borges, 2001, p. 91).

E adiante:

> Outros, inversamente, acreditam que o primordial era eliminar as obras inúteis. Invadiam os hexágonos, exibiam credenciais nem sempre falsas, folheavam com fastio um volume e condenavam prateleiras inteiras: a seu furor higiênico, ascético, deve-se a insensata perda de milhões de livros. (Borges, 2001, p. 96).

A quantas Dona Veras dependeremos para enfrentar o esquecimento, para vislumbrar o futuro dos acervos?

São Paulo, 28 de março de 2024.

Referências Bibliográficas

ANELLI, Renato, GUERRA; Abílio, KON, Nelson. **Rino Levi: arquitetura e cidade**. São Paulo: Romano Guerra, 2001.

BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.

BENTON, Charlotte; BENTON, Tim; WOOD, Ghislaine (ed.), **Art Deco 1910-1939.** Londres: V&A Publications, 2003.

BORGES, Jorge Luis. A Biblioteca de Babel. *In*: **Ficções**. Tradução de Carlos Nejar. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.

CABOT, Roberto. **Joseph Gire: a construção do Rio de Janeiro moderno**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

CABRAL, Maria Cristina; PARAÍZO, Rodrigo Cury. **Presença estrangeira: arquitetura no Rio de Janeiro 1905-1942**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2018.

CÁPSULA do tempo. **Wikipedia**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1psula_do_tempo>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez; ALMADA, Mauro. **Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, Secretaria Municipal de Urbanismo, c. 1996.

HILLIER, Bevis; ESCRITT, Stephen. **Art Deco Style**. Londres: Phaidon 1997.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos. Edusp, 1979.

MAENZ, Paul. **Art Déco: 1920-1940. Formas entre dos guerras**. Tradução de Pere Ancochea Millet. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

NACEM, Asma. **Black out: silhouettes then and now**. Washington D.C.; Princeton: Smithsonian Institution; Princeton University Press, 2018.

NOVO edifício da biblioteca do Itamaraty. Encerrou-se a concorrência aberta para sua construção. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 07 nov. 1928.

ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. *In*: DUBY, Georges, ARIÈS, Philippe, LE GOFF, Jacques, LE ROY LADURIE, Emmanuel. **História e nova história**. 2.ed. Lisboa: Teorema, 1989.

PENTEADO, Fábio. **Fábio Penteado: ensaios de arquitetura**. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

SEGAWA, Hugo. A arte de bem projetar e construir: entrevista de Oswaldo Bratke. **Projeto**, São Paulo, n. 106, dez. 1987/jan. 1988. p. 156-161.

———. A fragilidade e o peso dos papéis. **Jornal da USP**, São Paulo, 17 set. 2020. Disponível em: < https://jornal.usp.br/artigos/a-fragilidade-e-o--peso-dos-papeis/> Acesso em: 24 mar. 2024.

———. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

———. Elisiário Bahiana e a arquitetura art deco. **Projeto,** São Paulo, n. 67, set. 1984. p. 14-20.

———. **Jayme Campello Fonseca Rodrigues – Arquiteto**. São Paulo: Bei Comunicação, 2016.

SEGAWA, Hugo; ATIQUE, Fernando. A turma de 1930 do Mackenzie: Bratke, Capua e Fonseca Rodrigues: ensino e arquitetura em São Paulo nos anos 1920-1930. 2017. *In*: **Academia.** Disponível em: <https://www.academia.edu/37518513/A_turma_de_1930_do_Mackenzie_Bratke_Capua_e_Fonseca_Rodrigues_Ensino_e_arquitetura_em_S%C3%A3o_Paulo_nos_anos_1920_1930_The_Mackenzie_Class_of_1930_Bratke_Capua_and_Fonseca_Rodrigues_Education_and_Architecture_in_S%C3%A3o_Paulo_in_the_years_1920_1930>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. **Oswaldo Arthur Bratke**. São Paulo: ProEditores, 1997.

Para Carlos A. C. Lemos, desbravador na formação do acervo de desenhos da FAU USP.

Capítulo 13

Brasília, Eixo Monumental: arquivo, história e patrimônio

Carlos Henrique Magalhães de Lima

A cultura visual e o trabalho em arquivos ocupam espaço destacado na produção de conhecimento na arquitetura contemporânea. A arquitetura também é discutida, explicada e difundida por meio de suas representações (Rattenbury, 2002). Essas representações não têm a ver somente com a realidade física do edifício, pois contribuem para as interpretações do passado e com a imaginação que pode suscitar. Mudanças de abordagem quanto às fontes arquivísticas, gráficas ou textuais contribuíram para o entendimento da arquitetura como ato crítico e interpretativo (Colomina, 1988). A partir de documentos sobre o Eixo Monumental de Brasília, marco fundamental do urbanismo do século XX, proponho uma reflexão orientada para as questões de memória e de preservação da arquitetura monumental da cidade. A partir de pesquisa no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), elaboramos uma interpretação em que os gestos autorais se interseccionam com seu contexto de produção.

O surgimento de um campo visual induziu mudanças técnicas e epistemológicas da produção arquitetônica e favoreceu a análise de novas fontes historiográficas. Nas duas primeiras décadas do século XXI, os historiadores ampliaram os contornos entre o campo da visualidade e a representação arquitetônica, dificultando as classificações unívocas (Costa, 2019, 2021). Filmes, mídia e fotografias

expandiram o campo da pesquisa arquitetônica para além das abordagens a partir dos documentos tradicionalmente considerados na pesquisa. Não se trata apenas da descoberta de novas fontes gráficas e documentais, mas da possibilidade de "fabricar outras imagens, outras montagens", olhar as fontes de outras maneiras (Didi-Huberman, 2021, p. 458).

Pelo menos desde meados do século XX, questionou-se a compreensão dos inventários apenas como repositórios passivos de documentos herdados por seus produtores. Portanto, os arquivos não são apenas uma ferramenta, mas um meio de pesquisa. As práticas arquivísticas estão impregnadas de subjetividades (Kaplan, 2018), assim como as formas de conhecimento histórico. Os conjuntos documentários são organizados a partir de categorizações prévias, mas também se mostram abertos a intervenções que nos anunciam a possibilidade de investigar um conjunto de maneiras de fazer.

A pesquisa em arquivo permitiu enredar as ideias que seguem a respeito da historiografia e patrimônio. Seguindo o exposto por Ingold, sugiro que o exercício de investigar a história de um objeto é antes o de olhar a obra à medida que se desenvolve no mundo mais do que tentar olhar para uma intenção original da qual seja o produto (Ingold, 2011, p. 216). O Eixo Monumental parte tanto de uma ideia quanto do conjunto de forças produtivas que permitiram sua realização. É um conjunto urbanístico realizado pelo empenho de dezenas de projetistas e milhares de trabalhadores. É um espaço em contínua transformação que sugere pensar o Patrimônio como engajamento e performance coletiva (Smith, 2021), mais do que o resultado de valores apriorísticos. Olhar para os processos e performances, tanto quanto para as obras, é o que proponho realizar a seguir.

Eixo Monumental

Foi Lucio Costa, mais do que qualquer um de seus contemporâneos, quem elaborou uma narrativa fundacional para a arquitetura moderna no Brasil. A partir de uma determinada leitura do ideário de Le Corbusier (Martins, 2004), Costa influenciou uma geração de arquitetos que lidou com transformações significativas no espaço urbano. Lucio Costa é um intérprete da cultura brasileira (Schlee,

2009) que contribuiu para forjar uma cultura artística amparada pelo Estado, assim como ocorreu com o compositor Heitor Villa-Lobos (1887-1959) ou com o artista plástico Candido Portinari (1903-1972) (Costa, 2021). A trajetória de Lucio Costa é difícil de ser resumida, pois é abrangente e marcada por inflexões. Porém, podemos frisar seu deslocamento de uma postura acadêmica, de estilo artificioso, para uma arquitetura que se apoia necessariamente "na definição racional do problema social e econômico a enfrentar, isto é, no programa e na utilização rigorosa da técnica e do cálculo." – condição que considerava necessária, mas não suficiente para a obra de arquitetura (Martins, 2004). Isto porque, no caso de Costa, é o "sentimento" que ordena e dota de sentido e intenção plástica o que era mera construção, conferindo um sentido e um lugar para a arquitetura cujas reverberações se estendem para o espaço urbano.

Há pouca dúvida sobre a contribuição mais significativa de Lucio Costa, Brasília, inaugurada em 1960 – pois sua produção arquitetônica foi espaçada e descontínua. O memorial descritivo de Lucio Costa para o Plano Piloto (1957) é uma declaração de princípios coesa o suficiente para induzir entre arquitetos entendimentos relativamente comuns sobre o projeto na cidade. Lucio Costa não produziu a codificação de um repertório de técnicas ou organização dos programas de necessidades; elaborou um delineamento por meio de texto e croquis cuja correspondência com as realizações é surpreendente. O Eixo Monumental de Brasília pode ser considerado um espaço síntese a esse respeito. Um trecho urbano simbólico e representativo elaborado gradativamente e resultado de imenso esforço coletivo.

O Eixo Monumental reúne ideias e repertório de Lucio Costa sobre o urbanismo. Sua vista aérea é evocada recorrentemente para dar conta de sua inscrição na lista de bens do Patrimônio Mundial da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – em 1987. Visto à distância, o Eixo Monumental evoca unidade plástica; mas a partir do chão, é um lugar com ambiências variadas e que reverbera a intenção prenunciada por Lucio Costa (2018) de uma monumentalidade que não oprime. Porém, o Monumental não é resultado apenas de um conjunto de ideias, mas sim de esforços coletivos da parte de vários profissionais,

nos escritórios de desenho e nos canteiros de obras. Os trabalhos de Marquez (2007) e Coelho (2009) desenvolvem uma análise pormenorizada da escala monumental do Plano Piloto, enfocando aspectos históricos, projetuais e patrimoniais, recuperando ainda textos fundamentais a esse respeito.

O Eixo Monumental possui uma extensão de cerca de nove quilômetros entre a Praça dos Três Poderes, na extremidade leste, e a antiga estação Rodoferroviária, projetada por Niemeyer em 1973 – que hoje abriga serviços administrativos do governo local. A maior variação de altitude neste trajeto é de 105 metros, indicando a importância dos trabalhos topográficos para a implantação do conjunto. A Praça dos Três Poderes está disposta em um terrapleno triangular, espaço tratado com a largueza e o apuro de uma "Versalhes do povo" (Costa, 1985). É uma Praça que funda o próprio lugar em contraste com a "campina circunvizinha" do cerrado, abrindo-se em direção ao lago como uma plataforma de observação. A torre do Congresso Nacional funciona como um elo entre as escalas espaciais, um elemento de destaque entre os volumes que balizam a ambiência pedestre. O notável renque de palmeiras imperiais é um elemento que se soma à almejada formalidade deste conjunto urbano.

O trecho da Esplanada ministerial é relativamente plano, um extenso gramado cortado por caminhos de pedestre e entremeado por árvores. Dois Palácios Monumentais balizam a perspectiva axial do conjunto, o Itamaraty e o Palácio da Justiça. Expressam de maneira distinta a monumentalidade por meio da colunata: no Itamaraty pela síntese do arranjo; na Justiça pela alegoria de fazer cascata suspensa neste espaço cerimonial. A Catedral de Brasília (1958-1970) está disposta ao lado da sequência de edifícios ministeriais em uma praça autônoma na porção sul, e passou a dividir espaço com o Conjunto Cultural da República, formado pelo Museu Nacional e Biblioteca Nacional, inaugurado em 2006. Há projetos de Oscar Niemeyer para o Setor Norte, mas nunca foram realizados e o terreno permanece sem edificações.

A Plataforma da Rodoviária, projetada por Lucio Costa, está acoplada a um conjunto de viadutos que realizam a ligação de pedestres e veículos entre as Asas Norte e Sul da cidade. Também estão apensos nessa trama de viadutos da Plataforma Rodoviária o Teatro

Nacional, na porção norte, e o antigo edifício do Touring Club, na porção sul, hoje ocupado por um espaço de arte, ciência e tecnologia patrocinado pelo Serviço Social da Indústria – SESI, e os Setores de Diversão Norte e Sul, ocupados pelo Conjunto Nacional e CONIC. São edifícios que possuem características próprias e mantêm relações francas com o paisagismo das praças e estacionamentos. Após a rodoviária, na direção Oeste, estão localizados equipamentos como a Torre de TV, o antigo Setor de Divulgação Cultural, conhecido como Funarte, o Planetário e o Clube do Choro. É um trecho em que a escala monumental é relativizada ou atenuada por meio de um programa que proporciona a experiência do lazer e do encontro ocasional, festivo. A Pista de Dança (1968) é uma pequena arena circular conjugada a uma marquise. É um uso algo prosaico e idílico, talvez até imprevisto em uma zona de absoluta extroversão. Os Pavilhões Expositivos e salas de cultura são conectados por uma marquise que define sua dimensão pública ao lhe conferir unidade. O Centro de Convenções é um edifício cujo projeto original é assinado por Sergio Bernardes, mas foi reconfigurado em tamanho e proporção, e não tem maior impacto na paisagem devido à vegetação. O Estádio Mané Garrincha foi reconstruído para a Copa do Mundo de Futebol masculino, realizada no país em 2014, e se tornou também uma estrutura gigante e desmesurada. Foram obras que incrementaram o uso da região, atraindo a instalação de negócios com características de entretenimento.

A praça do Palácio do Buriti é o edifício da administração local e se destaca pela praça e esplanada que se estendem desde o conjunto dos edifícios até o eixo. O Museu da Cultura Indígena, inicialmente concebido como museu de arte, é um edifício inaugurado anos 1980, em sintonia com o espírito de programas que emergiram no período de redemocratização que se seguiu à ditatura militar. Mais adiante, o mausoléu de Juscelino Kubistchek é um espaço semienterrado que encerra a perspectiva do eixo, associado à topografia. Após o Memorial de JK, há uma pequena igreja católica projetada por Oscar Niemeyer para celebrar a passagem de um dos papas pela cidade. Após isso, um espaço vazio nas laterais do Eixo com vegetação nativa com pouca circulação de pedestres, mas que em anos recentes passou a ser frequentada por moradores do Setor Sudoeste da cidade – novo bairro

construído a partir dos anos 1990. O marco do Cruzeiro é o ponto mais alto neste trajeto. É associado a uma pequena praça, projetada em 1974 e que hoje recebe eventos culturais ao ar livre ocasionalmente. Finaliza em uma pequena praça com um cruzeiro, um símbolo católico que também é visto em cerimônias de outras religiões.

O paisagismo é elemento relevante na concepção urbanística da escala monumental. No Relatório do Plano Piloto de Brasília, Costa apresenta diferentes concepções a esse respeito: na escala monumental, uma organização dos elementos que proporcionassem uma ambiência de destaque para os volumes; nas superquadras, a predominância da vegetação sobre as edificações. Esse delineamento guiou as propostas paisagísticas para o espaço monumental, onde há predominância de grandes planos gramados – no início dos anos 1960, Burle Marx sugeriu fazer um parque na esplanada dos ministérios. No entanto, Lucio Costa o convenceu de que o vazio era importante para a expressão monumental e a percepção dos volumes arquitetônicos. Porém, o trecho entre a plataforma Rodoviária e a Torre de Televisão – ambas desenhadas por Costa – foi desenvolvido com características de parque urbano.

Entre fevereiro de 1965 e dezembro do ano seguinte, um Parque de Aeromodelismo foi elaborado por Nauro Esteves para urbanização do entorno da Torre de TV. É uma proposta cujo programa envolve fonte aquática, pista de patinação, pistas de aeromodelismo e tanque para nautimodelismo. Canteiros e bancos – conjugados aos estacionamentos – são desenhados e dimensionados em proporções condizentes com a escala urbana em que se situam; e para serem vistos a partir do mirante da Torre de TV ou experimentados ao nível do chão. É uma proposta em que se vinculam a dimensão monumental e cotidiana, mas sem parecer algo prosaico. A articulação das peças no espaço se concretiza em sua dinâmica de conjunto.

Novos projetos foram elaborados em decorrência da ligação direta, em cota inferior, entre as vias W3 Sul e Norte, inaugurada em 1976. Em 1975 foi desenvolvido um projeto paisagístico por Roberto Burle Marx em parceria com os arquitetos Haruyoshi Ono e José Tabacow. É um desenho que remete à ordenação geométrica que aparece com notável regularidade na obra de Burle Marx a partir da década de 1950. A paginação de piso se alterna entre elementos que derivam de

formas hexagonais e perímetros formados pela combinação de linhas e curvas: mosaico português branco, seixos rolados, canteiros e gramados implantados nos gramados e taludes que permeiam as curvas do sistema viário e entorno imediato da torre de TV. É uma proposta coetânea ao desenho da fonte desenvolvida por Maria Elisa Costa e Eduardo Sobral, que configura a ambiência atual do lugar.

Em um espaço de tempo relativamente curto, mudaram as feições, porém não os princípios. O Eixo Monumental é uma construção coletiva que media as dimensões do tempo cotidiano e da memória. É um conjunto urbano formal e simbólico, mas que possui características de livre uso e apropriação. Para Brandão (2007), os termos "monumento" e "cotidiano" estão imbricados e se referem à rareza e à repetição, da memória e da lembrança, ao futuro e ao presente. O monumento moderno, para Le Corbusier, remete ao comum, no cotidiano, em vez da exceção, da raridade ou do excepcional, que estão fora do cotidiano. O monumental "não é o excepcional, o inédito, mas, ao contrário, a síntese que se tornou comum, pública e legítima dentro de uma tradição". Um monumento como o Parthenon torna público o que teve origem dispersa (ou mesmo privada) no tempo e no espaço para as gerações atuais e futuras. O monumento não é um dado, mas algo que se constrói.

Para Argan (2000), a cidade moderna expressa mudanças significativas no entendimento sobre a arquitetura monumental. Ele argumenta que a arquitetura moderna se insere em um contexto crítico de transformações sociais, por isso seu papel não é somente o de renovar a capacidade criativa, mas também reativar essa vontade de ser a expressão do sentimento coletivo e a imagem plástica da estrutura ideológica da sociedade, como na Grécia antiga ou nas comunidades medievais.

> Por isso a arquitetura moderna não se exprime no monumento, no templo, no mausoléu, não aspira a dar forma sensível aos 'eternos valores' nos quais se funda a sociedade dos homens, às grandes ideias que a dirigem. Ao contrário, seu domínio é o da vida de todo dia, dos atos através dos quais a cultura e a civilização se traduzem num modo de vida: a fábrica, o escritório, a casa, o teatro, a escola, e com todos esses objetos que têm referência direta à prática da existência cotidiana. (Argan, 2000).

Objetos funcionais, equipamentos cotidianos estão dispostos no Eixo Monumental desde os primeiros projetos. Indicam a possibilidade de modificar estruturas físico-espaciais sem interferir na uniformidade de sua expressão. Com algumas exceções. Ainda nos anos 1960, intervenções na paisagem feriram princípios de sua concepção. É o caso do Mastro da Bandeira (1972), de Sérgio Bernardes, e do Panteão da Pátria e da Liberdade – Memorial Tancredo Neves (1986), de Oscar Niemeyer. Modificações recentes também produziram mudanças na paisagem, principalmente o adensamento e a verticalização dos Setores Hoteleiros Norte e Sul, próximos à Torre de TV; mas também mudanças paisagísticas consideráveis na porção oeste do canteiro central. Nos finais dos anos 2000, a proposta de Oscar Niemeyer para a Praça da Soberania conjugada a um estacionamento subterrâneo causou descontentamento e indignação que extrapolou o debate entre profissionais (Macedo, 2009). Atualmente, o Eixo Monumental desempenha papel relevante de conexão na região metropolitana de Brasília, e o fluxo de veículos expressivo tende a impor mudanças na organização e na engenharia de trânsito que podem afetar a experiência e circulação no conjunto.

Todas estas modificações foram realizadas seguindo valores expressados na legislação vigente do patrimônio. A cidade foi produto de uma economia desenvolvimentista, mas contou em larga medida com políticas patrimoniais. Sobre isso, novamente, vale ressaltar que Lucio Costa é figura central na constituição das ideias sobre o patrimônio histórico no Brasil, e, em larga medida, orientou perspectivas fundadoras sobre nossa historiografia arquitetônica. Nos debates contemporâneos, o tempo histórico exige pensar de forma crítica sobre a dimensão de valores e experiências que configuram um patrimônio edificado. As negociações, os arranjos provisórios e as ordens de importância que assinalam a pesquisa no campo historiográfico e projetual devem ser considerados nesse caso, o que situa os arquivos em lugar destacado. A ideia patrimonial e de preservação não se pauta pela imobilização, pelo congelamento destas experiências únicas, mas sim pela forma como, por meio de um conjunto documental, podemos ver como foram produzidas as informações a seu respeito e, assim, explorar o novo.

A pesquisa em arquivos permitiu situar o Eixo Monumental como produto do trabalho coletivo, um espaço formado gradualmente e em constante transformação. As seções consultadas aqui abrangem desenhos, fotografias e documentos textuais e revelam nuances a respeito das relações de projeto e história. A investigação dos diferentes projetos que configuram o Eixo Monumental orienta uma reflexão a respeito do Patrimônio como algo vivo e pulsante, dependente do engajamento coletivo, e não de valores atribuídos a priori. A noção de Patrimônio como Performance elaborada por Smith (2021; 2011) contribui nessa direção e nos ajuda a pensar que os edifícios, mesmo os monumentos, estão sujeitos a transformações, resultantes de intervenções humanas ou não. A noção de patrimônio como performance evoca ainda uma leitura dos edifícios como um conjunto de forças convergentes e não apenas como objetos acabados. A performance também nos recorda que preservar e investigar documentos relacionados às técnicas e condições de produção identificadas em um determinado contexto de realização é fundamental.

O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) reúne o conjunto mais extenso e relevante sobre a construção de Brasília. São milhares de desenhos, croquis, fotografias e documentos que formam um conjunto de excepcional importância histórica. O ArPDF foi criado em 1985 com a atribuição de proteger o acervo documental e histórico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, Novacap. O ArPDF é a instituição relativamente autônoma, de caráter cultural, técnico e científico com a finalidade de garantir acesso aos documentos sob sua custódia e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural. O acervo do ArPDF amplia as possibilidades de enfrentamento pormenorizado a respeito da história da cidade e a produção arquitetônica correspondente ao período de sua realização. O conjunto documental oferece a possibilidade de construir interpretações além dos espaços icônicos do Plano Piloto, analisando propostas espaciais que tentavam dar conta da cidade em sua relação complexa com o território (Derntl, 2020).

Ao se concentrar no espaço monumental da cidade, surgiram detalhes que permitem esta interpretação. A pesquisa no ArPDF ajuda a lembrar que, em contraste com grandes arcos que requerem a compreensão de sistemas, a atenção ao menor é crucial em tempos

de produção e circulação aceleradas de imagens (Didi-Hubermann, 2021). As fontes nos revelam um campo complexo de temas e relações em que se pode indagar, mais do que sobre laços coerentes de filiação e intenções plásticas entre autores, um contexto de produção material do qual fazem parte muitos autores, incluindo a massa anônima de trabalhadores migrantes que se deslocou para a cidade.

O conjunto de fotos sobre o Monumental cobre principalmente os anos de 1958 a meados dos anos 1970 e nos dá uma ideia da extensão e dimensão do trabalho, bem como das condições em que os edifícios foram construídos. O canteiro de obras tornou-se um local de produção diuturna com jornadas de trabalho extensas. O ritmo acelerado das obras aparentemente criou uma sobreposição entre as dimensões da vida e do trabalho. Revelam ainda o peso e a presença dos trabalhadores e o tratamento a eles dispensado pela sociedade da época (Ribeiro, 2008). O que as fotografias exprimem de forma visual, os documentos revelam pelo número e descrição: a diferença entre salários, os regimes de contratação e outras informações sobre as obras. Uma abordagem arquitetônica e urbanística para os deslocamentos humanos e a energia desperdiçada da cidade é uma possibilidade de pesquisa promissora e ainda pouco explorada.

Os desenhos técnicos, por sua vez, permitem uma análise aprofundada das dimensões materiais envolvidas na produção dos projetos. Os detalhes das pranchas revelam mais do que apenas seu material. As marcas impressas no papel não têm valor em si; em vez disso, referem-se às etapas e ao tempo necessários para concluir cada projeto, que possui um conjunto considerável de desenhos que vão da implantação até os detalhes. As pranchas denotam afinco e habilidade e demonstram um grande domínio técnico por parte desses arquitetos. Isso abre uma perspectiva interpretativa sobre as relações entre trabalho, desenho e projeto que revela o caráter coletivo destas edificações.

Como observa Tim Ingold, o desenho não é imagem (2013). Desenhar é uma atividade que leva tempo. A imagem sintética dos Eixo Monumental e dos edifícios nos fariam supor que, "[...] ao desenhar um objeto, o arquiteto trataria primeiro de fixar uma imagem em sua mente e então imprimir seus contornos em uma superfície" (Ingold, 2013, p. 168). Mas a densidade dos desenhos de projeto reside justamente em sua incompletude, em seu caráter aberto às relações que

derivam de propriedades materiais e da elaboração de seus executores. O trânsito de ideias baseado no diálogo entre pares é o meio de transformação da matéria e forma de construção da experiência.

Os arquivos referentes ao Palácio do Itamaraty são exemplos dessa relação estreita entre a operação do desenho e seu resultado. Apesar da unidade plástica definida pela concepção arquitetônica de Niemeyer, as diversas versões dos desenhistas mostram particularidades que colocam o gesto autoral em posição relativa diante de um fazer construtivo produzido coletivamente. Os desenhos expõem características como a textura das ripas das fôrmas de madeira rebatidas nas colunas que definem o edifício. Trata-se de transmitir uma informação, mas é também um procedimento tátil, meio de experimentar uma visualidade e daí configurar opções construtivas. Para Ingold, há analogia entre instrumento e resultado que pode ser refletida na espessura das linhas do desenho (Ingold, 2011, p. 188). Desse modo, o lápis serve, nas mãos do desenhista [...] como um transdutor. O transdutor "converte a qualidade cinética do gesto – o seu *ductus* – do registro do movimento corporal e da conscientização para o fluxo material". Portanto, o lápis não é um vetor de projeção, "uma ponte entre a mente imaginativa e a imagem que aparece no papel" (Pallasmaa, 2009, p. 17).

Como afirma Simon Unwin (2007, p. 108), "todos os edifícios são desenhos; não a realização construída de um desenho, mas desenhos em si". A prancheta não é ponte entre a concepção plástica e o resultado formal, pois no curso da elaboração do edifício são muitos os construtores que irão processar não uma preconcepção, mas sobretudo um conjunto de relações convergentes que fará emergir um resultado parcial que servirá como ponto de articulação para os caminhos que se pretende seguir. Mas não estamos tratando do desenho como produção técnica cuja finalidade não é a sua própria expressão, mas comunicar algo a uma comunidade de construtores? Certamente. Porém, o que movimenta a obra de arquitetura é que os sujeitos possam segui-la por conta própria, experimento-a, tecendo relações com seus espaços no decorrer do tempo. "Assim, o desenho [mesmo o desenho técnico] não é a sombra visível de um evento mental; é um processo de pensar, e não a projeção de um pensamento. Se por um lado o projeto exige um movimento prospectivo, uma

imaginação futura, o desenho exige reunião e aproximação (Ingold, 2022, p. 146). O desenho não é o ditado de um pensamento, como escreve Pallasmaa, mas "o processo do pensamento se transforma em um ato de espera, de ouvir, de colaboração e diálogo [no qual] gradualmente se aprende a habilidade de cooperação com o próprio trabalho" (2009). A isso Ingold denomina correspondência.

Em meu argumento, tal correspondência predomina em diversos episódios de construção dos espaços monumentais de Brasília. A pesquisa em fotografias, desenhos e documentos abrem possibilidades interpretativas a esse respeito, influenciando o campo historiográfico e projetual da arquitetura e urbanismo. Em nossa interpretação, a pesquisa em arquivos, e particularmente no ArPDF, nos remete a temas sobre a história e a preservação de edifícios e dos documentos relacionados à sua construção. Reforçam ainda a perspectiva de Colomina (1998) de que a arquitetura vai além da construção, o que demonstra a relevância da cultura visual para os debates contemporâneos. Isso pode sugerir que a ideia de patrimônio pode ser associada não apenas aos edifícios, mas aos documentos que foram elaborados para sua realização.

História, Patrimônio e Projeto

A ideia do Patrimônio como performance pode ser indicativa de como as noções sobre a historiografia foram matizadas pelo crescente interesse por objetos que, há poucos anos, eram pouco considerados. O trabalho da história não se encerra no encadeamento de fatos, assim como um arquivo não é uma acumulação do passado. O trabalho historiográfico é um exercício no qual se questiona permanentemente os modos pelos quais as conexões e arranjos se formam para que criem um conjunto de relativa coesão que possa ser compartilhado por grupos sociais, e que seja potencialmente capaz de "ampliar de modo inquisitivo os horizontes e a imaginação sobre memória, sujeitos e patrimônio [...]" (Mortimer, 2020, p. 13).

O termo Patrimônio emerge com vigor nos debates sobre construção social de significados, de grande importância para o campo historiográfico. Isso nos leva a indagar sobre as esferas de reconhecimento suscitados pelos edifícios e os valores que lhes são atribuídos.

Smith (2021) propõe o termo Discurso Autorizado de Patrimônio para se referir às relações de poder que sustentam discursos que formam a prática profissional de gestão e conservação de patrimônio. A autora contesta a ideia de patrimônio como algo apenas material como edificações e sítio histórico. Argumenta que "todo patrimônio é intangível na medida em que patrimônio é um movimento ou processo de (re)construção cultural e social de valores e sentidos" (Smith, 2021, p. 141). Por seu caráter processual, o patrimônio é feito a partir de performance, nos termos de autoras como Diana Taylor (2003) e Judith Butler (2010), para quem é o uso e as práticas entre sujeitos que conferem sentido aos espaços.

Na definição de Smith (2011; 2021), "Patrimônio é uma performance. É um momento de ação, não algo congelado em uma forma material". Há uma gama complexa de atividades que conferem sentido aos objetos que nos circundam, como "[...] lembrar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e memórias" (Smith, 2021, p. 141). Uma rede de relações sociais confere sentido de pertencimento e identidade aos objetos, e estes sentidos estão sendo continuamente criados e reinterpretados por comunidades e instituições, "[...] que lembram, esquecem e reexaminam os significados do passado nos termos das necessidades sociais, culturais e políticas do presente" (Smith, 2021, p. 142). São nas ações e nas práticas em que nos engajamos coletivamente que estamos corporificando sentidos e, por isso, construindo ideias de Patrimônio. Como exemplo, a lista do Patrimônio Mundial é uma ação performativa que constrói noções, significados e formas de conhecer a história (Smith, 2021, p. 143).

Essa noção de patrimônio como performance nos permite realizar duas aproximações. A primeira diz respeito às "formas de conhecer a história" (Smith, 2021, p. 143) e de construção de significados. Trata-se de uma questão fortemente influenciada pelo campo da cultura visual no presente, o que envolve as formas e a circulação de documentos e imagens, quer dizer, os regimes de visibilidade aos quais podem ser associados. Historiadores tem refletido sobre os jogos de poder envolvendo arquivos, sobre o que merecia ser lembrado e o que poderia – ou deveria – ser esquecido, lembrando-nos que a formação da memória social ou coletiva não se dá ao acaso (Cook, 2018). O segundo ponto nos remete ao trabalho em arquivos, que

vem sendo definido por novos contornos a partir de investimentos de pesquisa orientados para diferentes abordagens – monografias sobre a obra de arquitetos, exploração de obra notável ou de experiências que assinalaram mudanças expressivas no campo profissional. As políticas da memória colocam em evidência as instituições de poder como agentes capazes de construir ênfases nos modos de dizer e nos registros documentais. A ideia de que o valor cultural material é inato ao invés de construído está incrustada nas tramas de poder que formam o discurso a respeito do patrimônio. Por isso, uma história dos arquivos de arquitetura deve também considerar as tensões envolvendo avaliação, organização/descrição arquivística, além das formas de divulgação públicas de seus objetos.

Para Foucault, os arquivos são arranjos temporários que configuram o aparecimento dos enunciados difundidos socialmente. A concepção do patrimônio como ação performática remete a formas particulares de conhecer e entender as coisas a partir de indícios e da prática circunstanciada, e não a partir de abstrações e ideias preconcebidas. Ocorre uma negociação com significados do passado que emerge no presente para enfrentamento de problemas atuais. Estas práticas historiográficas mediadas pelo aprofundamento em espaços arquivísticos permitem desestabilizar consensos sedimentados por meio de práticas sociais prolongadas, abrindo espaço para perspectivas sobre a experiência do mundo.

Brasília tem uma memória em formação dado seu período relativamente curto de existência. É uma realidade que nos dá a capacidade de agir de acordo com os desejos e ideias dos tempos. Apesar dos desenhos sumários, das definições descritas por Costa em seu memorial descritivo, um extenso grupo de profissionais somou esforços para que as convicções do autor da cidade fossem amplamente realizadas. A vasta documentação relacionada aos projetos da cidade nos impulsiona a construir um campo de trabalho e reflexão a partir de pesquisa e organização deste material. Este é um tema que impõe desafios, pois além da preservação material dos próprios edifícios há as preocupações com a preservação e difusão de acervos. Então, a partir desse lugar, é possível adentrar um universo em que a arquitetura moderna brasileira, e especificamente seus monumentos, produziu um contexto profícuo de produção material que pode ainda ter muito a informar.

Referências Bibliográficas

ARGAN, G.C. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ática, 2000.

BRANDÃO, C.A. O lugar do monumento na arquitetura republicana. **Pós**. São Paulo, n.21, jun. 2007. p. 50-69.

COELHO, A. C. *C.* **A identidade do Eixo Monumental 1957 - 2007**: permanências e transformações analisadas por meio dos vazios urbanos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

COLOMINA, B. **Architecture-production Series Revisions**: Papers on Architectural Theory and Criticism. Nova York: Princeton Architectural Press, 1988.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

COSTA, E. A. Mudanças epistemológicas na arquitetura: entre arquivos, exposições e publicações. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.34, n.72, jan.-dez. 2021.

DERNTL, M. F. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 28, 2020. p. 1-32. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e30. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/167116. Acesso em: 11 abr. 2024.

DIDI-HUBERMANN, Georges. **Povo em lágrimas, povo em armas**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

INGOLD, T. **Being Alive***:* Essays on Movement, Knowledge, and Description. Londres: Routledge, 2011.

MARQUEZ, M. **A escala monumental do Plano Piloto**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

MARTINS, C. F. Lucio Costa e Le Corbusier: afinidades eletivas. *In*: NOBRE, A. *et al*. **Lucio Costa**: um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

MORTIMER, J. C. Poéticas de arquivo como práticas urbanas: três gestos de pesquisa no arquivo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, n. 22. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202039pt

MOTTA, F. L. **Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem**. São Paulo: Nobel, 1983.

PALLASMAA, J. **The thinking Hand**: Existential and Embodied Wisdom in Architecture. Chichester: Wiley, 2009.

RATTENBURY, K. **This is not architecture**. Londres: Routledge, 2002.

RIBEIRO, G. **O capital da Esperança**: experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: EdUnB, 2009.

SCHLEE, A. R. A praça do maquis. **MDC: Mínimo Denominador Comum**, Belo Horizonte/Brasília, n.1, 02 fev. 2009. Disponível em: <mdc.arq.br/2009/02/04/a-pracado- maquis/#more-1848>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SMITH, L. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n.2, 2021. p. 140-154.

SMITH, L. **All heritage is intangible**: Critical Heritage Studies and museums, Reinwardt Memorial Lecture. Amsterdã: Reinwardt Academy, 2011.

TAYLOR, D. **Archive and the Repertoire**: Performing Cultural Memory in the Americas. Durham: Duke University Press, 2003.

UNWIN, S. Analysing architecture through drawing. **Building Research and Information**, v. 35, n. 1, 2007, p. 101-110.

Legenda das figuras - págimas 319 a 322:

Figura 1. Obras do Eixo Monumental. Terraplanagem e abertura de vias. Em primeiro plano, Altar da primeira missa, projeto de Oscar Niemeyer. Fonte: ARPDF, Fundo Novacap, notação: NOV-D-4-4-B-18 (1112).

Figura 2. Operários no Espelho d'água do Congresso Nacional. Fonte: ArPDF. Notação: SCS-GF-7-1-B-3 (2631).

Figura 3. Vista do eixo monumental a partir do mirante da Torre de Televisão. Em primeiro plano, Parque projetado pela Divisão de Arquitetura, coordenada por Nauro Esteves, em 1965. Fonte: ArPDF. Notação: SCS-GF-7-6-D-4 (3129).

Figura 4. Projeto de Roberto Burle Marx, Haruyoshi Ono e José Tabacow para o Eixo Monumental, 1975. Fonte: ArPDF. Notação: e56a-10 (1).

Figura 5. Pavilhão de Exposições. Projeto de Oscar Niemeyer. Ao fundo, a Torre de TV. Fonte: ArPDF. Notação: SCS-GF-7-1-E-2 (2499).

Figura 6. Palácio do Itamaraty. Desenho de Fachada. Construtora Pederneiras, 1963. Fonte: ArPDF. Notação: SEDUMA-0010 (37).

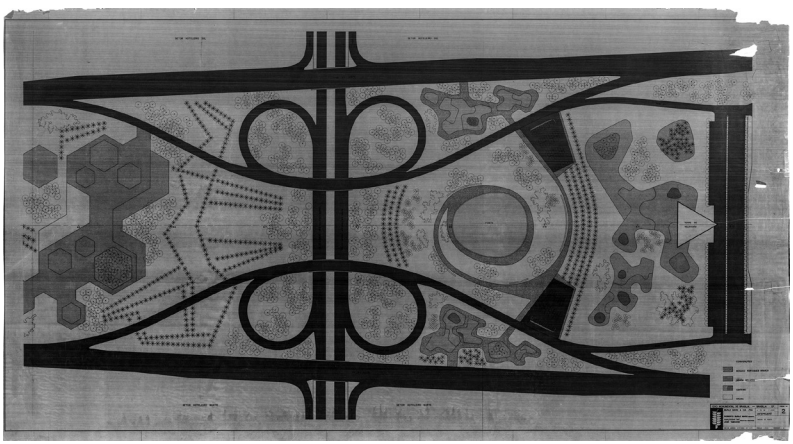
Figura 7. Eixo Monumental, locação de estradas. Divisão de Urbanismo e Arquitetura - Divisão de Topografia e Cadastro, Diretor: Lívio Apelles de Araújo Lima. Data: 5/09/1961. Fonte: ArPDF, notação: e109a-m8 (3).

Figura 8. Croqui de Lucio Costa do relatório do Plano Piloto e desenho de Nauro Esteves para o Setor de Diversões Sul, prancha de 1958. Fonte: ArPDF, notação: e103a-m1 (10).

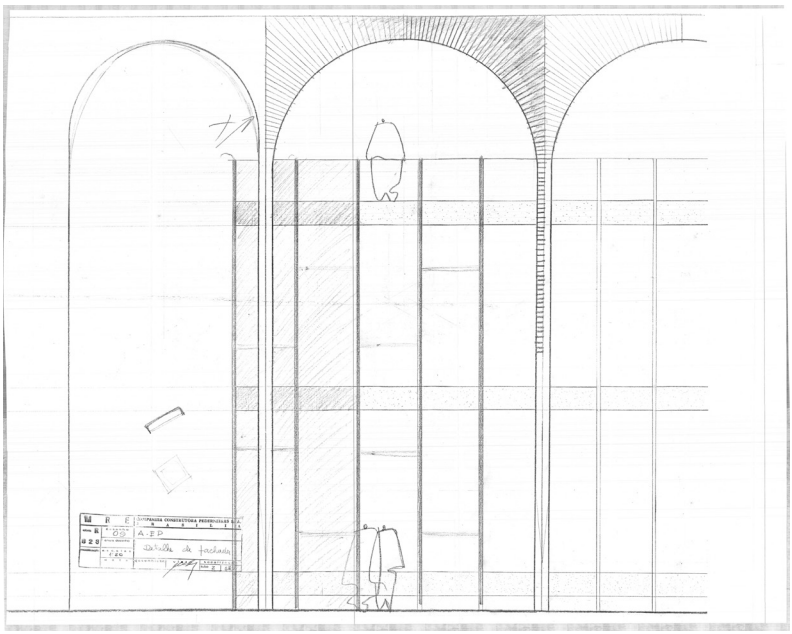


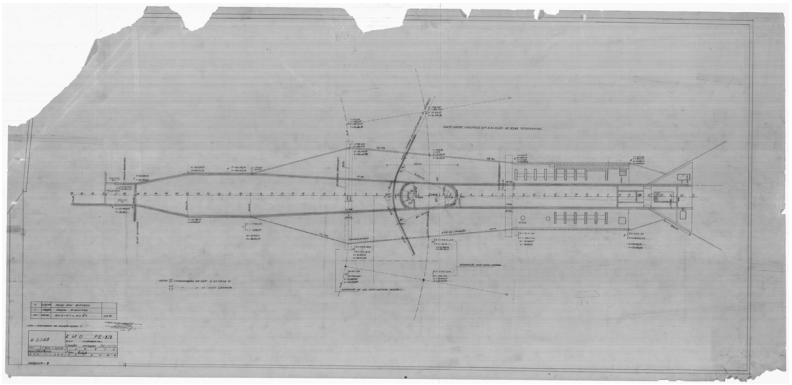


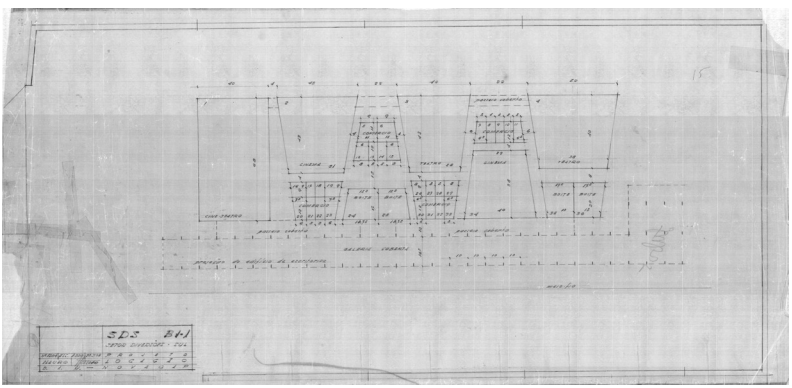











SDS EH1

Capítulo 14

Documentos de arquivo e as contribuições para a historiografia do urbanismo. Primeiras interpretações sobre a Coleção Argemiro Martins Dias, do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP

Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira

Introdução

Em 04 de janeiro de 1952, por meio de ofício enviado ao Prefeito Fausto Santomauro, o servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP (PMRC), Argemiro Martins Dias (AMD), requereu direitos trabalhistas junto à municipalidade, justificando seu pedido com as seguintes informações:

> Ninguém melhor do que V.S. compreenderá que os serviços prestados pelo requerente não têm sido somente de apenas Diretor de Obras, mas, que vem executando serviços de engenheiro e de desenhista; que há 23 anos vem trabalhando nesta repartição, dando seu nome e assumindo grandes responsabilidade nos referidos serviços. O requerente para exercer o cargo na repartição de obras teve que se registrar no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e está pagando suas anuidades. No caso que tenha que se afastar do serviço por motivo qualquer de força maior, a prefeitura não conta com pessoa habilitada para substituí-lo, a menos que contrate algum engenheiro com vencimentos superiores a CR$ 6.000,00 ou 7.000,00 por mês e ainda terá que admitir também um desenhista. Além dos serviços prestados, ocupa o requerente aparelhos e ferramentas de sua propriedade, quando é de orientação da prefeitura fornecer

> tudo o que for necessário à repartição; acrescendo ainda do acima exposto, o requerente não tem dia nem hora para trabalhar, estando sempre de prontidão para qualquer caso de emergência. (APHRC_FPMRC, Protocolo nº 637/53, apensado ao Registro de Empregados nº 40/1931, p. 35).

Seus argumentos ganham consistência quando cotejados com outros documentos do acervo do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP (APHRC), que comprovam as diversas atribuições de AMD e o exercício ampliado de suas funções vinculadas ao setor de engenharia e obras públicas da PMRC, durante o período compreendido entre a sua admissão, em 1931, e a sua aposentadoria, em 1960.

Informações sobre o servidor público efetivo podem ser encontradas em documentos do Fundo Prefeitura Municipal de Rio Claro (FPMRC) e nos registros cartográficos da Coleção Argemiro Martins Dias (CAD), doada ao APHRC pelo seu filho Sidney Martins Dias, em 1987. São esses documentos que embasaram as primeiras interpretações sobre o produtor e sobre a Coleção que leva o seu nome, com a intenção de subsidiar o tratamento arquivístico desse acervo ainda pouco conhecido do público e de trazer informações que permitam revelar o potencial informativo da fonte primária, para além do seu valor probatório original, afirmando a sua relevância para a sociedade.

Como orienta Bellotto (2006), para além das ações de recolhimento de documentos e de conservação preventiva dos suportes, as ferramentas de acesso à informação e as iniciativas de difusão cultural e educativa em arquivos favorecem a projeção das instituições na comunidade, trazendo-lhes a necessária dimensão popular e cultural.

1. Uma instituição arquivística de âmbito municipal

Uma referência para o início da produção documental em Rio Claro/SP é a primeira ata de instalação da Câmara de Vereadores, em 09/11/1845, na recém-criada Vila de São João Batista do Rio Claro. Deste registro inicial, até a criação do APHRC, em 1979, a

documentação corrente, que reflete as funções e atividades de cada órgão da administração municipal, foi-se acumulando nas unidades produtoras da PMRC, nem sempre em condições adequadas de conservação e de acesso. Foi somente com o funcionamento da instituição arquivística central, a partir de 1980, sob a direção de Ana Maria de Almeida Camargo, que se iniciou o recolhimento dos documentos, e o APHRC passou a ser a entidade responsável pelo tratamento arquivístico do patrimônio documental da municipalidade.[1]

O acervo da Autarquia está organizado em Fundos e Coleções, constituídos por documentos produzidos no âmbito do poder executivo municipal e por documentos recebidos de particulares, quando julgados de interesse para a construção da identidade e da memória coletiva. Extenso e diverso, com predomínio de itens de gênero textual, o acervo tem recebido tratamento arquivístico priorizado de acordo com a demanda de consulta, em ações planejadas e implementadas pelas três coordenadorias – de Arquivo Intermediário, de Arquivo Permanente e de Difusão do Acervo - que cumprem com as atribuições de conservar, organizar, disponibilizar e difundir o patrimônio documental de Rio Claro.[2]

A CAD, objeto central deste artigo, tem origem privada, embora seja constituída por documentos produzidos pelo servidor AMD, no desempenho de suas atividades no setor de engenharia e obras

1. A criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP (APHRC), por meio da Lei Municipal nº 1.573, de 11/10/1979, constituiu marco importante na preservação da memória local e ação pioneira na organização de instituição arquivística municipal, sobretudo quando consideramos que a preocupação em âmbito nacional ocorreu após uma década, com a publicação da Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991, que "Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados no Brasil". A primeira atividade da recém-criada Autarquia ocorreu em 26/07/1980, com a reunião de posse do Conselho Superior, que, na primeira reunião ordinária contou com a participação da historiadora Ana Maria de Almeida Camargo, nomeada diretora do APHRC pela Portaria nº 2.607, de 21/11/1980 (APHRC_Boletim Arquivo de Rio Claro, nº 1, 1982).

2. A Lei Complementar nº 0132/2018 reorganizou a estrutura administrativa do APHRC, que até então se encontrava regulamentada pela Lei de sua criação, de 1979. As três coordenadorias estão subordinadas, hierarquicamente, à Superintendência, cada qual com atribuições específicas em relação às atividades-fim do APHRC (Rio Claro [Município], Lei nº 0132, de 23/05/2018).

públicas da PMRC, entre 1931 e 1960. Esses registros de gênero cartográfico são representativos do processo de ocupação e de transformação do território municipal, com potencial informativo que vai além do seu valor probatório original e sugere inúmeras possibilidades de pesquisa no campo disciplinar do urbanismo.

E para auxiliar na identificação do produtor e na compreensão do contexto de produção dos documentos da CAD, que integram a coleção pessoal de AMD doada ao APHRC, foi fundamental a consulta aos documentos do FPMRC, tais como: Processos de Construção de Obras Particulares (PCOP); Registro de Empregados; Folha de Pagamentos; Termo de Registro de Construções e Reconstruções; Termo de Registro de Engenheiros, Arquitetos, Agrimensores, Construtores e Profissionais Licenciados, na conformidade do Decreto Federal nº 23.569 de 11/12/1933, e Relatório Anual de Prefeitos.

2. A Coleção Argemiro Martins Dias (CAD)

2.1. A doação dos documentos

Os documentos que compõem a CAD foram doados por Sidney Martins Dias, filho de AMD, entre dezembro de 1987 e fevereiro de 1988. Essa datação está referenciada no Ofício APHRC nº 13/1988, enviado ao doador, em 08/02/1988, pela então diretora Ana Maria de Almeida Camargo, em agradecimento ao material que "enriqueceu de maneira significativa o acervo desta instituição". Acompanhou o Ofício uma relação do material doado, baseado em listagem entregue em 17/12/1987. Essa informação pode ser confirmada no Boletim Arquivo de Rio Claro, edição nº 14, de julho de 1988, que registra o nome de Sidney Martins Dias na relação de doações de documentos no mês de fevereiro de 1988.[3]

3. Pressupõem-se que o filho de AMD, Sidney Martins Dias, tenha feito a entrega do material ao APHRC em 17/12/1987, acompanhado de listagem manuscrita, e que a formalização da doação tenha ocorrido em 08/02/1988, após a conferência dos documentos e a elaboração, pelo APHRC, de relação datilografada que acompanha o Ofício de agradecimento (APHRC_Boletim Arquivo de Rio Claro, nº 14, disponível em: <aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/APHRC_Boletim-14-Jul_1988-.pdf>. Acesso em 01.fev.2024).

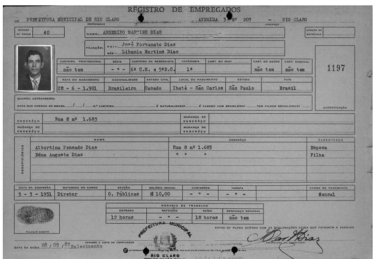
Nem todos os documentos da CAD estão datados, o que não permite, sem um estudo mais aprofundado, a datação da coleção. O mais antigo documento com data registrada refere-se a um estudo feito no curso de desenho, em junho de 1925, e o mais recente, a uma cópia da "Planta da Chácara Albertina", de propriedade de AMD, desenhada por Luiz F. Hebling, em abril de 1982.

2.2. Caracterização do produtor

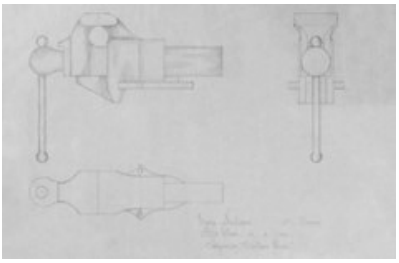
Segundo informações contidas no Registro de Empregados nº 40, o servidor público efetivo AMD era natural de Ibaté, no Estado de São Paulo, nascido em 28/06/1901, filho de José Fortunato Dias e Libania Martins Dias. Casado com Albertina Pensado Dias, tiveram os filhos Sidney Martins Dias e Edna Augusta Dias. Conforme Certidão de Óbito, apensada ao referido Registro de Empregados, AMD, já viúvo de Albertina Pensado Dias, faleceu de pneumonia bacteriana em 08/09/1987, e seu sepultamento se deu no Cemitério Municipal de Rio Claro/SP.

AMD foi admitido na PMRC em 03/03/1931, como Diretor de Obras Públicas, e permaneceu em atividade até a sua aposentadoria, aos 58 anos, na data de 01/06/1960, após 32 anos, 2 meses e 21 dias de efetivo exercício.[4] O encerramento de sua carreira no serviço público foi formalizado com a publicação do Decreto nº 504, de 27/05/1960, após a sua solicitação, como Chefe de Divisão de Obras, por meio do

4. Constam no Registro de Empregados nº 40, na folha de rosto, no verso e em ficha complementar as seguintes atribuições de AMD na PMRC: Admitido como Diretor de Obras Públicas (03/03/1931); Diretor de Obras Públicas e Lançador Municipal (Ato de Nomeação nº 34 de 23/09/1932); Diretor de Obras Públicas (Ato de Efetivação nº 164 de 27/06/1936); Engenheiro-Chefe (Portaria de Comissionamento nº 361 de 30/06/1945); Auxiliar de Engenheiro na Diretoria de Obras e Serviços Públicos (unidade criada pela Lei Municipal nº 260/1947, regulamentada pelo Decreto nº 79 de 03/12/1947, com Portaria de Nomeação de AMD nº 393 de 30/01/1947); Diretor da Diretoria de Obras e Serviços Públicos (Decreto de Nomeação nº 79 de 03/12/1947); Diretor da Diretoria de Obras (cargo criado pela Lei Municipal nº 190/1951); Auxiliar de Engenharia da Diretoria de Obras (unidade criada pela Lei Municipal nº 486/1956); Chefe de Divisão de Obras (Decreto de Nomeação nº 398 de 11/02/1959 e Decreto de Aposentadoria nº 504 de 27/05/1960, com validade a partir de 01/06/1960) (Fonte: APHRC_FPMRC_Registro de Empregados nº 40).


REGISTRO DE EMPREGADOS

1197



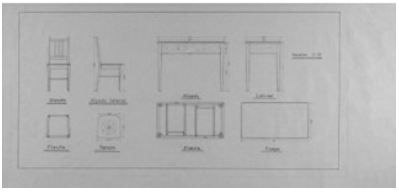


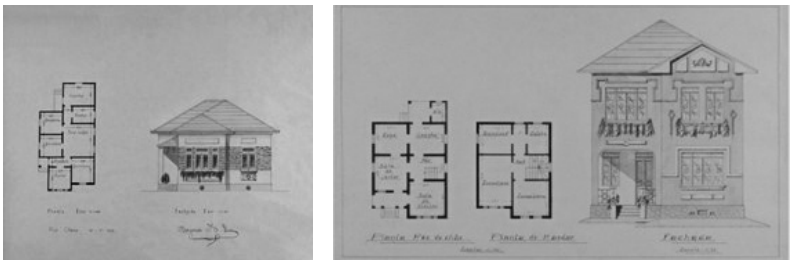
Figura 1. Folha do Registro de Empregados nº 40, em nome de AMD, iniciado na sua admissão na PMRC, em 03/03/1931. Fonte: APHRC_FPMRC, Registro de Empregados nº 40/1931, p. 1.

Figuras 2 e **3**. Desenhos técnicos elaborados por AMD, durante curso de desenho, em junho de 1925 (2) e em 10/05/1926 (3). Fonte: APHRC_CAD_291_9; APHRC_CAD_293.

Requerimento nº 1.018/60, protocolado no Departamento de Administração da PMRC em 24/05/1960 (Figura 1).

No "Relatório correspondente ao exercício de 1941, incluindo o período de 13 de novembro de 1940 a 31 de dezembro do mesmo ano", encontrou-se uma prova da atribuição de AMD como Encarregado da Seção de Obras. O servidor responsabilizou-se pela estatística de plantas aprovadas na Seção de Obras Públicas, naquele período, e informou ao então Prefeito, doutor Sólon do Rêgo Barros, as atividades desenvolvidas em Rio Claro naquele intervalo.

Uma evidência da intensa rotina de trabalho de AMD na PMRC pode ser conhecida por meio dos ofícios dirigidos ao Prefeito Municipal, em que o servidor público efetivo, ao solicitar suas férias, sempre acumuladas, apresentou justificativas de que "não foram gozadas por não haver na ocasião pessoas para substituí-lo", e "as quais são foram gozadas por acúmulo de serviço e não haver naquela época pessoa apta para substituir-me" (APHRC_FPMRC_Ofício, apensado ao Registro de Empregados nº 40, p. 54 e p. 57).



Figuras 4 e **5.** Estudos para representação de projeto arquitetônico, elaborados por AMD, em 10/11/1926 (4) e sem data mencionada (5). Fonte: APHRC_CAD_293.

2.3. Formação acadêmica e habilitação profissional

Na CAD há registros das habilidades de AMD no desenho técnico, em estudos datados de 1925 e 1926.[5] Nas ilustrações em que não há registro de data, entende-se que constituam parte do mesmo conjunto, feitos com a mesma intenção, dada a semelhança dos suportes, das técnicas de registro e da organização das pranchas. Alguns estudos foram feitos no papel sulfite, a lápis, com representação em planta e em vista frontal, em escala, reproduzindo peças mecânicas e de mobiliário (Figuras 2 e 3). Outros estudos demonstraram sua habilidade na representação de projetos arquitetônicos, com desenhos feitos a nanquim e coloridos com a técnica da aquarela, nos quais é possível perceber um aprimoramento na arte do desenho técnico e artístico, assim como um interesse na concepção de projetos de arquitetura residencial (Figuras 4 e 5).

5. Em alguns desses estudos, junto ao nome de AMD, constam anotações sobre o "1º Ano do Curso de Desenho", em junho de 1925, e sobre o "2º Ano do Curso de Desenho, noturno, em Rio Claro", em 10/05/1926. Pressupõe-se que AMD tenha sido aluno do curso de desenho e pintura oferecido na Escola Profissional Masculina de Rio Claro, atual Escola Técnica Professor Armando Bayeux da Silva, criada pela Lei Estadual nº 1.635 de 31/12/1918, e inaugurada em 06/12/1919, com aulas a partir de 12/09/1920 (Fonte: APHRC_CAD_291_01; APHRC_CAD_291_9).

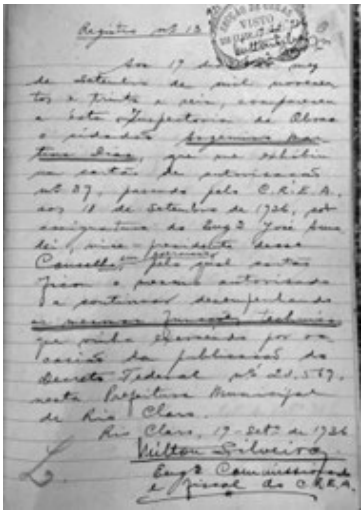
AMD não possuía diploma acadêmico e título conferido pelas escolas de engenharia oficiais. O servidor público efetivo tinha autorização do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), da 6ª Região, para atuar como "prático de engenharia"[6] e, vinculado a essa especialidade, ocupou os cargos mais elevados da municipalidade, vinculados ao setor de engenharia e de obras públicas na PMRC.

Seu licenciamento profissional está anotado no caderno denominado "Relação dos engenheiros, arquitetos e construtores, registrados no Conselho Regional de Engenharia da Sexta Região, com sede em São Paulo"[7], no Registro nº 13, apresentado à Seção de Obras da Prefeitura Municipal de Rio Claro em 19/09/1936. Consta na anotação manuscrita e assinada por Milton Silveira, engenheiro comissionado na Seção de Obras da PMRC e fiscal do CREA, que AMD:

> [...] exibiu um cartão de autorização nº 39, passado pelo CREA aos 18 de setembro de 1936, sob assinatura do Engo. José Amadei, vice-presidente desse Conselho, pelo qual cartão ficou o mesmo autorizado a continuar desempenhando as mesmas funções técnicas que vinha exercendo por ocasião da publicação do Decreto Federal nº 23.569, nesta Prefeitura Municipal de Rio Claro. (APHRC_FPMRC_936_Registro nº 13, p. 15).

6. O Decreto nº 23.569, de 11/12/1933, ao regulamentar o exercício profissional de engenheiro, arquiteto e agrimensor, em nível federal, confirmou as determinações já estabelecidas na Lei Estadual nº 2.022/1924, e definiu que diplomados (arquitetos, arquitetos-construtores, construtores e agrimensores) e não diplomados (funcionários públicos licenciados) deveriam apresentar suas comprovações nas seções do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), com vistas ao "julgamento das autoridades competentes", para que pudessem elaborar "estudos, plantas, projetos, laudos e quaisquer outros trabalhos de engenharia, arquitetura e agrimensura, quer públicos, quer particulares", e para executar obras de construção civil. A capacitação técnica dos profissionais incumbidos da construção de edificações deveria estar indicada obrigatoriamente nos "trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciários ou administrativos", mediante assinatura e menção explícita do seu título ou habilitação, de forma a que fosse efetivamente responsabilizado por todos os seus atos (Ferreira, 2016).

7. A "Relação dos engenheiros, arquitetos e construtores, registrados no Conselho Regional de Engenharia da Sexta Região, com sede em São Paulo" é documento produzido na Seção de Obras da PMRC e os registros manuscritos, em caderno tamanho A4, estão assinados por AMD e pelo engenheiro comissionado, Milton Silveira (APHRC_FPMRC_936).

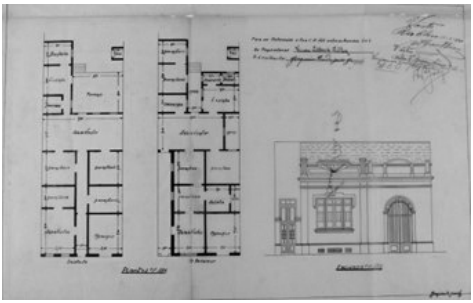


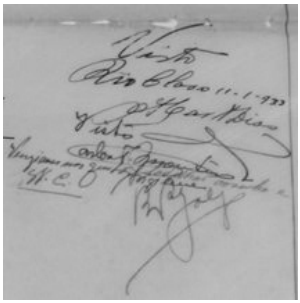


Figuras 6 e **7.** Registro nº 13 da "Relação dos engenheiros, arquitetos e construtores, registrados no Conselho Regional de Engenharia da Sexta Região, com sede em São Paulo" (6); e Registro de AMD no caderno denominado "Registro de Engenheiros, Arquitetos, Agrimensores e todos profissionais diplomados ou licenciados na conformidade do Decreto nº 23.569 de 11 de Dezembro de 1933" (7). Fonte: APHRC_FPMRC_936_Registro nº 13, p.15; APHRC_FPMRC_936, p. 5.

As informações dos registros manuscritos no referido caderno são confirmadas em outro tipo documental produzido na Seção de Obras da PMRC, que é muito semelhante em forma e em conteúdo. O "Registro de Engenheiros, Arquitetos, Agrimensores, Construtores e todos profissionais diplomados ou licenciados na conformidade com o Decreto nº 23.569 de 11 de Dezembro de 1933" é impresso padronizado e está preenchido com informações manuscritas por AMD e por Milton Silveira.[8] O registro de AMD está assinado pelo próprio servidor público, em 19/09/1936, e menciona a Carteira nº 39, da 6ª Região em São Paulo, emitida na data de 18/09/1936, sob Registro no CREA nº 2.757/35, com autorização pelo Conselho de Engenharia e licenciamento pela PMRC (Figuras 6 e 7).

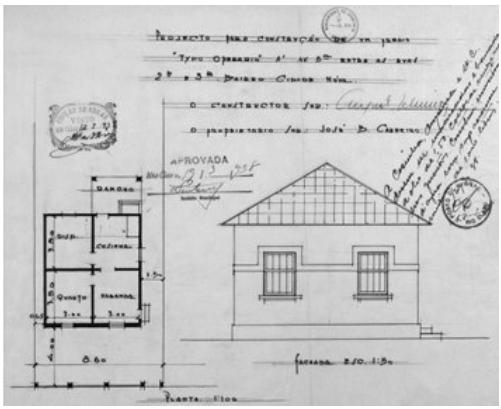
8. Esse documento resulta das determinações do Decreto Federal nº 23.569, 11/12/1933, que estabeleceu a obrigatoriedade do registro dos "títulos, diplomas, certificados, diplomas e cartas" no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), que forneceria ao interessado uma "carteira profissional, numerada, registrada e visada", que substituiria o diploma. O documento deveria conter as seguintes informações: a) nome completo; b) nacionalidade e naturalidade; c) data de seu nascimento; d) denominação da escola em que se formou ou da repartição onde obteve licença para exercer a profissão; e) data em que foi diplomado ou licenciado; f) natureza do título ou dos títulos de habilitação; g) indicação da revalidação do título, se houver; h) número do registro no CREA respectivo; i) fotografia em posição frontal e impressão dactiloscópica (polegar) e, j) assinatura (Ferreira, 2016).



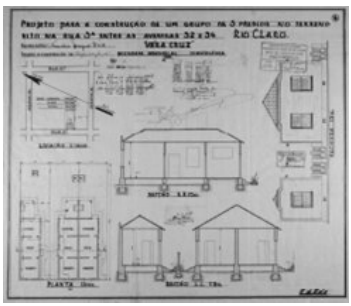


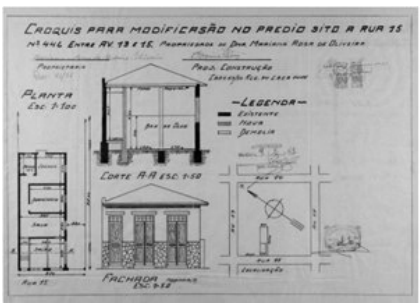
Figuras 8 e **9.** Projeto arquitetônico básico, do ano de 1933, aprovando a reforma de prédio na área central de Rio Claro, com destaque para os despachos de Carlos Tolentino Monteiro (Diretor de Higiene), de AMD (Diretor de Obras Públicas) e do Prefeito Benedicto Pires Joly. Fonte: APHRC_FPMRC_PCOP_1933_004.





Figuras 10 e **11.** Guia de Recolhimento de Imposto de Construção (10) e Projeto arquitetônico básico (11), do ano de 1938, com destaque para a assinatura de AMD como responsável pela Seção de Obras da PMRC. Fonte: APHRC_FPMRC_PCOP_1938_208.





Figuras 12 e **13.** Projeto arquitetônico básico, do ano de 1948, com destaque para a assinatura de AMD como responsável pela Seção de Obras da PMRC (12); Projeto arquitetônico básico, do ano de 1951, com destaque para a assinatura, e o despacho de AMD (13). Fonte: APHRC_FPMRC_PCOP_1948_79; APHRC_FPMRC_PCOP_1951_41.

3. A atuação de AMD na PMRC

3.1. A análise e aprovação dos PCOP

Importante atribuição de AMD pode ser comprovada com a pesquisa nos processos que integram a série documental "Processos de Construção de Obras Particulares" (PCOP), na qual se encontraram evidências da sua atribuição de analisar os projetos arquitetônicos enviados à municipalidade pelos interessados na construção e na reconstrução de edificações na cidade. De acordo com o procedimento administrativo de controle da atividade, instituído desde a Lei Municipal de 1911[9], a verificação do cumprimento da legislação sanitária e edilícia, antes da aprovação final pelo Prefeito Municipal, era atribuição conjunta da Diretoria de Higiene e da Diretoria de Obras da PMRC. A partir da década de 1930, AMD, Paulo Coreixas e o engenheiro civil comissionado Milton Silveira revezaram-se como autoridades da Diretoria de Obras da PMRC, na análise e na aprovação das solicitações, instruindo o despacho final do Prefeito.

Os primeiros PCOP da série documental do acervo do APHRC, do ano de 1933, trazem as assinaturas de AMD pela Diretoria de Obras Públicas, de Carlos Tolentino Monteiro como Diretor de Higiene, e do Prefeito Benedito Pires Joly, aprovando a construção de platibanda e reforma de prédio na área central de Rio Claro, e autorizando a construção de pequena moradia situada fora do perímetro urbano da cidade (Figuras 8 e 9).

Dos poucos exemplares do ano de 1933 que integram a série PCOP, há casos em que AMD, sem a participação da Diretoria de Higiene, assinou sozinho a aprovação de pequenas reformas em edificações, como os projetos para a construção de platibandas. Em outros casos, AMD não participou do procedimento de análise e aprovação das solicitações, como pode ser observado nos processos

9. O procedimento para construção e reconstrução de edificações situadas no perímetro urbano da cidade de Rio Claro foi estabelecido pela Lei Municipal nº 88, de 15/09/1911, e foi sendo aperfeiçoado pelos seguintes instrumentos normativos: Lei Municipal nº 122, de 16/07/1917; Código de Obras de 1918; Lei Municipal nº 143, de 15/07/1921, e Lei Municipal nº 96, de 01/07/1935. Os primeiros Processos de Construção de Obras Particulares (PCOP) recolhidos ao acervo do APHRC datam do ano de 1933, com regularidade a partir do ano de 1936 (Ferreira, 2002).

em que Paulo Coreixas e Milton Silveira, individualmente, assinaram pela Diretoria de Obras Públicas, e Carlos Tolentino Monteiro pela Diretoria de Higiene, responsável pelos apontamentos relacionados às condições de salubridade da edificação.

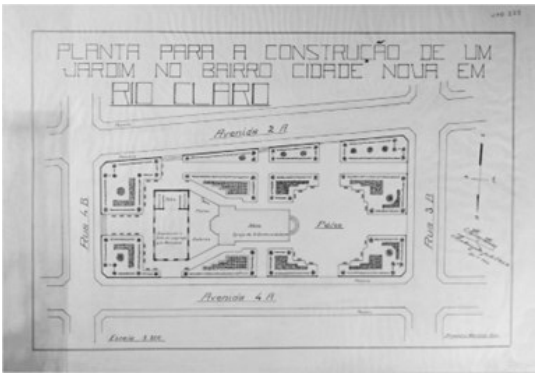
Até a sua aposentadoria, em 01/06/1960, AMD analisou inúmeras solicitações para construção de edificações em Rio Claro, conjuntamente com outros servidores responsáveis pelo controle da atividade, referenciando seus despachos na legislação vigente. Um dos exemplos é a solicitação para construção de prédio "tipo operário", em que AMD, após o despacho do Posto de Higiene de Rio Claro, assinou pela Seção de Obras da municipalidade (Figuras 10 e 11).

No PCOP nº 79, iniciado em 27/02/1948, AMD foi o responsável pelo Setor de Obras para a aprovação da construção de três prédios na cidade, após a análise do Projeto arquitetônico básico elaborado pelo engenheiro dr. Pelágio R. dos Santos. Iniciado em 08/01/1951, no PCOP nº 41, AMD assina pelo Setor de Obras, na modificação de prédio na cidade, após a análise do Projeto arquitetônico básico elaborado pelo licenciado projetista construtor, Odorico Glória (Figuras 12 e 13).

Há diversos outros processos da série PCOP que registram a participação de AMD na análise dos projetos arquitetônicos apresentados durante o seu período de efetivo exercício, entre 1933 e 1961. Cabe uma pesquisa aprofundada nesses documentos que integram o FPMRC, com valiosas informações sobre a atuação do servidor e sobre a atividade construtiva na cidade.

3.2. Os levantamentos cartográficos e os projetos urbanísticos

O vasto material da CAD, produzido por AMD, possui excepcional potencial informativo, podendo constituir referência consistente para estudos relacionados ao campo disciplinar do urbanismo. Essa possibilidade é ampliada com a pesquisa em outros documentos do acervo do APHRC, especialmente do FPMRC, na busca de informações que auxiliem na compreensão do contexto de produção de evidências concretas para a análise do processo de ocupação e transformação do território municipal e para o reconhecimento dos profissionais de atuação local.





Figuras 14 e 15. "Planta para a construção de um jardim no bairro Cidade Nova, em Rio Claro", com projeto assinado por AMD, em 24/01/1944 (14); Capa do "Relatório correspondente ao exercício de 1948 (1º semestre), apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal Benedicto Pires Joly" (15). Fonte: APHRC_CAD_225; APHRC_FPMRC_ 1749_p. 35.

A "Planta para a construção de um jardim no bairro Cidade Nova, em Rio Claro" é um projeto assinado por AMD, em 24/01/1944, cujo desenho representa o terreno compreendido entre as avenidas 2-A e 4-A, ruas 3-B e 4-B, com a organização de canteiros simétricos para ajardinamento, e a projeção da Igreja de N. Senhora da Saúde e do prédio destinado à Assistência e Sede da Congregação Mariana. Pode-se fazer a associação deste desenho com a informação que consta no "Relatório correspondente ao exercício de 1948 (1º semestre), apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal Benedicto Pires Joly". No referido documento há o registro da publicação da Lei Municipal nº 8, de 20/04/1948, que declarou "de utilidade pública, a fim de ser adquirida pela Prefeitura, a área de terreno necessária à abertura da Avenida 2-A, entre as ruas 3-B e 4-B", na cidade de Rio Claro, destinada à construção de um "novo jardim no Largo N. S da Saúde, no bairro Cidade Nova" (FPMRC_ 1748_ p.35) (Figuras 14 e 15).

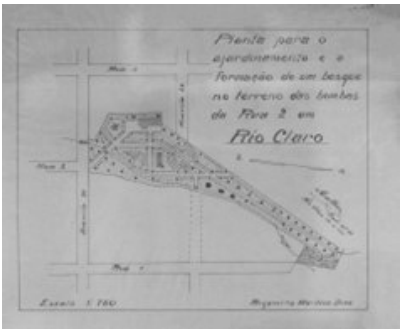
No mesmo Relatório do ano de 1948 outra associação pode ser feita, visando o mesmo propósito da desapropriação para expansão do traçado urbano. A Lei Municipal nº 11, de 27/04/1948, declarou "de utilidade pública, a fim de ser adquirida pela Prefeitura, a área de terreno necessária à abertura da rua 2-B, entre as avenidas 6-A

e 8-A e a avenida 6-A, entre as ruas 2-B e 3-B" (FPMRC_ 1748_ p.41). Na CAD, o "Projeto para a abertura da Rua 2-B e Avenida 2-A", foi concebido por AMD, em 31/08/1953, com o registro das construções a serem demolidas para a abertura desejada.

Na CAD há vários projetos com autoria de AMD para prolongamento de ruas e avenidas na cidade de Rio Claro e o consequente parcelamento de áreas situadas no perímetro urbano. Nas peças desenhadas, que seguem a normatização do desenho técnico, é possível verificar a representação do traçado existente e as ruas projetadas, assim como as áreas públicas remanescentes e as áreas a serem desapropriadas. Um dos exemplos é o "Mapa de um terreno formado pela avenida 23 e o prolongamento da Rua 8, pertencente à Prefeitura Municipal de Rio Claro", na escala 1: 1.000, confeccionado em 14/11/1942, com a localização do Cemitério dos Protestantes, do Campo da Aviação e das estradas municipais, com informações sobre os proprietários das glebas adjacentes.

Nesses prolongamentos, a preocupação com o alinhamento das ruas pode ser observada na "Planta de um trecho de rua a ser desapropriado pela Prefeitura de Rio Claro", na extensão da Rua 9, entre a Rua 14 e a futura Rua 15, confeccionada por AMD em 08/07/1947. O projeto considera a continuidade do traçado existente e evita a demolição das construções lindeiras, que estão desenhadas em projeção vertical. AMD também produziu levantamentos para a expansão das estradas rurais, como o "Croquis demonstrativo para desapropriação de um trecho de terreno no distrito de Ipeúna para a ligação de uma estrada", em 28/11/1949.

Visando ocupar área remanescente de um dos prolongamentos do sistema viário, lindeira ao córrego da Servidão, os esforços da municipalidade foram para a construção de um bosque, conforme informação contida no "Relatório correspondente ao exercício de 1948 (1º Semestre), apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal Benedicto Pires Joly". Na Seção de Obras e Serviços Públicos, junto às informações sobre os melhoramentos executados na cidade, como conserto de sarjetas; calçamento; capinação e limpeza; extinção de formigueiros; e consertos de estradas, caminhos e pontes rurais, consta a menção ao serviço de "limpeza e drenagem dos terrenos da bomba da Rua 2" (FPMRC_1749, p.08). Na CAD existem 2 desenhos originais





Figuras 16 e **17**. "Planta para o ajardinamento e a formação de um bosque no terreno das bombas da Rua 2, em Rio Claro", assinada por AMD em 18/05/1949 (16); "Planta de terrenos a serem desapropriados para a construção de um Bosque na avenida 26, em Rio Claro", assinado por AMD em 29/08/1949, no original em papel vegetal (17). Fonte: APHRC_CAD_038; APHRC_CAD_035.

relacionados a essa obra pública, ambos assinados por AMD: a "Planta para o ajardinamento e a formação de um bosque no terreno das bombas da Rua 2, em Rio Claro", com data de 18/05/1949, ilustrando a organização dos canteiros, caminhos e elementos construídos; e a "Planta de terrenos a serem desapropriados para a construção de um Bosque na avenida 26, em Rio Claro", de 29/08/1949, em que consta a relação de proprietários e a metragem dos terrenos, tanto no original em papel vegetal, como na cópia em papel sensibilizado pelo método fotoquímico (Figuras 16 e 17).

Tal qual o projeto do bosque no terreno das bombas, AMD assinou outras propostas para ajardinamento de áreas públicas. Na CAD constam o levantamento intitulado "Mapa do Campo de Aviação de Rio Claro", sem anotação de data, e a "Planta de ajardinamento do Aeroporto Adhemar de Barros", assinado por AMD em 22/08/1950. Na "Planta de um terreno em forma de trapézio, localizado no canto das avenidas 8 e Rio Claro, pertencente à Prefeitura Municipal de Rio Claro", assinada por AMD em 30/12/1942, é possível verificar o projeto de ajardinamento de área resultante da canalização do Córrego da Servidão.

Presume-se que foi AMD quem fez os levantamentos cadastrais das glebas lindeiras ao Córrego da Servidão, possivelmente para a

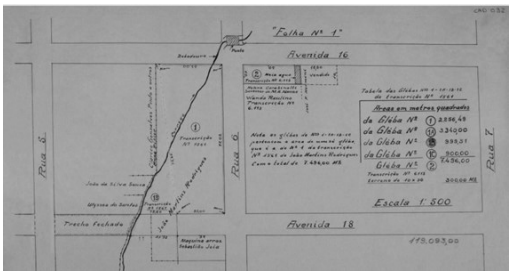
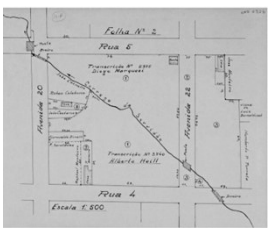


Figura 18. Folha nº 1 do Levantamento cartográfico das áreas lindeiras ao Córrego da Servidão, de autoria presumida de AMD, sem data. Fonte: APHRC_CAD_092.

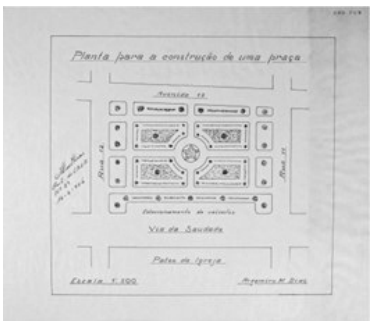


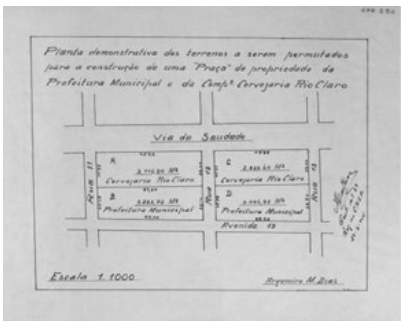


Figuras 19 e **20.** Folha nº 1 e folha nº 2 do Levantamento cartográfico das áreas lindeiras ao Córrego da Servidão, de autoria presumida de AMD, sem data. Fonte: APHRC_CAD_092-A; APHRC_CAD_092-B.



Figura 21. "Projeto da avenida das saudades, começando da rua 8 a rua 16, entre as avenidas 19 e 21, em Rio Claro", de autoria de AMD, sem data mencionada. Fonte: APHRC_CAD_237.





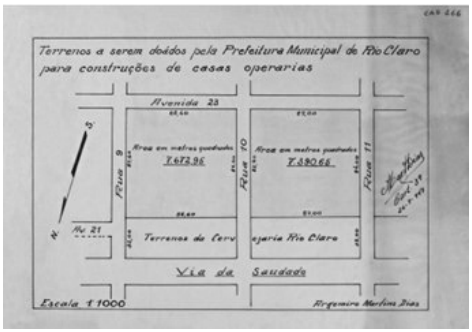
Figuras 22 e **23.** "Planta para a construção de uma praça", com o projeto de ajardinamento assinado por AMD, em 16/06/1954 (22) e "Planta demonstrativa dos terrenos a serem permutados para a construção de uma Praça de propriedade da Prefeitura Municipal e da Companhia Cervejaria Rio Claro", de autoria de AMD, com data de 28/07/1954 (23). Fonte: APHRC_CAD_247; APHRC_CAD_250.

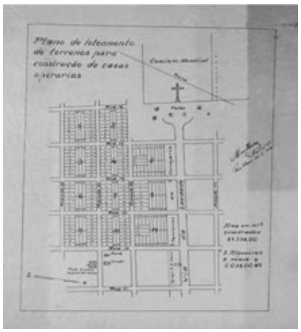
canalização e construção da Avenida Visconde do Rio Claro. Sem data anotada nas peças desenhadas, o conjunto de 8 desenhos representam cada quadra do perímetro compreendido entre as Ruas 1 a 7, avenidas 16 a 30, e trazem a localização das glebas confrontantes com o curso d'água, com detalhes de metragem quadrada e nomes dos respectivos proprietários. Essa obra pública de vulto é citada nos relatórios administrativos e foi fartamente ilustrada em fotografias da gestão do Prefeito Álvaro Perin, entre 1969 e 1973, responsável pela execução e entrega dos serviços (Figuras 18, 19 e 20).

AMD participou do projeto da Via da Saudade, uma avenida com duas faixas de rolamento, nos dois sentidos, arborizada no canteiro central, que leva ao Cemitério Municipal. Diversas peças desenhadas referem-se a essa obra pública como o "Projeto da avenida das saudades, começando da rua 8 a rua 16, entre as avenidas 19 e 21, em Rio Claro", assinado por AMD, sem data mencionada, com a representação de toda a extensão da via, que se inicia no local da cruz e da capela, passa pela Igreja de S.B.J. de Pirapora, e termina no pórtico do Cemitério Municipal. No desenho consta a informação textual de que a "avenida mede 799,00 de comprimento, por 20,00 de largura, um passeio no centro com 6,00 e duas pistas para veículos com 7,00 de largura cada uma" (Figura 21).

Nos terrenos lindeiros à Via da Saudade, AMD também produziu levantamentos destinados ao planejamento da ocupação daquela área, como pode ser observado na "Planta de um terreno a ser desapropriado para a construção de uma praça de propriedade da Cervejaria Rio Claro S/A", com data de 31/05/1954; na "Planta para a construção de uma praça", com o projeto de ajardinamento assinado por AMD em 16/06/1954, e na "Planta demonstrativa dos terrenos a serem permutados para a construção de uma Praça de propriedade da Prefeitura Municipal e da Companhia Cervejaria Rio Claro", com data de 28/07/1954. Os três desenhos são relacionados ao mesmo trecho, que compreende o quadrilátero entre a Via da Saudade e a Avenida 19, com as ruas 11, 12 e 13, frontal ao pátio da Igreja (Figuras 22 e 23).

Do lado oposto, no quadrilátero entre a Via da Saudade e a Avenida 23, com as ruas 9, 10 e 11, AMD havia feito, em 26/07/1947, o levantamento dos "Terrenos a serem doados à Prefeitura Municipal





Figuras 24 e **25.** "Terrenos a serem doados pela Prefeitura Municipal de Rio Claro para construções de casas operárias", de autoria de AMD, com data de 26/07/1947 (24); "Plano de loteamento de terrenos para construção de casas operárias", de autoria de AMD, com data de 10/06/1948 (25). Fonte: APHRC_CAD_266; APHRC_CAD_031.

de Rio Claro para construções de casas operárias", que resultou em duas áreas com 7.672m95m^2 e 7.390,65m^2. AMD assinou o projeto de parcelamento das 11 quadras, em terrenos de pequena testada e grande profundidade, com área total de 89.736m^2, como pode ser observado no "Plano de loteamento de terrenos para construção de casas operárias", datado de 10/06/1948 (Figuras 24 e 25).

Essa iniciativa para a abertura da Via da Saudade e o planejamento das áreas lindeiras está registrada no "Relatório correspondente ao exercício de 1941, incluindo o período de 13 de novembro de 1940 a 31 de dezembro do mesmo ano, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Gabriel Monteiro da Silva, Digníssimo Diretor Geral de Departamento da Municipalidade, pelo Doutor Sólon do Rego Barros, Prefeito Municipal", conforme transcrito no trecho a seguir:

> A Via da Saudade, ainda tão somente um simples ensaio do que deverá ser a futura via de comunicação ao Cemitério Municipal, inteiramente arborizada e calçada, já oferece aspecto bastante interessante. Visando colocar o traçado em ordem simétrica das demais ruas e avenidas do perímetro urbano, cancelando a antiga via de acesso ao Cemitério Municipal, formada por uma linha diagonal discordante do padrão da cidade, foi a mesma projetada e construída de forma a proporcionar fácil comunicação

> com a Necrópole, oferecendo-lhe bom aspecto. De 800 metros de extensão, numa largura de 20 metros, inteiramente arborizada na parte central, tem já trânsito dos mais intensos. (APHRC_FPMRC_1378, p. 11).

A expansão da malha urbana foi assunto constante, e que mereceu a atenção da municipalidade na década de 1940.[10] Consta no "Relatório correspondente ao exercício de 1948, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal Benedicto Pires Joly" o texto da Lei nº 34, de 13/07/1948, que autoriza a Prefeitura a "contratar, mediante concorrência pública, com engenheiro ou firma especializada os estudos de planejamento de novos bairros em todos os terrenos do Patrimônio Municipal, situados no perímetro suburbano". Esses estudos deveriam compreender "o levantamento topográfico, obedecendo escala, curvas de nível, mencionando ruas e avenidas, logradouros públicos e jardins, parques e praças esportivas e a localização de bairros comerciais, industriais e residenciais, incluindo estudos para os serviços de água, esgotos e iluminação" (APHRC_FPMRC_1748, p.7). No entanto, AMD permaneceu executando esses trabalhos, no desempenho de suas atribuições como responsável pelo setor de engenharia e obras públicas da PMRC.

AMD fez projetos de arruamento e de loteamentos para a cidade de Rio Claro. Na CAD podem ser encontrados desenhos de loteamentos inteiros, como a "Planta de Loteamento da Vila São Luiz – Rio Claro", em 02/11/1953 (Figura 26); projetos de parcelamento de quadras no prolongamento de loteamentos existentes, como a "Planta do prosseguimento do loteamento da Vila Nova", com a divisão de lotes em 4 quadras, sem data mencionada; assim como

10. No "Relatório correspondente ao exercício de 1948, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal Benedicto Pires Joly", em seção referente às obras e serviços públicos, está manifestada a preocupação com a expansão da cidade, que está "crescendo em marcha acelerada, com o aparecimento de novos bairros", o que teria ocasionado "novos encargos para a Prefeitura", como o "emprego de pessoal para novos alinhamentos, fiscalização, conservação, limpeza, etc.". O encarregado pelo setor ainda destacou que "o mesmo pessoal existente em 1947 tem sido aproveitado, sem novos ônus para o município", uma vez que "não houve um só aumento no quadro de servidores municipais" e que "tudo tem sido feito com os próprios recursos orçamentários, insuficientes, é claro, mas que têm sido aproveitados de maneira mais eficiente" (APHRC_FPMRC_1749, p.07).

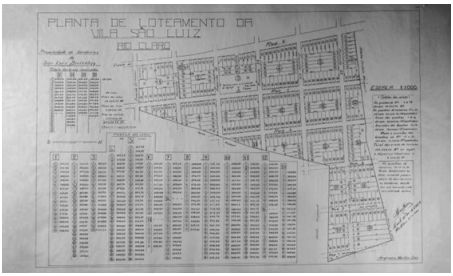


Figura 26. "Planta de Loteamento da Vila São Luiz – Rio Claro", assinado por AMD em 02/11/1953. Fonte: APHRC_CAD_137.



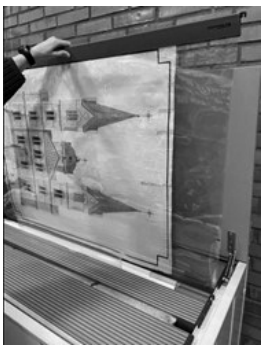
Figuras 27 e **28.** "Planta do prosseguimento do loteamento da Vila Nova", assinado por AMD, sem data mencionada (27); Projeto para "o loteamento dos terrenos das avenidas 30-32-34, entre as ruas 6 e 8 em Rio Claro", assinado por AMD, em 26/12/1945 (28). Fonte: APHRC_CAD_004; APHRC_CAD_005.



Figuras 29, **30** e **31.** Armazenamento e acondicionamento de itens da CAD, em mapoteca horizontal (29-30) e vertical (31). Fonte: foto da autora, 2024.







projetos de alguns lotes no interior de quadras já parceladas, como o "loteamento dos terrenos das avenidas 30-32-34, entre as ruas 6 e 8 em Rio Claro", assinado em 26/12/1945 (Figuras 27 e 28).

Na diversidade de desenhos que compõem a CAD, constam projetos que AMD fez para equipamentos públicos, como a "Planta para a construção de escola do Bairro do Bananal", em 14/01/1949, e a "Planta para a construção de um prédio destinado a uma escola no povoado de Batovi, no município de Rio Claro". Também há vários levantamentos cartográficos de áreas urbanas e rurais, como pode ser observado na "Planta da Granja Albertina, em Rio Claro", da qual ele era proprietário, e na "Planta de um terreno a ser desapropriado para a construção de um reservatório de água e estação de tratamento no bairro Cidade Nova, em Rio Claro".

Conforme assinatura registrada nos suportes, a expressiva maioria dos documentos da CAD foi produzida por AMD, no desempenho de suas funções relacionadas ao setor de engenharia e obras públicas da PMRC. Alguns desenhos têm autoria presumida de AMD se comparados aos outros registros assinados pelo autor, como croquis e projetos de loteamentos e de edificações, no original e em cópias, desenhados a lápis e a nanquim. Uma minoria das peças desenhadas que integra a CAD não foi produzida por AMD, conforme pode ser conferido na listagem manuscrita, entregue no momento da doação, onde estão identificados como autores dos desenhos Paulo Coreixas (Diretor de Higiene da PMRC), Fernando Andrade, Gilberto D. Henrique, Luiz F. Hebling e o seu filho, Sidney Martins Dias.

4. O tratamento arquivístico da CAD

4.1. Conservação preventiva dos suportes

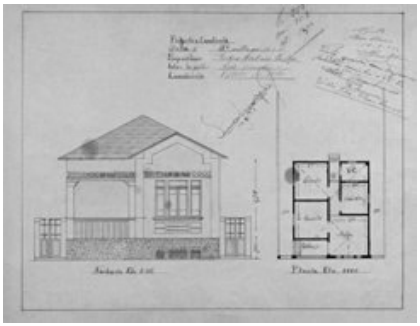
Os documentos da CAD estão localizados na sala 02 do Arquivo Permanente, sendo que a maioria está armazenada em gavetas da mapoteca horizontal e alguns poucos itens encontram-se na mapoteca vertical (Figuras 29, 30 e 31).

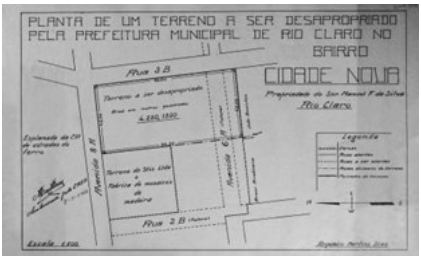
Em estágio inicial do tratamento arquivístico, foram feitas as ações de conferência dos itens, de higienização dos suportes, e de acondicionamento em envelopes abertos, confeccionados em papel neutro. Alguns documentos receberam acondicionamento



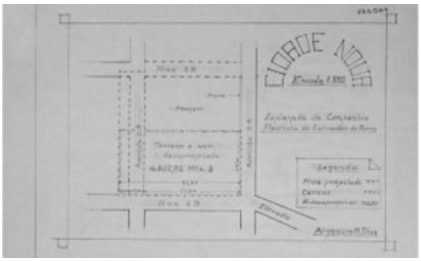


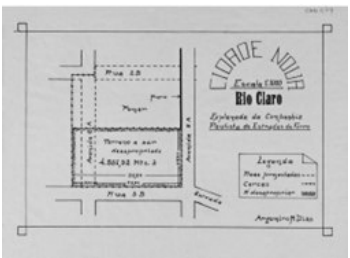
Figuras 32, **33** e **34.** Acondicionamento primário em itens da CAD. Fonte: foto da autora, 2024.





Figuras 35 e **36.** Danos encontrados em alguns itens da CAD, como manchas (35-36), que requerem procedimentos específicos de conservação do suporte. Fonte: APHRC_CAD_293 e APHRC_CAD_196.





Figuras 37 e **38.** Projeto para a "Esplanada da Companhia Paulista de Estradas de Ferro", no bairro Cidade Nova, em Rio Claro, em dois estágios de preparação: no desenho de base (37) e no desenho definitivo (38). Fonte: APHRC_CAD_64-1; APHRC_CAD_64-2

individualizado, com base e moldura em papel alcalino e envelopamento em poliéster, mas a maior parte dos desenhos está reunida em envelopes, em conjunto (Figuras 32, 33 e 34).

De maneira geral, o estado de conservação dos suportes é bom, com algumas peças apresentando patologias que são características desse tipo de suporte, fragilizado pela composição dos papéis utilizados na confecção dos desenhos, pelo uso contínuo e pela ação do tempo. Esses pequenos danos não comprometem a informação registrada e são, geralmente, decorrentes de dobras, vincos, rasgos, manchas e borda quebradiça, mas não são observadas rugas e ondulações. Poucos itens estão com fitas adesivas, partes faltantes ou zonas separadas e não foram identificados ferrugem, ataques de insetos e fungos (Figuras 35 e 36).

Nos desenhos originais, executados em papel vegetal, em alguns casos observou-se descoloração do suporte, e nas cópias constatou-se esmaecimento e alteração visual no elemento sustentado. Não há sangramento de tinta, nem ação corrosiva.

Quanto à forma, na CAD há exemplares em diversos estágios de preparação dos desenhos. O projeto para a "Esplanada da Companhia Paulista de Estradas de Ferro", no bairro Cidade Nova, apresenta-se em duas condições: no momento de concepção, no desenho de base, executado com grafite e no papel sulfite, e no estágio definitivo, copiado a tinta nanquim e no papel vegetal (Figuras 37 e 38).

Uma terceira possibilidade de estágio de preparação do documento pode ser observada no projeto para a "Vila São José, anexo à Vila Cristina, em Rio Claro". Na CAD, e com autoria de AMD, encontram-se o desenho de concepção, executado em grafite no papel sulfite; o desenho final, copiado do anterior, em tinta nanquim no papel vegetal, e ainda a cópia do original, pelo método de sensibilização fotoquímica, que recebeu complementações no desenho e anotações manuscritas em lápis de cera.

4.2. Inventário de itens

Uma análise mais detalhada do conteúdo de cada peça desenhada orientou a elaboração do primeiro Inventário da CAD, como ferramenta para auxiliar a busca dos documentos e permitir o acesso à informação. O instrumento de pesquisa disponível atualmente

constitui listagem elaborada em base Excel, com os seguintes campos de busca: código (número de identificação, de 001 até 293, que não segue uma ordem cronológica); título (conforme mencionado no desenho); assunto (conforme legenda); tipologia documental (ainda restrita a planta e mapa); data de produção (registrada no suporte); endereço; bairro (conforme legenda); dimensão; estado de conservação (conforme legenda)[11] e observações (complementações a cargo do responsável pelo preenchimento).

À exceção de poucos itens fragilizados, todos os documentos foram digitalizados, e encontram-se armazenados em servidor próprio do APHRC, com cópias de acesso em extensão pdf, que são disponibilizadas presencialmente ou por e-mail oficial do APHRC, mediante solicitação dos interessados.

4.3. Ações iniciais de difusão cultural e educativa

Além de outros documentos do acervo do APHRC, o material cartográfico da CAD tem sido selecionado pela equipe do APHRC para ser apresentado nas visitas pedagógicas e nos processos formativos que ocorrem, mensalmente, nas instalações da Autarquia. As imagens escolhidas, em cópias das originais, complementam as atividades lúdicas vinculadas ao "Projeto ArqAventuras: atividades práticas de educação patrimonial no cotidiano escolar"[12], e estão sendo utilizadas como produtos educativos no momento de interação

11. A avaliação quanto ao estado de conservação é visual e o responsável pela verificação, para o registro da presença de elementos que comprometam a integridade do suporte, baseia-se nas seguintes referências: 1. Adesivo/Fita adesiva/Resíduo de adesivo; 2. Ataque de inseto; 3. Corte; 4. Craquelamento; 5. Dobra; 6. Escurecimento; 7. Fissura; 8. Fungo; 9. Intervenção anterior; 10. Mancha; 11. Oxidação/Acidez; 12. Perda de pigmento; 13. Perda de suporte com informação; 14. Perda de suporte sem informação; 15. Perfurações; 16. Rasgos; 17. Esmaecimento (Ferreira, 2021).

12. O "Projeto ArqAventuras: atividades práticas de educação patrimonial no cotidiano escolar" foi concebido no APHRC, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com o Centro de Reabilitação Infantil "Princesa Victória", da Fundação Municipal de Cultura. O material pedagógico – quebra-cabeças, jogo da memória, caça-palavras, jogo de tabuleiro, caderno de arte-colagens etc. – foi concebido com documentos do acervo do APHRC, está adaptado aos portadores de necessidades especiais, e aborda aspectos diversos da história da cidade e da comunidade. No ano de 2023, o APHRC recebeu 1.097 crianças para as visitas pedagógicas, e ministrou formação para cerca de 100 professores de 4 escolas públicas do município de Rio Claro (APHRC_Relatório geral_2023).



Figura 39. Documentos da CAD apresentados durante visita pedagógica no APHRC. Fonte: foto da autora, 2023.



Figura 40. Documentos da CAD apresentados durante visita pedagógica no APHRC. Fonte: foto da autora, 2023.

com os professores das escolas públicas municipais e com o público escolar, geralmente na faixa etária entre 9 e 11 anos. Essas atividades têm despertado o interesse desse público pelos documentos relacionados à ocupação e à transformação do território da cidade, assim como tem permitido que os escolares conheçam um pouco do tratamento arquivístico dos acervos (Figuras 39 e 40).

Outra iniciativa do APHRC para extroversão do acervo de tipos documentais relacionados ao ambiente construído foi a publicação do "Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura". A produção editorial, amplamente ilustrada e redigida em linguagem acessível, objetiva orientar o tratamento arquivístico desses registros com características particulares, oferecendo orientações técnicas específicas para conservação, organização, acesso e difusão da variedade de documentos presentes nesses acervos, em diversas instituições de custódia.

Semanalmente, desde janeiro de 2023, documentos da CAD são apresentados nas redes sociais do APHRC, promovendo a visibilidade do acervo e a interação com o público.

Considerações finais

Muito se avançou nesta fase inicial do tratamento arquivístico da Coleção Argemiro Martins Dias, doada ao Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP, em 1987. Os documentos produzidos pelo servidor público municipal no desempenho de suas funções no setor de engenharia e obras públicas da Prefeitura Municipal de Rio Claro, entre 1931 e 1960, estão em boas condições de conservação, permitindo inclusive o manuseio dos suportes físicos, e têm sido disponibilizados ao público interessado, em meio digital, mesmo que em demanda ainda pouco expressiva. Os resultados preliminares da pesquisa para identificação do conjunto, baseada no contexto de produção dos documentos, apresentados neste artigo, sugerem inúmeras possibilidades de estudos, principalmente no campo disciplinar do urbanismo, para além do seu valor probatório original.

As ações para difusão cultural e educativa dos documentos cartográficos da CAD devem ser ampliadas, de maneira a destacar a relevância desses documentos na compreensão do processo de ocupação e de transformação do território municipal e no reconhecimento dos profissionais de atuação local. A criação de produtos e a sua utilização nos serviços culturais e educativos, voltados ao público amplo, tem favorecido a projeção do APHRC na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. **Boletins Arquivo Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município, 1982-1993. Disponível em: < aphrioclaro.sp.gov.br/revista-do-arquivo/>. Acesso em 12.fev.2024.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

FERREIRA, M.C.B.F. A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos. *In:* **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, volume Extra 1, 2024. p. 53-85. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2023_1>. Acesso em 12.fev.2024.

FERREIRA, M.C.B.F. **Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2021. Disponível em: < aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/ORIENTACOES-TECNICAS_ARQUIVO-PUBLICO.pdf>. Acesso em 12.fev.2024.

FERREIRA, M.C.B.F. **Higiene e habitação. O controle da atividade edificativa em Campinas: 1880-1934**. Tese (Doutorado). IAU/USP, São Paulo, 2016. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-11042017-093824/publico/TeseCorrigidaMonicaCristinaBruniniFrandiFerreira.pdf>. Acesso em 12.fev.2024.

FERREIRA, M.C.B.F. Moradias urbanas rio-clarenses (1936-1960). *In*: HENRIQUES, A. B. (org.). **Patrimônio edificado em Rio Claro-SP**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 2016. p.168-193.

Capítulo 15

Revisitando o acervo de Attilio Corrêa Lima

Anamaria Diniz

Introdução – Abrindo o baú de memórias

Durante o desenvolvimento do Projeto Cara Limpa[1], elaborado em 2003 para a Prefeitura de Goiânia com o objetivo de revitalizar a principal avenida da área central, dei início às primeiras investigações sobre a história da implantação da nova capital de Goiás. No decorrer dos projetos, deparei-me com uma cidade até então desconhecida, que existia apenas nos planos de Attilio Corrêa Lima. A cidade analisada foi aquela que vivenciamos diariamente, traduzida em placas de letreiros e *paralines* que descaracterizam a arquitetura dos edifícios, encobrindo sua história. A cidade imagética, oculta pela primeira camada, é o resultado das construções pioneiras do início dos anos de 1930.

A partir dessas análises preliminares, considerei um problema a ser examinado: "qual foi a Goiânia projetada por Attilio Corrêa Lima?". O objeto principal da pesquisa desenvolvida durante o mestrado na Universidade de Brasília (FAU/UnB) – "Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política"

1. O Projeto Cara Limpa foi desenvolvido pelo escritório Anamaria Diniz Arquitetos Associados com o objetivo de limpar as fachadas dos prédios localizados na área central da cidade de Goiânia e outras ações de revitalização de espaços urbanos a partir de incentivos fiscais.

(DINIZ, 2007) – é oriundo de fontes primárias encontradas nos arquivos da família Corrêa Lima. São estudos e análises dos planos originais e da arquitetura pioneira para a nova capital de Goiás.

O acervo particular dos Corrêa Lima é de grande relevância para a história e para o urbanismo brasileiros. Nele se encontram croquis, correspondências, projetos executivos, textos e memoriais, fotografias, trabalhos acadêmicos realizados no curso de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, a ENBA (1920 a 1925), e outras produções de Attilio quando cursou urbanismo no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP)*, durante os anos de 1927 a 1930. Portanto, essa farta documentação representa um tesouro para os estudiosos interessados em entender a formação do campo do urbanismo no Brasil, além daquela do arquiteto e de suas atividades na primeira metade do século XX.

Construindo a trajetória de Attilio

Durante as pesquisas para a dissertação de mestrado, deparei-me com um conjunto de trabalhos acadêmicos de Attilio Corrêa Lima na residência da família, em Nova Friburgo (2006). Estes foram preservados por seu pai, o escultor José Octávio Corrêa Lima.[2] Os trabalhos encontram-se em excelente estado de conservação e podem ilustrar sua formação alicerçada nos cânones clássicos e neocoloniais. A formação de Attilio foi profundamente influenciada pela permanência dos cânones clássicos da antiga Escola Imperial de Belas Artes (EIBA), por sua vez influenciada pelos mestres da Missão Francesa. Por outro lado, os últimos anos de seus estudos na ENBA foram marcados pelo nacionalismo evidente nos trabalhos acadêmicos, com traços do estilo neocolonial e influências do estilo missões.

2. Corrêa Lima (1878-1974) frequentou a Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, entre 1892 e 1898. Foi discípulo do professor Rodolfo Bernardelli. Montou um ateliê em Roma, residindo lá de 1889 a 1902. Ao retornar ao Brasil, participou de diversas exposições, conquistando o primeiro lugar em um concurso do Ministério da Justiça em 1907, com um projeto para um monumento ao Almirante Barroso. Assumiu o cargo de professor na Escola Nacional de Belas Artes de 1910 a 1930, e atuou como diretor de 1927 a 1930, além de tornar-se membro do Conselho Superior de Belas Artes.

Um dos trabalhos acadêmicos encontrados no acervo foi elaborado em um painel de grandes dimensões, utilizando a técnica da aguada. Os desenhos, devidamente assinados e datados, apresentam o nome da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Observa-se uma organização sistemática na disposição das pranchas: uma planta baixa é seguida pela representação em elevação da edificação tratada, com sombras aplicadas e uma paisagem ao fundo. Em alguns painéis, há a presença de figuras humanas inseridas no contexto do "edifício", templo ou palácio, concebidos conforme os estudos das ordens da Antiguidade clássica grega e romana. Os detalhes dos entablamentos e capitéis são ampliados, destacando-se as colunas e os elementos em alto e baixo-relevo, com aplicação de cores e sombras aguadas.

Nas entrevistas realizadas com seu filho, Bruno Corrêa Lima, também arquiteto, as lembranças tornaram-se fundamentais para a construção da trajetória de seu pai, Attilio. No que diz respeito à transferência e preservação de valores familiares e à herança cultural, percebe-se entre os Corrêa Lima uma preocupação em manter uma identidade e um vínculo com seus antepassados diretos, não apenas nas escolhas profissionais, mas também no zelo pela conservação de documentos, cartas, fotografias, enfim, tudo o que possa reconstituir a história da família.

Os objetos guardados pela família são testemunhos do desejo de continuidade. Cuidados com o esmero da neta de Attilio, a museóloga Rachel Corrêa Lima, esses documentos também adquirem um caráter sagrado e, por essa razão, seus guardiões requerem um ritual de iniciação para acessá-los.

A partir da leitura das fontes primárias encontradas no acervo da família Corrêa Lima, pretendeu-se contribuir para a maior compreensão da relação entre a produção de Attilio Corrêa Lima para os planos da cidade de Goiânia, do seu ideal estético e da realidade política. A proposta foi desvendar, desmistificar, esclarecer e divulgar o embate entre a cidade idealizada/imaginada e a possível/real.

Desvendando o Plano Urbanístico para Goiânia

Em uma das visitas ao acervo da família Corrêa Lima, encontrei o Plano Urbanístico da nova capital de Goiás, desenhado em papel

vegetal em prancha de grandes dimensões (1,20m x 2,50m, aproximadamente), na escala de 1:2.500, contendo a representação gráfica do arruamento, a projeção das principais edificações, os parques, as praças rotatórias e o aeródromo, conforme as exigências do contrato de 1933, prevendo que a cidade tivesse "uma população de 50 mil habitantes".

Surpreendentemente, esse documento nunca foi apresentado na sua íntegra em nenhuma pesquisa ou publicação sobre Goiânia. Registrei-o em partes para a dissertação de mestrado em 2006. Em 2018, tive a oportunidade de retornar ao acervo da família Corrêa Lima com o fotógrafo profissional Ricardo Funari, quando organizei a exposição *Revelando a Goiânia de Attilio*[3], patrocinada pela seção Goiás do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-GO), com imagens de alta qualidade.

O Plano Urbanístico representa o mais significativo testemunho da atuação de Attilio Corrêa Lima nos planos executivos de Goiânia, contradizendo pesquisas anteriores que sugeriam que o urbanista se limitara apenas aos estudos preliminares ou a um "plano primitivo", conforme preconizado pelo IPHAN no Dossiê de Tombamento de Goiânia como "a capital nacional do art déco" (2003).[4] É intrigante como muitos autores que escreveram sobre a história da construção da nova capital de Goiás adotaram uma versão unívoca dos eventos, ignorando completamente os registros do Plano Urbanístico original de Goiânia elaborado por Attilio. Estabeleceram uma narrativa da "história", como se não houvesse mais nada a descobrir, acrescentar ou questionar. Mesmo após a divulgação dos planos originais e da arquitetura realizada por Attilio, ainda assim, textos, artigos e pesquisas continuam promovendo o *art déco* como o estilo adotado pelo arquiteto para elaborar os principais edifícios de Goiânia, ignorando sua formação como precursor do modernismo e seu domínio das técnicas do concreto armado, adquiridas nas aulas ministradas

3. Evento apoiado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), durante o meu pós-doutorado em História Urbana, orientada pelo professor Dr. Sérgio Duarte.

4. A cidade de Goiânia, Município/Capital do Estado de Goiás foi aprovada como "Patrimônio Cultural Nacional", pela Portaria n.º 507, de 18 de novembro de 2003, Processo 1.500 T/2002.

por seu colega Berthold Lubetkin.[5] Não diferente são as afirmações equivocadas sobre o partido urbano adotado para a nova capital de Goiás, sem o conhecimento de sua trajetória acadêmica no IUUP e suas influências. Por todas essas razões, muitos mitos foram criados sobre Goiânia: o mito da cidade planejada, o mito da cidade jardim, o mito da cidade *art déco*.

Comissão e encenação: a escolha do lugar

A escolha da região de Campinas como sítio para a implantação da nova capital de Goiás foi definida pelo interventor Pedro Ludovico antes mesmo do relatório final da comissão técnica de 1933. Contrariando a "história oficial", Attilio Corrêa Lima já trabalhava na região em 1932, como é possível comprovar por meio de registros fotográficos do Relatório do Plano Diretor de 1935. Nas anotações a lápis, nas observações e no carimbo do Serviço Gráfico do IBGE, lê-se: "1932 – A fixação do lugar da cidade. O Engº Atilio Corrêa Lima escolhe o ponto onde deve bater a estaca 0".

A fotografia com as anotações a lápis revela sobretudo que o urbanista realizava levantamentos em campo, identificando e implantando o projeto da cidade antes mesmo de o resultado oficial da "escolha do local" ser anunciado pela comissão técnica designada pelo interventor Pedro Ludovico.

A partir da análise dos documentos estudados e confrontados, pode-se concluir que existia um estudo preliminar ou um esboço para a construção da cidade mesmo antes da assinatura do contrato para a elaboração do Plano Diretor em 1933, com diretrizes gerais do traçado que seriam desenvolvidas, aguardando apenas os levantamentos topográficos. Essa constatação ajuda a explicar os termos

5. Lubetkin (1901-1990), arquiteto do construtivismo russo, atuou em Paris na década de 1920 em parceria com Jean Ginsburg, associou-se às principais figuras da vanguarda europeia, incluindo Le Corbusier. Continuou a participar nos debates do Construtivismo, projetando um pavilhão comercial para a URSS em Bordéus e participando no concurso Palácio dos Sovietes, para o qual a sua inscrição foi selecionada. Em Londres fundou o escritório de arquitetura Tecton. Os primeiros projetos da Tecton incluíram edifícios emblemáticos para o Zoológico de Londres, a Gorilla House e uma piscina de pinguins. Na maioria desses projetos, Lubetkin e Tecton trabalharam em estreita colaboração com Ove Arup como engenheiro estrutural.

técnicos e específicos do decreto, elaborados a partir dos primeiros esboços de Corrêa Lima, que já vinha estudando o local desde 1932.

Oficialmente, diversas pesquisas sobre o tema convencionaram definir que a atuação de Attilio Corrêa Lima nos planos de Goiânia teve início na data oficial do decreto que o designou: o ano de 1933.

Posteriormente, durante uma das visitas ao acervo de Corrêa Lima, encontrou-se o documento original do relatório final do Plano Diretor entregue ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. Trata-se de um documento em capa dura, na cor esverdeada, encadernado manualmente e ilustrado com uma foto aérea da cidade, contendo o título: "Goiânia", seguida pelo nome do arquiteto urbanista e, finalmente, pelas datas "1932-1935". Esse período foi então considerado como o intervalo de atuação de Corrêa Lima para a implantação de Goiânia.

A pesquisa teve como principal contribuição revelar a encenação política por trás da escolha do local e indicar a data correta do início dos trabalhos para a construção da nova capital de Goiás, ocorridos muito antes dos decretos de formação da comissão e do contrato para a elaboração do plano em 1933. Ao revisitar os fatos históricos, fundamentados em fontes primárias do acervo da família Corrêa Lima, de extrema relevância, foi possível reescrever a história e despertar o interesse por futuras pesquisas.

A proximidade com o acervo de Attilio Corrêa Lima e sua família contribuiu significativamente para ampliar meu interesse pelo arquiteto urbanista, por sua formação e, consequentemente, para instigar o desejo de descobrir fatos ocorridos durante o desenvolvimento dos projetos para Goiânia. Durante o mestrado, foi possível estabelecer vínculos de confiança com a família de Corrêa Lima, o que me permitiu ter acesso a um rico material. Posteriormente, durante as pesquisas para o doutorado, tive acesso às cartas que Attilio trocou com seu pai enquanto morava em Paris, cursando Urbanismo no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP).*

As cartas de Attilio: o que elas dizem?

Durante um período de dois anos (2012 a 2014), realizei visitas ao apartamento da família Corrêa Lima no Rio de Janeiro com o objetivo de transcrever as correspondências, uma vez que não me foi permitido fotografá-las, escaneá-las ou mesmo xerocopiá-las. Para obter acesso às correspondências trocadas entre Attilio e seu pai, foi necessário realizar uma negociação com a família para definir as condições sob as quais elas seriam utilizadas. Inicialmente, houve certa resistência em torná-las públicas, mas com a intervenção da museóloga Rachel Corrêa Lima, neta de Attilio, que compreendeu a importância da pesquisa, o acesso foi permitido, embora com algumas restrições. Rachel, especialista em conservação de documentos em papel, expressou preocupação em relação à fragilidade das cartas.

Inicialmente, as correspondências foram ditadas por Rachel, sendo registradas manualmente por mim em um caderno, selecionando trechos que ela julgava serem relevantes para minha pesquisa. A partir da terceira visita, tive acesso irrestrito a cinquenta e oito cartas das cento e cinquenta trocadas entre pai e filho, que estavam organizadas em uma pasta preta dentro de plásticos transparentes. Realizei a leitura completa de todas as correspondências para compreender seu conteúdo geral, constatando a importância dos assuntos tratados por Attilio. Durante um final de semana, todas as cartas foram lidas e confirmadas como documentos relevantes para a pesquisa. Em seguida, as cartas foram registradas em cadernos e transcritas manualmente, em um trabalho lento e minucioso, priorizando a fidelidade à escrita original do texto. As transcrições não seguiram a organização da pasta, que mantinha as cartas em ordem cronológica, mas foram registradas selecionando-se a quantidade de cartas por período para possibilitar a abertura de frentes de pesquisa em paralelo. No entanto, todas as cartas foram posteriormente transcritas na íntegra.

Attilio Corrêa Lima escrevia aos seus pais assiduamente. Ele o fazia depois do jantar. Redigia correspondências longas e detalhadas como "cartas-diário". As primeiras em papel almaço, as demais em papel de seda e as últimas, de 1930 em diante, em papel timbrado contendo seu nome e sua profissão, urbanista formado pela Sorbonne. A temática central dessas correspondências está relacionada à

descrição do seu dia a dia, suas atividades acadêmicas desenvolvidas no IUUP, a vida com sua esposa Olga Fernandes,[6] com os amigos e colegas, havendo comentários detalhados sobre as notícias que chegavam do Brasil através dos jornais ou de cartas recebidas. Apesar de os assuntos serem mais direcionados ao pai, era a mãe, a Sra. Marzia, quem abria as cartas e as lia, sendo também ela, quase sempre, que as respondia, uma vez que o "Sr. Diretor estava sempre ocupado com seus bonecos". Era assim que Attilio referia-se aos motivos pelos quais as cartas do pai eram raras, pois ele estava envolvido na direção da ENBA e com execuções de encomendas de esculturas. Quase todas as missivas iniciam-se com: "Queridos Pais", "Meu querido Pai e querida Mãe", e ainda "Querido Pai e querida Mãe", demonstrando a afeição e uma relação muito próxima. Nas despedidas, pode-se ler: "Lembranças a todos e muitos beijos e abraços do filho que muito os quer", "Muitas lembranças a vovó e a todos de casa, a todos do ateliê e muitos beijos e abraços do filho que muito os quer", expressões que exemplificam os laços estreitos de família.

Outra faceta presente nas correspondências de Attilio é seu lado espirituoso e bem-humorado para tratar de suas dificuldades financeiras, "sobrevivendo com a bolsa miserável de estudos" em Paris, como demonstra este versinho escrito ao final de uma das cartas:

> Faça chuva ou faça Sol!
> Quer soirée ou matineé!
> Com o mesmo terno cinzento
> Todo o mundo há de me ver!
> Não fique Patrão assustado
> Com estas palavras Sapecas
> Pois podia ser pior
> Podia só ter as cuecas!!!
> Mas com tudo me conformo
> Exceto... e esse caso é bem astuto
> Não é que o terno cinzento?...
> (Aos Domingos). Sózinho!!! Vai ao Instituto
> Aqui a Musa cala

6. Olga Fernandes era professora e, enquanto esteve acompanhando Attilio Corrêa Lima em Paris, também cursou Psicologia na Sorbonne.

Porque assim os comovo
O que eu desejo é Boas-festas
E um Feliz Ano Novo.
Lutetia
Attilius Fexit
Anno Dominus
1928[7]

Quando trabalhou no ateliê de Alfred Agache nos planos para o Rio de Janeiro, Attilio destacou de forma irônica o tratamento dado ao urbanista francês pelos brasileiros. Em uma das cartas lê-se: "[...] O que é preciso é a gente se Agachar diante dessa gente que se Agacha para o Agache!".[8]

A distância do Brasil era expressa em seu entusiasmo pelo país e por tudo que fosse brasileiro:

> [...] E ao Agache, Papai fará o favor de dizer que eu mando dizer que, se ele acha que no Rio é preciso acabar com "esses cubos medievais e anti-higiênicos", será preciso destruir toda Paris! Em matéria de higiene das habitações o Brasil está muito adiantado. Começa que no Brasil toda casa tem ar, luz e banho!!... banho!... (palavra que em francês não existe). Aqui só existe ar, luz e banho nas casas feitas pelos arquitetos ultra-modernos. E quando aparece um Corbusier com seu "*Vers une Architeture* e seu *Urbanisme*" que é uma maravilha, o chamam de maluco. Se for possível me arranjem as conferências do Agache, seria muito bom.[9]

As correspondências entre Attilio Corrêa Lima e seu pai, durante os anos de 1927 a 1931, período em que morou como aluno pensionista da Escola Nacional de Belas Artes em Paris, não são meramente cartas trocadas entre pai e filho, mas registros de uma época, entre "amigos confidentes", que se aconselhavam e compartilhavam

7. Correspondência de Attilio Corrêa Lima de 28 de dezembro de 1928 enviada aos pais.
8. Correspondência de Attilio Corrêa Lima de 2 de julho de 1928 enviada aos pais.
9. Trecho de correspondência de Attilio Corrêa Lima, de 2 de agosto de 1927, enviada aos pais.

experiências. Desde criança, ele frequentava o ateliê de escultura de seu pai, José Octávio Corrêa Lima. Havia uma ressonância na relação entre pai e filho, segundo o testemunho de Bruno C. Lima. Foi no ambiente de arte, de amigos escultores, pintores e arquitetos que Attilio cresceu e pôde desenvolver suas habilidades artísticas.

É perceptível nas trocas de correspondências o quanto a construção da relação pai-filho é estreita, até mesmo na forma do tratamento e do "linguajar" utilizado por Corrêa Lima, o filho, que se dirige ao pai como um amigo em quem confia e de quem deseja ouvir conselhos, dividindo os acontecimentos do cotidiano:

> Paris, 19 de novembro de 1929
> Queridos Pais,
>
> Estou aproveitando uma folguinha para poder escrever, pois agora minha vida está mais complicada do que nunca, não tinha tempo para nada. Ontem fui cortar o cabelo porque já não dava mais para andar na rua: todo mundo parava para me olhar, pensavam que eu por extravagância usava cabelo à Inglesa!! De dia trabalho naqueles cacetíssimos trabalhos da Escola, tenho aulas das 5 às 6, venho jantar em casa para voltar a aula das 8 às 10 da noite. Assim que acabar os trabalhos da Escola preciso pegar firme na Tese, que parece mais uma tese à prestação, tal a maneira como vem sendo feita. Além da tese tenho o curso de cimento armado, que não posso perder essa oportunidade [...].

As correspondências de Attilio Corrêa Lima, como documentos de análise histórica, esclarecem a formação dos urbanistas no IUUP nos anos 1920-1930, além de traçar as redes de sociabilidade tecidas pelo arquiteto, indicando as suas interdependências, visando à compreensão da circulação de ideias, projetos e intervenções intelectuais e das trocas culturais entre Brasil e França na área do urbanismo. A pesquisa, por utilizar fontes primárias – as correspondências de Corrêa Lima com o pai –, possibilita uma construção histórica que se pauta pelo viés da História Cultural, abordagem ainda inusitada no conjunto de trabalhos dedicados ao arquiteto urbanista.

Após a transcrição de todas as cinquenta e oito cartas, procedeu-se à sua organização, numeração e aos destaques dos assuntos recorrentes. Foi, então, elaborado um "caderno por assunto", como:

dificuldades financeiras, moradia, curso de urbanismo no IUUP, Lubetkin, ajuda de custo, Agache, notícias do Brasil etc. Esses assuntos de certa forma determinaram os conteúdos das partes da pesquisa, esquematizando um sumário inicial, mas, à medida que se aprofundou a leitura das correspondências, novos caminhos foram abertos e outros, não tão relevantes como se imaginava, foram incorporados em temas mais amplos. No desenvolvimento da tese, há momentos em que as correspondências são apresentadas como documento principal da narrativa, em outros, elas contextualizam um tema desenvolvido.

Foram realizadas duas viagens a Paris – uma em 2012 e outra em 2013 –, com o objetivo de explorar o material disponível no IUP.[10] Na última visita, munida do conhecimento sobre o que buscar no acervo "não catalogado" da instituição, a abordagem adotada assemelhou-se à de uma arqueóloga. Todo e qualquer material disponível foi minuciosamente examinado. Dessa maneira, documentos essenciais para descrever a organização e o funcionamento do IUUP foram encontrados e digitalizados. Além disso, aproveitou-se da estadia na cidade para registrar alguns dos locais onde Attilio residiu e estudou, traçando assim um percurso do arquiteto por Paris.

As cartas como um fio condutor: o recorte biográfico

À medida que as transcrições e leituras das correspondências foram progredindo, em paralelo houve a preocupação em como trabalhar o material epistolar como objeto histórico. Para tal, foram empreendidas leituras teóricas, buscando tratar esse documento com problematizações pertinentes e procedimentos metodológicos adequados. Entendeu-se que, através das cartas de Attilio, seria possível construir uma biografia, um recorte de sua vida no período em que o arquiteto morou em Paris cursando urbanismo no IUUP (1927 a 1931).

Compreendida essa abordagem, é necessário tecer algumas considerações sobre as biografias. François Dosse (2009, p. 2), em *O*

10. Com a subdivisão da Sorbonne em 1968, o Instituto fica ligado à nova Universidade de *Paris IX Dauphine*, dominada pela economia. Assim o *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (IUUP) passa a ser denominado *Institut d'Urbanisme de Paris* (IUP).

desafio biográfico: escrever uma vida, reflete sobre as dificuldades que os pesquisadores em biografias encontram, e questiona: "[...] a biografia cerca-se somente da inventividade ficcional ou de uma identidade puramente científica?". Para o historiador francês, segundo Solano (2010, p. 2), "[...] a memória para o biógrafo é o artifício que lhe possibilita lembrar e fazer recordar uma vida, assim há a necessidade do outro, que partilha suas recordações sobre figuras históricas inolvidáveis ou não".

Dosse (2009, p. 55) considera a biografia um gênero híbrido: "[...] a biografia se situa em tensão constante entre a vontade de reproduzir um vivido real passado, segundo as regras da *mimesis,* e o polo imaginativo do biógrafo, que deve refazer um universo perdido segundo sua intuição e talento criador".

A biografia dá ao leitor a ilusão de um acesso direto ao passado, possibilitando-lhe, por isso mesmo, comparar sua própria finitude à da personagem biografada. Ademais, a impressão de totalização do outro, por ilusória que seja, responde ao empenho constante de construção do eu em confronto com o outro. Ainda, diz o autor:

> O passado, pelos olhos atentos do agora, nos traz imagens diversas de um mesmo indivíduo, permitindo-nos a reconstrução de faces não reveladas, de sujeitos em aspectos plurais. Somos levados a conceber múltiplas interpretações que envolvem uma única vida, tendo a hermenêutica, além da memória, a tarefa de revelar o "real" em sua complexidade, uma realidade posta sob distintas descrições. (Dosse, 2009, p. 14).

Na abordagem do indivíduo, daquilo que lhe é próprio, e do coletivo social, daquilo que é compartilhado, os estudos de hermenêutica colaboraram para uma reflexão madura sobre o gênero biográfico. Esta ordem de reflexão buscou compreender o que é o sujeito e quais são "os processos de subjetivação". O outro, aquele que pretendemos estudar, revela-se não só em sua singularidade, mas numa unidade definida na relação entre biógrafo e biografado e seus respectivos pertencimentos sociais.

As biografias obedientes à cronologia e dedicadas aos heróis são definitivamente superadas no século XX, como também as

biografias totalizantes, tais como as realizadas pela Nova História, que pretendiam dar conta do contexto a partir do sujeito. Segundo François Dosse (2009, p. 359), a idade hermenêutica caracteriza-se pela: "[...] variação do enfoque analítico, pela mudança constante da escala, que permitem chegar a significados diferentes com respeito às figuras biografadas". É a unidade do passado vista pelos olhos das singularidades individuais, não estando mais a escrita biográfica relegada ao cronológico e linear.

Para Dosse (2009, p. 344), o grande desafio do historiador em relação à escrita biográfica é encará-la como possível, pois ela é, segundo o autor, aquela que: "[...] oferece um acesso privilegiado para nos aproximarmos ao máximo da interioridade/exterioridade, do singular/geral, sendo, portanto, o que mais lembra o ideal impossível de globalidade".

O historiador francês, então, convida os interessados em construir biografias que ultrapassem a concepção de Pierre Bourdieu, para quem a biografia seria uma ilusão, dada a impossibilidade em contar a vida total de uma pessoa, pois as lacunas deixadas pelos documentos seriam substituídas pelas coerências fictícias do historiador. Para Bourdieu, a biografia não seria um gênero pertinente aos historiadores, pois não haveria a preocupação com a verdade dos fatos. Dosse aponta exatamente esta questão como a mais importante às concepções bourdesianas, pois, para ele, tanto o biográfico quanto o fazer histórico são levados a cabo pelo próprio escritor e dependem, até certo ponto, dos "elementos ficcionais". A uni-las está o respeito que se deve ao real sem, contudo, ter em vista a sua compreensão total. Na atualidade, o historiador/biógrafo "sabe que o enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica. A porta permanece escancarada para sempre, oferecida a todos em revisitações sempre possíveis das infrações individuais e de seus traços no tempo" (Dosse, 2009, p. 410).

Dosse (2009, p. 410) conclui:

> A biografia reencontra também a escrita histórica em seu papel de rito de enterro. Instrumento de exorcismo da morte, ela a introduz no cerne mesmo de seu discurso e permite simbolicamente a uma sociedade situar-se ao se dotar de uma linguagem

> sobre o passado. O discurso do historiador nos fala do passado para enterrá-lo. Ele tem, segundo Certeau, a função de túmulo, no duplo sentido de honrar os mortos e de articipar de sua eliminação do cenário dos vivos. As revisitações, tanto histórica como biográfica, têm essa função de abrir para o presente um espaço suscetível de marcar o passado para redistribuir o espaço dos possíveis. A prática do historiador está, pois, por princípio aberta a novas interpretações, a um diálogo sobre o passado aberto para o futuro, a ponto de se falar cada vez mais de "futuro passado".

Assumindo que através das cartas de Attilio é possível construir uma biografia, um recorte de sua vida, no período em que o arquiteto morou em Paris, têm-se expressões "de faces não reveladas", de realidades apresentadas sob distintas descrições, na dependência de quem as apresentou.

A família Corrêa Lima tem sob sua guarda as cartas que o arquiteto urbanista enviou aos pais. Contudo, aquelas que ele recebeu não foram conservadas. Bruno afirma que seu avô, José Octávio, "tinha a mania de guardar tudo", razão por que essas correspondências foram preservadas.

A pesquisa iniciou-se a partir da leitura do material epistolar. O objetivo era conhecer o seu universo, ter uma ideia do todo, para a organização e exploração das particularidades, e assim verificar os assuntos recorrentes. As riquezas de detalhes nas descrições das experiências do cotidiano vivenciadas pelo arquiteto e a abordagem de temas tão relevantes para a história do urbanismo no Brasil estão tratadas com propriedade. Corrêa Lima deixou um registro importante, no qual se encontram expressas as dificuldades de se viver em Paris no período pós-Primeira Guerra, a crise habitacional que abalava a França e a manutenção da vida com uma bolsa de estudos. Havia, ainda, referências sobre as aulas de urbanismo na Sorbonne, o curso de Sanitarismo realizado no *Institut de Techiniques Sanitaire du Conservatoire National de Arts et Metiers de Paris* e as lições de concreto armado com o arquiteto construtivista Berthold Lubetkin. Destacam-se, também, as críticas ao urbanismo de Agache nos planos do Rio de Janeiro, as relações entre os amigos Paulo Antunes Ribeiro, Lucas Mayerhofer, Paulo Santos, as discussões sobre a formação dos arquitetos brasileiros e franceses, a convivência e

a presença dos artistas modernistas em Paris como Anita Malfatti e Villa-Lobos. O conteúdo dessas cartas é relevante para o esclarecimento do caminho traçado por esse aluno de arquitetura da ENBA, e explicita as redes de sociabilidade estabelecidas pelo urbanista brasileiro na sua formação acadêmica.

Destacam-se entre as correspondências interessantes para o pesquisador as cartas de família, muito adequadas para estudos biográficos e do cotidiano. Segundo Malatian (2009, p. 202), "analisá-las como parte de uma dada cultura significa também compreender as redes de relações e as estratégias de identificação empregadas pelos membros de uma família para, por exemplo, mantê-la unida". Ainda do ponto de vista cultural, é possível descobrir nessas correspondências de acordo com "[...] os apelos a data, hora, ritmo epistolar, tempo gasto na escrita, o momento da chegada ou partida do correio, além de indícios da experiência pessoal do tempo" (Malatian, 2009, p. 207).

Cabe ao historiador decidir o que irá buscar nos documentos disponíveis, fazendo deles fontes ou objeto de História. Em outras palavras, é importante definir qual a questão a ser colocada ao documento para que ele nos fale.

Além do acesso ao cotidiano singular, é possível, por meio dos estudos de correspondências, alcançar a difusão de códigos domesticadores de afetos e, afinal, como aponta Norbert Elias (2008), uma "civilização de costumes" inscrita em redes de sociabilidade, a que serve de fios de costura e bordado.

Através das correspondências, dos assuntos relatados tornou-se possível construir parte de sua história, confrontando não só as vivências e experiências individuais de Attilio Corrêa Lima, mas também o interesse pela teia de interdependência definida pelas redes de sociabilidade dadas pelos diferentes grupos pelos quais o arquiteto circulava. Dessa forma, é possível esclarecer o "jogo de escalas" que Dosse (2009) propôs como importante para a construção de uma biografia, evidenciando as trocas intelectuais, as rivalidades e os interesses comuns. Através delas, pode-se falar das redes de sociabilidade construídas pelo urbanista quando em estudo no IUUP.

Segundo Piovesan (2010, p. 157), "[...] a correspondência privada dos intelectuais vem sendo tratada pelos historiadores como lócus

fundamentais de sociabilidade, principalmente, nos estudos que se concentram no período anterior à explosão da comunicação virtual". Desse modo, as correspondências aproximam-nos da estruturação do campo intelectual, em seu tempo e espaço, investigando o funcionamento desse pequeno mundo e como podemos compreender o significado de intelectual.

Dessa forma, a pesquisa, logo alicerçada nas teorias de redes de sociabilidade, ganhou contornos marcantes nas análises dessas "teias de interdependências" presentes nas relações de Attilio Corrêa Lima com seus colegas brasileiros, seus familiares, no IUUP, e naqueles descritos em suas cartas.

O material epistolar com certeza oferece uma fonte privilegiada que proporciona a aproximação com o arquiteto, permitindo ao mesmo tempo a leitura de sua trajetória profissional em diferentes escalas, identificando aquilo que é o singular e aquilo que é plural. As cartas também permitem vislumbrar o "futuro passado", convidando outros pesquisadores a contribuir para elucidar a trajetória pioneira de Attilio Corrêa Lima. E, finalmente, como Dosse (2009, p. 410) o afirma, a "biografia reencontra também a escrita histórica em seu papel de rito de enterro", concluindo que ao recuperar nessas correspondências um passado desconhecido, com possíveis revelações inéditas, simbolicamente, ao mesmo tempo, seria um ato de exorcizá-lo para finalmente enterrá-lo, até que novas revisitações aconteçam.

Considerações finais

A pesquisa realizada em fonte primária, constituída pelo material epistolar, permitiu a leitura da trajetória acadêmica e profissional do arquiteto urbanista Attilio Corrêa Lima, em suas diferentes escalas, identificando o singular de um percurso e o plural, corporificado pelo pensamento urbanístico que lhe foi contemporâneo. Pode-se dizer que as correspondências entre pai e filho não foram meras cartas trocadas, mas elas configuram importantes registros de uma época, expressos entre amigos confidentes, que se aconselhavam e compartilhavam experiências.

Ao longo de 12 anos de produção intensa, entre seu retorno da Europa em 1931 e a sua morte prematura e trágica aos 42 anos

em um acidente de avião, quando retornava de São Paulo para o Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1943, Attilio Corrêa Lima demonstrava que ainda teria uma carreira profícua, tão vasta e próspera como a de seus colegas de geração. Ele pertenceu à geração pioneira da arquitetura moderna no Brasil, a Escola Carioca. Com certeza, Attilio seria um dos urbanistas que participaria dos planos de Brasília, tanto por sua competência como pela proximidade que tinha com Lucio Costa.

As reflexões sobre a construção de uma biografia e da escrita de si são balizadoras para a construção do itinerário de Attilio Corrêa Lima. É imprescindível considerar a construção biográfica como um exercício de aproximação, sempre aberto, jamais concluído. Aquele que se sente atraído por uma história de vida depara-se com as lacunas documentais, com os processos de identificação com o biografado, com a dificuldade de trazê-lo do silêncio para o presente e, ao mesmo tempo, de ele enlutar-se.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **Capital cultural, Escuela e Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

_____. A excelência e os valores do sistema de ensino francês. *In*: **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Micele. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p.296-336.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 a 1935) - ideal estético e realidade política.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 a 1935) - ideal estético e realidade política**. Goiânia: Nega Lilu Editora, 2021.

_____. **O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

_____. **O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima.** Jundiaí: Editora Paco, 2017.

DOSSE, François DELACROIX, Christian, GARCIA, Patrick. **Correntes Históricas na França – séculos XIX e XX.** São Paulo: FGV, 2008.

_____. **Gilles Deleuze & Felix Guattari: biografia cruzada.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida.** Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

ELIAS, Norbet. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LIMA, Attilio Corrêa. **Avant-projet d'aménagement et extension de La ville de Niterói au Brézil**. Paris: Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, 1932.

_____. Goiânia, a nova capital de Goiás: resumo de um estudo. *In*: IBGE. **Goiânia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico, 1942.

LORENZETTI, Fernanda Lorandi. O Desafio Biográfico. François Dosse. **Revista História em Reflexão**, v.4 n.7, UFGD – Dourados, jan/jun 2010.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. *In*: PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-223.

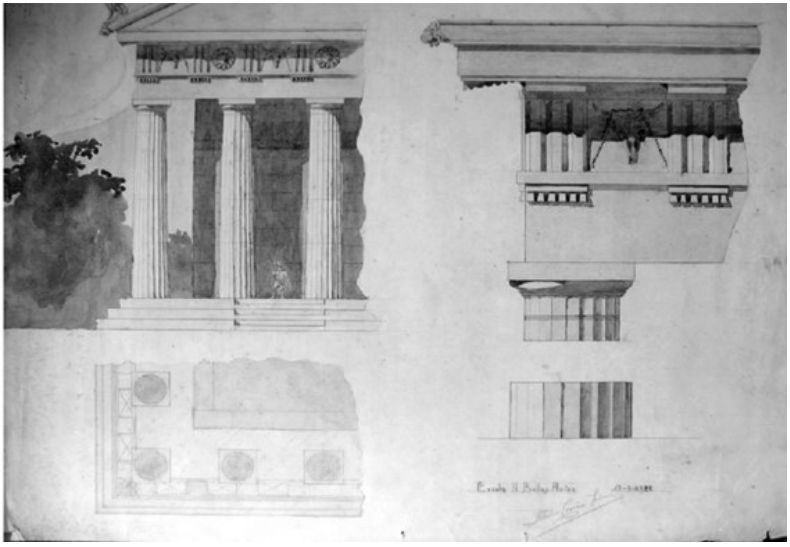
PIOVESAN, Greyce Kely. Para além do sábado: Cartas entre Pedro Nava e os Sabadoylianos. **Revista Emblemas**, v. 7, n. 1, Jan-Jun, 2010. p. 157-176.

SOLANO, Alexandre Francisco. A biografia desafiada: os contornos de uma vida por François Dosse. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, a. VII, agosto, 2010.

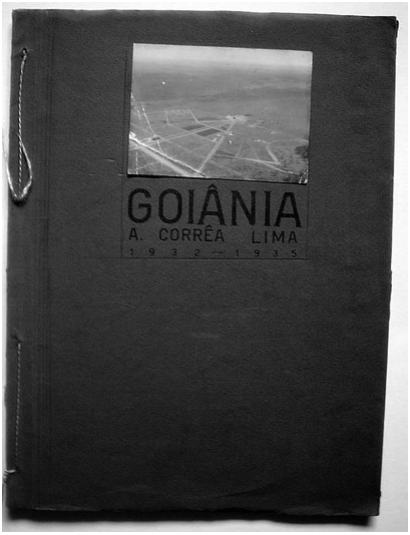
Legenda das figuras - págimas 369 e 370:

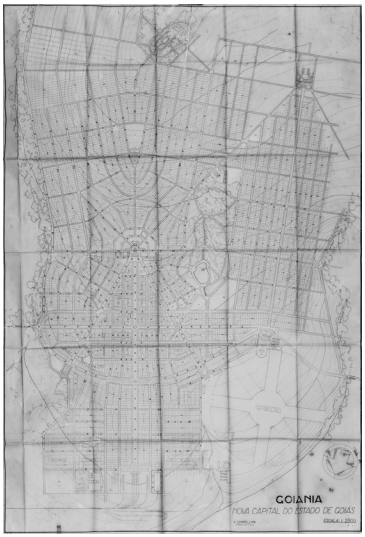
Figura 1. Projeto Cara Limpa – Avenida Goiás. Fonte: Autora, 2003.
Figura 2. Trabalho acadêmico de Attilio Corrêa Lima - 1921. Fonte: Acervo da família Corrêa Lima.
Figura 3. Attilio Corrêa Lima fixando o lugar da nova capital. Fonte: Acervo da família Corrêa Lima.
Figura 4. Plano Diretor de Goiânia - 1935. Fonte: Acervo da família Corrêa Lima.
Figura 5. Plano Urbanístico da nova capital - 1935. Fonte: Acervo da família Corrêa Lima.
Figura 6. O menino Attilio Corrêa Lima, ao lado do pai, José Octávio Corrêa Lima. Fonte: Acervo da família Corrêa Lima.
Figura 7. Carta de Attilio – Paris 22-3-1931. Fonte: Acervo da autora.



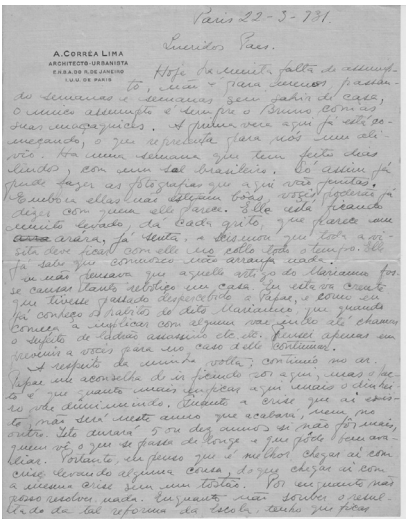



INSTITUTO BRASILEIRO
SERVIÇO GRÁFICO
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA









Paris 22-3-731.

Queridos Pais.

A. CORRÊA LIMA
ARCHITECTO-URBANISTA
E.R.B.A. DO R. DE JANEIRO
U.U. DE PARIS

Hoje há muito falta de assunto, mas + para frente passando semanas e semanas sem saber de casa, o meio assumpto é sempre o Brasil com as suas exagerações. A propria coisa aqui já está se mecanisando, o que é preciso para nós — um alívio. Há uma semana que tem feito dias lindos, com um sol brasileiro. Eu assim já posso fazer as photographias que aqui vão juntas. Reuni-me ellas mas deixam coisas, estou esperando já rezer com uma ele Pariz. Ella está fraquinha mesmo coitada, da bastante gusto, o que parece mas ~~corre~~ arara, já tenta, a Mariquinha que tudo a visita vive bem com ella mas acha todo o tempo. Ella já sabe que comnosco nada arranja nada.

Ja mas tenho que aquelle attrito do Mariquinha foi se causar tanto aborrecimento em casa. Eu estou a crente que tivesse pensado desprevenido a Papae, o Bonin se já conhecia o Patrão de dito Mariquinha, que quando começa a implicar com alguem nas pode lhe chamar o defeito de Dalton Monteiro ele não. Mesmo apenas em pessoa a vezes passa uns dias em casa ele continua.

A respeito do mundo volta continuo no ar. Papae me aconselha de ir fazendo [illegible] e que quando mais tempo a um mesmo o dinheiro se vae diminuindo. Acredito a crise que ai esteve pode diminuir mas acabar, mesmo pouco mas sempre muito antes que acabará, mesmo pouco antes. Ate amanhã 5 ou dez annos se não for mais, quem sabe o que se passa de longe e que pode bem acabar. Portanto, eu penso que é melhor chegar ai com crise. Levando alguma coisa, do que chegar ai com a mesma crise sem um tostão. Vou ver muito mas posso resolver nada. Eu quanto não souber o resultado da tal reforma da escola, tenho que ficar

Capítulo 16

Planos urbanos da Chesf

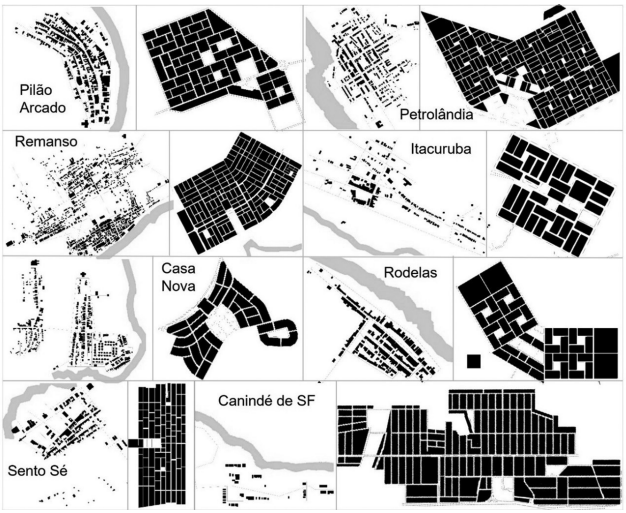
Antonio Willamys Fernandes da Silva

Introdução

A grande depressão econômica dos anos 1930 trouxe consequências marcantes para o Brasil, levando-o a sintonizar-se com a ideologia desenvolvimentista. Na década de 1950, iniciou-se a participação do governo na produção de energia elétrica. Nesse período, assistiu-se no país a profundas transformações nas ideias e nas práticas de planejamento regional e urbano adotadas e a uma inovação significativa na forma de organização das indústrias de energia elétrica.

O começo do planejamento regional relacionado às bacias hidrográficas no Brasil esteve intimamente ligado à referência norte-americana do Vale do Tennessee realizada pela autarquia *Tennessee Valley Authority* - TVA. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf tinha o papel de executar a parte relacionada com o aproveitamento do potencial hidrelétrico, mas assumiu também as funções de planejamento regional.

O plano elaborado pela Chesf podia ser dividido em dois níveis de abrangência. O primeiro era mais amplo e envolvia toda a bacia hidrográfica e incluía principalmente o planejamento dos aproveitamentos hidrelétricos. O segundo nível, de expressão local, cuidava dos impactos diretos produzidos pela construção da barragem e a compatibilização dos usos dos reservatórios e áreas adjacentes, equacionando a implantação de infraestrutura, reformulação da paisagem lesionada



e o reassentamento das populações, como, por exemplo: os planos urbanos das cidades relocadas, objeto desta pesquisa.

O objetivo da pesquisa é apresentar os planos urbanos e as cidades inundadas, mostrando as concepções urbanísticas e a influência da urbanística moderna como modelo de planejamento e suas similaridades, contudo, considerando os aspectos políticos e sociais da época (aspecto desenvolvimentista). Parte-se do pressuposto de que a Chesf tenha realizado o planejamento urbano e regional das cidades relocadas utilizando como principal referência o modelo urbanístico ligado à corrente racionalista, defendido nas reuniões do Congresso de Arquitetura Moderna - CIAM (Carta de Atenas). No espaço urbano, o modelo de cidade moderna repercute através do racionalismo, da ciência e da técnica, que devem resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento é orientado para o futuro, dominado pelas ideias de progresso e desenvolvimento.

As cidades inundadas

A ocupação das cidades inundadas aconteceu de forma gradual ao longo do tempo a partir de poucas edificações, como a igreja e algumas casas, depois foram se formando as ruas, obedecendo a direção das curvas de nível que se distribuíam paralelamente ao rio. O relevo era praticamente plano com ondulações suaves e terrenos facilmente



Figura 1. Cidades inundadas – cidades novas. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor 2023.

Mapa 1. Localização das barragens. Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

alagáveis nas áreas de cota mais baixa do rio São Francisco, como é o caso das cidades de Remanso e Casa Nova, em Sobradinho, que estavam implantadas em dois altiplanos separados entre si por uma várzea inundável. Nesses casos, onde a geografia impedia a ocupação, formava-se naturalmente um vazio urbano (Figura 1).

Nas cidades inundadas, não existia uma definição clara das demarcações dos lotes, as ruas eram configuradas pelo conjunto das edificações em um tecido urbano irregular, embora a configuração das cidades fosse formada ao longo do tempo de forma espontânea. As suas ruas eram paralelas ao rio, tinham "rua da frente", mais próxima à água. As praças cívicas (marco zero = M0) eram sempre mais importantes do que as ruas, como locais de instalação do poder e com uma preocupação estética maior, devido à visibilidade, à focalização urbanística. Portanto, as cidades inundadas apresentavam uma espécie de setorização com a seguinte configuração: praça cívica, residências e comércio.

As cidades inundadas caracterizavam-se pela forte presença do rio São Francisco, ocupando as microrregiões de vazantes com geografia variando entre terrenos planos, altiplanos e ondulados, onde a agricultura era a atividade econômica principal. O meio de transporte predominante utilizado pelo ribeirinho era o meio fluvial. As cidades apresentavam similaridades quanto à forma urbana irregular, adequando-se ao sítio e à topografia, mas em alguns pontos inundavam.

Os planos urbanos

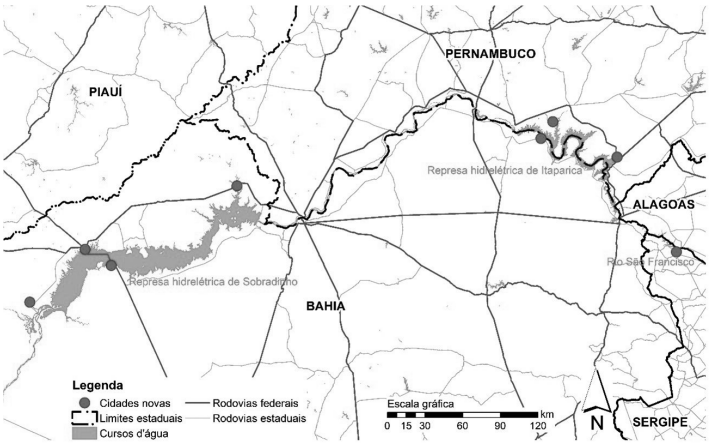
Os planos urbanos integravam o aspecto desenvolvimentista do Estado para a bacia hidrográfica do rio São Francisco nas hidrelétricas de Sobradinho, Itaparica e Xingó, nas décadas de 1970 e 1980. O planejamento estatal era composto de várias partes ou níveis hierárquicos. Os planos urbanos estavam inseridos nos planos regionais da Chesf, dos quais faziam parte as concepções urbanísticas para as cidades novas relocadas (Mapa 1).

Ao todo, são oito (08) planos urbanos: quatro cidades localizadas na barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia, na região do Médio SF (Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé), três (03) na de Itaparica, entre os Estados da Bahia e Pernambuco (Rodelas/BA, Petrolândia e Itacuruba/PE), também no Médio SF, e apenas uma localizada no Baixo SF, no reservatório de Xingó (Canindé do São Francisco/SE), entre os Estados de Sergipe e Alagoas. As oito cidades inundadas e os planos urbanos das cidades relocadas das três hidrelétricas estão distribuídos da seguinte forma (Tabela 1 e Mapa 2):

Tabela 1 - Distribuição territorial das cidades relocadas por hidrelétrica

Distribuição territorial das cidades relocadas por hidrelétrica Rio São Francisco							
	Cidade	**UF**	Fundação da cidade inundada	Plano urbano	Implantação Plano urbano	Hidrelétrica	Região
01	Pilão Arcado	BA	1810	1973	1974	Sobradinho	Médio
02	Casa Nova	BA	1879	1973	1974	Sobradinho	Médio
03	Remanso	BA	1857	1973	1974	Sobradinho	Médio
04	Sento Sé	BA	1832	1973	1974	Sobradinho	Médio
05	Petrolândia	PE	1887	1980	1981	Itaparica	Submédio
06	Itacuruba	PE	1963	1981	1983	Itaparica	Submédio
07	Rodelas	BA	1962	1982	1985	Itaparica	Submédio
08	Canindé SF	SE	1629	1984	1985	Xingó	Baixo

Fonte: Chesf (1973; 1986), adaptado pelo autor (2023).

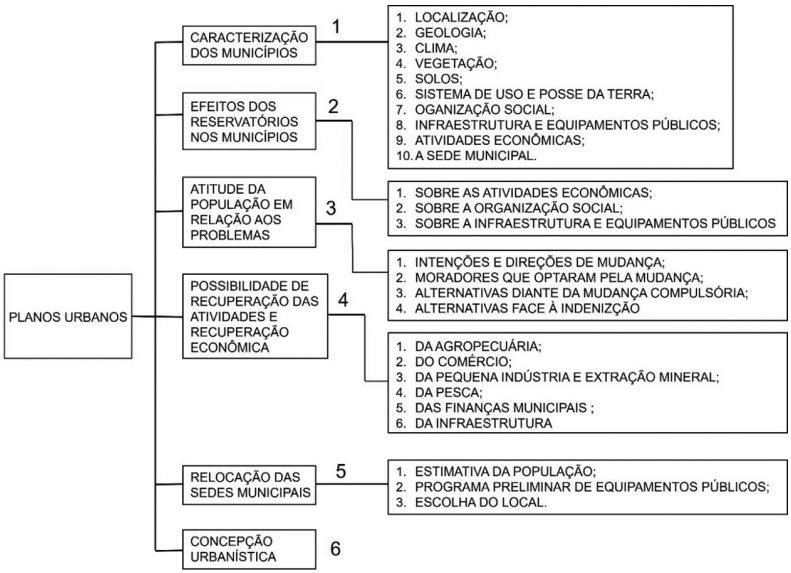


Mapa 2. Região de Sobradinho/BA, Itaparica/BA/PE e Xingó com os municípios e as cidades novas. Fonte: Chesf (1973; 1985), adaptado pelo autor (2023).

Ao se analisar o Projeto Sobradinho/Chesf/HIDROSERVICE (1973) e os Planos urbanos da Chesf/ACQUA-PLAN/SEHAB/PE (1980/1981/1983/1985), os oito planos urbanos das cidades relocadas elaborados e/ou coordenados pela Chesf (Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Petrolândia, Itacuruba, Rodelas e Canindé de SF), nota-se que a Chesf adotou um modelo de plano urbano para as três hidrelétricas em estudo (Sobradinho, Itaparica e Xingó – Mapa 1) dividido em seis partes, conforme mostra o modelo abaixo (Esquema 1).

Os planos urbanos foram elaborados no mesmo período cronológico, entre as décadas de 1970 e 1980 e faziam parte dos planos regionais da Chesf para cada hidrelétrica. Os planos regionais também eram compostos de diversas partes, entre as quais constam, por exemplo, o plano de reassentamento da população urbana e o plano de relocação da infraestrutura regional.

A caracterização dos municípios (parte 1) envolve vários estudos sobre a região, levantamentos, mas conforme o Projeto Sobradinho/Chesf/HIDROSERVICE (1973), devido à emergência dos planos, as empresas de consultoria, na maioria das vezes, utilizavam base de dados secundários. Os dados que embasavam os planos e as decisões



Esquema 1. Planos urbanos. Fonte: Chesf (1973; 1985), adaptado pelo autor (2023).

tinham origens diversas, como as bases de dados do IBGE, da SUDENE e da PETROBRÁS, entre tantas outras fontes, dependendo da necessidade. A ideia era ganhar tempo, e no decorrer do cronograma previsto, sanar possíveis falhas projetuais com levantamentos diretos. Quando havia dúvidas ou necessidade de mais dados ou complementação, as empresas realizavam levantamentos complementares, como o reconhecimento de campo, em que se conferia os dados das bases utilizadas. Os levantamentos e estudos utilizados foram os mesmos para os demais planos, ou seja, a partir de uma base de dados, pôde-se utilizá-la para todos os planos ou partes dos planos que compõem o plano regional.

Conforme os planos urbanos/Chesf (1973/1980/1981/1985), no estudo da caracterização consideraram-se os aspectos físico, socioeconômicos e infraestrutura (parte 2). Nos aspectos físicos dos municípios, constam algumas variáveis, como a localização em relação à microrregião, as variáveis pluviométricas e formação vegetal. Com relação à população, além dos quantitativos daquele momento, estudou-se as taxas de crescimento, considerando-se a evolução de

um determinado período, em geral aproximadamente os trinta anos anteriores ao evento em média, ou seja, foram considerados dados a partir da década de 1950. Realizou-se cadastro das famílias, como também se utilizou dados dos censos do IBGE.

Foram utilizados estudos de projeções demográficas para a quantificação da população das cidades novas. As projeções consideravam a evolução quantitativa da população, ou seja, as taxas de crescimento anual. A partir do crescimento representado pelas taxas obtidas e considerando, principalmente, as interferências que os reservatórios teriam em relação ao futuro dos assentamentos, foi projetada a população dos planos. A pesquisa considerava não apenas a variável população isoladamente, mas de forma integrada com outros aspectos, como o aspecto econômico, analisando a participação da população em relação a cada setor da economia (primário, secundário e terciário).

Quanto à infraestrutura urbana e regional, foram consideradas as variáveis de sistema viário, eletrificação, abastecimento d'água, entre outros sistemas. No sistema viário, procurava-se detectar os impactos dos reservatórios no sistema viário regional, envolvendo estradas federais, estaduais e municipais.

Na parte 3, da atitude da população em relação aos problemas causados pelos reservatórios, foram estudadas várias alternativas para tentar resolver a situação da população atingida pela inundação (Esquema 1). Conforme o Projeto Sobradinho/Chesf/HIDROSERVICE (1973), existia, por parte da população, uma certa resistência latente à mudança, decorrente de uma insegurança, não só face à situação com que se deve defrontar, mas também diante das próprias possibilidades de sobrevivência em um meio novo e estranho.

Para os moradores a mudança da área a ser inundada não era encarada como um processo individual, mas sim grupal e coletivo, ou seja, existia uma preocupação enorme com a desintegração do espírito comunitário. A insegurança e o temor manifestados diante do desconhecido representavam, em última análise, o rompimento daqueles laços que se estabelecem em nível da comunidade, dos grupos de parentesco e de vizinhança.

Na parte 4, sobre as possibilidades de recuperação econômica, constam as análises de cada possibilidade, procurando a provável



Esquema 2. Concepção urbanística. Fonte: Chesf (1973; 1982), adaptado pelo autor (2023).

reorganização baseada nos levantamentos. Os levantamentos que subsidiaram a agropecuária, por exemplo, demonstraram a grande dificuldade de encontrar solos favoráveis à agricultura, enquanto o comércio varejista, conforme os dados do Projeto Sobradinho/Chesf/HIDROSERVICE (1973), poderia se restabelecer com mais facilidade. O comércio fluvial, por sua vez, não foi contemplado pelo plano, porque a nova configuração espacial municipal incentivaria o transporte rodoviário, em detrimento do fluvial. As possibilidades de reorganização dos municípios estão intimamente relacionadas com as possibilidades de recuperação econômica, relocação das sedes municipais e as concepções urbanísticas (Esquema 1).

A relocação das sedes municipais (Parte 5) era a parte mais complexa, porque envolvia estimativa da população, programa preliminar e a escolha do local para os novos assentamentos. As relocações foram realizadas por meio de estudos de alternativas de sítios, onde as escolhas foram realizadas. A concepção urbanística (Esquema 2) foi feita a partir basicamente do que foi decidido nas duas partes anteriores, ou seja, as definições do estudo preliminar, do programa de necessidades e a escolha do sítio foram fundamentais. Os estudos da relocação das cidades (parte 5), envolvendo

as escolhas dos sítios e a concepção urbanística (parte 6), serão mais detalhados posteriormente.

Quanto às necessidades da população, os planos deveriam, pois, obedecer, tanto quanto possível, aos requerimentos da comunidade, e por isso apresentar uma certa flexibilidade, combinando a preservação de vizinhança, a localização próxima à borda do lago, a necessidade de área e distribuição dos equipamentos e serviços (Esquema 2).

Apesar das deficiências, o desafio dos planos urbanos era satisfazer às necessidades da população, visto que a ruptura ocorrida foi muito grande. Tentou-se recompor o impacto causado pelos reservatórios, considerando-se que tal evento era inevitável, com base nos estudos de localização, geologia, clima, vegetação, solo, organização social, infraestrutura e atividades econômicas.

Segundo os planos dos reassentamentos da Chesf, das três hidrelétricas: Sobradinho (1973); Itaparica (1985) e Xingó (1989), nas cidades inundadas (Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Petrolândia, Itacuruba, Rodelas e Canindé de SF), a população urbana dedicava-se quase exclusivamente à agricultura nas zonas ribeirinhas e nas ilhas do rio. Havia, por isso, a necessidade de o plano manter-se próximo a um curso d'água e, além disso, a necessidade de solos agricultáveis nas proximidades. Nesse sentido, os estudos exploratórios de uso da terra (elaboração de mapas) foram essenciais, buscando encontrar locais férteis, procurando a vocação das culturas das terras. Mas conciliar todos os aspectos não foi tarefa fácil, principalmente encontrar solos tão bons quanto os da vazante inundada.

Concepção urbanística

De acordo com o projeto Sobradinho/Chesf (1973) e os planos urbanos (1973/1980/1981/1985), a concepção urbanística fazia parte do plano urbano, conforme mostrado no Esquema 1, sendo composta por várias partes, entre elas o projeto urbano (desenho urbano) como se pode observar no Esquema 2. A concepção urbanística, assim como o projeto urbano, é composta por partes. O plano urbano, por sua vez, está conectado mais diretamente com o plano regional da Chesf através da parte que trata do plano de reassentamento, no caso, o plano de reassentamento da população urbana. A parte que

reporta sobre a relocação da infraestrutura regional também tem conexão com o plano urbano e, consequentemente, com a concepção urbanística (Esquemas 1 e 2). Daí, percebe-se, ao analisar os diversos planos (plano regional, plano urbano), que existem hierarquias entre eles, níveis de abrangência em que cada parte está inserida. No caso da concepção urbanística (nível 2), ela está inserida no nível de abrangência dos impactos causados pelas hidrelétricas (nível 1).

Assim como os outros planos, a concepção urbanística parte primeiramente do estudo da caracterização da área atingida. O dimensionamento do projeto é outra parte integrante da concepção urbanística, constituída dos dimensionamentos da população, do sistema viário e equipamentos urbanos, como também a indicação de equipamentos especiais, como porto e aeroporto.

O desenho urbano foi definido através do estudo das variáveis relacionadas aos diversos aspectos citados (meio social, meio físico e as construções), variáveis físicas naturais e ambientais e do tamanho do espaço urbano necessário para implantação da cidade nova no sítio escolhido, levando-se em consideração o estudo do dimensionamento preliminar e as perspectivas de expansão. Desse modo, o projeto urbano está contido na concepção urbanística, que por sua vez, está contida no plano urbano e é o produto de todas as ações anteriores do plano urbano, que podem ser verificadas através do desenho urbano em si, no sistema viário, nas zonas urbanas (zoneamento) e na estrutura urbana, de uma maneira geral (Esquema 2), como se pode observar no projeto urbano da cidade de Itacuruba, no lago de Itaparica, no estado de Pernambuco.

Embora seja uma consequência do nível de abrangência de nível 1, nas obras de impactos das hidrelétricas o plano urbano parte da organização regional para, daí, definir o projeto urbano (estrutura urbana), postura adotada devido aos inúmeros pré-requisitos relacionados ao território e que foram estudados na escolha dos sítios.

O levantamento das necessidades básicas dos oito planos urbanos tentava seguir o programa das cidades inundadas, havendo modificações em alguns casos apenas nos quantitativos. O programa era composto das seguintes partes: habitações, escolas primárias, escolas de nível médio, recursos de saúde, prefeitura, igreja matriz (católica), câmara dos vereadores, fórum, mercado público, agência

dos correios, clube, cadeia e delegacia, coletoria federal e matadouro. Essas necessidades também existiam nas cidades inundadas e assim foram transpostas para as cidades novas, mudando apenas a configuração espacial (Mapas 3-12).

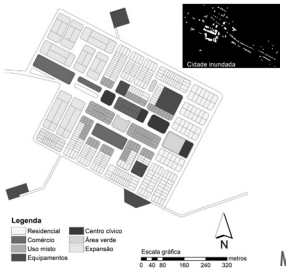
Os projetos urbanos estudados possuem um traçado linear conectado a uma rodovia e estrutura-se segundo uma malha racional, tendo o centro cívico (M0 = Marco Zero) uma praça no centro geográfico dos projetos, e as demais áreas são quadrículas retangulares de várias dimensões que se conectam ao conjunto de praças. Este conjunto é que define as principais características dos projetos urbanos.

De acordo com os planos urbanos/Chesf (1973/1981/1982/1985), as concepções urbanísticas eram divididas basicamente na forma de setorização (zoneamento), habitação, equipamentos comunitários, comércio e serviços, sistema viário e áreas verdes. Podemos identificar três soluções urbanísticas nesse contexto:

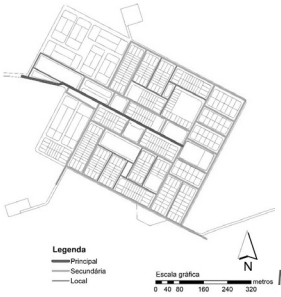
1. Setorização ou zoneamento;
2. A incorporação de hierarquização das vias;
3. O centro cívico (Marco Zero – M0).

O tecido urbano dos projetos urbanos, geralmente, é dotado com uma avenida principal, uma espécie de eixo, que é também a avenida comercial, que centraliza a maior parte dos fluxos urbanos. O centro político e geográfico das cidades é marcado por uma praça que abriga os equipamentos urbanos principais como prefeitura, fórum, igreja. Para a zona urbana morfológica de comércio especial (posto de gasolina, mecânicos e borracheiros) foram reservadas as áreas ao longo da avenida na entrada da cidade.

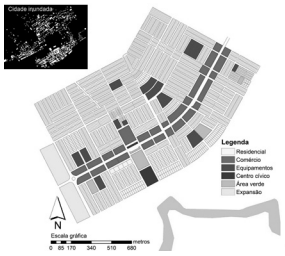
A hierarquização das vias surge com o conceito de via local. Esta é de uso exclusivo dos habitantes dos lotes, parcela mínima do tecido urbano, devendo ser transformada em pátio de convívio. Conforme visto, a macroquadra é um território limitado por vias principais e formado por um conjunto de quadras internas que contêm os lotes. Estes são atendidos por vias locais quando voltados para o interior. O sistema viário básico é composto de três tipos de vias: via principal; via secundaria; via local.



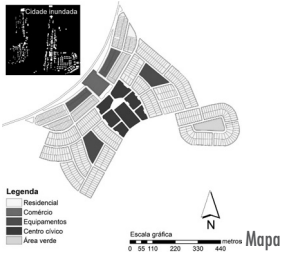
Mapa 3



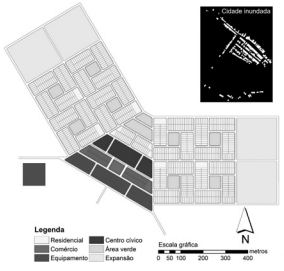
Mapa 4



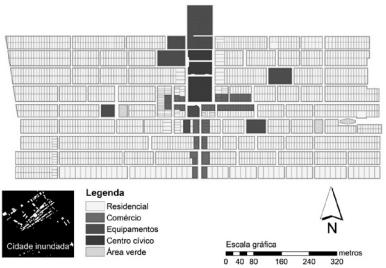
Mapa 5



Mapa 6

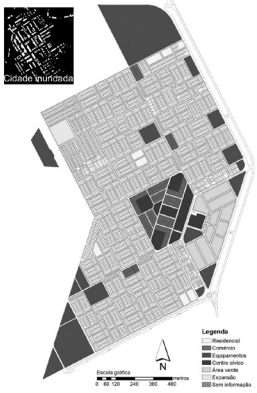


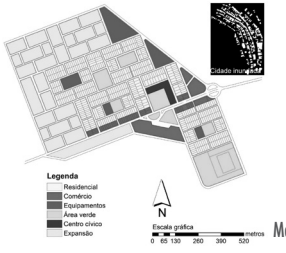
Mapa 7



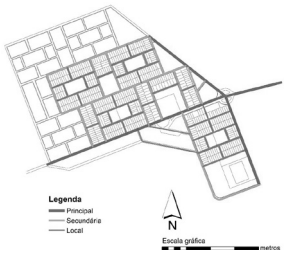
Mapa 8

Mapa 9

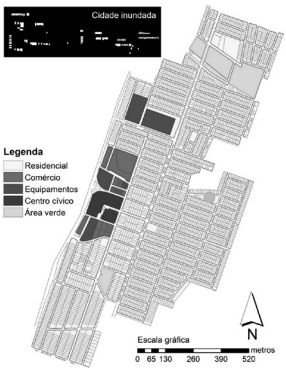




Mapa 10



Mapa 11



Mapa 12

Mapa 3. Projeto urbano e cidade inundada de Itacuruba/PE. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 4. Projeto urbano de Itacuruba/PE (sistema viário). Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 5. Projeto urbano e cidade inundada de Remanso/BA. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 6. Projeto urbano de Casa Nova/BA – zoneamento. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 7. Projeto urbano e cidade inundada de Rodelas/BA. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 8. Projeto urbano e cidade inundada de Sento Sé/BA. Fonte: Chesf (1973), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 9. Projeto urbano e cidade inundada de Petrolândia/PE. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 10. Projeto urbano e cidade inundada de Pilão Arcado/BA. Fonte: Chesf (1973), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 11. Sistema viário do projeto urbano de Pilão Arcado/BA. Fonte: Chesf (1973), adaptado pelo autor (2023).
Mapa 12. Projeto urbano cidade inundada de Canindé de SF/SE. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).

Os parques, praças e áreas verdes foram situados em locais de destaque ou se espalharam por toda a cidade, compondo os espaços públicos. A localização dessas áreas não seguiu uma mesma ordem em todas as cidades; diversificando-se as concepções e suas disposições físicas. As concepções das áreas verdes propostas classificam-se em 4 categorias distintas:

1. Vias arborizadas com linhas e refúgios ao longo do eixo principal da cidade;
2. Praças, onde se distingue a praça principal no centro da cidade;
3. Praças residenciais que se localizam nos centros das macroquadras;
4. Parques.

Embora tenha-se listado estas quatro soluções, elas não são excludentes, podendo estar presentes numa mesma solução. Os parques urbanos foram implantados no entorno das cidades ou nas margens do lago, nas suas bordas, destinados ao lazer, como também próximos aos portos projetados, como em Itacuruba e Petrolândia.

Conforme os planos urbanos/Chesf (1973/1980/1981), no desenvolvimento dos projetos determinou-se que as áreas de praças e zonas habitacionais e da praça principal seriam urbanizadas com equipamentos de recreação e lazer. Do mesmo modo, as áreas compreendidas entre a cidade e o lago deveriam ser preservadas com tratamento paisagístico adequado.

As estruturas arquitetônicas em todos os projetos conformaram-se em planos horizontais, atrelando-se à horizontalidade, e quatro usos se distinguem basicamente: edifícios administrativos, comerciais, misto e as edificações habitacionais.

Os edifícios públicos, principalmente os administrativos, caracterizam-se por ocuparem os espaços públicos, principalmente os centros cívicos das cidades, sua forma de ocupação contrapõe ao lote edificado das quadras residenciais, comerciais e outros usos privados. Com efeito, dada a ausência de propriedade do solo e, consequentemente, de parcelamento fundiário e de alinhamentos que estabeleçam o limite do domínio público, é a composição arquitetônica sozinha que define a relação do edificado com a via, obedecida as normas locais, os termos de referências.

Em decorrência de sua implantação geralmente em áreas verdes ou praças cívicas, através do isolamento ou pelo espaçamento dos demais edifícios, não há a presença do lote. Os edifícios públicos têm uma finalidade política, representando os poderes executivo, legislativo e judiciário. Por isso tornam-se foco importante da atenção de todos. Os edifícios públicos foram implantados nas cidades das seguintes formas: edifícios concentrados em um mesmo centro cívico (M0 = Marco Zero); edifícios distribuídos pela cidade seja numa via principal ou secundária, seja no centro da quadra.

Em relação à indicação de equipamentos especiais, segundo os planos urbanos/Chesf (1982), a construção de um porto visava desenvolver a atividade de pesca e preservar o transporte fluvial ainda existente. O projeto urbano previa um estudo também de escolha para

a implantação desse empreendimento, e geralmente indicava duas alternativas viáveis para a implantação. No caso do campo de pouso, não se tem muitos dados a respeito, mas os projetos urbanos apresentavam essa opção, considerando a implantação nas suas proximidades.

Dimensionamento

Conforme os planos urbanos (1973/1980/1981/1985), a estimativa populacional de cada projeto urbano baseou-se na população da cidade inundada e a evolução quantitativa das taxas de crescimento, que vinha se processando até aquele momento, ou seja, levou-se em consideração a população das cidades inundadas acrescentando-se mais habitantes de acordo com as demandas e expectativas de cada cidade.

Para o dimensionamento da população dos planos urbanos, levou-se em consideração todas as demais partes dos planos: caracterização dos municípios, efeitos dos reservatórios, atitude da população frente aos problemas, possibilidade de recuperação econômica, possibilidade de reorganização e a relocação dos sítios (Tabela 2).

Tabela 2: População dos planos urbanos e cidades inundadas/densidade média dos planos

Dimensionamento População				
Cidade	**Cidades inundadas**	**Planos urbanos**	**Densidade cidades inundadas (habitações/ha)**	**Densidade/ planos urbanos (habitações/ha)**
Pilão Arcado	1.310	5.000	96	104,0
Remanso	5.100	10.000	59	106,0
Casa Nova	2.192	5.000	61	105,0
Sento Sé	1.358	4.000	136	107,0
Petrolândia	9.816	22.000	181,8	107,3
Itacuruba	1.652	2.200	57	100,3
Rodelas	2.569	9.765	285,4	113,8
Canindé SF	560	12.162	5	116,7
Média	3.070	8.766	**110,15**	**107,5**

Fonte: Chesf (1986), adaptado pelo autor (2023).

Daí, para a quantificação da população, para o dimensionamento de cada projeto urbano, considerou-se o período do plano e os anos subsequentes. Foi realizado um estudo de verificação em vários períodos, no sentido de possibilitar a evolução quantitativa, baseado em taxas anuais de crescimento. Considerou-se também nas projeções a interferência da construção dos reservatórios na economia das cidades.

Pode-se observar, no Gráfico 1 de população, que houve um aumento significativo da população nos projetos urbanos, comparando-se as médias (3.070 e 8.766). Alguns projetos duplicaram e outros triplicaram sua população. Esse aumento foi mais significativo em Petrolândia, Canindé de SF, Rodelas e Remanso.

Gráfico 1: População das cidades inundadas e dos projetos urbanos



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Os dados populacionais, no entanto, não são apenas gerais, mas detalhados por faixa etária. Este detalhamento ofereceu condições para se dimensionar toda estrutura urbana. Conforme mencionado, os projetos urbanos foram dimensionados por setorização: setor habitacional, áreas de comércio e serviços, setor industrial, setor público (centro cívico – marco zero). Conforme os planos urbanísticos (1973/1981/1983/1984/1985), no dimensionamento considerou-se não apenas os dados da caracterização dos municípios, mas outras referências, como os dados do IBGE e referências bibliográficas sobre planejamento urbano e regional.

O dimensionamento do setor residencial obedeceu à classificação de tipologia de acordo com o padrão habitacional e a área construída do imóvel existente na cidade inundada. Foi elaborado a partir do levantamento realizado pela Chesf de todas as edificações existentes na cidade inundada conforme a área de cada terreno. Apesar de o lote edificado nas cidades inundadas não ter uma definição clara e não execer uma rigidez no tecido urbano dos assentamentos, o lote foi o ponto de partida para o desenho urbano das cidades novas.

Já o dimensionamento do patrimônio público de propriedade dos governos federal, estadual, municipal, entidades comunitárias e religiosas foi analisado visando, inicialmente, verificar a necessidade de repor os equipamentos existentes ou de substituí-los por outros que melhor atendessem às novas necessidades. A reposição dos prédios da prefeitura, fórum, câmara, delegacia, cadeia, mercado, posto de saúde, centro comunitário, entre outros, tinha como meta a permuta dos prédios existentes por novas edificações com áreas mais adequadas e com melhor padrão de acabamento.

Os planos urbanos também previam áreas para expansão urbana nos projetos urbanos. Com o objetivo de conseguir uma estimativa segura da população para o dimensionamento das cidades, foram calculadas as projeções da população de ano a ano até o momento do plano, considerando a taxa de crescimento média anual. Conforme mostra a Tabela 2, pode-se comparar as populações das cidades inundadas com as dos projetos urbanos, onde observa-se que houve um aumento significativo da população. Isto ocorreu devido às peculiaridades e as necessidades de cada projeto urbano.

A zona industrial tomou por base, também, as condições em que tinham na época as indústrias da cidade e a possibilidade de haver uma permanência desses empreendimentos depois da relocação das cidades, considerando a matéria-prima utilizada.

Os equipamentos de saúde foram calculados considerando-se que o nível de saúde das cidades inundadas era equivalente ao da região Nordeste, onde existem taxas elevadas de certas enfermidades, provocadas em certa medida por problemas de desnutrição e falta de saneamento básico. A parte educacional, por sua vez, foi dimensionada com base na análise quantitativa e qualitativa do desempenho dos equipamentos educacionais da cidade antiga, realizada pela Chesf.

Com relação às densidades, houve um aumento em alguns projetos urbanos porque as cidades antigas, Remanso, Casa Nova e Itacuruba, apresentavam aspectos que atrapalhavam o adensamento, como a topografia ou áreas alagadas.

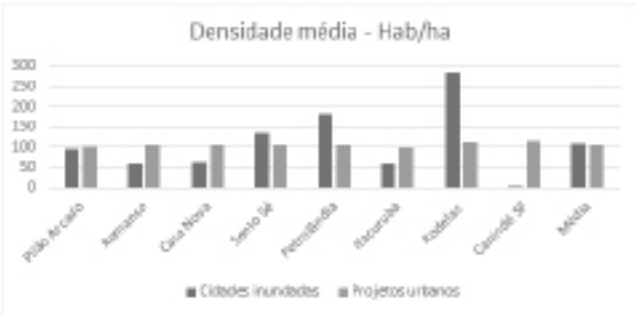
A natureza da cidade inundada é de muito adensamento, mas, a geografia nem sempre é a causa. Isto pode ser verificado nos valores identificados na cidade inundada de Rodelas, que apresentou resultado de densidade mais expressivo. A situação topográfica foi mais propícia à ocupação, não havia áreas alagáveis que impedissem o adensamento. Petrolândia, Pilão Arcado e Sento Sé também conseguem demonstrar suas forças de adensamento, quando não há impedimentos naturais. Mesmo assim, na média geral, a cidade inundada apresenta-se ligeiramente mais densa.

Permanecer nas proximidades do rio era mais importante do que qualquer outro fator. Contudo, se analisarmos as cidades inundadas subtraindo os vazios ocasionados pela geografia, pode-se identificar um tecido urbano mais denso, mas ao mesmo tempo com mais espaços livres. Isto ocorria porque as demarcações dos lotes não existiam na maioria das vezes, ficando as áreas privadas incorporadas ao tecido urbano. Mas mesmo com essas especificidades naturais apontadas, a densidade média das cidades inundadas e dos projetos urbanos se assemelham, sendo que os projetos urbanos foram implantados em áreas planas e livres de alagamentos.

A densidade média dos planos urbanos em comparação com a das cidades inundadas permaneceu praticamente a mesma (Gráfico 2 e Tabela 1), mas, quando a análise é feita isoladamente, nota-se que os planos urbanos foram projetados com maior densidade, excetuando-se apenas as cidades de Sento Sé, Petrolândia e Rodelas. Isso ocorreu devido às irregularidades dos sítios onde as cidades inundadas foram formadas.

A zona morfológica habitacional mais densa ocupa a maior área dos projetos urbanos e ocupa o tecido urbano (48,2% em média) através do lote edificado, quer dizer, a edificação ancorada no chão, incluindo espaços abertos, como pátios, jardins, quintais etc., caracterizado por uma relação específica com os espaços urbanos: ruas, praças etc. Diferentemente das cidades inundadas, o alinhamento das habitações ao longo das vias de comunicação não foi permitido,

Gráfico 2: Densidade média das cidades inundadas e dos projetos urbanos.



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

dando autonomia à edificação em relação ao sistema viário. O agrupamento de lotes, formando quadras, por sua vez revela a organização elementar do tecido e sua localização na cidade, caracterizada pelo papel estruturante dos espaços públicos, a posição dos edifícios públicos (Tabela 3).

Tabela 3: Dimensionamento médio dos setores dos projetos urbanos

Dimensionamento dos projetos urbanos	
Setor	**% Médio (área em ha)**
Residencial	48,2
Circulação	21,2
Comércio/serviços	4,7
Áreas verdes/Equip.	26,7
Industrial	0,5

Fonte: Chesf (1986), adaptado pelo autor (2023).

As áreas verdes dos espaços públicos e o centro cívico, apesar do percentual elevado, não conseguem baixar a densidade média. Um traço forte das cidades relocadas é o contraste entre o centro cívico juntamente com os espaços livres e o setor residencial mais denso. A área média destinada à circulação é de 21,2 % da área total, enquanto ao comércio e serviço em torno de 4,7%. As áreas verdes atingiram uma média de 26,7% (Tabela 3 e Gráfico 3).

Gráfico 3: Dimensionamento médio dos setores dos projetos urbanos



Fonte: Chesf (1986), adaptado pelo autor (2023).

Considerando que 67% dos imóveis residenciais estavam na faixa de até 75,00 m² de área construída e que na cidade nova haveria uma elevação de padrão habitacional, segundo a Chesf, com o aumento da área construída, adotou-se um lote mínimo padrão para cada projeto, mas a testada padrão quase unânime foi a de 8,00 metros. No projeto urbano de Rodelas, por exemplo, o lote padrão tem 8,00 x 28,00, com área de 224,00 m², o que possibilitaria uma taxa de ocupação máxima de 50 %. Para as demais faixas de construção, o dimensionamento seria determinado por uma modulação gradativa de 4 em 4 metros, até um lote máximo de 16,00 x 28,00, com 448,00 m². A largura de testada era variável entre 8,00m, 12,00m e 16,00m, mas a testada de 8,00 metros de largura predominou em todos os projetos urbanos. A profundidade do lote no projeto de Canindé de SF foi de 18,00 metros (Mapa 12).

Em alguns casos, observa-se as subdivisões em macroquadras e quadras, como nos projetos de Pilão Arcado, Rodelas, Petrolândia e Itacuruba, todas no lago de Itaparica. Verificou-se a utilização de um índice de ocupação em média de 50%, sendo proposta uma densidade habitacional mínima de 42 habitações/ha, assemelhando-se bastante com a área e a densidade bruta das cidades inundadas. Os lotes com área de até 200 m² ocupam um percentual médio de 84%. A maior parte (90%) das habitações era do tipo mais simples, comumente encontrado no sertão são-franciscano.

O plano de reassentamento permitia a permuta da habitação, que consistia na troca do imóvel que seria objeto de expropriação por um novo imóvel construído pela empresa dentro de determinados padrões. Para definir as condições de permuta, foram observados parâmetros baseados na área construída e o padrão construtivo das edificações. O padrão habitacional atenderia aos padrões precário (1), baixo (2) e regular (3), variando os acabamentos de acordo com o seu padrão.

Havia apoio estatal para as construções das casas, como financiamento através do sistema financeiro de habitação do Banco Nacional de Habitação - BNH. A Chesf negociava junto aos órgãos competentes a implementação de projetos que poderiam atender as populações de reservatório, e entre eles se destacavam o PROMORAR, JOÃO DE BARRO, PROFILURB, RECON, que se destinavam a uma clientela variada conforme o nível de renda.

Para definir os projetos arquitetônicos das casas de permuta, foram analisadas as características atuais das habitações e o modo de vida dos moradores nas cidades inundadas em relação ao convívio proposto no plano urbano, bem como as aspirações manifestadas pela população.

A Chesf buscava atender as seguintes questões:

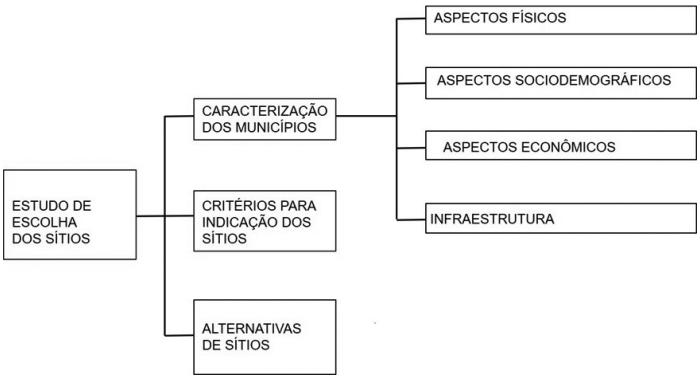
- vincular a casa aos lotes, mediante documentação legal, que permitiria o registro competente do imóvel;
- definir vários tipos de lotes para residências, com áreas de 192 a 540 m^2, para permitir adequado parcelamento do solo e taxa de ocupação do terreno;
- elaborar projetos arquitetônicos com áreas variadas, resguardando uma taxa de ocupação não superior a 50%, no intuito de ampliar o conforto da habitação;
- melhorar as instalações prediais, fornecendo água potável, saneamento e eletricidade, independentemente do que dispunha a casa objeto da permuta;
- reproduzir a vizinhança, salvo quando o interessado demonstrasse desejo contrário;
- introduzir variação visual – fachadas, telhados, locação e localização das casas no perímetro urbano – para evitar os conjuntos homogêneos, monótonos, estáticos e criticados pela população;

- atender aos padrões existentes (precário, baixo e regular), definindo três tipos de acabamento; e
- baixar o custo da manutenção e facilitar o acesso à reposição, empregando os materiais de construção existentes na região.

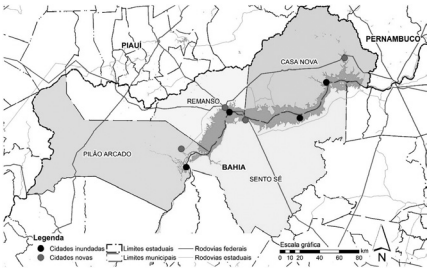
Estudo de escolha dos sítios

Os reservatórios de Sobradinho, Itaparica e Xingó atingiram as ilhas e faixas de solos aluviais ao longo do rio São Francisco onde aconteciam as atividades econômicas da população ribeirinha, terras de vários municípios, tanto da margem esquerda como da direita, e inundaram as sedes municipais, onde o comércio e os serviços, mesmo incipientes, lhe conferiam as características de núcleos populacionais principais.

Reconstituir as teias regionais envolvidas pelas cidades inundadas constituiu-se em um desafio, visto que os níveis de relação das cidades eram muito complexos, abrangendo vários aspectos, desde a relação das antigas cidades com o rio, como também aspectos bioclimáticos, do solo, da vegetação e do sistema de transporte. O estudo de escolha dos sítios, conforme visto, estava inserido no plano urbano, mais especificamente ligado à parte que trata da possibilidade de reorganização do município e da parte relacionada à relocação de sedes municipais. O esquema abaixo representa um padrão utilizado pela Chesf para realizar os estudos (Esquema 3).



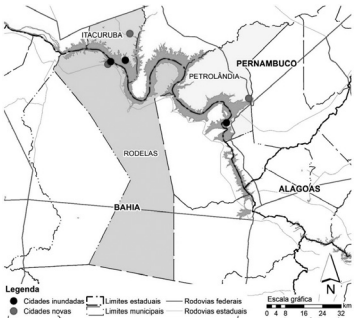
Esquema 3. Estudo de escolha dos sítios. Fonte: Chesf (1973), adaptado pelo autor (2023).

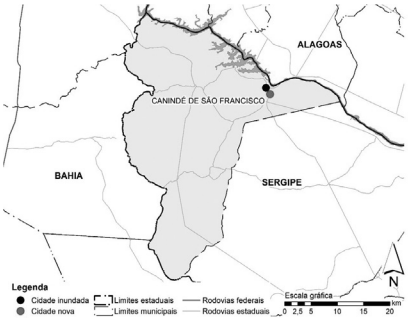


Mapa 13. Lago de Sobradinho/BA com os municípios e as cidades inundadas e novas. Fonte: Chesf (1973), adaptado pelo autor (2023).

Mapa 14. Lago de Itaparica/PE/BA com os municípios e as cidades inundadas e novas. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).

Mapa 15. Xingó/SE/AL com o município de Canindé de SF e as cidades antiga e nova. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).

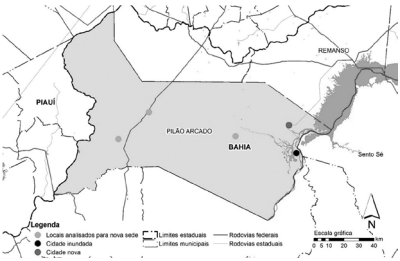




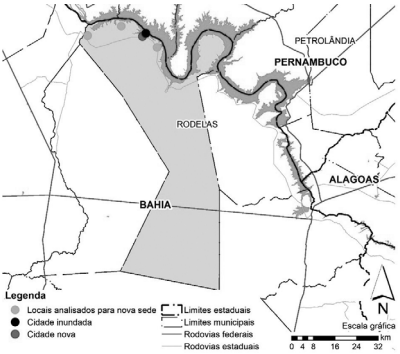
Conforme os estudos de alternativas de sítios das sedes municipais elaborados pela Chesf (1973/1980/1981/1982), a área de inundação do reservatório de Sobradinho no Estado da Bahia atingiu as cidades de Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé. Vale salientar que a cidade de Pilão Arcado não foi inundada completamente, formando-se uma ilha, onde se localizava a antiga cidade (Mapa 13).

Em Itaparica, o lago inundou as cidades de Petrolândia e Itacuruba, no Estado de Pernambuco e Rodelas, no Estado da Bahia. Finalmente, no reservatório de Xingó, a antiga cidade de Canindé do São Francisco não foi inundada, mas assim mesmo foi relocada devido à área destinada à expansão urbana, que ficaria comprometida por causa da proximidade com o reservatório. Baseado no modelo esquemático acima (Esquema 3), a escolha dos sítios para implantação das cidades novas obedeceu aos estudos de alternativas, seguindo alguns critérios para indicações dos sítios (Mapas 14 e 15).

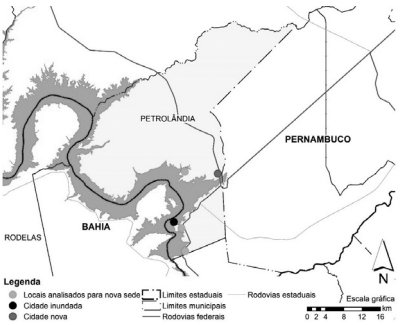
Nos estudos dos aspectos físicos, por exemplo, constam o estudo de localização, o geológico, o climático e o estudo de vegetação etc. Cada estudo pôde subsidiar as decisões dos planos. O estudo de



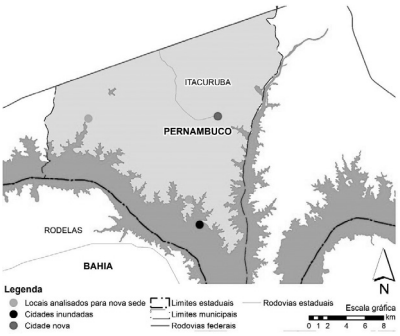
Mapa 16. Estudo de alternativa de sítios de Pilão Arcado no lago de Sobradinho/BA. Fonte: Chesf (1973), adaptado pelo autor (2023).



Mapa 17. Estudo de alternativa de sítios de Rodelas/BA no lago de Itaparica/BA/PE. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).



Mapa 18. Estudo de alternativa de sítios de Petrolândia/PE no lago de Itaparica/BA/PE. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).



Mapa 19. Estudo de alternativa de sítios de Itacuruba/PE no lago de Itaparica/BA/PE. Fonte: Chesf (1985), adaptado pelo autor (2023).

solo, por exemplo, tinha como objetivo a identificação das áreas potencialmente agricultáveis dentro do município e o fornecimento de subsídios para a fixação dos agricultores, tentando, em certa medida, preservar o sistema de manejo do solo equivalente ao que era utilizado na região. Já no estudo do clima, considerou-se fatores como: as chuvas, a temperatura, a umidade relativa, ventos, insolação e evaporação. Quanto ao levantamento da vegetação, a intenção principal era entender as limitações do uso das terras por falta de água, reconhecendo a estreita correlação entre clima, vegetação e solo.

Já os aspectos sociodemográficos, por sua vez, ajudaram a analisar a distribuição da população economicamente produtiva nas cidades atingidas, como também suas condições de vida em relação às assistências que as pessoas tinham no seu cotidiano, assistência à saúde, à educação e à habitação.

Os aspectos econômicos foram estudados por setor: primário, secundário e terciário, identificando as atividades produtivas de cada um. O setor primário abrangia a agricultura desenvolvida pelos ribeirinhos nas aluviões do rio e das ilhas. O rebanho bovino também foi outro exemplo inserido no aspecto econômico. No setor secundário, foram levantados os estabelecimentos industriais. O setor terciário, através de um apanhado de toda a atividade na região, desde as feiras livres ao comércio mais formal, ajudou nas tomadas de posição sobre possíveis intervenções.

No que diz respeito à infraestrutura, pode-se citar vários sistemas, como o sistema viário afetado, o sistema de eletrificação e abastecimento d'água. Os estudos apontam as áreas afetadas e recomendam soluções viáveis para a relocação. A Chesf realizou estudos dos municípios atingidos, estudos de impactos regionais (1970), e nele estão demonstrados os critérios utilizados para as tomadas de decisões. Havia uma interação entre os aspectos ou as partes constituintes dos planos. O aspecto econômico, por exemplo, auxiliava nas análises dos impactos no sistema viário. Utilizou-se, nos três reservatórios, uma simulação com cotas de níveis, na qual se verificava a extensão da inundação para (e a partir daí) calcular o impacto econômico.

A partir da caracterização dos municípios, elaborou-se os critérios para escolha dos sítios e a proposição de alternativas viáveis para as relocações, em média quatro opções por plano, conforme pode-se observar nos Mapas 16 a 19 dos municípios de Pilão Arcado,

Petrolândia, Rodelas e Itacuruba. Tais critérios continham pontos específicos de cada município. A partir da elaboração dos critérios, foram propostas alternativas de sítios viáveis para realizar as escolhas que melhor se adequassem aos problemas enfrentados ou aos critérios recomendados.

Eram sugeridas, em média, quatro alternativas de sítios por município, com todas as caracterizações possíveis. De posse das alternativas, iniciava-se o processo de escolha, considerando-se os pontos positivos e negativos de cada proposta em relação aos critérios anteriormente preestabelecidos. Mas as escolhas, conforme os planos de alternativas de sítios da Chesf (1973/1980/1981/1982), não eram fáceis, pois existiam muitos conflitos entre os critérios. Na maioria dos casos, as propostas foram escolhidas pela população, mas em outros, houve interferência política.

As escolhas eram realizadas, mas tinham, a princípio, o efeito de recomendação, porque estavam ainda condicionadas a estudos mais aprofundados a respeito da topografia, estudos de solos e situação fundiária. As escolhas de alternativas dos sítios para a implantação dos planos urbanos tinham como um dos objetivos tentar resgatar as condições experimentadas anteriormente nas cidades inundadas. O modelo de implantação proposto para cada cidade nova procurava seguir os critérios estabelecidos, mas entre os que se mostraram mais presentes na maioria das escolhas preponderaram os seguintes:

1. O mais próximo possível das cidades inundadas e do lago (as cidades inundadas eram localizadas muito próximas ao rio), devido às preferências da população relocada;
2. Condições de integração funcional com as demais cidades, notadamente com o polo de desenvolvimento regional, utilizando a infraestrutura existente (rodovias);
3. Condições topográficas e de solo favoráveis ao aproveitamento agrícola do entorno da cidade;
4. Centralização geográfica em relação ao território municipal, como apoio ao sistema produtivo;
5. Área suficiente para permitir a expansão demográfica;

6. Possibilidade de abastecimento d'água com captação no reservatório, esgotamento sanitário e drenagem (próximo a um curso d'água); e
7. Aproveitamento das condições bioclimáticas, como orientação solar e regime de ventos.

Nas escolhas dos sítios, um dos argumentos mais vistos nos estudos era a falta de áreas com solos férteis para uso na agricultura, mesmo que determinada área se localizasse às margens dos lagos. Pôde-se observar no mapa de zoneamento do plano urbano de Petrolândia que foram previstas duas áreas para serem utilizadas na agricultura. Este é um exemplo em que um plano urbano de relocação mais se aproximou do lago, mesmo assim, as áreas agricultáveis situam-se na parte posterior do sítio urbano, não margeando propriamente a borda do lago, como acontecia nas cidades inundadas.

A possibilidade de proximidade da cidade inundada e consequentemente do lago, visto que as cidades existiam em função do rio, é um critério que não poderia deixar de constar devido aos apelos da população. Entretanto, o aspecto referente às condições de integração funcional com as demais cidades, notadamente com o polo de desenvolvimento regional, utilizando a infraestrutura existente (rodovias), na quase totalidade das relocações teve uma influência preponderante em relação aos outros aspectos, ou seja, estar próximo às rodovias era uma espécie de imposição, e as demais condições vinham para compor, na medida do possível.

As cidades novas relocadas foram projetadas para ficarem totalmente livres das enchentes que ocorriam constantemente no rio São Francisco, com as quais o beiradeiro já estava acostumado, utilizando-se das retiradas das cidades inundadas ocasionalmente, quando necessário. Entretanto, de acordo com Cavalcanti (2015), mesmo naquelas cidades onde a proximidade com a beira do lago foi maior, essa ideia não funcionou como planejado, porque as variações no nível da água durante os períodos de estiagem são tão grandes que na maior parte dos casos torna-se impossível ir andando até a margem do lago.

Os estudos das alternativas de sítio eram apresentados às autoridades municipais e lideranças comunitárias para análise e decisão. Pode-se observar a partir dos sítios escolhidos que, dentre os critérios

apresentados anteriormente, foram contemplados aqueles que favoreciam mais o Estado, ou seja, as escolhas na verdade eram praticamente uma espécie de imposição no sentido de convergir para o projeto desenvolvimentista que estava sendo implantado pelo governo federal, que nesse caso tinha a Chesf como seu representante. Os estudos de alternativas de sítios propostos pela empresa, além da desestruturação territorial, que fez um contingente de atingidos diretos, causaram a desarticulação de redes de relações sociais e fluxos comerciais entre a beirada do rio e as várias Caatingas, invertendo alguns mercados e fazendo desaparecer outros.

Considerações sobre as cidades inundadas e os planos urbanos

Os biomas nos quais os sítios urbanos foram implantados influenciaram bastante o aspecto da morfologia urbana ligada ao planejamento regional. A cidade inundada é ribeirinha (várzea) e a cidade do projeto urbano é catingueira (caatinga). Essas são as principais características de ambas, que estão vinculadas ao território. As cidades inundadas tinham uma relação muito intensa e harmoniosa com o território, seja na formação das cidades, seja no aproveitamento do potencial do rio para agricultura, a pesca e a navegação. A formação das cidades inundadas acontecia espontaneamente, ao longo do tempo, adequando-se à geografia e às enchentes sazonais do rio.

Quanto aos planos urbanos, nota-se que os planejadores dominavam um método moderno de planejar cidades. Os planos urbanos tinham uma abrangência regional ou municipal, pensava-se a região, por isso precisava-se estudar as alternativas de sítio para implantação das cidades. Com a relocação das cidades, nos novos planos urbanos era impossível preservar as características das cidades inundadas devido às questões bioclimáticas etc., mas, independentemente do aspecto bioclimático, estava claramente expresso nos planos que havia a intenção de implementar um novo modelo de desenvolvimento voltado para o progresso, ou seja, a mudança de território ganha importância para a nova conjuntura desenvolvimentista, apesar dos esforços para se tentar manter alguns aspectos ligados aos territórios anteriores.

Os planos urbanos partiam basicamente de uma mesma base de dados (caracterização dos municípios) para as tomadas de decisões e recomendações. Tudo era quantificado, tudo era examinado

cientificamente, usando a estatística, a geografia, a engenharia, as ciências sociais etc. Os planos urbanos também eram similares na forma de concepção, como as escolhas dos sítios, o uso de zonas urbanas morfológicas e no dimensionamento dos projetos urbanos (setorização, hierarquização do sistema viário etc.).

As plantas das cidades ribeirinhas eram irregulares em comparação com as plantas modernas regulares: tal se dava porque os sítios irregulares eram utilizados com mais frequência, dado que ofereciam algumas vantagens, principalmente pela proximidade ao rio. Os beiradeiros, como eram chamados, não tinham um amor a priori pela simetria: era mais simples acompanhar os contornos do rio que tentar rebaixá-los ou mesmo elevá-los ou ir para a caatinga.

O tráfego interno de veículos de roda não exigia que houvesse ruas regulares (hierarquização); desde que permanecesse próximo às várzeas (plantar e pescar). A forma urbana era realizada ao longo do tempo com adição do lote, ao contrário dos projetos, em que a planta é completa. Em verdade, foi pela persistente faculdade de adaptação ao sítio e às necessidades práticas que a cidade inundada apresentou tais exemplos multiformes de individualidade.

Uma das similaridades foi em ralação ao uso da setorização, formando zonas urbanas morfológicas. Os planos urbanos utilizaram essa técnica, bastante identificada nas cidades modernas, mas, embora não fossem fruto de planejamento, as cidades inundadas também apresentaram a formação de zonas morfológicas (residencial, comércio e praça cívica).

Verificou-se que as cidades inundadas são mais compactas, já os projetos urbanos são menos compactos, entretanto a diferença não é muito considerável, já que os projetos urbanos adotaram as densidades idênticas às das cidades inundadas. Também os sítios, com topografia plana, permitiram um aproveitamento melhor de adensamento.

Os aspectos elementares das cidades inundadas sofreram mudanças, em comparação com os projetos urbanos, mas não foi um rompimento total, porque os elementos morfológicos permaneceram (o zoneamento, o lote, a quadra, a praça, a rua, o traçado, as edificações, os sítios etc.). A irregularidade deu lugar à regularidade, as ruas eram desalinhadas, porque as edificações não se dispunham

sobre uma linha regular, com avanços, sem recuos, e não foram traçadas em linha reta. Nos projetos urbanos a largura das ruas e praças são regulares, e as casas foram projetadas para serem construídas recuadas em relação aos alinhamentos dos lotes.

Então a primeira distinção é na escala mínima, na escala do lote. A cidade inundada foi formada paulatinamente com a adição dos lotes, e a forma urbana foi surgindo a partir dos agrupamentos dos lotes. Nos projetos urbanos, o agrupamento é feito a partir das quadras, conforme pode-se verificar nos mapas, nos quais existem áreas previstas para expansão urbana.

Nos projetos urbanos as quadras têm dimensões predefinidas, nas quais os lotes obedecem a um determinado tamanho. Nas inundadas, além de não haver medidas predefinidas nem para o lote nem para as quadras, o logradouro constitui o espaço privado do lote não ocupado por construção, as traseiras, o espaço privado, na maioria das vezes separado do espaço público pelos contínuos edificados, mas de vez em quando a inexistência de construção possibilitava a permeabilidade aos logradouros, como também a possibilidade de poder ver os espaços (ver Mapas 3-12).

Outra diferença é a existência dos recuos, tanto frontais como laterais. Nas cidades inundadas, as casas com dimensões variadas eram construídas sobre os alinhamentos dos supostos terrenos, sobre a rua e sobre as divisas laterais. Encostavam-se umas às outras e seus telhados lançavam as águas da chuva sobre as ruas e em direção aos quintais. As casas formavam como uma superfície contínua sobre as ruas. A aparência das ruas e dos núcleos urbanos era dada por esse modo de relacionar o espaço privado com os vizinhos e com o espaço público e por essa forma de implantação da arquitetura urbana, sobre os limites dos lotes.

O lote nas cidades inundadas, na prática, foi suprimido, e mesmo existindo não era demarcado ou construído muro nos seus limites. Observa-se nos mapas que apenas as edificações ocupam o espaço, ou seja, diferentemente das cidades planejadas, na prática o que comandava o traçado na cidade era a casa. Esta é uma diferença importante entre os projetos urbanos e as cidades inundadas. São as casas que ao irem se justapondo, se adicionando determinavam o traçado das ruas, tanto das que serviam de acesso às casas, como às

de trânsito mais rápido e de formação das quadras (Mapas 3-12). Desta forma, os espaços públicos se confundem com os privados, minimizando o adensamento dos assentamentos devido a uma maior quantidade de espaços livres. Conforme dito, nos projetos urbanos, o edifício era vinculado ao lote (recuado dos seus limites), e o agrupamento foi predeterminado com os desenhos das quadras e do sistema viário.

Quanto aos edifícios públicos e a igreja, tanto nas cidades inundadas como nos projetos urbanos, de uma maneira geral estão implantados nas praças. Nas cidades inundadas, contudo, não existia uma rigidez muito grande quanto ao agrupamento de todos os edifícios em uma mesma praça cívica, como aconteceu nos projetos urbanos (zoneamento). As praças são elementos importantes nas cidades inundadas como também nos projetos urbanos, mas os edifícios poderiam estar um pouco espalhados pelo tecido urbano no caso das cidades inundadas. As praças são os locais de uso comum e constituem os pontos de atenção. A arquitetura de maior apuro concentra-se nelas, em seus edifícios principais, que são os oficiais ou religiosos, e a arquitetura particular acaba quase sempre em plano inferior.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTI, J. M. **Práticas de Beira das Cidades Antes Navegáveis às Cidades Transpostas pela Barragem de Sobradinho**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2015.

CHESF & HIDROSERVICE. **Projeto Sobradinho**: Estudo de Localização da Nova Sede do Município de Casa Nova. Recife, 1973.

CHESF & HIDROSERVICE. **Projeto Sobradinho**: Estudo de Localização da Nova Sede do Município de Pilão Arcado. Recife, 1973.

CHESF & HIDROSERVICE. **Projeto Sobradinho**: Estudo de Localização da Nova Sede do Município de Remanso. Recife, 1973.

CHESF & HIDROSERVICE. **Projeto Sobradinho**: Estudo de Localização da Nova Sede do Município de Sento Sé. Recife, 1973.

CHESF & HIDROSERVICE. **Estudo de Alternativas de Sítios para o Novo Núcleo Urbano de Petrolândia**. Recife, 1980.

CHESF & HIDROSERVICE. **Estudo de Alternativas de Sítios para o Novo Núcleo Urbano de Itacuruba**. Recife, 1981.

CHESF & HIDROSERVICE. **Estudo de Alternativas de Sítios para o Novo Núcleo Urbano de Rodelas**. Recife, 1982.

CHESF & HIDROSERVICE. **Regularização Fundiária**: Itaparica. Recife, 1982.

CHESF. **Plano Urbanístico da Nova Sede Municipal de Rodelas** (BA). Recife, 1985.

CHESF. **Plano de Reassentamento da População Atingida pelo Lago de Itaparica no Município de Petrolândia**. Recife, 1985.

CHESF. **Nova Itacuruba Relatório Técnico Preliminar**: Água, Esgoto, Microdrenagem, 1985.

CHESF. **Projetos de Saneamento Básico de Nova Itacuruba**: Esgotamento Sanitário. Volume II. Recife, 1985.

CHESF. **Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica**. Recife, 1985.

Capítulo 17

Acervo UnB do Ceplan como lugar da escrita: problemas e potencialidades

Paola Caliari Ferrari Martins

Introdução

> Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixá-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença. (Farge, 2022, p. 117).

Destaca-se atualmente o recorrente debate sobre a urgente necessidade de coletar, tratar, conservar e salvaguardar acervos e arquivos de arquitetura e urbanismo para que, entre outros, interlocutores presentes em seus variados suportes não morram novamente. No âmbito dos eventos técnicos e científicos, o aprofundamento das discussões acerca do assunto nos dá dimensão ainda mais real das perdas patrimoniais e privação de possíveis narrativas e consequentes aproximações da verdade histórica na construção ou reescrita da historiografia no campo. Tem-se em vista o desvio de acervos e arquivos de arquitetos e urbanistas ímpares, atores sociais ativos e relevantes na tessitura da história. O descaso ou ausência de conscientização de entidades públicas brasileiras, especialmente, acerca da carência de investimentos em conservação, salvaguarda e difusão de acervos dessa natureza

resulta em prejuízo para o patrimônio cultural brasileiro e fomento à pesquisa e no distanciamento da verdade histórica.

Como é sabido, há ao menos dois casos de perdas patrimoniais que atestam a inviabilidade, pela ausência de infraestrutura espacial e técnica, de salvaguarda de acervos no Brasil. Trata-se dos fundos dos arquitetos e urbanistas Lucio Costa e Paulo Mendes da Rocha, ambos sob custódia da Casa da Arquitectura desde, respectivamente, 2020 e 2021. O Centro Português de Arquitectura, associação sem fins lucrativos, sediada em Matosinhos, Portugal, é destinado justamente a acolher, conservar e tornar acessível acervos de arquitetos. O centro possui como missão promover reflexões disciplinares e difundir arquitetura ao grande público. Embora o ocorrido represente um acontecimento negativo, de outro modo, provocou o debate e jogou luz em iniciativas de organização de centros de memória e documentação no Brasil[1], bem como incentivou a constituição de outros. O debate técnico e acadêmico-científico contribui para revelar e dar visibilidade a estas iniciativas.

Nesse cenário, aborda-se nessa escrita a história e urgência em conservar e salvaguardar parte do acervo da Universidade de Brasília (UnB), que está sob guarda do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, o Ceplan. O acervo do centro é composto por plantas com representação do plano urbanístico do campus e suas sucessivas propostas de acréscimos, projetos, desenhos dos principais edifícios, especialmente os primeiros implantados no campus, bem como fotografias, maquetes, murais e mobiliário relativos à constituição histórica e arquitetônica do campus universitário Darcy Ribeiro, território da UnB. É importante esclarecer que uma segunda parte deste acervo se encontra sob salvaguarda do Arquivo Central da UnB (ACE). Estes apresentam boas condições de conservação, porém as fotografias que compõem ou complementam os fundos do Ceplan não estão integralmente acessíveis em seu repositório institucional.[2] Há ainda

1. Algumas destas iniciativas podem ser conferidas no documento *Diretrizes para o tratamento técnico de arquivos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído*, desenvolvidas pela Câmara Técnica Consultiva do Conselho Nacional de Arquivos (Conar), disponível em https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/consulta-publica.

2. Repositório institucional do ACE: https://www.atom.unb.br/.

terceira parte do acervo depositado no Centro de Documentação e Arte Edgar Graeff (Cediarte), localizado na faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da instituição. Há principalmente fundos relacionados ao ensino, em precário estado de acondicionamento.

Tendo em vista o estado de conservação de parte destes fundos e seu local de guarda atual, no bloco de Serviços Gerais, o SG 10, localizado no campus da UnB, atualmente desocupado, propõe-se aqui apresentar narrativa constituída pelos fundos do Ceplan e fotografias do ACE como meio de conscientizar acerca da relevância deste acervo para o campo e suas potencialidades. Desta massa documental, recorta-se os que retratam o Instituto Central de Ciências (ICC), edifício icônico projetado por Oscar Niemeyer, em 1962, objeto de tese da autora e interesse da pesquisa no acervo do Ceplan.

A tese intitulada *Espaço universitário, impermanências e megaestrutura: análise do Instituto Central de Ciências (ICC/UnB)* (2023) aborda o espaço físico acadêmico, a configuração do campus universitário e, especialmente, uma leitura do ICC como tipologia arquitetônica de megaestrutura. O último capítulo da tese, de interesse para esta escrita, buscou problematizar o ICC. Costura-se, no último capítulo, narrativa que descreve a concepção formal e estrutural do edifício, correlacionando-o à megaestrutura para contribuir com o planejamento físico do território universitário. A trajetória de constituição do ICC, no âmbito de conformação do campus Darcy Ribeiro, estava imersa em um período de ebulição política, de consolidação e legitimação da nova cidade, moderna e nova capital do país.

A partir de pesquisa à massa documental, constrói-se narrativa em que o ICC responde a questionamentos plásticos e técnicos acerca das diretrizes e decisões projetuais que nortearam a sua construção, dos atores participantes destas decisões, tomadas no âmbito da constituição do campus universitário de uma universidade em Brasília, símbolo de uma política desenvolvimentista e de formação de uma cultura nacional. Por meio de análise histórica e projetiva, a narrativa engendra o planejamento do campus universitário, o processo de modernização das universidades, a impermanência e a megaestrutura.

Objetiva-se, portanto, no presente artigo apresentar análise projetiva do ICC, constituída por meio de pesquisa no acervo da UnB (Ceplan e ACE), como meio de expor as suas potencialidades e,

mesmo, como exemplo de mais um caso de abandono – no caso do Ceplan –, ou seria desinteresse? ou negligência? em conservar e salvaguardar um acervo que guarda histórias, memórias, registros artísticos de um período relevante, como foi o da criação da Universidade de Brasília. Pretende-se, a partir dessa exposição, revelar ainda fragilidades e desafios na conservação deste fundo, no edifício SG 10 do campus da UnB. De modo secundário, busca-se reforçar o alerta, tão discutido no campo, para o descaso da sociedade civil, bem como de entidades públicas e privadas, com o patrimônio cultural, e urgente necessidade de incluir no debate meios de promover a educação patrimonial.

1. História de um acervo sem tratamento

A seção aborda o Ceplan e seu acervo em meio aos fundos da UnB. Revela, por meio de sua história, a importância do edifício e dos artefatos que abriga. No que se refere à constituição arquitetônica e urbanísticas do campus Darcy Ribeiro, alguns fundos encontram-se no Arquivo Central (ACE), especialmente as fotografias, outros estão depositados no Cediarte.

Conforme explicitado, parte do acervo da UnB encontra-se sob tutela do Ceplan. Os fundos que o compõem possuem diferentes tipos de suporte. Registram-se desenhos de planos urbanísticos do campus, sucessivas propostas de constituição do campus, projetos das edificações, maquetes, murais de Oscar Niemeyer, mobiliário, acondicionados, entre outros, em mapotecas e tubos. Para um dos arquitetos que atuam no centro, Eduardo Soares (2022, p. 3), estes fundos "constituem um todo que sintetiza parte da história da Universidade de Brasília", complementa-se, com recorte na história da arquitetura e do urbanismo do campus.

O Ceplan possui atividade de projeto e planejamento por missão. De acordo com Neusa Cavalcante, a função original do escritório era desenvolver projetos e planos, apoiar o projeto político pedagógico e desenvolvimentos de novas tecnologias construtivas para o campus Darcy Ribeiro e para a cidade (Cavalcante, 2015, p. 386). Foi instituído em maio de 1962, pelo Conselho Diretor da UnB, como órgão de Assessoria Técnica da Reitoria. Foi coordenado por

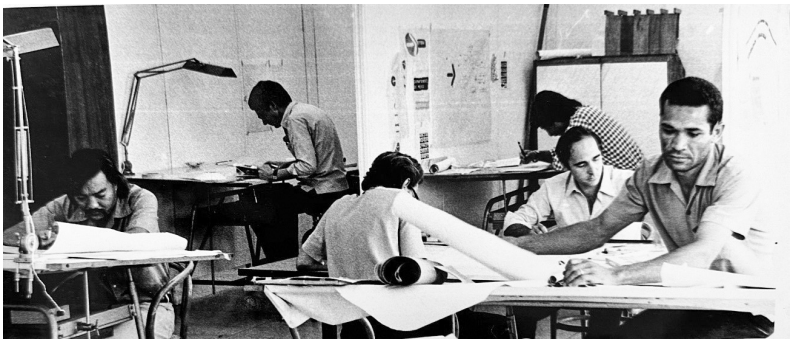


Figura 1. Espaço interno do SG 10, Ceplan. Arquitetos em expediente de trabalho. Fonte: Cediarte. Fotografia: Teobaldo Santos.

Oscar Niemeyer e teria como consultores o arquiteto e urbanista Lucio Costa e o engenheiro Joaquim Cardoso. Sua história está engendrada à construção da nova capital.

Desse modo, alguns dos arquitetos que atuaram no projeto e construção da cidade de Brasília se deslocaram para o centro de planejamento do campus, a fim de atuarem em projetos e obras internas e para a cidade (Figura 1). Em seu artigo *Acervos do sexagenário Centro de Planejamento Oscar Niemeyer da Universidade de Brasília*, em que narra o SG 10, Eduardo Soares (2022, p. 6) conta que, nesse período, o Ceplan possuía duas divisões, Arquitetura e Urbanismo. Na primeira atuaram, além de Niemeyer, João Filgueiras Lima (Lelé), Sabino Barroso, Glauco Campelo, Virgílio Sosa Gomes, Evandro Pinto Silva, Carlos Bitencourt, Hilton Gerson Costa, Abel Accioly, Darcy S. Pinheiro e Oscar B. Kneipp. Na divisão de Urbanismo, além de Costa, Jaime Zettel e Italo Campofiorito.[3]

Ocorre, porém, que houve outro momento de atuação do Ceplan, com diferentes interlocutores. Em 1964, o campus foi invadido por

3. Eduardo Soares se baseou na "tese de mestrado" (sic) de Luiz Henrique Gomes Pessina, intitulada "Aspectos Gerais da Pré-fabricação; Estudo de Cronograma de Obra com Pré-fabricados (1964)" e orientada por João da Gama Filgueiras Lima, o Lelé, o ICC. Uma das primeiras pesquisas de pós-graduação da UnB.

militares e a universidade sofreu um período de ditadura militar com a tomada da reitoria por estes.[4] Com isso, o curso de arquitetura e o Ceplan sofreram um considerável impacto. Naquele ano quinze professores foram expulsos, fato que provocou o pedido de demissão de mais de duzentos professores. Tem início, então, uma outra fase do Ceplan, com atuação de novos arquitetos. Nessa fase atuaram, entre outros, Miguel Alves Pereira, Paulo de Melo Zimbres, Pedro Paulo de Melo Saraiva, José Galbinski, Vasco de Mello, Ricaro Farret, José Carlos Coutinho, Nelson Saraiva da Silva, Frank Svensson, Léo Bonfim Júnior, Alberto F. M. Xavier, advindos de outras regiões do país. De sua produção e influências, da Escola Paulista, resultaram novas linguagens plásticas nos edifícios do campus e um novo zoneamento.

O exposto mostra a densidade de produção do Ceplan e a diversidade de interlocutores que atuaram desde sua constituição. Apresenta-se ainda um terceiro eixo de atuação, o ensino. Em 1975 foi criado, pelo então diretor do Instituto de Artes e Arquitetura, Miguel Alves Pereira, o vínculo entre os trabalhos do Ceplan e o Departamento de Arquitetura - ARQ. Deste, foi instituído então o Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo (Leau), que articulou ensino e exercício profissional (Cavalcante, 2015a, p. 187).

A história do Ceplan ocorreu no edifício SG 10, local de funcionamento do Ceplan até o ano de 2023. O edifício foi projetado por Oscar Niemeyer, construído em peças pré-fabricadas e denominado bloco de Serviços Gerais, ou SG 10. O SG 10 compõe uma série de outros blocos semelhantes a extremo oeste da Gleba A do campus universitário Darcy Ribeiro. O bloco foi construído em 1962 como uma das primeiras obras do campus. Inicialmente deveria compor o setor de serviços da universidade, porém, com a urgência em constituir o campus para a sua posterior inauguração, foi ocupado por Niemeyer e sua equipe como escritório de projetos e gestão das obras do campus. Atualmente o edifício encontra-se desocupado.

Em 2023 o Ceplan foi transferido para edifício localizado na ala sul do campus. O acervo ao qual está vinculado se encontra abrigado em uma das salas do SG 10. Assim sendo, a densa história e sua missão revelam que grande parte dos documentos foi produzida no

4. A ditadura militar se estendeu até 1985.

próprio edifício, ou seja, os arquivos advêm da dinâmica de trabalho cotidiana. Nessa atribuição, é possível o correlacioná-lo a um *arconte*, "os primeiros guardiões" do arquivo (Derrida, 2001, p. 12), termo utilizado por Jacques Derrida para o abrigo do arquivo.

O termo *arconte* advém do grego. É originado de *arkheîon*, a necessidade de "uma casa, um domicílio, a residência dos magistrados superiores" para formar o arquivo (Derrida, 2001, p. 12). Desta forma, o próprio bloco SG 10 e tudo o que abriga, desde sua construção, é histórico, é arquivo. Não somente suportes em papel, mas também o mobiliário disposto em seus espaços internos, as maquetes, bem como os murais de Niemeyer registrados em algumas das paredes que conformam o edifício, compõem outros fundos deste acervo (Soares, 2022, p. 10). Enquanto guardião, o *arconte* tem ainda o dever de "identificação, classificação" e "consignação", no sentido atribuído por Freud em Derrida (2001), que significa afirmar, de forma contrária ao princípio patriarcal, privativo, mas no sentido desconstruído por Freud, de igualdade e fraternidade, de democracia (Derrida, 2001, p. 123). Assim, cabe exigir a responsabilidade do guardião em torná-lo público e acessível. Essa ação prescinde seu tratamento e conservação.

Há ainda outro sentido para se atribuir ao arquivo, o de valor histórico e cultural. De acordo com a Constituição de 1988, em seu Capítulo III, Seção II, Artigo 216, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens culturais de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Dessa descrição extrai-se que, dentre as cerca de 20 maquetes que integram o fundo do Ceplan, a do ICC, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer (Soares, 2022, p. 12) (Figura 2), possui alto valor histórico e cultural. A maquete foi publicada na edição número 32, p. 34 da revista *Módulo Arquitetura*. Recentemente, integrou a exposição *Latin America in Construction: Architecture* 1955–1980, com curadoria de Barry Bergdoll, Carlos Eduardo Comas, Jorge Francisco Liernur e Patricio del Real, em cartaz no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA), em 2015 (Soares, 2022, p. 13). Os locais pelos quais o bem material "circulou" (Soares, 2022, p. 13) ampliam e legitimam o seu valor de memória.

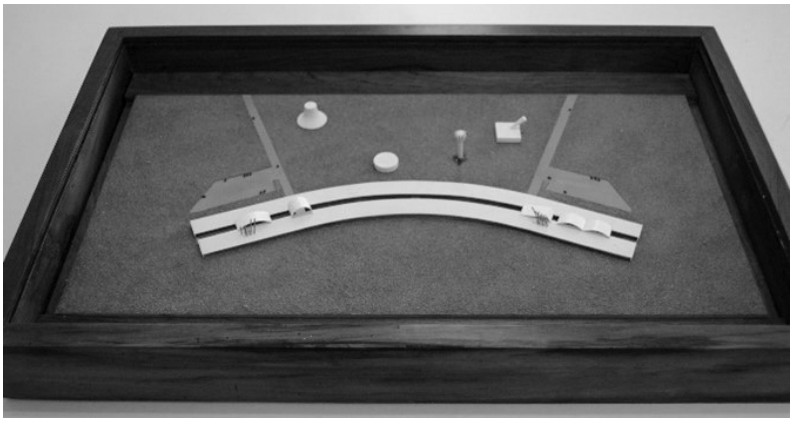


Figura 2. Vista superior da maquete do ICC. Fotografia da autora. Fonte: Ceplan.

Escrita em linhas gerais, a história do Ceplan aqui apresentada aponta a importância histórica de seu acervo. Como coloca Arlette Farge (2022), sem considerar influências de modernismos utilizados para preencher vazios, os arquivos contêm "falas encurraladas", narrativas mais reais das "histórias que se contam", "o investimento de lugares criadores de ação, as representações e os atos prestes a se consumarem [...]". Para a autora são "formas embutidas de um saber social", histórias "em construção" (Farge, 2022, p. 108) cujo desfecho nunca se conhece integralmente, mas que contribui para maior aproximação da verdade histórica.

Volta-se então à questão do desinteresse, ou descaso, ou falta de conhecimento patrimonial pelos acervos, nesse caso o do Ceplan, que justifique o seu estado de abandono. Insere-se como apoio a esta reflexão a experiência vivida na recuperação do acervo do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), atualmente sob salvaguarda do Arquivo Histórico Municipal de Salvador. No livro *Acervo do EPUCS: contextos, percursos, acesso*, a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Ana Fernandes, responsável pela recuperação da documentação original do escritório, sugere três razões para o descaso: a "precariedade de instalações físicas; a perda gradativa de vigência dos ideais e objetivos elaborados pelo EPUCS"; "a fragilidade das

instituições de memória na cidade" (Fernandes, 2014, p. 93-94). As "variáveis", como coloca Fernandes (2014, p. 93), são indicações que parecem apropriadas ao problema vivido no Ceplan.

2. Fragilidades e desafios no tratamento de um acervo

Explora-se aqui fragilidades e desafios de conservação do acervo sob salvaguarda do Ceplan, depositado no edifício SG 10. Expõem-se ainda fragmentos e perdas. Apesar de encontrar-se digitalizado e armazenado em diversos anteparos, como mapotecas e tubos, não é possível afirmar que o material esteja salvaguardado e conservado, pois encontra-se em condições desfavoráveis de guarda.

Sabe-se que o controle ambiental é um relevante fator na preservação de documentos. O espaço de funcionamento de um centro de documentação deve possuir rigoroso controle a fim de conservar a massa documental em condições apropriadas e evitar a sua degradação. Mônica Cristina Brunini Frandi Ferreira, autora do *Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura* (2021), cita "dez fatores de risco que devem ser considerados no planejamento de ações de manutenção preventiva, que podem embasar o Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) da instituição de custódia dos documentos de arquitetura". São eles: "temperatura, umidade relativa do ar, luz e radiação ultravioleta, poluentes, pragas, fogo, água, forças físicas, criminosos, dissociação" (Ferreira, 2021, p. 46-47). O acervo guardado no SG 10 permaneceu por anos em área aberta (Figuras 3, 4 e 5). Atualmente encontra-se em uma das salas do edifício, porém sem controle ambiental.

Com relação à reprodução dos fundos, as pranchas com desenhos originais foram digitalizadas, contudo estão em baixa resolução, ou seja, baixa qualidade de imagem (parte das imagens) – como pode ser conferido em alguns desenhos originais da seção 3 desta escrita –, fato que prejudica a visualização e exploração para pesquisa. Porém, a autora obteve acesso ao suporte físico original, o que permitiu o registro fotográfico de alguns dos desenhos em alta resolução, por meio de um profissional capacitado para esta função, o fotógrafo Randal Andrade[5], utilizados na pesquisa de doutorado.

5. As fotografias foram utilizadas em sua pesquisa de doutorado e na publicação do livro *Projeto, ensino e espaço universitário: o Instituto Central de Ciências (ICC - UnB) e outras arquiteturas* (2023).



Figura 3. Vista interna do Ceplan. Localização das mapotecas, tubos e maquetes no edifício SG10 até 2023. Fotografia: Eduardo Soares.



Figura 4. Vista interna do Ceplan. Localização das mapotecas, tubos e maquetes no edifício SG10 até 2023. Fotografia: autora.

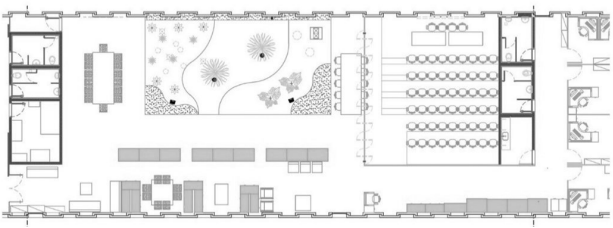


Figura 5. Planta do SG 10. Layout de ocupação do Ceplan. As mapotecas estão destacadas em amarelo. Desenho: Ceplan.

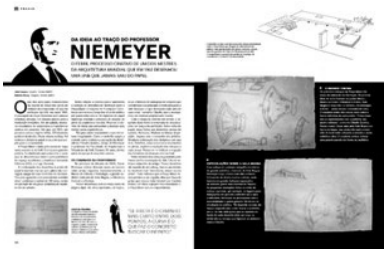
Grande parte das fotografias históricas encontram-se sob salvaguarda do ACE. Este fundo retrata a constituição do campus, a construção dos edifícios, fatos e visitas históricas, momentos solenes, bem como o cotidiano no campus. O acervo de fotografias do Arquivo Central integrou originalmente o acervo do Centro de Documentação da UnB (Cedoc), atualmente extinto. Com o fim deste, os acervos e arquivos foram transferidos para o ACE. De acordo com o site, o ACE "é órgão de natureza complementar da Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB), responsável pela proposição e implementação da política arquivística da Fundação Universidade de Brasília, da coordenação de seu Sistema de Arquivos (SAUnB), do desenvolvimento da gestão de documentos arquivísticos e sua preservação, visando facilitar o acesso e a divulgação das informações" (https://www.arquivocentral.unb.br/institucional/o-arquivo-central, acesso em 28.04.2024). O acervo está disponibilizado na plataforma de acesso e difusão AtoM, acessível em https://atom.unb.br/.

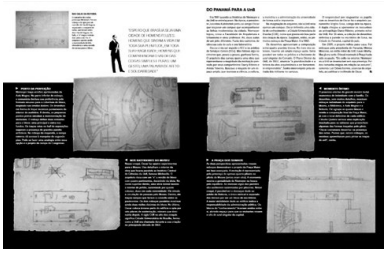
Ocorre que parte das fotografias ainda não foi disponibilizada na plataforma, e não se encontra no ACE. Entretanto, o fundo foi integralmente doado, ainda pelo Cedoc, por meio digital, a um grupo de alunos durante pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), coordenado pela profa. Luciana Saboia, em 2018.[6] Este conjunto de fotografias, relevante fonte primária, foi cotejado com os desenhos para a construção da narrativa da tese. Há outro lado deste fato ainda não esclarecido. Importantes desenhos originais desenvolvidos por Oscar Niemeyer ainda não foram encontrados. Com o fechamento do Cedoc, o acervo foi transferido para o ACE. Entretanto, tudo indica que pelo menos alguns dos desenhos foram perdidos. O fato pode ser comprovado por meio do ensaio do repórter João Campus, publicado na Revista Darcy - Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília – edição n° 3, novembro e dezembro de 2009, intitulado "Da Ideia ao Traço do Professor Niemeyer", cuja capa anuncia que "47 anos depois, [a revista] DARCY encontrou os croquis do mestre"

6. O Pibic de 2018 contou com a participação dos alunos: Ana Clara Bomfim Daher, Constanza Ceschin Manzochi, Juliana Alves Dullius e Herivelton Bispo Lopes Magalhães.



Figura 6. Capa da Revista Darcy, edição n° 3, novembro e dezembro, 2009. Fotografia: Roberto Fleury. Fonte: https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-03, acesso em 28.04.2024).





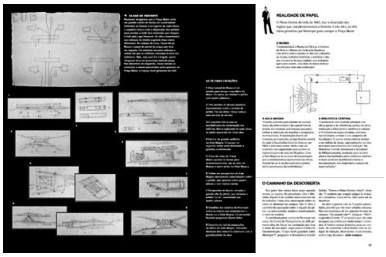


Figura 7. Ensaio "Da Ideia ao Traço do Professor Niemeyer", Revista Darcy, edição n° 3, novembro e dezembro, 2009, p. 56-57. Fotografia: Roberto Fleury. Fonte: https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-03, acesso em 28.04.2024).

Figura 8. Ensaio "Da Ideia ao Traço do Professor Niemeyer", Revista Darcy, edição n° 3, novembro e dezembro, 2009, p. 58-59. Fotografia: Roberto Fleury. Fonte: https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-03, acesso em 28.04.2024).

Figura 9. Ensaio "Da Ideia ao Traço do Professor Niemeyer", Revista Darcy, edição n° 3, novembro e dezembro, 2009, p. 60-61. Fotografia: Roberto Fleury. Fonte: https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-03, acesso em 28.04.2024).

(https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-03, acesso em 28.04.2024) (Figuras 6, 7, 8 e 9).

Com o desaparecimento destes desenhos, parte da memória ou da narrativa se perde. Ou ainda, apoiada em Farge (2022, p. 119), motiva narrativas que não se sustentam. O ocorrido suscita uma série de questões, do ponto de vista do patrimônio cultural à construção da memória nacional, permeia políticas públicas de educação patrimonial e impactos para a pesquisa e a historiografia da arquitetura e do urbanismo. A perda, irreparável, contribui para entender por que os acervos de atores icônicos – para o campo da arquitetura e do urbanismo e para a história do país – se foram, e outros continuam em deslocamento, para constituir memória em outro país, a quem não pertencem por direito.

Um segundo fato reforça o discurso de perda da memória. O acervo de desenhos da UnB encontra-se em meio desfavorável, conforme apontado, pelas condições ambientais. Encontram-se atualmente no edifício SG10, que abrigou o Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, já em condições precárias de armazenamento. Atualmente o SG10 encontra-se vazio, sem uso, e suas mapotecas foram depositadas em uma das salas do edifício. As mapotecas permanecem com patrimônio atribuído ao Ceplan.

3. O ICC como megaestrutura linear: uma narrativa

A presente seção descreve a narrativa de investigação do ICC. Por meio do recorte da tese da autora, apresenta-se a concepção formal e estrutural do edifício correlacionando-o à megaestrutura para contribuir com o planejamento físico do território universitário. Porém, aqui, apresenta-se a narrativa com outro objetivo: mostrar como documentos, desenhos, fotografias e maquete contribuíram para aclarar questões que envolvem a pesquisa e constituem a sua narrativa. Indicam, portanto, a sua potencialidade.

O material iconográfico consultado colaborou ainda para o desenvolvimento de um modelo tridimensional do edifício como método de redesenho. O modelo permitiu entender a montagem do ICC. Esta assimilação subsidia argumentos sobre a possibilidade de desmontagem e remontagem da estrutura do edifício.

Para atingir o objetivo, esta seção expõe o partido estrutural e o processo de montagem do edifício. O ICC é composto por complexa rede de encaixes das peças pré-fabricadas, com algumas partes moldadas *in situ*. A narrativa desvela o processo de constituição das peças pré-fabricadas e a montagem da estrutura, por meio de desenhos e fotografias.

3.1. A estratégia compositiva e o partido estrutural

O ICC possui 712 m de comprimento e 74 m de largura. É composto por extenso bloco, dividido em 3 trechos, dois retos (ala norte e ala sul) e um central (ala centro) levemente arqueado. A articulação entre estes é feita por dois amplos *halls* de acesso, cobertos, que atravessam o edifício no sentido transversal e garantem permeabilidade entre a porção leste e oeste. O acesso ao edifício é realizado por suas extremidades ou pelos dois *halls* no sentido transversal.

O edifício é dividido em três blocos paralelos, no sentido transversal, classificados como "A", "B" e "C". Os dois primeiros possuem dois pavimentos e subsolo. São separados por jardim central, com 15m de afastamento. Sob o jardim há o terceiro bloco, o "C", pensado para alojar os laboratórios. Os blocos são atravessados, nos dois sentidos, por circulação horizontal. O bloco "A", com 31 m, foi projetado para abrigar salas de professores e laboratórios de pesquisa. O bloco "B", com 28 m de extensão, é constituído por anfiteatros e salas com variável capacidade, para alocar as atividades de ensino. O pavimento térreo do bloco C é ocupado por jardim e permeado, nas duas laterais, por circulação horizontal, em toda a sua extensão. O subsolo do bloco A possui uma rua interna, não prevista no projeto inicial, que permite ao veículo atravessar a edificação, além de abrigar laboratórios, salas de aula e depósitos.

A tecnologia construtiva determinada para a construção é a pré-fabricação dos elementos construtivos, além da técnica de protensão. Esta técnica foi estruturada em módulos para viabilizar a forma pensada pelo autor da obra. O sistema permitiu criar estrutura com grandes vãos livres a partir de sistema de pórticos que pode ter contribuído para proporcionar a flexibilidade almejada. A repetição de pórticos aliada à extensa dimensão da obra cria modulação estrutural expressa na fachada, estabelece um determinado

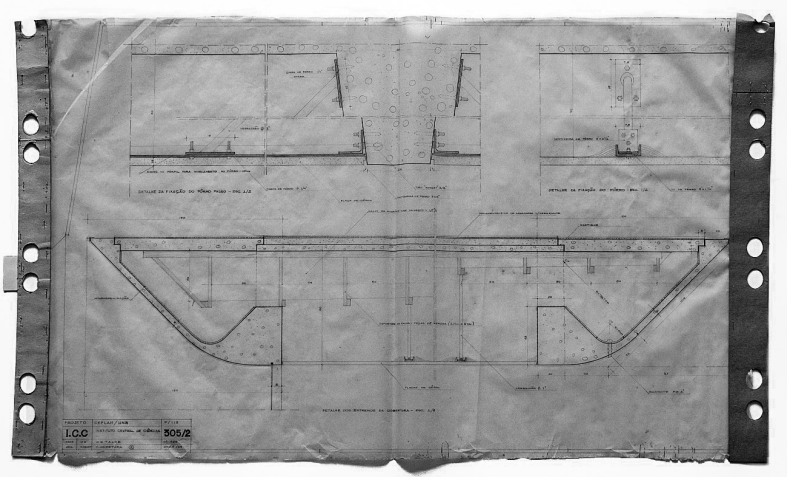


Figura 10. Corte do detalhamento da viga de arremate da cobertura. Desenho de Oscar Kneipp. Fonte: Ceplan.

ritmo e caracteriza a forma da edificação. Tendo em vista essas soluções, apresenta-se aqui a técnica construtiva e montagem do ICC, bem como sua vinculação à composição.

O sistema construtivo do ICC utilizou tecnologia de ponta à época, a fabricação de elementos construtivos pré-moldados e o concreto protendido, o que possibilitou pensar o seu projeto e execução como uma grande montagem de peças. Destaca-se dois interlocutores essenciais na utilização desta tecnologia: Lelé e o engenheiro Bruno Contarini. Os desenhos e as fotografias dos acervos mostram que ambos trabalharam ativamente no projeto e nas obras do ICC. A expertise de Lelé nos sistemas estruturais pré-fabricados em concreto o legitima como coautor do projeto do ICC de autoria de Niemeyer, em que desenvolveu as peças pré-fabricadas (Figura 10). Sua participação garantiu a premissa de flexibilidade do edifício. O uso dos sistemas pré-fabricados refletiu na racionalidade e modulação da obra. Assim, entende-se pelos desenhos que Lelé e equipe se dedicaram à definição dos elementos pré-fabricados e detalhes construtivos, e Contarini – no âmbito do escritório de Sérgio Marques, proveniente do Rio de Janeiro – desenvolveu os projetos estruturais, especialmente formas e armação (Figuras 11 e 12).

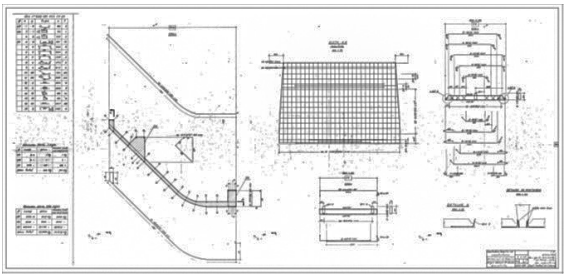


Figura 11. Corte da armação da viga de arremate da cobertura. Desenvolvido pelo escritório Sérgio Marques de Souza S.A. Fonte: Ceplan.

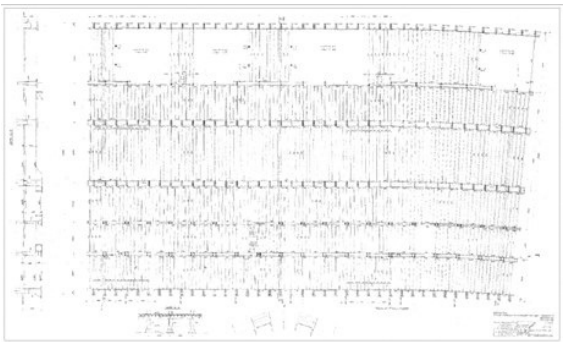


Figura 12. Planta de forma das vigas do pavimento térreo. Fonte: Ceplan.

Figuras 13, 14 e 15. Fotografias da construção do ICC. Etapa de fundação. Fonte: Arquivo Central da UnB.







3.2. Montagem do edifício: apresentação das partes pré-fabricadas

O sistema construtivo contribui para entender características físico-espaciais atribuídas ao edifício. Uma complexa rede de encaixes das peças pré-fabricadas, com algumas partes moldadas *in situ*. Nesta época, 1963, o campus da UnB converteu-se em um depósito de elementos pré-fabricados.

A fundação foi executada em sistema estrutural composto por estrutura moldada in situ e elementos pré-fabricados. Inicialmente foram construídos radier e sapatas. O radier recebeu sapatas-cálice para o encaixe das demais peças (Figuras 13, 14 e 15). A solução do radier, dada por Contarini, foi mais adequada devido ao tipo de solo local. As fundações foram então executadas diretamente sobre o cascalho. Reduziram assim o tempo de execução.

O radier sustenta a estrutura de assentamento das quatro linhas de pilares que formam cada bloco. Duas linhas externas formam um pórtico e duas internas sustentam o piso superior e o mezanino. Os pilares possuem em sua extremidade inferior um recorte para encaixe na concavidade da sapata (Figuras 16 e 17).

Nas linhas externas que conformam a fachada, são fixadas placas pré-fabricadas para compor o arrimo, produzidas pelo sistema pacote. Entre estas placas, foram moldadas *in situ* sapatas-cálice para encaixe dos pilares (Figuras 18 e 19). Estes sustentam vigas protendidas para formar o pórtico.

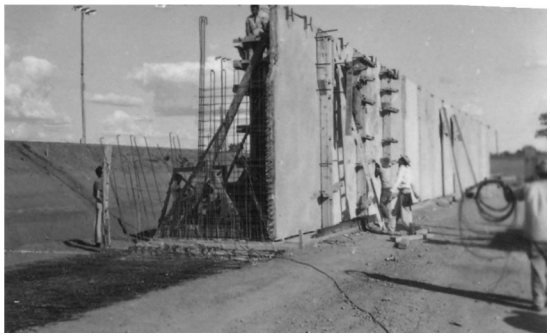
Nas extremidades do edifício, o fechamento é realizado com outra solução. Placas pré-moldadas funcionam como arrimo, são

Figuras 16 e **17**. Fotografias da construção do ICC. (16): Fundação e subsolo. (17): Execução dos pilares. Fonte: Arquivo Central da UnB.









Figuras 18 e **19.** Fotografias da construção do ICC. Fundação e subsolo. Fonte: Arquivo Central da UnB.





Figuras 20 e **21.** Fotografias da construção do ICC. (20): Etapa de fundação. (21): Vista lateral da construção. Fonte: Arquivo Central da UnB.

Figura 22. Modelo tridimensional da estrutura do ICC. Vista da extremidade sul. Produzido por Larissa Guerra e Ludmila Andrade, em colaboração com a autora. Arte final: Paulo Honorato.





Figura 23. Fotografia da construção do ICC. Fundação e subsolo. Montagem dos pilares. Fonte: Arquivo Central da UnB.





Figuras 24 e **25**. Fotografias do ICC. (24): Montagem da viga de cobertura biapoiada para formar o pórtico. (25): Vista interna do ICC, circulação do bloco A. Fonte: Arquivo Central da UnB.

sustentadas por peças verticais em forma de tronco de pirâmide (Figuras 20, 21 e 22).

A linha interna dos pilares forma o segundo apoio do pórtico, em cada bloco (A e B) (Figura 23). Nesta, há uma estrutura moldada *in situ* para receber o pilar. Na extremidade superior destes pilares, existe um recorte para encaixe da viga protendida originada da cobertura, além do elemento de contraventamento (Figuras 24 e 25). Os pórticos são compostos, portanto, pelas duas linhas de pilares externos de cada bloco, e por vigas protendidas, biapoiadas.

As vigas são encaixadas nos pilares internos dos dois blocos. Cada viga é constituída por duas abas ao longo de sua extensão com perfil em T. São assentadas de forma justaposta para constituírem a cobertura. Na junção entre duas vigas foi fixada uma calha em alumínio. A viga da cobertura possui três septos transversais enrijecedores ao longo de sua extensão. Na parte final interna, a viga protendida "perde" as abas e o conjunto assume a função de pergolado (Figuras 26 e 27). Possui, na extremidade, um recorte para receber o pilar.

Uma peça curva funciona como platibanda, faz o fechamento da viga. A pérgula se localiza sobre o jardim, o que permite a entrada de iluminação e ventilação naturais e contribui para criar espacialidade bucólica. O sistema de pórticos é implantado a cada três metros, ao longo da edificação (Figuras 28, 29 e 30).

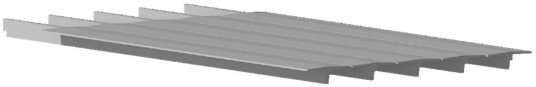


Figura 26. Modelo tridimensional das vigas protendidas da cobertura. Produzido por Larissa Guerra e Ludmila Andrade, em colaboração com a autora. Arte final: Paulo Honorato

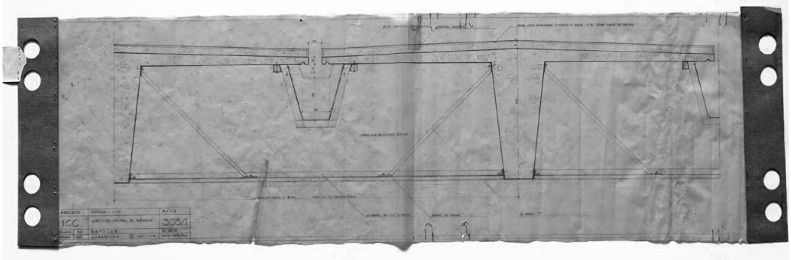
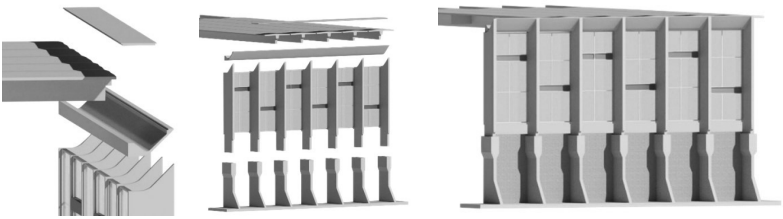


Figura 27. Corte da junção entre as vigas de cobertura. Desenho de Lelé. Fotografia de Randal Andrade. Edição de Paulo Honorato. Fonte: Ceplan.



Figuras 28, **29** e **30.** Modelo tridimensional com os encaixes das peças que conformam a estrutura de fundação, de cobertura e da fachada leste. Produzido por Larissa Guerra e Ludmila Andrade, em colaboração com a autora. Arte final: Paulo Honorato.





Figura 31 e **32.** Fotografias da montagem do ICC. (31): Vista externa do bloco B. (32): Vista interna do anfiteatro em montagem, bloco B. Fonte: Arquivo Central da UnB.





Figuras 33 e **34**. (33): Fotografia da rua interna do ICC, no subsolo. (34): Vista do subsolo do bloco C. Fonte: Arquivo Central da UnB.





Figuras 35 e **36.** Fotografias da montagem do ICC. (35): Vista dos pilares duplos. (36): Montagem das peças em "V" no pavimento térreo. Fonte: Arquivo Central da UnB.

Na fachada do bloco B, a oeste do campus, o pilar possui dois recortes: um na parte central para o encaixe da viga Gerber que sustenta as peças do piso do mezanino, outro na parte superior para posterior encaixe da viga-calha, uma platibanda com formato curvo, que recebe as águas da cobertura (Figuras 31 e 32).

No subsolo do bloco A há a rua de serviço que atravessa toda a extensão do edifício. No bloco C, central, há módulos sem cobertura, constituindo pátios internos, intercalados com módulos fechados, no subsolo, para abrigar os laboratórios. A cobertura destes têm a função de jardim e circulação transversal, entre os blocos A e B (Figuras 33 e 34).

O piso do pavimento térreo é formado por peças em "V" apoiadas em vigas transversais que, por sua vez, são articuladas a uma linha de pilares duplos. No bloco A, há duas linhas de pilares duplos cujas seções são reduzidas a partir do pavimento térreo. Os pilares nascem em suas respectivas sapatas. Há um pequeno afastamento entre estes para que funcionem como *shaft*, ou seja, abertura para passagem de tubulações das instalações elétricas e hidráulicas (Figuras 35 e 36).

As peças em "V" são justapostas para conformar o piso, assim como na cobertura. São ainda vazadas em seu interior para reduzir

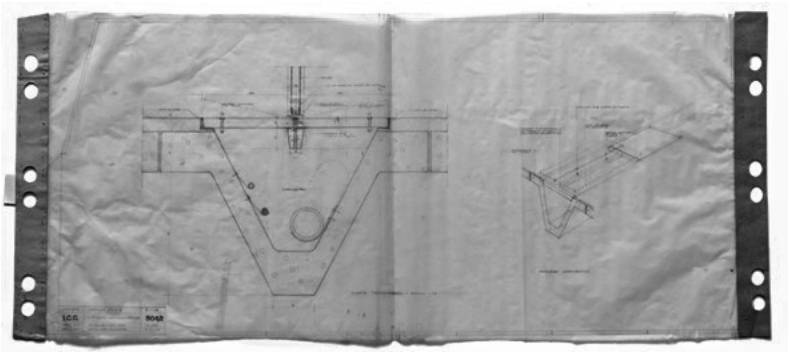
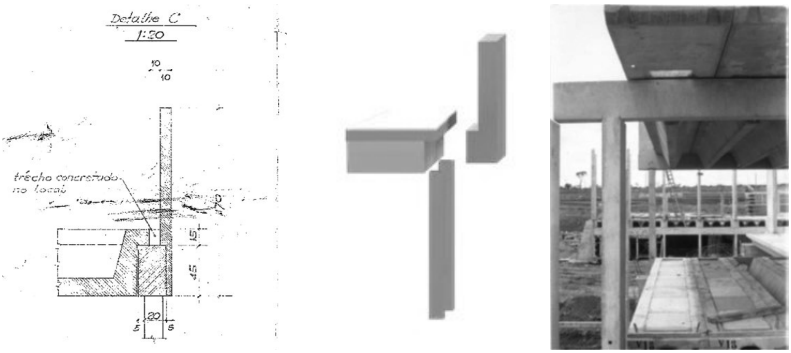


Figura 37. Corte e perspectiva da viga em "V". Desenho de Oscar Kneipp. Fotografia de Randal Andrade. Edição de Paulo Honorato. Fonte: Ceplan.



Figuras 38, 39 e **40.** (38): Recorte da prancha que mostra o encaixe do peitoril na extremidade da viga em "V". Fonte: Ceplan. (39): Encaixe do peitoril na extremidade da viga em "V". Produzido por Larissa Guerra e Ludmila Andrade, em colaboração com a autora. Arte final: Paulo Honorato. (40): Fotografia da montagem do mezanino. Fonte: Arquivo Central da UnB.

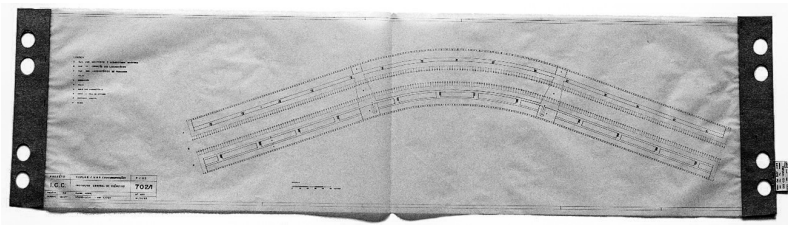


Figura 41. Desenho do pavimento térreo do ICC. Fotografia: Randal Andrade. Arte final: Paulo Honorato. Fonte: Ceplan.

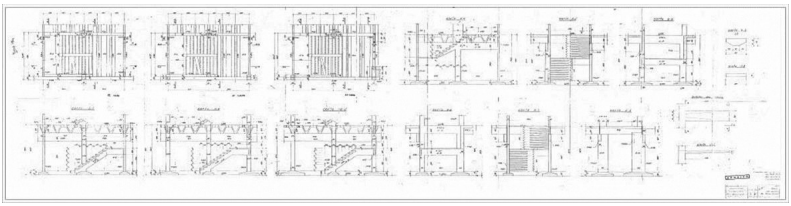


Figura 42. Plantas, cortes e esquemas com estrutura e formas da escada do bloco B. Fonte: Ceplan.

a carga e possibilitar a passagem de instalações. O fechamento superior da peça é feito por uma placa, encaixada em um baixo relevo da peça em "V". A peça de fechamento funciona como uma visita às tubulações de hidráulica e elétrica instaladas na canaleta. Sobre estas, foram assentadas as placas de piso em granitina (Figura 37).

No mezanino do bloco A, há o mesmo sistema de encaixes observado no térreo, porém com um balanço na extremidade interna deste bloco. As peças em "V" são sustentadas de um lado por vigas apoiadas nos pilares, de outro em uma peça que possui a função de peitoril. Esta peça é assentada sobre a segunda linha de pilares secundários duplos, voltada para o jardim central do edifício. O peitoril possui uma seção maior na parte inferior, formando um ressalto para encaixe da peça em "V" (Figuras 38, 39 e 40).

No bloco A, as peças em "V" são interrompidas em determinados pontos para conformar a prumada de escada. A cada dezessete pórticos – considera-se um espaçamento de três metros entre estes – há vãos de escada (Figura 41). Sua estrutura consiste em duas vigas recortadas para assentamento de uma peça que funciona como piso (Figura 42). A prumada da escada se encontra alinhada à de sanitários.

O bloco B foi projetado originalmente para abrigar salas de aula. Desse modo, sua configuração difere do bloco A. O pavimento térreo é composto por anfiteatros — em três diferentes tamanhos — intercalados por prumada de sanitários em toda a sua extensão. Os anfiteatros são montados com peças pré-fabricadas. São sustentados por pilaretes, cujas fundações são do tipo sapata (Figuras 43 e 44). Os anfiteatros são acessados pelo térreo, e alguns possuem acesso pelo subsolo.

As escadas do bloco B são enclausuradas com degraus engastados na viga embutida na vedação de um lado, e em balanço, de outro (Figura 45). A vedação do térreo é feita com tijolos maciços na parte interna com uma abertura de vão na parte superior para entrada de iluminação e ventilação naturais. O fechamento na face voltada para o jardim interno, assim como no bloco A, é feito com esquadrias metálicas e vidro aramado. De forma semelhante ao bloco A, existe uma varanda para circulação horizontal voltada para o jardim interno que permite acesso a toda extensão do edifício por este nível, incluindo os mezaninos dos dois *halls* de entrada.





Figuras 43 e **44.** Fotografias dos anfiteatros do bloco B - em processo de montagem. Fonte: Arquivo Central da UnB.

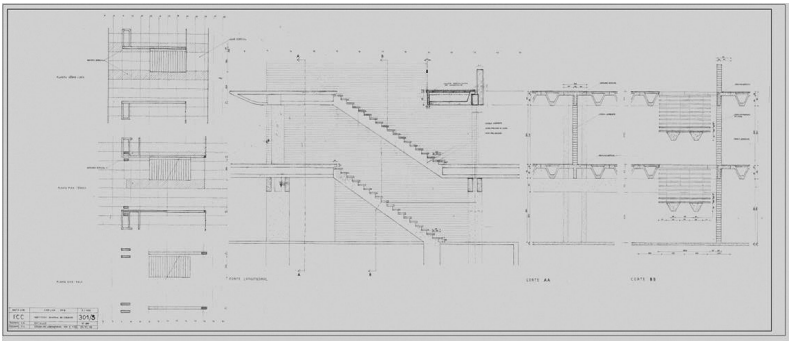


Figura 45. Cortes e esquemas com estrutura e formas da escada do bloco A. Fonte: Ceplan.

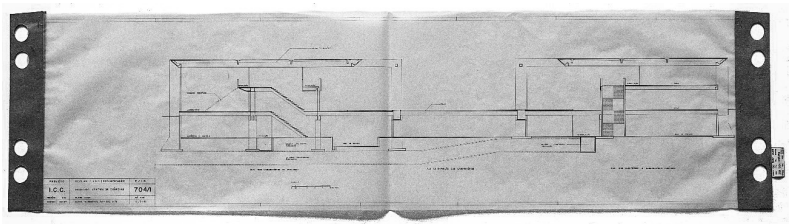


Figura 46. Corte transversal do ICC com representação das galerias longitudinais e transversais. Fotografia: Randal Andrade. Arte final: Paulo Honorato. Fonte: Ceplan.

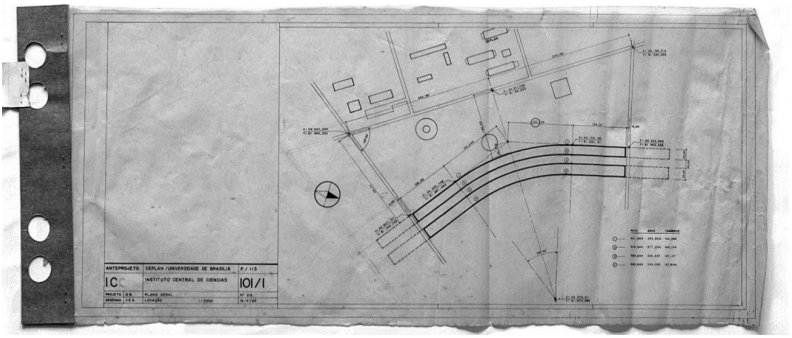


Figura 47. Planta de locação do ICC. Desenho de V.E.S., 1963. Fotografia de Randal Andrade. Edição de Paulo Honorato. Fonte: Ceplan.

A rede de instalações primária e secundária conta com galerias longitudinais e transversais de distribuição. Há duas galerias longitudinais sob o subsolo dos blocos A e B, acessadas pelas circulações dos respectivos blocos, e duas transversais, uma em cada trecho reto (Figura 46). A descida das tubulações é possível pela abertura na extremidade das vigas em "V" e pelos pilares duplos.

A descrição da montagem do edifício, subsidiada por fotografias históricas, pelos desenhos originais e pela modelagem tridimensional revela alto grau de adaptação às mudanças. A flexibilidade do ICC pode ser justificada ainda pelo seu caráter de obra moderna.

Outro relevante desenho original que cabe ser apresentado é o da prancha que contém a planta de locação. O acesso ao desenho permitiu reforçar a possibilidade de extensão do edifício e aproximá-lo ainda mais dos preceitos da megaestrutura, conforme objetivo da tese. A prancha, de 1963, permite presumir a sua extensão pelas linhas tracejadas nas extremidades da edificação. O carimbo mostra que o projeto foi atribuído ao arquiteto Oscar Niemeyer. O projeto inicial estabeleceu a passagem das vias pelo eixo de cada trecho reto, o que permite sucessivas extensões, potencializando a sua flexibilidade. Porém, o projeto final localizou as vias nas extremidades da edificação (Figura 47). O gesto criou uma ruptura desta continuidade. Ainda assim seria possível pensar em estratégias de extensão.

A exposição dos desenhos e fotografias apresentados ao longo desta seção endossam premissas de racionalidade, modulação, flexibilidade e extensibilidade atribuídas ao ICC e a sua potencialidade para a construção de novas narrativas. O material representa uma pequena parte do acervo que se encontra no SG 10. Eduardo Costa observa que materiais salvaguardados se tornam fontes ao serem interpelados e associados, sob o ponto de vista social, material e simbólico da arquitetura, à "sua relação com a cidade, e desta última com os objetos construídos" (Castro *et al*, 2021, p. 22). Dessa forma, a narrativa revelada aqui tem por objetivo atender exatamente a essa premissa. Tornar relevante a massa documental presa em uma sala do bloco SG 10, nesse caso, para discutir os espaços físicos universitários.

Considerações finais

Fragmento, fragilidade, desafio, potencialidade, descaso, abandono, estas são palavras-chave no referente ao acervo sob salvaguarda do Ceplan. Serviram como motivação para esta escrita. Em certo sentido contribuem para entender as razões do deslocamento de outros acervos para a Casa da Arquitectura. Essa transferência resulta, por um lado, na garantia de tratamento e conservação em perfeitas condições ambientais, porém, por outro, em perdas patrimoniais e na ausência de retalhos para uma perfeita costura das tramas da história.

Esta comunicação tem por objetivo refletir sobre perdas e descasos com acervos. Para isso apresenta a importância histórica do acervo da UnB sob salvaguarda do Ceplan ao traçar, em linhas gerais, fatos importantes que permearam a trajetória do escritório, como centro de projeto e planejamento de obras para o campus e, inicialmente, para a cidade também. Tratou-se aqui da apropriação do espaço no bloco de serviços gerais do campus, o SG 10, permeado pelos atores sociais que produziram o arquivo e fatos marcantes que pontuaram sua história até a sua transferência para a porção sul do campus, em 2023. Em seguida, tratou-se da fragmentação de seu acervo, bem como do estado precário em que se encontra, em uma sala do desocupado SG 10, bem como das perdas patrimoniais por sua incompletude.

Por último, busca-se apresentar uma ínfima amostra deste acervo por meio da narrativa de composição estrutural do ICC, edifício ímpar na composição da paisagem do campus. O objetivo é apontar para suas potencialidades ou para a riqueza de possiblidades de narrativas, por meio de falas, desenhos, peças de design, maquetes, até mesmo do próprio edifício. Peças que necessitam de costuras, de alinhavos para apontarem caminhos futuros para um campus em pleno desenvolvimento e ocupação, diante das impermanências das coisas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Diretrizes para o tratamento técnico de arquivos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/consulta-publica.

CAMPOS, J. Da Ideia ao Traço do Professor Niemeyer. Brasília: UnB, 2009. *In*: **Revista Darcy**, edição n° 3, novembro e dezembro, 2009. Disponível em: https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-03, acesso em 28.04.2024.

CASTRO, A. C. V. de; SILVA, J. M. de C. e; COSTA, E. A. (org.). **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo**. (Coleção Caramelo). São Paulo: FAUUSP, 2021.

CAVALCANTE, N. **CEPLAN**: 50 anos em 5 tempos. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU-UnB, 2015.

CEPLAN. **Relatório das Atividades do Ceplan**. 1969-1972. Brasília: CEPLAN/UnB, 1972.

DERRIDA, J.;. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Claudia de Moraes Rego (tradução). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FARGE, A.. **O Sabor do Arquivo**. Fátima Murad (tradução). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

FERNANDES, A (org.). **Acervo do EPUCS**: contextos, percursos, acesso. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

FERREIRA, M. C. B. F. **Manual de tratamento de documentos de arquitetura**. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2021.

MARTINS. P. C. F. **Espaço universitário, impermanências e megaestrutura**: análise do Instituto Central de Ciências (ICC/UnB). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU-UnB, 2023.

SOARES, E. O. Acervos do sexagenário Centro de Planejamento Oscar Niemeyer da Universidade de Brasília. **P@ranoá** - Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: PPG-FAU-UnB, n. 32, jan./jun. 2022.

AUTORES

Ana Fernandes | Professora titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1978), Diplôme D'Études Approfondies (1982) e doutorado (1985) em Aménagement et Environnement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne). Realizou pós-doutorado na Columbia University (1996-1997) e na École d'Architecture Paris-Malaquais (2004). Participa de cooperação com diferentes universidades do exterior. Coordena o grupo de pesquisa "Lugar Comum" e tem como principais áreas de ensino e pesquisa: História e Memória da Cidade e do Urbanismo; Produção da Cidade, Espaços Públicos, Espaços Comuns; Política e Direito à Cidade.

Anamaria Diniz Batista | Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília - UnB (2015). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília - UnB (2007). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula - RJ (1986). Pesquisadora do Fonds Historiques de l'Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris - IUP/UPEC - Paris XII (2011-2015). Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos da Cidade - NIPEC. Pós-doutorado em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás-UFG, linha de pesquisa "Poder, Sertão e Identidades" (2017-2019). Pesquisadora do Núcleo de Estética, Hermenêutica e Semiótica - NEHS – FAU-UnB (2019). Atua profissionalmente como Arquiteta e Urbanista - Anamaria Diniz Arquitetos Associados.

Antônio Willamys Fernandes da Silva | Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Engenharia Urbana, ambos pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Doutorando em Desenvolvimento Regional. Atualmente é Professor Adjunto IV na Universidade Federal do Tocantins, lotado no curso de Arquitetura e Urbanismo. Como pesquisador, atua nos seguintes temas: Projeto de Arquitetura, Morfologia Urbana, Planejamento Urbano e Regional, História do Urbanismo no Brasil e Cidades Novas.

Carlos Henrique Magalhães de Lima | Arquiteto e urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, e membro do grupo de pesquisa "Arquivos, fontes e narrativas: entre cidade, arquitetura e design". É autor de "Catedral de Brasília: projeto e obra."

Carolina Pescatori Candido da Silva | Professora Adjunta do Departamento de Projeto, Expressão e Representação e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Arquiteta e Urbanista pela UnB, com intercâmbio na Pennsylvania State University (PSU/EUA). Mestre em Arquitetura da Paisagem com concentração em Desenho Urbano e Planejamento Urbano pela PSU/EUA, tendo recebido o prêmio Alma Heinz (2006) e Academic Honors of The American Society of Landscape Architects (2007). Doutora pelo PPG-FAU/UnB, com menção honrosa no I Prêmio Rodrigo Simões de Teses de Doutorado - ANPUR (2017). Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), em Portugal. Líder do grupo de pesquisa Topos - Paisagem, Planejamento e Projeto e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em História do Urbanismo e da Cidade (GPHUC/CNPq-UnB) e do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (CIEC/Unicamp). Integrante da diretoria da ANPUR (2019-2021) e do IAB-DF (2017-2019). Pesquisadora do Amar.é.linha - grupo de estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo. Editora da Revista Thésis (ANPARQ; 2023-atual) e da Paranoá (2020-2023). É coautora do livro "Cidade Pós-compacta: estratégias de projeto a partir de Brasília" (Ed. RioBooks, 2021) e do livro "Entre arquiteturas, cidades e feminismos" (Ed. FAU-UnB, 2022). Coordenadora do PPG-FAU/UnB (2023-atual).

Eduardo Augusto Costa | Docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e dos Programas de Pós-Graduação de Design e de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. Lidera o Grupo de Pesquisa Arquivos, fontes, narrativas: entre cidade, arquitetura e design (CNPq), coordena a pesquisa "Cultura Visual e História Intelectual: Arquivos e coleções de arquitetura" e participa do Projeto Temático LinCar

FAPESP "Acervos Digitais e Pesquisa: Arte, Arquitetura, Design e Tecnologia". Tem experiência em História do Design e da Arquitetura, com ênfase em Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônios.

Hugo Segawa | Arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É autor dos livros "Arquiteturas no Brasil 1900-1990" (São Paulo, Edusp, 2018, 3ª ed.; versão em inglês, New York, Springer, 2013), "Jayme C. Fonseca Rodrigues – Arquiteto" (São Paulo, Bei, 2016), "Arquitectura Contemporánea Latinoamericana" (Barcelona, Gustavo Gili, 2005), "Construção de Ordens: Arquiteturas no Brasil na Passagem do Século XIX para o XX" (São Paulo, Edusp, no prelo); coautor de "Oswaldo Arthur Bratke" (São Paulo, ProEditores, 2013. 2ª ed.), entre outros livros. Foi coordenador do DOCOMOMO Brasil (2002-2007) e membro do Advisory Board do DOCOMOMO Internacional (2004-2008). Prêmio America de Teoría y Crítica pelo conjunto de escritos e atividades de fomento e intercâmbio em pesquisa, concedido durante o 15º SAL - Seminario de Arquitectura Latinoamericana (Bogotá, 2013). Pesquisador PQ do CNPq, do Observatorio de Arquitectura Latinoamericana Contemporánea - ODALC.

Inês Martina Lersch| Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS, 1999), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PPGEC/NORIE/UFRGS, 2003) e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 2014). Recebeu a Menção Honrosa do Prêmio Capes de Tese 2015 da área de Planejamento Urbano e Regional/ Demografia. Atua como Professora no Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e no PROPUR/UFRGS. Coordenou o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (2021-2023). Integra o GCSMUS - Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability, projeto que reúne 46 universidades ao redor do mundo, com enfoque nas questões do Sul Global, sediado em Berlim, Alemanha. Realizou o Pós-Doutoramento no Institut für Stadt- und Regional Plannung na Technische Universität Berlin (TU-Berlin, 2022). É Conselheira Superior do Instituto de Arquitetos no Brasil - IAB/RS (2022/2024) e Conselheira Federal Suplente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/RS (2024/2026).

Isadora Banducci Amizo| Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2011), mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da FAU-UnB, na área de Teoria, História e Crítica. Participa do projeto de pesquisa "Acervo Coimbra Bueno & Brasília: Documentação e Promoção", desde o início de

suas atividades, atuando como pesquisadora bolsista em 2023. É também integrante do grupo de pesquisa Topos: Paisagem, Projeto, Planejamento, vinculado ao Laboratório de Estudos da Urbe (LabEUrbe/FAU-UnB). Leciona disciplinas de Teoria e História da Arquitetura desde 2015 e, atualmente, integra o quadro do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (desde 2022).

José Daniel Craidy Simões| Arquiteto Urbanista, mestre (2019) e doutorando (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É membro do Grupo de Estudos e Documentação em Urbanismo (GEDURB). Integra o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS Brasil (Núcleo RS) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), entidade que representa junto ao Conselho do Patrimônio Histórico Cultural de Porto Alegre (COMPAHC). Atua como conselheiro do CAU/RS, onde coordena a Comissão Especial de Patrimônio Cultural (CPC). Também integra a Câmara temática de Patrimônio do CAU/BR.

Junia Cambraia Mortimer | Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, e fotógrafa de livre formação. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, ambos da UFBA. Lidera o Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos de Imagem e Arquitetura (CNPq) e é vice-líder do Grupo de Pesquisa Arquivos, fontes, narrativas: entre cidade, arquitetura e design (CNPq). Coordena o projeto de pesquisa e de extensão "Cidade, imagem, arquivo" (FAUFBA). Tem experiência em Teoria e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo, História das Cidades e Cultura Visual, com ênfase nos estudos de imagem fotográfica.

Maria Cristina da Silva Leme | Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Possui graduação, mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo também pela Universidade de São Paulo. Realizou Pós-doutorado, em 1994, junto ao CSU - Centre de Sociologie Urbaine do IRESCO - Institut des Recherches sur les Sociétés Contemporaines, CNRS e, em 1996, junto ao LADRHAUS - École Architecture de Versailles, Paris, França. Pesquisadora visitante convidada pelo Japan Center for Area Studies do Metropolitan Museum of Ethnology em Osaka (2002), pelo Centre for Brazilian Studies da University of Oxford (2004) e pela New York University (2008). Foi presidente da ANPUR - Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa Planejamento Urbano e Regional no biênio 2001-2003. É membra de

comitês editoriais de revistas e atua como assessora em diversas agências de fomento à pesquisa, além de ter participação em comitês de planejamento urbano e história da arquitetura.

Maria Cristina Nascentes Cabral | Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Especialização em História da Arte e da Arquitetura, mestrado e doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com estágio de Pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris, na França. Pós-doutorado no IPRAUS, da École Nationale Supérieur d'Architecture Paris-Belleville. Professora associada no Departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB). Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Arquitetura, Cidade e Cultura. Presidente do Conselho do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD FAU UFRJ). Coautora do livro: "Presença Estrangeira: Arquitetura no Rio de Janeiro (1905-1942)" e de diversos artigos e capítulos de livro, com ênfase em arquitetura e urbanismo no século XX.

Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira | Arquiteta e Urbanista, Especialista em Urbanismo Moderno e Contemporâneo (FAU/PUCCAMP). Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU/USP) e Doutora em Ciências (IAU/USP) na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Tem cursos de aperfeiçoamento em Arquivologia - "Patrimônio Documental" (IEB/USP), "Centros de Memória: Fundamentos e Perspectivas" (BBM/USP) e "Introdução aos Arquivos de Arquitetura" (BAD/PT). Docente na pós-graduação "Promoção e Dinamização Cultural e Educativa de Arquivos e Bibliotecas" e "Arquivos de Arquitetura" (UAL/Portugal). Foi coordenadora pedagógica e docente de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo em instituição de ensino superior. Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, membro do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CONARQ (2022-2023) sobre documentos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído. Membro da diretoria da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). Autora do "Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura".

Paola Caliari Ferrari Martins | Arquiteta e Professora do Departamento de Projeto, Expressão e Representação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB). Coordena o Centro de Documentação Edgar Graeff, biblioteca setorial da FAU/UnB (2015)

e o Laboratório de Pesquisa em Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo – Lupa da FAU/UnB. É membro do grupo de pesquisa Topos - Paisagem, Projeto, Planejamento (UnB/CNPq), e participa da pesquisa "Projeto e Representação e Estudos sobre o Projeto de Edificação: ontologia, método e experiência", coordenado pelo prof. dr. Jaime Almeida. Pesquisa questões relacionadas à concepção e desenvolvimento do projeto de arquitetura, bem como arquivos e acervos do campo. Tem interesse na temática campus universitário, especialmente na articulação entre o processo de ensino-aprendizagem e o espaço arquitetônico.

Paulo Jorge dos Mártires Batista | Possui doutoramento em Documentación, pela Universidad de Alcalá, mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, pela Universidade Nova de Lisboa, e licenciatura em História, pela Universidade de Lisboa. É técnico superior no Arquivo Municipal de Lisboa, professor no ISCTE-IUL, no Mestrado em Arquitetura e Cultura Visual em Lisboa, e coordenador e professor das pós-graduações em Promoção e Dinamização Cultural e Educativa em Arquivos e Bibliotecas, e em Arquivos de Arquitetura, da Universidade Autónoma de Lisboa. Investigador integrado do CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, onde coordena o grupo de investigação Património(s) e Literacias. É académico da Academia Portuguesa da História e secretário da Comissão Executiva da Secção de Arquivos de Arquitetura do Conselho Internacional de Arquivos. Tem diversos livros publicados e cerca de 90 artigos publicados em revistas da especialidade e em livros de coordenação diversa, apresentados em congressos nacionais e internacionais.

Priscilla Alves Peixoto | Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ, 2007); especialista em História da Arte e da Arquitetura no Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2012); mestre e doutora em Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo pela FAU-UFRJ (2013; 2018). Fez estágio doutoral na École nationale supérieure d'architecture Paris-Belleville (2016), foi professora convidada na Université Rennes 2 (2022) e realiza pós-doutoramento junto ao Programa de História Social da UFRJ (2024). Atua como docente da FAU-UFRJ (desde 2018) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da mesma instituição (PROARQ-FAU-UFRJ, desde 2021). É autora de capítulos de livros e artigos nas áreas de história do urbanismo e da arquitetura, com ênfase em historiografia, biografias intelectuais, arquivos e história da crítica.

Ricardo Trevisan | Arquiteto e urbanista, formado pela EESC-USP (1998); mestre em Engenharia Urbana pela UFSCar (2003); doutor em

Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2009), com estágio-doutoral na École d'Architecture Paris-Malaquais (2007-2008) e no Istituto Universitario di Architettura di Venizia (2008), laureado com o Prêmio CAPES de Teses 2010. Possui pós-doutorados na Columbia University (2014-2015) e na Universidade do Minho (2023-2024). É especialista em Arquivos de Arquitetura pela Universidade Autónoma de Lisboa (2023-2024). Atualmente é professor associado IV no Departamento de Teoria e História da FAU-UnB e em seu Programa de Pós-Graduação. Pesquisador membro do Lupa - Laboratório de Pesquisa em Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo, do grupo de pesquisa Topos - Paisagem, Projeto, Planejamento, do grupo de pesquisa LEU - Laboratório de Experiências Urbanísticas (IAU-USP) e coordenador local do projeto Cronologia do Pensamento Urbanístico. Pesquisador CNPq com o projeto: "Coimbra Bueno e Cia. Ltda. - Construtora de cidades" (Atlas de Cidades Novas no Brasil Republicano). Presidente da ANPARQ (gestão 2021-2022). Membro da Associação Ibero-americana de História Urbana (AIHU). Autor do livro "Cidades Novas" e do site: https://atlascidadesnovas.com.br/.

Vanessa Gayego Bello Figueiredo | Arquiteta e Urbanista, doutora (2014) e mestre (2005) em planejamento urbano e regional pela FAUUSP. Docente na FAUPUCC - Campinas e Pesquisadora na UNICAMP e no IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Coordena o Comitê Científico Nacional de Paisagens Culturais e o Núcleo São Paulo do ICOMOS Brasil - Internacional Council on Monuments and Sites, órgão assessor da UNESCO para o patrimônio mundial. Foi conselheira do CAU São Paulo (2018/23), onde coordenou a Comissão de Patrimônio Cultural e Subprefeita de Paranapiacaba, em Santo André. É Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional CAU/BR de Patrimônio Cultural (2023/24) e consultora em planejamento urbano e políticas públicas em patrimônio cultural, habitação social, mobilidade e legislação urbana, ambiental e cultural.

Victor Valente Medeiros | Bacharel em Arquivologia (2013) e licenciado em Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-americana (2023), ambos pela Universidade de Brasília (UnB). É especialista em Gestão de Documentos e Informações e Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, as duas pela Faculdade Unyleya. Arquivista da Universidade de Brasília desde 2018, com experiência em gestão de arquivos permanentes, com os quais atua há mais de seis anos, atuando com conservação preventiva, pequenos reparos em documentos de papel, atendimento ao público, realizando pesquisas em arquivos e alimentação de bancos de dados e sistemas de pesquisa em acervos documentais. Autor de dois volumes da

coleção “Entender o Arquivo”, iniciativa do ACE/UnB para sistematização das atividades rotinas de arquivo. Possui experiência com organização de exposições arquivísticas, em virtude de parcerias entre o ACE/UnB e a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

Virginia Manfrinato Cavalcante| Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, propõe-se a estudar a relação entre Arquitetura e Expografia. Em 2004 formou-se arquiteta e urbanista pela mesma universidade. Atua como arquiteta, cenógrafa e produtora em projetos institucionais para Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, GDF, Banco do Brasil, Caixa Cultural, além de projetos autorais através de sua produtora Transborda – arte e projetos. De 2008 até os dias atuais, concebeu e desenvolveu projetos expográficos de mostras individuais e coletivas, sempre trabalhando em conjunto com a curadoria de profissionais, como Graça Ramos, Cristiana Tejo, Luiz Camillo Ozório, entre outros.

Este livro foi composto em Adobe Caslon Pro e Futura Pro, no formato 14,8x21cm, e impresso no sistema offset, sobre papel Alta Alvura 90g/m², com capa em papel-cartão 300g.